

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

SIRLEI ANA FALCHETTI

**PERCEPÇÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO E IMPACTO
AMBIENTAL – Sinop/MT 1979-2009**

São Leopoldo

2010

SIRLEI ANA FALCHETTI

**PERCEPÇÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO E IMPACTO
AMBIENTAL – Sinop/MT 1979-2009**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo

São Leopoldo

2010

O progresso humano não é automático nem inevitável. Somos atualmente confrontados com o fato de o amanhã ser hoje, e colocados perante a urgência cruel do agora. Neste enigma da vida e da história é possível ser demasiado tarde [...] Podemos gritar desesperadamente para que o tempo pare, mas o tempo ensurdece a cada súplica e continua a passar rapidamente. Sobre as ossadas descoradas e a mistura de restos de numerosas civilizações está escrita uma expressão patética: Demasiado tarde! (MARTIN LUTHER KING JR.)

AGRADECIMENTOS

Deus nos concedeu, em sua infinita bondade, a capacidade de pensar, sentir e agir. Assim, nossas vitórias não são apenas nossas, mas resultado de uma força superior, na qual, por acreditarmos, nos impulsiona a cumprir com o que nos propomos. A Deus, em sua infinita bondade, obrigada!

Uma jornada que não foi cumprida sozinha. Mesmo nos momentos de reclusão e quase solidão, a compreensão, o apoio, a ajuda, os incentivos, os caminhos, as ideias de outras pessoas contribuíram para a escrita desse trabalho.

À Colonizadora Sinop, que me forneceu material de pesquisa e banco de imagens, sobre a história de colonização do município.

Aos atores entrevistados, que gentilmente me concederam seu tempo, seu conhecimento e compartilharam suas percepções, sentimentos e histórias, sem as quais, esse trabalho não teria se concretizado.

Ao meu orientador, Prof. José Luiz Bica de Mélo, que na sua sabedoria e paciência, soube me conduzir na construção do conhecimento.

À Secretária do PPGCS, Maristela Simon, pela sua atenção e total apoio durante todo o curso.

Aos professores e coordenação do PPGCS, pelas valiosas contribuições em suas aulas, que de maneira ímpar, contribuíram para me guiar nas Ciências Sociais.

Aos meus amigos Amauri Lima e Maria Inez Spina, pelas suas preciosas contribuições.

Ao Ronald Filho, por sua compreensão, paciência e amor. Ao Ronald, por seu imenso carinho, incentivo e presente companheirismo. Encontro em vocês, todos os dias, motivos para jamais desistir e, principalmente, ser feliz.

À minha família, por cuidarem pacientemente do meu filho na minha ausência e pelo apoio incondicional.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção dos atores sociais em relação ao impacto ambiental provocado pelas ações de expansão territorial e desenvolvimento no município de Sinop/MT, analisando o contexto Sinop, progresso e impacto ambiental. Utilizou-se como método de pesquisa o estudo de caso e a abordagem da pesquisa, quanto à natureza dos dados, foi qualitativa. Utilizou-se da pesquisa de campo para coleta dos dados empíricos, através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a atores-chave da sociedade, e da pesquisa bibliográfica para revisão dos conceitos de progresso e da atual concepção do termo desenvolvimento, da questão da globalidade e sistema mundo, da colonialidade reproduzida na história da ocupação dos espaços, do impacto ambiental resultante da expansão da ocupação territorial e da convergência atual para o desenvolvimento sustentável. Também se realizou pesquisa sobre a política e dinâmica da ocupação das terras da Amazônia matogrossense e da história da colonização de Sinop. Para a análise dos dados coletados, utilizou-se da análise de conteúdo, orientada por Laurence Bardin (1977), seguindo os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, tendo-se como parâmetros palavras-chave e variáveis definidas para o estudo. Os resultados mostram a dinâmica das transformações socioambientais e econômicas de Sinop e a percepção dos atores sociais sobre as transformações ocorridas no município, da fé no progresso e no impacto ambiental das ações de desenvolvimento e expansão territorial. Conclui-se que, na percepção dos atores sociais, a ocupação do espaço pautou-se no uso dos recursos naturais para trazer o progresso à região, principalmente em função da expansão do agronegócio; o processo de ocupação faz parte de um contexto histórico e de políticas estratégicas de ocupação da Amazônia, e que, para que aconteçam mudanças, há necessidade de conscientização ambiental e reeducação da sociedade na maneira de usufruir dos recursos naturais. Há a percepção dos atores sociais de que há convergência das premissas do desenvolvimento sustentável com a dinâmica do crescimento econômico, fator esse primordial para a continuidade do progresso local.

Palavras-chave: colonização, percepção social, progresso, meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of social actors in relation to the environmental impact caused by the actions of territorial expansion and development at Sinop / MT, analyzing the context Sinop, progress and environmental impact. It was used the case study as a research method and the qualitative approach to research concerning the nature of the data. It was used field research to collect empirical data through semi-structured interviews applied to key actors in society, and literature search to review the concepts of progress and the current conception of the term development, the issue of globality and world- systems, of the colonialism played again in the history of occupation of the territory, of the environmental impact resulting from the expansion of territorial occupation and the current convergence for sustainable development. It was also carried out a research on the politics and dynamics of occupation of the Amazon and Mato Grosso land and on the history of colonization of Sinop. For data analysis, it was used the content analysis, guided by Laurence Bardin (1977), following the footsteps of pre-analysis, material investigation and processing of results, taking as parameters keywords and variables defined for the study. The results show the dynamics of socio-environmental and economic transformations of Sinop and the perception of actors social about the changes occurring in the city, faith in progress and the environmental impact of development actions and territorial expansion. We concluded that, in the perception of social actors, the occupation of space was based on the use of natural resources to bring progress to the region, mainly due to the expansion of agribusiness; however, this process of occupation is part of a historical context by the strategies policies of occupation of the Amazon, and that, to change it, there is need for environmental awareness and reeducation of society in the way of enjoying the natural resources. There is the perception of social actors that there is convergence of the premises of sustainable development with the dynamics of economic growth, which is essential for the continuity of local progress.

Key Words: settling, social perception, progress, environment, environmental impact sustainable development.

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ACES	Associação Comercial e Empresarial de Sinop
ATPFs	Autorização de Transporte de Produtos Florestais
BASA	Banco da Amazônia S.A.
CEMAT	Central Elétrica Matogrossense
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DETER	Sistema de Detecção de Áreas Desflorestadas em Tempo Real
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GINI	Coefficiente de medida de desigualdade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMEA	Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ME	Modernização Ecológica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,
Polamazônia	Programa de Polos agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODES	Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia

Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SANEMAT	Serviço de Água e Saneamento do Estado
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SINDUSMAD	Sindicado dos Madeireiros da Região Norte de Mato Grosso
SINOP	(Colonizadora) - Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná
SITICOM	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário da Região Norte do Estado de Mato Grosso.
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SR	Sociedade de Risco
SUCAM	Superintendência de Combate a Malária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i> (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas)
WWF	<i>World Wide Fund For Nature</i>

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - BR-163 – Nov. 1972	61
Foto 2 - Trechos da BR-163 na década de 80, na temporada de chuvas	61
Foto 3 – Estrada para Vera, em 1974	78
Foto 4 - Primeira abertura onde hoje é Sinop – 1972	80
Foto 5 – Sinop em 1972	81
Foto 6 – BR-163 - 1973 – Movimento de caminhões	85
Foto 7 – BR-163 - 1973 – Precariedade	85
Foto 8 e 9 – Almoço de inauguração da cidade, em 14 de setembro de 1974	86
Foto 10 – Aspectos de Sinop, em 1976	87
Foto 11 – Aspectos de Sinop, em 1979	87
Foto 12 – Visita do Presidente João Batista Figueiredo à Sinop, em 1984	88
Foto 13 – Vista aérea de Sinop, em 2009	91
Foto 14 – Outdoor da Colonizadora em frente ao aeroporto	114
Foto 15 – Manifestação de trabalhadores em 2005, com panelaço	126
Foto 16 – Vista aérea do Parque Florestal	139
Foto 17 – Córrego Marlene	140
Foto 18 – Poluição ambiental – fumaça provocada por queimadas	144
Foto 19 – Poluição ambiental – lixo nas valas de escoamento de água da chuva no centro de Sinop	145
Foto 20 – Plantação de café em Sinop	151
Foto 21 – Atividades madeireiras em Sinop – 1979	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativas anuais desde 1988 até 2008 – Taxa de desmatamento anual em km ²	68
Gráfico 2 – Total de desmatamento da Amazônia Legal por estado – agosto de 2007 a agosto de 2008	69
Gráfico 3 – Área plantada (em hectares/mil) de soja em Mato Grosso	156
Gráfico 4 - Área plantada (em hectares/mil) de soja em Sinop/MT	156
Gráfico 5 – Rebanho bovino e suíno – 1998 a 2008	159
Gráfico 6 – Crescimento do IDH – Educação – 1980 – 2000	166
Gráfico 7 – Crescimento demográfico de Sinop/MT	169
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto de Sinop – 2007	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planos Estratégicos para Ocupação da Amazônia	53
Quadro 2 – Identificação dos atores-chave da pesquisa	98
Quadro 3 – Slogans adotados pelos prefeitos em seus mandatos	115
Quadro 4 – Evolução das lavouras temporárias em Sinop	155
Quadro 5 – Agroindústrias em Sinop – 2010	159
Quadro 6 – Censo escolar de Sinop – Educação básica	165
Quadro 7 – Número de alunos em cursos superiores em Sinop - 1999 – 2009	166
Quadro 8 – História dos meios de comunicação em Sinop	167
Quadro 9 – Crescimento do número de empresas em Sinop – 2000 a 2008	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa dos Biomas Brasileiros	54
Mapa 2 – Mapeamento de estradas não-oficiais na Amazônia	63
Mapa 3 – Dados do DETER do desmatamento na Amazônia, janeiro e fevereiro de 2010	71
Mapa 4 - Amazônia Brasileira – desmatamento acumulado	72
Mapa 5 - Estado de Mato Grosso – desmatamento acumulado	72
Mapa 6 – Mapa do trajeto para abertura de Sinop	79
Mapa 7 – Desmatamento acumulado na região de influência da BR-163 – Sinop/MT.	93
Mapa 8 – Concentração de produção madeireira na área de influência da BR-163 – Sinop/MT	95
Mapa 9 – Produção agrícola na área de influência da BR-163.....	157
Mapa 10 – Rebanho Bovino na área de influência da BR-163	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A TRAJETÓRIA DA IDEIA DE PROGRESSO.....	25
1.1 Crescimento <i>versus</i> decrescimento	30
1.2 O <i>Sistema Mundo</i> , a globalização e a colonialidade	32
1.3 Desenvolvimento e questões ambientais	37
1.4 O desenvolvimento rural – a biotecnologia agrícola no contexto global do desenvolvimento econômico.....	39
1.5 Desenvolvimento Sustentável.....	42
1.6 Integração entre desenvolvimento e meio ambiente: Modernização Ecológica.....	47
2. O DESAFIO DE LEVAR O PROGRESSO À AMAZÔNIA MATOGROSSENSE....	49
2.1 Uma rodovia para o progresso – O custo socioambiental da construção da BR-163	59
2.2 O impacto ambiental do desenvolvimento na Amazônia Matogrossense.....	67
3. A HISTÓRIA DE SINOP - UMA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E ORGANIZADA.	76
4 SINOP: PONTOS DE VISTA DIVERSOS.....	97
4.1 Sinop, “uma terra de oportunidades”	99
4.2 A colonização.....	102
4.3 Meio ambiente e natureza.....	107
4.4 Progresso e Desenvolvimento.....	110
4.5 Ações e Leis Governamentais	122
4.6 Utilização dos recursos naturais em Sinop e impacto ambiental.....	136
4.7 Desenvolvimento Sustentável.....	145
4.8 Transformações socioeconômicas do município de Sinop/MT - 1979 a 2009.....	150
4.8.1 <i>A agricultura</i>	150
4.8.2 <i>Indústria madeireira</i>	160
4.8.3 <i>Educação</i>	164
4.8.4 <i>Meios de Comunicação</i>	167
4.8.5 <i>Crescimento demográfico e econômico</i>	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
ANEXO	189
APÊNDICE A	193

INTRODUÇÃO

Para onde vamos? De cara contra o muro. Estamos a bordo de um bólido sem piloto, sem marcha a ré e sem freio, que vai se arrebentar contra os limites do planeta.
(LATOUCHE, 2009, p. XII)

O paradoxo do progresso permeia questões essenciais na sociedade. Entender as percepções sociais que envolvem o contexto do progresso é instigante. A quem e para que serve o progresso? O domínio do desenvolvimento econômico, pautado numa lógica capitalista, de uma racionalidade econômica e tecnológica, de uma produção sempre melhor e maior, atingirá seu ápice?

Produzir requer recursos, sobretudo naturais. O crescimento demográfico, ocorrido principalmente a partir da segunda metade do século XX, requereu um aumento na produção que, atrelado ao progresso tecnológico e às prerrogativas da obsolescência planejada¹, concebida pelo modo de produção capitalista, ampliou a exploração territorial, abrindo novas fronteiras até então mantidas intactas. A natureza continuou sendo a provedora dos recursos, visando a atender às necessidades humanas. A era industrial, apontada como promessa de progresso ilimitado e como solução de problemas dos seres humanos, cuja promessa não atinge seus objetivos (FROMM, 1976), é considerada também como um marco da intensificação da degradação ambiental no planeta (BARBIERI, 2004).

Enquanto o sistema capitalista considera a natureza como posse, sua exploração irrestrita para o progresso adentra em zonas ilegais da exploração do meio ambiente e tem como base um modelo de desenvolvimento que poderá tornar-se insustentável. Sua insustentabilidade se apoia na suposta lógica das prerrogativas do desenvolvimento capitalista com o desenvolvimento ecologicamente correto, discutido amplamente por Eder Jurandir Carneiro (2005) ao abordar sobre a *Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento*

¹ O conceito de *obsolescência planejada* relaciona-se a pouca durabilidade dos produtos. Dessa maneira, os consumidores necessitam trocá-los com mais frequência. Também é uma estratégia utilizada pelas empresas para que os seus produtos tornem-se desatualizados, incrementando o mercado de reposição. No livro *Marketing: conceitos, casos e aplicações*, de 1982, Charles Schewe e Reuben Smith relatam diferentes formas de obsolescência planejada de produtos.

A *obsolescência planejada* teve seu berço nos Estados Unidos e foi planejada a partir da primeira metade do século XX para que houvesse maior consumo, maior giro de produtos e ocorresse, dessa maneira, o crescimento da economia. Seu precursor foi o analista de vendas Victor Lebox, conselheiro econômico do presidente americano Dwight Eisenhower (1953-1961), visando reerguer a economia após a Segunda Guerra Mundial. Na visão de Lebox: *A nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo o nosso modo de vida, que tornemos a compra e uso de bens em rituais, que procuremos nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas em um ritmo cada vez maior* (www.administradores.com.br, acesso em 06/06/2010).

Sustentável, revelando a contradição que há no conceito “desenvolvimento capitalista ecologicamente sustentável” (p. 44).

Justamente na lógica do desenvolvimento, pautado no contexto do crescimento econômico, é que o Brasil, a partir dos meados do Século XX, caracterizou-se por profundas mudanças econômicas e por políticas expansionistas. As décadas de 60 e 70 foram especialmente marcadas por um processo de expansão e industrialização. O país vivia o chamado *milagre econômico brasileiro*. Paul Singer (1989, p. 9) diz que “Após 1968, o ciclo de conjuntura no Brasil entrou numa fase de crescimento acelerado. Taxas de crescimento extremamente elevadas foram alcançadas e mantidas, enquanto a inflação declinava [...] tudo contribuía para a reencenação do velho *ufanismo* sob nova roupagem: o *milagre econômico*”.

A Floresta Amazônica entrou no eixo da exploração econômica e dos grandes projetos capitalistas nacionais. Projetos governamentais vislumbraram a ocupação do *vazio demográfico* da região, idealizando uma nova era de progresso para o país. Progresso salienta-se, pensado em intensificação de produção e consumo.

Enaltecendo-se as necessidades emergentes de crescimento econômico, a colonização dirigida para a região amazônica fazia parte da política econômica e social do Estado. A indústria se expandia e o incentivo à abertura de novas fronteiras agrícolas e a exploração das riquezas naturais eram consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país. José de Souza Martins (2009) se refere à Amazônia como a última grande fronteira da América Latina, e seu movimento de ocupação, fruto de projeto de expansão capitalista, veio acompanhado de uma história de destruição, aliada a sonhos e esperanças.

Os projetos governamentais de expansão da fronteira amazônica fomentaram a iniciativa privada e o espaço passou a ser cenário de intensa transformação, amparada pelo escudo de levar o progresso aos mais remotos rincões do país, como destaca Octavio Ianni (1979, p. 12), e ancorada também, essa mesma transformação, em razões de “segurança e desenvolvimento”. Projetos de construção de malhas viárias são desenvolvidos como parte do plano governamental de Integração Nacional (PIN²). A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), iniciada em 1970, representava, e ainda representa um importante corredor da expansão econômica da região, e, sobre suas vias, muito da história da colonização regional foi construída. Esse corredor expansionista tornou-se a via de alargamento da fronteira

² Plano de Integração Nacional, implantado em 1970 pelo governo militar.

amazônica, especialmente para cidades do norte do estado de Mato Grosso, na Amazônia matogrossense³.

Para que a política de colonização e desenvolvimento da região realmente se concretizasse, era necessário que no lugar da floresta fossem implantadas cidades, projetos de edificações, infraestrutura básica para apoio aos migrantes, que, dessa maneira, permaneceriam na região. Os projetos de colonização foram iniciativas que tinham “como meta principal a transformação da paisagem local, ou seja, a floresta deveria ser retirada para dar lugar às edificações” (SELUCHINESK, 2008. p. 2). Rosane Seluchinesk salienta que assim também atenderia a outro objetivo do Estado, que era tornar o espaço um local “civilizado”.

A região norte matogrossense, integrante do bioma amazônico, tornou-se, em pouco tempo, em uma região de grande potencial como produtora de gêneros alimentícios, além de se transformar em um “espaço social” (IANNI, 1984) com o deslocamento de indivíduos de regiões do nordeste e do sul do país para colonizar suas terras. Incentivos federais e empreendimentos particulares transformaram, em pouco tempo, muitos espaços de selva em verdadeiros canteiros de obras, modificando os espaços e edificando cidades. Sob a égide do progresso, fronteiras agrícolas eram exploradas, (re)criando novas realidades.

O estado de Mato Grosso se insere no cenário nacional e mundial como destaque pelo seu acelerado desenvolvimento. Em função, principalmente do agronegócio, pesquisas do IBGE mostram que no período de 1995 a 2007, o estado acumulou um crescimento de 111,5% no PIB, crescendo aproximadamente 10% ao ano. O crescimento que coube ao agronegócio no período foi de 256,9%. O estado do Amapá, segundo com maior crescimento no setor de agronegócio, no mesmo período acumulou 127,8%. O expressivo aumento do PIB avalizou a economia do estado como uma das mais potentes do país, elevando também a renda *per capita* da população, que atingiu a 7ª posição no Brasil, com valor anual de R\$ 14.954,00 (IBGE, 2009). As projeções para o crescimento do setor agropecuário para os próximos 10 anos também são expressivos, principalmente de grãos e carne⁴, fatores que

³ A Floresta Amazônica têm um total de 5,1 milhões de Km². Destes, 550 mil Km² estão no estado de Mato Grosso, que possui uma extensão territorial de 906.806 Km². Portanto, 60% do solo matogrossense é coberto pela Floresta Amazônica (Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso. www.sedtur.mt.gov.br. Acesso em 13/09/2009).

⁴ Estudos realizados pelo IMEA (Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária) projetam que nos próximos 10 (dez) anos, o estado crescerá aproximadamente 49% somente na produção de soja, que superou em 2010, 18 mil/ton. A projeção do crescimento de produção de milho é de 95% para o mesmo período. Os números de abates de animais – bovinos e suínos – também são expressivos. Incremento de 80% para o gado bovino e 180% para o suíno. A produção de grãos em geral deverá crescer nos próximos 10 (dez) anos 60%, passando dos atuais 27mil/ton., para 43mil/ton. Para a produção de carnes, o incremento chega a 116%. Esse crescimento, segundo projeções do IMEA, deverá acontecer pela utilização de áreas degradadas em áreas de produção, pois

geram outro cenário, de conflitos ambientais, na tentativa de reduzir o avanço desmedido de um progresso destrutivo, pois pautou sua expansão econômica basicamente sobre a destruição de recursos naturais, extraindo da natureza toda sua potencialidade, na expansão de grandes extensões de terras para o desenvolvimento do agronegócio.

Após a década de 1950, o estado apresentou um acelerado ritmo de povoamento, conforme demonstram dados do IBGE. Em 1950, Mato Grosso tinha uma população de 528.421 habitantes, o que representava 1% da população do Brasil na época, em uma extensão territorial de 1.231.549 km². Em 1977 é aprovada a lei de separação do estado, concretizada em 1979: ao sul, o Mato Grosso do Sul, ficou com uma área de aproximadamente 358.158,7 km², divididos em 55 municípios; e ao norte, o estado de Mato Grosso, com aproximadamente 906.000 km², divididos em 38 municípios. A população de Mato Grosso em 1979, sem considerar sua divisão, era de 2.386.900 habitantes. Com a separação, em 1980 o Mato Grosso registrava uma população de 940.000 habitantes. Em 2007, dados do censo registraram uma população de 2.854.642 habitantes, tendo um crescimento aproximado de 3 vezes a população em 27 anos e representando 1,50% da população do Brasil (Observar Anexo A, o qual contém dados específicos sobre a população do estado antes da divisão).

No período de 1950 a 2000, enquanto o Brasil apresentou um crescimento populacional de 226,4%, a região Centro-Oeste apresentou um crescimento de 657,8%, sendo uma das regiões que mais recebeu migrantes em virtude da fronteira agropecuária⁵. A política de expansão para o norte do Brasil, em especial para o centro-oeste, na década de 1970, com políticas de fomento voltadas para a região, estimulou inúmeros migrantes a desbravarem as novas terras, supostamente férteis, mas abundantes em riquezas naturais do solo amazônico, buscando melhores condições de vida.

Devido a este processo, em pouco tempo (considerando-se um Brasil de mais de 500 anos), a alteração da paisagem de municípios ao Norte de Mato Grosso mudou sensivelmente em menos de 40 anos: de selva a plantações, de selva a cidades, de selva a boiadas!

Nesta conjuntura, e no auge do desenvolvimento, foram criados após a década de 70 do século XX, somente no norte do estado, mais de cem novos municípios. No ano de 2009, o estado de Mato Grosso tinha 141 (cento e quarenta e um) municípios e somente 9 (nove)

estudos prévios mostram que existem cerca de 9 milhões de hectares aptos a essa conversão. Para a produção pecuária, o crescimento se dará pela intensificação da bovinocultura de corte e especialmente pela transformação da proteína vegetal em proteína animal ainda em solo matogrossense (IMEA, 2010).

⁵ GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Ver Anexo B, que representa a questão da migração até o ano de 2000 no Brasil. Destaca-se a grande incidência da migração para a região Centro-Oeste.

possuíam população acima de 50 (cinquenta) mil habitantes. No norte do estado, somente três municípios têm população com mais de cinquenta mil habitantes: Alta Floresta (51.136), Sorriso (57.799) e **Sinop**, com uma população estimada de 114.051 habitantes, segundo dados do IBGE⁶, a quarta maior cidade, em termos populacionais, do estado. Somente entre os anos de 2000 e 2005, o município apresentou um índice de crescimento populacional de 32,9%.

Sinop modificou suas paisagens em pouco tempo - seu processo de colonização iniciou em 1972, fundada oficialmente em 1974 e emancipada politicamente em 1979 – e tornou-se “um dos projetos mais bem-sucedidos da região amazônica” e “cidade de apoio a outras regiões”, conforme destaque dado pelo Mato Grosso S/A, citado por Ariovaldo Oliveira (2005, p. 111). Transformou-se num polo no norte do estado, e: “ao poucos, definindo sua vocação comercial e industrial para ser cidade de apoio a outras regiões, que antes dependiam exclusivamente de Cuiabá” (OLIVEIRA, 2005, p. 111).

Edison de Souza (2004, p. 17-18) lembra que apesar da distância de um centro maior (Sinop está à 503km de Cuiabá), sua expansão e desenvolvimento foi rápido, recebendo benefícios em curto prazo, como serviços públicos, federais, estaduais e municipais, além de rede de comunicação, como TV e telefone.

Primeiramente, buscou na produção agrícola de café sua fonte econômica. Diante do fracasso do projeto, os primeiros moradores investiram em plantações de mandioca para abastecer a usina local de produção de álcool, projeto idealizado com incentivos governamentais do PROALCOOL, no final da década de 1970. Novamente a viabilidade econômica não se concretizou. É a extração de madeira, iniciada já nos primeiros anos de colonização que vem a ser a principal base econômica do município por quase 30 anos. Com o asfaltamento da BR-163, em 1984, a atividade realmente ganha impulso e promove o crescimento da economia local.

Pautados no desenvolvimento econômico decorrente da extração de madeira, excessos foram cometidos e em pouco tempo, uma cena de devastação da floresta tomou conta da região. Dados de 2005 apontavam Sinop entre os três municípios que apresentavam o maior índice de desmatamento da região Amazônica. Os municípios de Sinop (MT), Juína (MT) e Tucumã (PA) representavam juntos 43% (quarenta e três por cento) do total do desmatamento

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 05/01/2010.

concentrado, segundo dados informados pelo IBAMA⁷. Dados do INPE apontavam que até 2008, Sinop já tinha 63% de sua área total desflorestada (INPE, Projeto PRODES, 2008).

A visibilidade da destruição e da necessidade de preservação da Amazônia tem destaque não só no cenário nacional, mas internacionalmente. A “complexidade da questão ambiental” desperta “conflitos de interesses, fruto das contradições de inserção do país no mercado internacional e da dinâmica interna da sociedade brasileira” (SOUZA, 2008, palestra)⁸. A dinâmica de desenvolvimento de Mato Grosso também é questionada por Edison de Souza, principalmente em relação ao futuro do estado e dos “interesses e a lógica econômica e social desse modelo de desenvolvimento”. Souza enfatiza a necessidade da discussão a respeito dos benefícios sociais do avanço do agronegócio em solo Amazônico, que em seu entendimento é uma “questão política”.

Essa realidade da Amazônia, no limiar do século XXI, é destacada pelo IBGE⁹, que retrata as transformações delimitadas pela expansão do território:

[...] esse espaço regional consolida sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, naquele afeto às mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica desta imensa região.

A ocupação e expansão territorial da Amazônia estimulam os questionamentos sobre a expansão capitalista e a destruição do meio ambiente. No entanto, outros questionamentos, afetos a percepção dos indivíduos que vivem na região, em suas diferentes percepções do papel que representam na construção das sociedades locais também são necessárias.

Conhecer o processo de expansão, e os impactos deste avanço, no município de Sinop, justifica-se pela necessidade de se entender o seu processo acelerado de expansão e desenvolvimento econômico e o impacto causado ao meio ambiente por esse mesmo processo. Além disso compreender, nesse contexto, a visão de atores-chave em relação às dinâmicas de alteração do espaço, de conflitos socioambientais, de progresso e do impacto ambiental, enfim, da percepção social diante da questão *Sinop, Progresso e Sustentabilidade*.

A cidade foi edificada na década de 70 e vem exprimindo, desde então, as premissas da lógica do desenvolvimento econômico pertinente à concepção desenvolvimentista dessa

⁷ IBAMA. *Planos de preservação ambiental tentam barrar desmatamento da Amazônia*. 21/05/2005. <http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=13310&action=news>. Acesso em 03/04/2009.

⁸ SOUZA, Edison Antônio de. *A questão ambiental no contexto regional: desafios e perspectivas*. Sinop/MT, 13 a 17/out/2008. Palestra proferida no II Ciclo de Palestras da Unemat, Departamento de Administração, Ciências Contábeis e Economia. *As organizações do Terceiro Milênio e a Gestão Ambiental Responsável*.

⁹ Site: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm. Acesso em 05/09/2009.

época. Baseando seu desenvolvimento no uso de recursos naturais, em seus 38 anos de história, se transformou numa cidade referência na região norte matogrossense. Conhecer o que aconteceu com o local requer rever um pouco da política de expansão do Brasil após os anos de 1950, mas também requer a análise de outras premissas, relacionadas a um contexto de *Sistema Mundo*, em uma era de *globalização econômica*, temas de amplo debate de autores como Immanuel Wallerstein e Octavio Ianni, discussão que será desenvolvida no capítulo I.

Partindo de uma situação localizada, de uma visão micro de um processo, porém reflexo e parte de um contexto amplo, não de um local ou ação única, mas de uma representação do que acontece num *Sistema Mundo*, destacando-se uma visão macro para conceber as ações micro é que o presente trabalho teve como principal objetivo analisar a percepção de atores-chave na sociedade na conjuntura do progresso local, visualizando as situações relacionadas ao impacto ambiental provocado pelas ações de desenvolvimento no município de Sinop/MT, no contexto *Sinop, progresso e preservação*. Para que tal objetivo pudesse ser alcançado, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- entender as percepções dos atores-chave da sociedade de Sinop do desenvolvimento local e da preservação do meio ambiente;
- analisar as percepções dos atores-chave em relação ao impacto ambiental consequente das ações de expansão do agronegócio sobre o território;
- identificar a percepção de progresso e de sustentabilidade dos atores-chave da sociedade;
- realizar revisão da literatura sobre os dados históricos do processo de ocupação das terras da Amazônia e Sinop;
- levantar dados sobre problemas e impacto ambiental na região de estudo;
- levantar dados que apontem as transformações socioeconômicas da cidade de Sinop/MT de 1979 a 2009.

As pessoas têm diferentes percepções e reações sobre o ambiente em que vivem, sobre temas e assuntos, e estas percepções estão diretamente relacionadas às suas experiências de vida, suas relações e meios de convivência. A expressão dos indivíduos da percepção ambiental tem significância da visão de sua história e experiências de vida.

Lineu Castello (1996) define a percepção como a representação de códigos, ou dos signos, que fazem parte do ambiente e a partir dos quais, os indivíduos estabelecem as relações com os lugares.

Estudos sobre percepção ambiental vêm demonstrando as relações que os indivíduos têm com o ambiente e apresentam mecanismos para entender as concepções que estes fazem

do meio ambiente e quais parâmetros são utilizados para a formação da consciência ambiental.

Os estudos de percepção ambiental permitem compreender melhor a inter-relação homem/meio ambiente, seus anseios, critérios de julgamentos e condutas, possibilitando conhecer o perfil da conscientização ambiental e cidadania participativa, frente aos vários aspectos da problemática ambiental (NEPA, p. 01).

Ter uma melhor compreensão das relações entre os seres humanos e a natureza, entendendo as concepções, atitudes e relações das pessoas com o seu meio é uma das finalidades das análises sobre a percepção ambiental dos indivíduos em seus espaços de convivência. É a conscientização dos problemas relacionados ao meio ambiente, do impacto ambiental das ações humanas sobre a natureza, de maneira a questionar e rever atitudes e posturas diante do contexto ambiental.

As pesquisas sobre a percepção ambiental das pessoas têm sido utilizadas para se analisar o impacto ambiental em determinadas áreas. No presente estudo, a percepção ambiental foi utilizada para analisar a percepção em relação aos impactos provocados pelas ações de expansão territorial, somadas as percepções sobre o progresso regional e as ações deste sobre o meio ambiente.

Entender as percepções que os indivíduos têm das questões pertinentes à ocupação e transformações do espaço territorial e social de Sinop/MT, das concepções atribuídas ao desenvolvimento e impacto deste ao meio ambiente foi possível a partir das versões partilhadas por diferentes atores sociais, por meio de seus conhecimentos, imagens e valores que cada grupo, em seu contexto e relações sociais, atribui aos temas.

A pesquisa foi realizada na cidade de Sinop/MT, localizada na Região Centro Norte do estado, às margens da BR-163, no quilômetro 505. O município possui uma extensão territorial de 3.194,34 km² e sua densidade demográfica é de 26,54 hab/km². O polo econômico de Sinop é composto por 30 municípios, e uma população total de 718.019 habitantes.

O tipo climático dominante é quente e úmido com duas estações definidas, uma estação chuvosa e uma estação seca, que coincide com o inverno. O período da seca varia de 3 a 5 meses e ocorre entre maio e setembro. As maiores precipitações pluviométricas são registradas nos meses de janeiro e fevereiro (Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, 2002).

Originalmente coberta pela Floresta Amazônica Meridional, presentemente conta apenas com algumas áreas de preservação. Apresenta um relevo levemente ondulado, propício para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e pecuária, com solo argiloso e pequenas áreas arenosas. Seu processo dinâmico de colonização provocou a destruição de boa parte da fauna e flora da região. Atualmente, a cidade é denominada *A Capital do Nortão!*

O presente trabalho de pesquisa foi realizado a partir de uma estratégia de estudo de caso, de natureza exploratória. Nas ciências sociais, o estudo de caso tornou-se uma das principais estratégias de pesquisa, pois proporciona a análise mais abrangente do problema de investigação, lidando com uma variedade de evidências, de problemas teóricos e descritivos (BECKER, 1999).

A opção pelo estudo de caso, além do que é abordado por Howard Becker, ser mais abrangente para analisar problemas levantados, trouxe à pesquisa dados mais aprofundados para a compreensão das percepções das variáveis do estudo pelos atores sociais em relação ao objeto da pesquisa.

O caráter de natureza exploratória da pesquisa deu-se pela busca da familiaridade com o tema. Para Triviños (2007, p. 109) o caráter exploratório é um “estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento”.

A abordagem da pesquisa quanto à natureza dos dados foi qualitativa. Para Maria Cecília Minayo (2000), a pesquisa qualitativa tem a habilidade de incorporar os *significados* como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais. A pesquisa qualitativa busca explicar as relações sociais, o cotidiano, a vivência e a explicação do senso comum. A autora também salienta o caráter qualitativo das Ciências Sociais, já que esta tem como sujeito de estudo “*gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados*” (grifos da autora, 2000, p. 22).

É o revelar do universo dos significados, dos valores e atitudes, que caracterizam o ambiente das relações, dos fenômenos sociais que a abordagem qualitativa permitiu ao desenvolvimento desta pesquisa.

Para a coleta de dados foram utilizados meios diversos. Para os dados primários, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). Por meio das entrevistas pode-se compreender a percepção da ideia de desenvolvimento, sustentabilidade e os impactos ambientais locais dos atores-chave. Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, os quais não apresentaram nenhuma objeção ao fato, visto que era exposto que a entrevista teria um roteiro pré-definido, porem seria uma conversa,

onde, tanto o entrevistado, quanto o entrevistador estariam dialogando sobre os temas abordados. Dessa maneira, foram realizadas observações e diferenciais em cada entrevista.

Foram realizadas dezenove entrevistas, no período de 02 de fevereiro a 10 de junho de 2010. Os atores-chave selecionados para este estudo foram pessoas que representassem alguma entidade, órgão ou associação de classes, da esfera privada e da esfera pública e pessoas que acompanharam o desenvolvimento do município, representado por primeiros moradores, dessa maneira expressando opiniões e percepções de diferentes grupos sociais. Das pessoas entrevistadas muitas acompanharam o desenvolvimento do município desde seus primeiros anos. Mas também algumas são pessoas que moram no município há pouco tempo e pode-se compreender a percepção de pessoas que chegam à região e dela têm uma perspectiva, visão e conceitos diferenciados daquelas que acompanharam os seus processos de mudanças.

Houve algumas limitações na realização das entrevistas, com atores-chave pré-selecionados, os quais não foi possível agendamento, apesar de inúmeras tentativas. No entanto, utilizou-se de entrevistas concedidas a meios de comunicação, como jornais impressos, revistas, programas televisivos, comunicativos de entidades de classe, onde coletou-se dados sobre a percepção das variáveis da pesquisa de outros atores-chave da sociedade.

Por meio das entrevistas ocorreu uma maior interação entre os atores-chave e o pesquisador, sendo que no decorrer da conversa emergiram posicionamentos, por meio dos quais pode-se compreender aspectos da identidade da pessoa e de suas percepções. Através das entrevistas buscou-se a compreensão das percepções do contexto do estudo, através da linguagem e de expressões.

Para complementar e auxiliar nas análises, também utilizou-se de fotos e imagens. As imagens do espaço da pesquisa, por meio de fotografias, foram utilizadas como complemento do discurso dos atores-chave para comparação com imagens anteriores sobre a dinâmica da alteração do espaço territorial.

Para os dados secundários foram utilizados livros, dissertações, teses, reportagens, sites de pesquisa de dados, leis e projetos governamentais, pesquisas já realizadas sobre o objeto de estudo, jornais e revistas. Os dados secundários deram a base para as análises posteriores do estudo empírico, os quais abordaram o tema partindo de um contexto amplo, de autores internacionais e nacionais, convergindo para o foco da pesquisa, que são estudos realizados na região.

As análises dos resultados dos dados coletados foram por meio da *análise de conteúdo*. Para Laurence Bardin (1977) a análise de conteúdo se constitui de um conjunto de técnicas, que por meio da comunicação dos indivíduos – palavras, frases, expressões - utilizando-se procedimentos sistemáticos, o analista pode inferir as questões repetitivas, expressões que as representem.

Seguindo o método definido por Laurence Bardin (1977), primeiramente foi realizada uma pré-análise de todos os dados coletados. Definiu-se variáveis-chaves, sobre as quais focou-se as análises das respostas. Dentre as variáveis de estudo, abordou-se: a percepção dos diferentes grupos sociais em relação ao progresso e as questões ambientais; as diferenças significativas de percepções atribuídas a questão ecológica entre os grupos de pesquisa; a ideia de desenvolvimento; a ideia de sustentabilidade; o posicionamento, dos diferentes atores sociais, diante da dicotomia do desenvolvimento e da sustentabilidade; a percepção da questão do desenvolvimento e do impacto ambiental no processo de colonização de Sinop/MT. Nas análises, trabalhou-se com as palavras-chave: meio ambiente, desenvolvimento, progresso, impacto ambiental, governo, sustentabilidade, colonização, Sinop, crescimento.

Tendo-se como parâmetro as variáveis e palavras-chave definidas, a segunda etapa constituiu-se de exploração do material, para em seguida realizar o tratamento dos resultados, utilizando-se, conforme orientado por Bardin (1977) de inferências e interpretações. Para a exploração do material organizou-se o material em categorias, conforme as variáveis definidas e palavras-chave, os quais puderem ser codificados para posterior análise. As análises partiram de pressupostos de semelhanças e diferenciações, fazendo comparações de expressões, buscando conceitos associados.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O capítulo I contextualiza, durante um período histórico, a trajetória da ideia de progresso para a atual percepção de desenvolvimento. Traz abordagens sobre a percepção de decrescimento, conceito proposto por Serge Latouche, inserido em um contexto global de um mercado de alto consumo de massa, debatendo o tema como uma possibilidade de uma sociedade de decrescimento. O capítulo faz também uma abordagem sobre os conceitos de globalização, discutido por Octavio Ianni, de *Sistema Mundo*, de Immanuel Wallerstein, de globalização e de colonialidade, conceitos inseridos num contexto mundial e como reproduções em situações localizadas. Faz-se uma incursão a conceitos e estudos sobre conflitos ambientais, tema que repercute em análises do conceito de *Sistema Mundo* e de globalização, em um mundo capitalista de alto consumo e de conseqüente degradação ambiental. O desenvolvimento atual, com apoio da tecnologia e o desenvolvimento rural, nas prerrogativas da *Revolução Verde*

concebem o desenvolvimento ocorrido no campo sob as vantagens da biotecnologia e do progresso, em termos de rentabilidade e lucratividade econômica, questionando o impacto ambiental de suas premissas. E por último, uma breve revisão da bibliografia sobre a lógica do desenvolvimento sustentável em um sistema capitalista de alta produção e consumo.

No capítulo II apresenta-se um breve histórico das políticas de desenvolvimento da região da Amazônia Legal, realizando uma abordagem das ações estratégicas de ocupação dessas terras, principalmente da Amazônia matogrossense, com foco em um dos principais planos que provocou o povoamento da região em estudo, o PIN (Plano de Integração Nacional) o qual possibilitou a abertura de vias de acesso à região. É dedicado um enfoque especial à construção da BR-163 e no impacto da sua concretização para o meio ambiente, bem como ao impacto ambiental desencadeado pelo desenvolvimento da região norte matogrossense ao bioma amazônico.

No capítulo III é realizado um estudo histórico da colonização dirigida e organizada para a região do estudo, Sinop, já relacionando dados coletados por meio das entrevistas e com os fatos históricos pesquisados em livros, revistas e jornais do município.

A análise dos dados coletados com as entrevistas e materiais de apoio foram tratados no capítulo IV. Neste capítulo são apresentados os relatos dos entrevistados, tendo como base as variáveis selecionadas, apresentando-se os resultados da pesquisa e as análises dos dados. Faz-se também a descrição do crescimento socioeconômico de Sinop, considerando-se o período de 1979 a 2009.

Por último, apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa, onde são comentados os resultados do estudo e a relevância deste no contexto acadêmico e social.

1. A TRAJETÓRIA DA IDEIA DE PROGRESSO

Sob o aparato do desenvolvimento e progresso, este se funde, em sua contextualização, com o crescimento econômico. Desenvolver economicamente, eis um dos desafios impostos à sociedade capitalista da modernidade. Desenvolver a economia, concretizar programas sociais, trazer progresso às regiões, a estados, à nação. São retóricos, clichês políticos! São, também, expressões dos anseios da sociedade, pois remete a *bem viver, ser feliz, progredir*.

Em busca do progresso e do desenvolvimento - vocábulos tomados como sinônimos de melhoria, de avanço, de se ir em frente -, o homem supera muitas das suas próprias expectativas e de seus limites, inclusive limites impostos pelas exigências de conduta moral e ética, e até mesmo de respeito, não só a si mesmo, como ser humano, mas também a outros seres vivos e à *teia de vida* que permeia a sociedade.

Toynbee (citado por NISBET, 1985, p. 18), acreditava ser muito “próxima a correlação entre o progresso tecnológico e a decadência moral que o aparecimento do primeiro pode ser usado como um modo bastante preciso de prever o segundo”.

Reafirmando o que muitos autores já discutiram, Edinis César de Oliveira (2006, p. 4 e 5) enfatiza que uma breve análise da realidade já apresenta o “verdadeiro paradoxo” que se apresenta no século XXI. O autor destaca que, por um lado, a economia e a tecnologia apresentam crescimentos sem precedentes; no entanto, em contrapartida, tem-se uma dramática condição social de grande parcela da população mundial e graves problemas ambientais, igualmente sem precedentes. Tudo isso, reforça Oliveira, ainda vinculados a ideia, disseminada pelo mundo inteiro, da “imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento”.

O contexto da sobrevivência humana e dos desejos de consumo, como bem citado pelo autor, no melhor estilo ocidental de alto consumo, desloca quaisquer entendimentos de desenvolvimento a um patamar econômico, conceituando-o como puramente crescimento econômico. É necessário entender-se o significado moderno da ideia de progresso e as nuances que permeiam o discurso contemporâneo, desta maneira entendendo a aderência ao conceito atual de desenvolvimento. A reflexão sobre a historicidade da ideia de progresso faz-se necessária também para que se possam entender, nas análises posteriores, os sentidos atribuídos pelos grupos sociais, dentro do contexto da evolução histórica de Sinop/MT.

Nisbet (1985), em seu livro *História da Ideia de Progresso* buscou traçar a evolução do conceito de progresso, retomando os mais antigos pensadores e filósofos, até a modernidade, fluindo por tais pensadores e contextualizando suas filosofias, suas ideias, suas visões sobre o progresso em cada período.

Ao retratar pensamentos clássicos¹⁰ o autor destaca que alguns dos conceitos dos pensadores da época permeiam entre a ideia de progresso e decadência. Para alguns, o verdadeiro retrato da história da humanidade era de declínio e não de progresso e outros tinham um entendimento ao mesmo tempo de progresso e de decadência.

Dessa maneira, Nisbet (1985) traz a tona filósofos gregos e romanos, de forma a elucidar contestações sobre opiniões de renomados cientistas e filósofos do século XIX de que o conceito de progresso remonta somente ao século XVII, apresentando filósofos que traziam em seus conceitos a ideia firme de progresso, citando desde Xenófanes (final do Séc. VI a. C.), que escreveu “Os deuses não revelaram ao homem todas as coisas do começo, mas os homens, através de sua própria busca, encontram, no decurso do tempo, aquilo que é melhor” que é reforçado por Ludwig Edelsteins como “a primeira declaração da idéia de progresso, na história ocidental” (NISBET, 1985, p. 24). “Os gregos contribuíram com a concepção [...] do crescimento do saber através do tempo e do avanço natural da condição humana que daí deriva” (*op.cit.*, p. 59).

A partir do século XVIII ao XIX, as visões predominantes, como nos apresenta Nisbet, são as que apontam para um desenvolvimento, um progresso evolutivo, contudo num contexto de evolução tecnológica.

Nisbet (1985, p. 181) destaca que:

Durante o período que vai de 1750 a 1900 a idéia de progresso atingiu seu zênite no Ocidente, tanto em círculos quanto em acadêmicos. Era “uma” das idéias mais importantes do Ocidente e transformou-se na idéia dominante, mesmo levando-se em conta a importância crescente de outras idéias como igualdade, justiça social e soberania popular.

Outros conceitos, tais como liberdade, igualdade e soberania popular são discursos da época, contudo, segundo Nisbet, é a ideia de progresso para qual convergem todos os outros contextos.

Neste período, entre os séculos XVIII e XIX importantes filósofos vão desenvolver as reflexões sobre o progresso da humanidade. Dentre os conceitos, o de liberdade, unindo ao progresso. Turgot, Gibbon, Adam Smith, Kant são alguns exemplos mencionados por Nisbet,

¹⁰ NISBET faz um retrospecto da ideia de progresso que remonta pensadores clássicos desde o Século VIII a. C.

os quais difundiram a liberdade do indivíduo de “pensar, trabalhar e criar” (p. 189). Desta maneira, o progresso poderia sim, ser estabelecido, segundo aqueles pensadores.

Para Adam Smith, o progresso humano fundamentado principalmente no progresso econômico é “o esforço natural de todo indivíduo para melhorar sua condição” (NISBET, 1985, p. 200). Mais, diz que “ao perseguir seu próprio interesse, muitas vezes promove mais efetivamente o (interesse) da sociedade do que quando realmente pretende fazê-lo” (*op.cit.*, p. 201).

Em carta escrita por Benjamin Franklin, em 1788, direcionada ao Reverendo John Lathrop, também se observa a expectativa do progresso evolutivo, em trecho transcrito por Nisbet (1985, p. 208):

[...] há muito que me impressionam os sentimentos [...] de crescente felicidade do gênero humano graças às melhorias da filosofia, na moral, na política e até mesmo nas facilidades da vida quotidiana através da invenção e aquisição de instrumentos práticos e de utensílios; assim, quase desejei que o meu destino me tivesse feito nascer daqui a dois a três séculos. Tanto as invenções quanto as melhorias são férteis, gerando descendentes semelhantes a si próprios. Hoje em dia o progresso é rápido.

A ideia de progresso de Smith e Benjamin Franklin atribui à liberdade individual e a capacidade de cada indivíduo de evoluir e buscar, por meio de seus esforços e de “melhoria econômica”, a melhoria de vida e conseqüente felicidade. O progresso, portanto, traz às pessoas felicidade. Já em 1780, Franklin havia escrito “É impossível imaginar a altura à que poderá elevar daqui a mil anos o Poder do Homem sobre a Matéria” (NISBET, 1985, p. 209).

Le Goff afirma que progresso é um conceito ocidental, e que a *ideia de progresso*, até o final do século XVI, não havia se manifestado (SOUZA, 2004, p. 219). Nisbet (1985) diz que no século XX a ideia de desenvolvimento inicia seu processo de difusão, mesmo tendo arraigados ainda a ideia de progresso, herança dos liberais clássicos do século XIX.

Em 1949, o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman dá um novo significado para o contexto do desenvolvimento. Truman eleva os Estados Unidos a uma potência que deveria ser seguida, subcategorizando os países do sul como países “subdesenvolvidos”. Truman via os Estados Unidos e os outros países industrializados com superioridade (ESTEVA, 2000). A contextualização da industrialização e alta tecnologia como sinônimos de desenvolvimento e de políticas para que esta ocorresse e beneficiasse a população como um todo, encontra na “destruição” do meio ambiente e na continuidade da pobreza fortes questionamentos.

Em meados do Século XX, especialmente o pós Segunda Guerra Mundial, o termo *desenvolvimento* inicia a substituição do termo *progresso*. Até então, o progresso tinha um caráter de evolução, de passagem de um estágio de inferioridade para superioridade, de um crescimento de conhecimento, de melhoria. “O conceito de desenvolvimento, que sofreu nas mãos de Truman a metamorfose mais dramática e grotesca de toda sua história, empobreceu-se ainda mais nas mãos de seus primeiros defensores, que reduziram a *crescimento econômico*” (ESTEVA, 2000, p. 66).

A ideia de desenvolvimento ganha força no Século XX, conforme destaca Jalcione Almeida, tanto no discurso (neo)liberal como no socialista, tendo o Estado um importante papel de impulsionador da modernidade, do desenvolvimento econômico e técnico. “É dentro do liberalismo que o termo desenvolvimento substitui a noção de *progresso*, que vigorou de forma dominante até a década de 1930” (ALMEIDA, 1997, p. 34).

A partir da década de 1960, países do Terceiro Mundo, na perspectiva de melhorarem suas condições, seguiram pelos mesmos caminhos dos países ricos ou avançados industrialmente, como num processo de imitação do desenvolvimento industrial das nações desenvolvidas. Essas teorias desenvolvimentistas inspiravam-se nos modelos das sociedades ocidentais, de um crescimento pautado em desenvolvimento técnico-científico, socioeconômico, progresso e crescimento (ALMEIDA, 1997).

O pensamento moderno sobre o desenvolvimento age de uma maneira bastante especial na percepção das pessoas. Gustavo Esteva alerta sobre como “O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (2000, p. 61). Essa visão, segundo o autor, parte advinda da evolução do pensamento de Darwin (1859), a qual concebia a transformação como um movimento para algo desejado, para uma forma sempre mais perfeita inicia a própria percepção científica de desenvolvimento e evolução como sinônimos.

A questão do desenvolvimento econômico e de um crescimento pautado sobre a industrialização, o qual proporcionaria as pessoas bem estar já aparece como senso comum para boa parte da população. Entretanto, o ônus do desenvolvimento industrial e tecnológico não demora a aparecer. Além da não erradicação da pobreza e de um impacto ambiental não previsto, a sobrevivência do planeta começa a aparecer como crucial para a continuidade do desenvolvimento dos seres humanos. O desenvolvimento começa a ser visto com outros paradigmas e a preocupação de evitar um desastre ambiental entra no discurso do desenvolvimento econômico.

A noção de desenvolvimento perpassa visões e pré-conceitos, ou paradigmas, como citam os autores Lessa e Dain (1984, p. 251) ao abordarem que “o próprio conteúdo do conceito de desenvolvimento pressupõe a escolha de um paradigma”. Esse paradigma, para os autores, é que o “desenvolvimento é a industrialização” e este remete a “constituição dos setores pesados de bens duráveis, bens de capital e insumos básicos”.

Observa-se, portanto, o desenvolvimento tido como a industrialização e o aumento de uma produtividade que não enfatiza e nem se vincula à prerrogativa de desenvolver economicamente e ser ambientalmente correto; a questão acúmulo de capital e avanço técnico e desenvolvimento econômico como propulsores de uma marcha para um potencial crescimento não se atem a questões ecológicas.

O confronto entre o desenvolvimento econômico e as questões ecologicamente sustentáveis perpassa as fronteiras das ações propriamente ditas e permeiam as mentes e percepções das pessoas com relação às ocorrências do dia a dia e das necessidades de cada indivíduo.

O conceito de desenvolvimento não encontra entre áreas e teóricos grande unanimidade. Encontra-se, no Relatório da UNESCO ancoras para tais reflexões, constatando que um dos grandes problemas é que a economia tem uma visão imediatista, opondo-se a necessidade que o meio ambiente tem de bem estar em longo prazo. É interessante analisar a questão levantada pela UNESCO que “... os custos econômicos apreendem-se em progressão linear, enquanto o impacto da atividade econômica sobre o meio ambiente é acumulativo” (UNESCO, 1999, p. 27 e 28).

Dessa forma, entendendo que o desenvolvimento econômico é a solução para todos os problemas da sociedade, as ações humanas desconsideraram as agressões irreversíveis causadas ao meio ambiente, priorizando os avanços tecnológicos, desde a revolução industrial, iniciada no século XVIII, até o final do século XX, e em certos aspectos perdurando até o tempo presente. Isto é enfatizado no Relatório da UNESCO, ao afirmar que:

O maior problema talvez surja do equilíbrio que automaticamente estabelece-se entre os níveis mais altos de produção – e por inferência, de consumo – e o *desenvolvimento*. A economia e todas as outras disciplinas reconhecem que, na melhor das hipóteses, trata-se de uma meia-verdade. O que é produzido e o fim que é dado ao produto tem igual importância no processo que a quantidade fabricada. Por outro lado, é evidente que o dólar que duplica a renda de uma pessoa pobre, cumpre papel diferente do dólar de acréscimo auferido por um milionário, para quem se trata de uma soma insignificante. Entretanto, em geral, equipara-se o desenvolvimento, quantificado em função de uma única medida técnica – habitualmente o PIB – com o progresso global da sociedade e do bem-estar. Faz parte da

mentalidade do século XX, que considera que o meio é mais importante que o fim e o nível de atividade, mais importante do que os objetivos para os quais ela serve (Relatório da UNESCO, 1999, p. 28).

O conceito de desenvolvimento concebido a partir do Produto Interno Bruto (PIB) de um país considera-o sob o ponto de vista econômico, ou seja, como aumento dos meios de produção e da produtividade. Ao se constatar as agressões que os modelos de desenvolvimento impunham ao meio ambiente, novos paradigmas foram surgindo, visando rever as questões que pautam a dialética do desenvolvimento para garantir a sobrevivência da vida no planeta.

1.1 Crescimento *versus* decrescimento

Serge Latouche (2009) é um dos autores que tem a ousadia de falar em decrescimento, não apenas em parar o crescimento, diminuir seu ritmo, ou os perigos do ritmo de crescimento atual, mas decrescer, ser capaz de atingir um estágio de profundo conhecimento dos males que o homem causa ao planeta a ponto de aceitar um “retrocesso” econômico. Utópico, um mito, uma necessidade ou remota possibilidade? Os dados alarmantes divulgados sobre os perigos do crescimento descontrolado e ilimitado são muitos. Latouche cita como exemplo o Relatório do Clube de Roma, que em 1972, alertava sobre “Os limites do Crescimento”, antecipando sobre a incompatibilidade do crescimento com os *fundamentos* do planeta.

Jurandir Carneiro compartilha as preocupações com a exaustão dos recursos naturais para o consumo humano, pois para ele “a ideia de que *o homem* se defronta com os limites ecológicos à sua existência não passa de uma abstração vazia de sentido” (2005, p. 31). Jurandir Carneiro demonstra as mesmas preocupações ao lançar seus questionamentos e críticas ao desenvolvimento sustentável, supostamente compatível com a ideológica meta de crescimento ilimitado.

Ao fazer a abordagem do tema decrescimento e as prerrogativas para a sua concepção, Latouche argumenta que a palavra:

[...] tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade (2009, p. 4).

Mais profundas são as análises e concepções de Latouche que, baseando-se na teoria de François Flahaut, afirma que a proposta de crescimento atual condena a sociedade a ser um instrumento de mecânica produtiva e o homem um “refugo” de um sistema, que o torna inútil.

As proposições das concepções de decrescimento de Latouche não são prosaicas. Ele não concebe somente o decrescimento pelo decrescimento, pois ele entende que se isso ocorresse no estágio atual da sociedade de crescimento, causaria uma catástrofe, e as proporções seriam desastrosas. Para ocorrer tal decrescimento, é indispensável outra lógica social, de uma “sociedade de decrescimento”.

O autor concilia perfeitamente suas concepções do incremento do consumo (para ele uma “ronda diabólica”) com as concepções de Daniel Bell (1992) e de Agnes Heller (1998). O consumo de massa vem atrelado a três principais fatores de produção: a produção em massa, ao *marketing* e ao crédito (BELL, 1992). Latouche (2009) atribui a publicidade, ao crédito e a obsolescência acelerada e programada, as molas propulsoras da sociedade e “incitações ao crime”.

O crescimento econômico pessoal, com acúmulo de riquezas materiais, impulsionado pelos fatores expostos acima transformou a vida das pessoas em consumo. O *estilo de vida* é o consumo, reflexo de uma economia de crescimento constante e sempre. O consumo de massa, elucidado por Daniel Bell, fez com que a sociedade mudasse estilos de vida, transformasse a estrutura geral de seu funcionamento, as relações, as atitudes. O desenvolvimento que a tecnologia desencadeou tornou acessível a um maior número de pessoas bens que anteriormente estavam longe de seu alcance.

Aliando-se à tecnologia, o *marketing*, por meio de sua capacidade de manipulação, encontra meios férteis para ação, atuando como propagador do consumo na mente das pessoas. Tudo atrelado a outra possibilidade, invenção do capitalismo moderno: o crédito. Diz Bell (1992) que nada seria possível sem a ideia de vender a crédito, sem ter acontecido a grande revolução dos hábitos morais. É a moral protestante dando passagem total ao hedonismo.

Neste aspecto, o autor diz que o que acontece é uma grande mudança histórica na sociedade. A reformulação da economia atende aos anseios das demandas populares, que passam a ser retratadas nos apelos mercadológicos, atendendo seus desejos, aproveitando dos mesmos direitos e benesses do consumo, do lazer e da produção do marketing.

Durante miles de años, la función de la economía fue brindar los elementos cotidianos necesarios para la vida, la subsistencia. Para diversos grupos de clase alta, la economía ha sido la base del estatus y de un estilo suntuario

de vida. Pero ahora, en una escala masiva, la economía se ha engranado con las exigencias de la cultura (BELL, 1992, p. 81).

Enquanto a humanidade vive o consumismo e faz do consumo parte de sua cultura, pensar em uma “sociedade de decrescimento”, como propõe Latouche, parece basicamente utópico. Mas sua teoria não se baseia apenas nos estilos de vida ou cultura do consumo, mas na incapacidade futura de sobrevivência da humanidade que o crescimento traz consigo. Para ele, se o crescimento trouxesse às pessoas bem estar, a vida das pessoas seria uma maravilha e não é isso que acontece. Mesma concepção é a de Erich Fromm (1976), de que o progresso, apesar de sua promessa de bem estar e melhoria da qualidade de vida, apresenta na atualidade uma triste realidade.

O resultado da cultura de consumo e da busca incessante pelo progresso choca-se com os limites naturais da terra, afirma Latouche. É também a advertência da WWF (*World Wide Fund For Nature*), da incapacidade da Terra de regenerar-se tão rapidamente quanto a demanda humana exige. Os recursos são transformados em resíduos mais rapidamente do que os resíduos são transformados em recursos (LATOUCHE, 2009).

Mesmo considerando o decrescimento uma “fonte de sonho”, Latouche procura distinguir o que pode ser real e objetivo, e que há a possibilidade sim, de haver uma reestruturação social a ponto de construir uma “sociedade de decrescimento”. Para isso, é necessário que haja uma “articulação sistemática” composta de oito mudanças interligadas e que se complementam e reforçam, o que chamou de “circulo virtuoso de oito erres: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar” (2009, p. 42).

Um processo moroso, que exige mais que tudo outro erre: reeducação. Significa apreender a concepção de uma nova visão sobre o progresso e reavaliar (o primeiro erre) conceitos, estilos de vida, cultura. Significa frear a imposição da sociedade do consumo para a utópica “sociedade do decrescimento”.

1.2 O Sistema Mundo, a globalização e a colonialidade

Uma das recorrentes palavras do final do Século XX e primórdios do Século XXI é *globalização*. Tornou-se global, enfim, o mundo é globalizado. Diz Octavio Ianni (1997, p. 14) que: “A Terra mundializou-se, de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica”.

Octavio Ianni dedicou parte de seus estudos a análises do processo da globalização, dentro do contexto da mundialização do capitalismo. O autor retomou aspectos históricos e conceituais da globalização, de metáforas utilizadas por autores, tais como “aldeia global”, “fábrica global”, “nova babel” a definições e expressões significativas, como “economia-mundo” e “sistema-mundo”, dois importantes contextos de estudos de autores tais como Fernand Braudel (1985) e Immanuel Wallerstein (1979), “ambos mapeiam a geografia e a história com base na primazia do econômico, na ideia de que a história se constitui em um conjunto, ou sucessão, de sistemas econômicos mundiais” (1997, p. 27).

Ianni (1997) diz que a história moderna pode ser vista como uma história de sistemas coloniais, imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos, contemplando a formação e expansão de mercados, cada vez mais industrializados, urbanizados e ocidentalizados. Nações detentoras de poder, “em cada época articulam colônias, protetorados ou territórios em conformidade com suas estratégias, geoeconômicas e geopolíticas” (p. 25).

Immanuel Wallerstein (1976) parte de um aspecto histórico para desenvolver a noção de *Sistema-Mundo* moderno, conceituando-o como a economia “capitalista mundial”. O autor concebe um *Sistema-Mundo* como um sistema social, que possui seus limites, estruturas, é composto de grupos e de regras de legitimação. A análise de *Sistema-Mundo* parte da formação histórica do capitalismo na Europa, a partir do Século XVI. O *Sistema-Mundo* é comparado a um organismo, que possui um tempo de vida, mudando características ou permanecendo estáveis, onde suas estruturas possuem diferentes momentos, de fraquezas ou de forças, em termos da lógica interna de seu funcionamento.

Para Wallerstein, o que caracteriza um sistema social é a capacidade de ser auto-suficiente: “O que caracteriza um sistema social, em minha opinião, é o fato de que a vida dentro do sistema é praticamente auto-suficiente, e que a dinâmica de seu desenvolvimento é preponderantemente interna” [Original em nota de rodapé] (1976, p. 229)¹¹. Wallerstein desenvolve o conceito de sistema social até para que se possa compreender sua concepção de *Sistema-Mundo*. O que geralmente são descritos como sistemas sociais – cita o autor tribos, comunidades, Estados-nação - de fato não são sistemas totais, mas na realidade, somente aqueles relativamente pequenos, altamente autônomos que podem ser considerados sistemas sociais. E aí se pode conceber a noção de *Sistema-Mundo*, porque estes são relativamente grandes, definidos pela sua autocontenção como uma entidade material econômica, baseada na divisão do trabalho e composto de multiplicidade de culturas.

¹¹ *What characterizes a social system in my view is the fact that life within it is largely self-contained, and that the dynamics of its development are largely internal* (WALLERSTEIN, 1976, p. 229)

A amplitude da concepção de Wallerstein do sistema capitalista está principalmente centrada no fato de que os fatores econômicos operam num campo tal que é impossível a qualquer esfera política o seu controle. Dessa maneira, a expansão econômica num *Sistema-Mundo* é constante. Um *Sistema-Mundo*, diz Wallerstein (1976, p. 230), é aquele em que há “extensa divisão do trabalho”, assim há maior excedente, porque, de certa maneira, possibilita a exploração e dominação de um grupo sobre outro.

O que se destaca na percepção de Wallerstein, segundo Ianni (1997) é a sua contextualização de *economia-mundo* dentro do que ele denomina de *capitalismo histórico*, da sua capacidade de reconhecer historicamente a expansão do capitalismo pelo mundo, em uma rede de processos produtivos que estão interligados, chamadas de *cadeias de mercadorias*, processos dos quais há vínculos e laços que se cruzam, num contínuo princípio de maximizar lucros e acumular capital. Wallerstein prioriza em seus estudos os sistemas coloniais e os imperialistas, fazendo uma distinção entre as grandes potências e as relações que mantêm com as colônias e os países dependentes.

A divisão dos *Sistemas-Mundo* em *impérios-mundo* e *economias-mundo*, por Wallerstein deve-se porque ele pode envolver uma ou mais entidades políticas, transcendendo suas fronteiras. Enquanto o *império-mundo* relaciona-se a grupos culturalmente distintos, mas com um governo central e elites que controlam a divisão do trabalho e apropriam-se dos excedentes, a *economia-mundo* é organizada pela divisão de trabalho integrada *pelo mercado*, fazendo com que regiões tornem-se interdependente economicamente (ARIENTI e FILOMENO, 2007).

Na dinâmica das *economias-mundo* que se abrem as possibilidades para o desenvolvimento de processos dos ciclos geo-históricos de longa, média e curta duração, diz Ianni. Para ele, “O mesmo jogo das forças produtivas, a mesma dinâmica das lutas pelos mercados, o mesmo empenho de inovar tecnologias e mercadorias” em contínuos processos possibilitados pelas economias-mundo, os quais estabelecem a dinâmica progressiva, contudo imprevisível das revoluções que marcam “o nascimento, a transformação, o declínio e a sucessão das economias-mundo” (1997, p. 43).

Wallerstein concebe uma *economia-mundo* como uma clara divisão hierárquica de funções profissionais, de níveis superiores e inferiores. Os níveis mais altos estão reservados para quem tem melhores habilidades e maior capital, pois justamente aí recai a essência do capitalismo, que é a acumulação de capital para quem já tem capital, incidindo no círculo tendencioso da má distribuição econômica, o que amplia as disparidades econômicas e sociais.

No entanto, existe a pretensão de disfarçar essas diferenças econômicas e sociais com os avanços tecnológicos que vêm atrelados ao desenvolvimento econômico da *economia-mundo*. O domínio da tecnologia, de um capitalismo industrial é o imperativo da modernidade. Não há igualdades no crescimento econômico, nem no desenvolvimento tecnológico, pois o sistema capitalista da *economia-mundo* pauta-se no princípio da mais-valia.

É impossível, dentro desse sistema, que todos os países tenham o mesmo padrão de vida, que todos aqueles que hoje são pobres possam "desenvolver-se" e tornar-se tão ricos quanto aqueles que já são ricos agora. Alguns Estados podem mudar de posição e subir ou descer na hierarquia, mas a hierarquia é constante (WALLERSTEIN, 2002, entrevista à Folha de São Paulo).

Diante de tais concepções, em quais argumentos e práticas pauta-se o progresso? O argumento baseia-se na melhoria de vida e possibilidades iguais para todos. A prática baseia-se na mais-valia, no poder econômico, no acúmulo de capital por poucos e na desigualdade econômica como meio de dominação e manipulação. Pauta-se unicamente na lógica do crescimento econômico, do sistema capitalista, em que, segundo Wallerstein, não é igual e jamais será para todos, prevalecendo sempre a hierarquização de padrões de vida.

Ianni (1997) dá especial destaque as concepções de Fernand Braudel e de Wallerstein sobre as atuais movimentações da sociedade global, pois os dois autores, segundo Ianni, priorizam, em seus estudos, os sistemas coloniais e imperialistas. Esse sistema imperialista, de países que mantêm sob seu domínio, centros sub-desenvolvidos para que possam exercer sua dominância, tencionando reflexões sobre o jogo da dominância econômica, nas práticas de mercantilismo, colonialismo e imperialismo, transnacionalismo e globalismo para explicar as práticas da sociedade global atual.

É justamente a temática globalização que Ianni (1997, p. 164) coloca como uma problemática e contraditória questão, destacando para ela várias fases de “integração e fragmentação, nacionalismo e regionalismo, racismo e fundamentalismo, geoeconomia e geopolítica”.

Na concepção de Ivo Carneiro de Sousa, a globalização serve para hierarquizar as “nossas” relações territoriais, sociais e culturais com os outros. Para o autor, descrever a pobreza de determinados países sob um prisma da sociedade global em que se pressupõe viver é uma maneira de explicar porque alguns países não conseguem se inserir na globalização, já que tem como parâmetro as “representações sociais e comportamentos culturais dominantes”. Ou seja, a imposição, ou a exportação, de uma cultura que se tornasse global, numa economia

de mercado dentro de padrões do novo capitalismo, que são difundidos por ONG's e agências internacionais, pressupunha a solução para países periféricos e pobres que estariam imitando e encontrando a felicidade ocidental (2002, p. 138).

As oligárquicas e velhas formas de colonialidade ou de um sistema mundial imperial repetiram-se inúmeras vezes quando o processo de colonização constituiu-se como padrão mundial de dominância e poder. Veja-se pela vertente de Aníbal Quijano (2005), o qual retrata uma América Latina como parte integrante do mesmo padrão de poder que atualmente domina o mundo. Diz ele que “Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder” (p. 9).

Pensar em colonizadores e colonizados, impérios e dominados, na divisão social do trabalho como meio para exploração e dominação e num sistema global, o capitalismo, são as veias mestras das reflexões de Aníbal Quijano (2005). Na exploração do trabalho está, segundo o autor, o cerne das relações coloniais estabelecidas na América. É a colonialidade o padrão de poder que fora/é reproduzido na América e na qual se fundamenta sua globalidade.

Quijano, ao fazer uma brilhante analogia do clássico Dom Quixote em sua fenomenal batalha contra os moinhos de vento, declara a cena perfeita para retratar a imagem histórica do primeiro período da modernidade, um contexto que continua a se reproduzir na América Latina. Quijano aponta para um padrão de poder que se destaca em suas piores tendências, utilizando o termo *planetarização* para identificar a expansão de seus domínios, assinalando a América Latina ainda como “prisioneira da colonialidade do poder e de sua dependência” (2005, p.15). O estabelecimento da globalidade na América é, para o autor, fundamentalmente pautada na lógica da colonialidade, sendo este traço central do novo padrão de poder produzido na América.

No sistema de expansão territorial desenvolvido na região amazônica na segunda metade do século XX, retrata-se o mesmo padrão colonialista capitalista de poder observado por Wallerstein (1979), Ianni (1997) e Quijano (2005). Dado o contexto da globalização da atualidade, projetos de desenvolvimento da região reproduzem o sistema capitalista, bem caracterizado pelos autores no contexto de uma *economia-mundo*.

No Brasil, a região amazônica, nas últimas décadas, foi transformada em “*fronteira* de expansão dos negócios do grande capital nacional e estrangeiro” (IANNI, 1984, p. 164). Este espaço, para Ianni, é incorporado ao processo de desenvolvimento econômico capitalista, reprodução do contexto da *economia-mundo*.

A relação de uma *economia-mundo*, um sistema predominantemente capitalista de alto consumo fomenta, por outro lado, discussões sobre as relações da sociedade com o meio-

ambiente, fato esse marcante nas últimas décadas de colonização dirigida para o interior da Amazônia. Estudos ponderam, a partir de diversos aspectos, a grandeza dos problemas relacionados com o uso dos recursos naturais indevidamente, não somente em proporções locais, mas uma abordagem mais ampla, numa visão planetária de seus impactos, riscos ambientais, conflitos sociais, progresso, desenvolvimento sustentável e movimentos ambientalistas, discutido amplamente por estudiosos brasileiros (ZHOURI et.al, 2005; CARNEIRO, 2005; FERREIRA, 1999; ACSELRAD, 2004; LENZI, 2005) dentre outros importantes estudos e autores.

1.3 Desenvolvimento e questões ambientais

Eder Jurandir Carneiro (2005) aborda questões críticas da lógica do desenvolvimento capitalista enquanto a maneira de apropriar-se das condições naturais para produção de riquezas e da “crise ambiental” que se descortina diante da degradação dos recursos naturais. Jurandir Carneiro trabalha com a concepção de “campo de conflitos ambientais”, noção desenvolvida a partir da teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu.

O *campo*, para Pierre Bourdieu são os "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)" (1983, p. 89). É através da teoria dos *campos* que Bourdieu analisa as relações sociais e é o *campo* a face social, histórica e ideológica do conjunto dessas relações (GRILLO, 2005). Bourdieu discute a lógica da sociedade moderna pautada em relações de força e dos processos que a regulam. Quer dizer, seus estudos abordam análises das relações entre a sociedade e os agentes sociais, dos meios da reprodução social que legitimam as formas de dominação.

Sheila Vieira de Camargo Grillo (2005, p. 15) assim interpreta a dimensão de *campo* de Pierre Bourdieu:

O campo “é uma rede de relações objetivas entre posições” e se constitui em um espaço de lutas, onde os agentes assumem posições segundo quatro coerções: a relação entre o *habitus* – ou seja, as disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, preferências, gostos, capacidade de compreensão das regras do jogo etc -, o capital simbólico - decorrente da posição ocupada no campo e do conseqüente reconhecimento pelos pares - e econômico – proveniente sobretudo da herança e da renda - e as possibilidades e as impossibilidades oferecidas por um campo aos seus agentes, segundo as disposições por eles incorporadas.

A partir da conceituação de “campo” de Pierri Bourdieu, Jurandir Carneiro concebe o “campo de conflitos ambientais”, noção importante para o estudo da percepção social de atores-chave, na abordagem de concepções dicotômicas, conflituosas, de visões, vivências e sentimentos que se apropriam de um espaço social e que envolve as questões ambientais e de desenvolvimento, ou mais especificamente, de crescimento econômico e que se configura como representações de um poder simbólico¹². Assim, Jurandir Carneiro diz que, nos últimos anos, houve uma reconfiguração em torno das discussões da temática ambiental, adotando em seu centro a noção de “conflitos ambientais”, que são:

conflitos que opõem atores sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela apropriação material e simbólica dos territórios. Essa apropriação, por sua vez, pode requerer a preservação/restauração de certas condições de apropriação, que podem ser condições jurídicas (como a demarcação de territórios, por exemplo), naturais (como determinadas propriedades das águas...), cognitivas (o domínio de conhecimentos e técnicas de cultivo...), econômicas (acesso ao crédito agrícola) etc. (2009, p. 5).

Para o autor, a apropriação de “territórios¹³ como *recursos naturais*” para posterior conversão em mercadorias são características de sociedades capitalistas, que visam à acumulação de riquezas, e que ele define como uma “*necessidade estrutural* da territorialização capitalista”, e que opera em três níveis: em “empreendimentos capitalistas”, neste caso valendo-se do poder econômico, tirando vantagem da posição “estrutural” em que se encontram; em segundo, “os interesses de frações do capital, ocupam posições e se digladiam dentro do próprio aparelho de Estado”. Nesse caso, o objetivo é assegurar a apropriação de territórios, mesmo o autor considerando que é uma colonização não absoluta, já que o Estado é responsável pelas condições da acumulação e caso necessário, age “contra pretensões específicas de apropriação territorial capitalista”. E por último, pelo fato dos capitais fazerem parte de “lutas simbólicas pela imposição de determinados significados às formas de apropriação territorial que lhes interessam” (JURANDIR CARNEIRO, 2005, p. 36).

¹² Uma apropriação do conceito de Pierre Bourdieu de *poder simbólico*. Poder simbólico, para Bourdieu é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (1989, p. 8). O espaço social onde ocorrem as relações e interações não são uniformes, mas desiguais, conflituosos e onde ocorrem relações de dominação e poder.

¹³ O autor define *territórios* como “conjuntos formados pelas condições naturais, pelas cristalizações do trabalho humano que com elas se soldam, por um determinado espaço de poder e de conflitos sociais e pelas disputas sobre os significados e usos do espaço” (JURANDIR CARNEIRO, 2009, p. 9).

Investigar as percepções de conflitos ambientais e desenvolvimento de uma região requer a análise de questões levantadas por Jurandir Carneiro, que remete a reflexão da dinâmica das sociedades capitalistas, para os quais os valores estão voltados para a acumulação de riquezas e encontram na apropriação das condições naturais, os recursos para que se possa atingir tais objetivos.

O imperativo da acumulação faz com que a espacialização da economia capitalista implique necessariamente a captura das condições naturais como condições de produção de mercadorias, subsumindo todos os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Assim, a “sustentabilidade” da economia-mundo capitalista tende a se dar à custa da destruição das condições de “sustentabilidade” de outras formas de vida social (JURANDIR CARNEIRO, 2009, p. 4).

Assim, a exploração das riquezas naturais, do impacto ambiental advindo da expansão do agronegócio, da exploração ilegal da madeira, da exploração de minérios e pedras preciosas e da destruição total de espaços naturais justifica-se no “imperativo da acumulação” como aborda Jurandir Carneiro. A expansão “produtiva” de imensas áreas em espaço amazônico está justamente pautada na lógica da acumulação.

1.4 O desenvolvimento rural – a biotecnologia agrícola no contexto global do desenvolvimento econômico

Após a segunda metade do Século XX, muitas mudanças aconteceram no mundo; mudanças tais que abrangeram os modos de produção primária e iniciaram um grande processo de transformação das técnicas de manejo agrícola e das relações entre os seres humanos e os recursos naturais. As relações produtivas dos seres humanos com a natureza implicavam no uso coerente, e de certa maneira respeitoso, pois dependia da natureza e de seus ciclos para obter da terra um adequado retorno, sem agredi-la ou dela tirar toda sua capacidade. Como diz Altieri (2002, p. 7) era um sistema onde “a conexão entre a agricultura e ecologia era bastante forte e raramente se evidenciavam sinais de degradação ambiental”.

No entanto, a revolução tecnológica que compreendeu as relações produtivas e modos de vida das pessoas provocou grandes transformações também nestas relações produtivas dos seres humanos com a natureza, e “conforme a modernização agrícola foi avançando, a conexão ecologia–sistema agrícola foi sendo destruída, já que os princípios ecológicos foram ignorados ou omitidos” (*op.cit.*). Aquela relação de reciprocidade entre os modos produtivos primários deu lugar ao objetivo que tornou-se prioridade na exploração da terra: o lucro.

A *Revolução Verde*, ocorrida no final da década de 1960, início de 1970, foi o modelo que expandiu o uso da tecnologia no campo, por meio da utilização de insumos químicos (pesticidas e fertilizantes), máquinas agrícolas, sementes geneticamente modificadas, beneficiando a produção e exportação de produtos comerciais produzidos, contudo, fomentando os problemas ecológicos e sociais. Tem como seu precursor Norman Ernest Borlaug (ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1970), que iniciou a implantação na agricultura dessa nova técnica de produção, sendo conhecido como o “pai da *Revolução Verde*” (HENRIQUES, 2009). A *Revolução Verde* depara-se, no entanto, com o fracasso da sua principal promessa, que era acabar, ou pelo menos minimizar, a fome no mundo, mesmo que as modernas tecnologias tenham proporcionado o aumento da produção e da rentabilidade agrícola.

A exploração da terra com objetivos comerciais de grande escala desperta o interesse de empresários do agronegócio que se valem de modernas técnicas de manejo e cultivo da terra para dela extrair sua potencialidade máxima. A policultura cede lugar, progressivamente, a monocultura, e esse sistema de cultivo simplifica a biodiversidade, gerando um ecossistema artificial que necessita sempre de maior intervenção humana para que possa continuar produzindo, possibilitando a melhora da produtividade agrícola, por outro lado, elevando os custos ambientais e sociais (ALTIERI, 2002).

A população do mundo em 1950 era de 2,5 bilhões de pessoas. Em pouco mais de 50 anos, basicamente triplicou, passando de 6 bilhões de pessoas no ano 2000 (Relatório da UNESCO, 1999) e previsões da ONU prevêem uma população de mais de 9,5 bilhões para o ano de 2050.

A preocupação inicial com o aumento populacional e a proporcional falta de alimentos que cresceriam numa escala geométrica, diretamente incompatível, tornou-se uma justificativa plausível para a modernização da produção agrícola, proporcionando benesses a outros interesses, quais sejam a profissionalização do campo e a utilização de tecnologias que proporcionassem aumento de produtividade nas áreas cultivadas.

A agricultura industrial moderna, hoje convertida em epítome pela biotecnologia, se baseia em uma premissa filosófica que é fundamentalmente errônea e que necessita ser exposta e criticada, para que dê lugar a uma agricultura verdadeiramente sustentável. Isto é particularmente relevante no caso da biotecnologia, onde a aliança da ciência reducionista com a indústria multinacional monopolizadora levou a agricultura para um caminho equivocado. A biotecnologia percebe os problemas agrícolas como deficiências genéticas dos organismos e trata a natureza como uma mercadoria e, além disso, torna os agricultores mais

dependentes de um setor dos agronegócios que concentra cada vez mais seu poder sobre o sistema agroalimentar (ALTIERI, 2002, p. 10).

As empresas de biotecnologia agrícola se utilizaram de modernas técnicas da ciência para modificar sementes geneticamente e aumentar a produtividade de lavouras, e também modificar a maneira como a terra fora cultivada por milênios. Nas explicações da possível falta de alimentos no mundo, buscaram justificativas para sua expansão, exploração e agressão aos recursos naturais, entendendo “que a fome se deve a uma brecha entre a produção de alimentos e a densidade da população humana ou a taxa de crescimento; e que a engenharia genética é a única ou a melhor forma de incrementar a produção agrícola e, portanto, cobrir as futuras necessidades de alimento” (*op.cit.*, p. 11). O autor também diz que essa justificativa não encontra mais respaldos quando dados apontam para uma produção maior de alimentos, no entanto, sem suprir a necessidade de populações famintas, assinalando que há produção suficiente para prover alimentação para todos, diariamente.

Não encontra respaldo, por exemplo, a justificativa de Altieri no que preconiza o pai da *Revolução Verde*, Norman Borlaug. Segundo ele, sem a utilização de herbicidas, adubos químicos e sementes transgênicas não teriam sido possível acompanhar a produção agrícola na mesma proporção do aumento populacional. Diz Borlaug¹⁴

Não sou contra a agricultura orgânica, mas ela não pode produzir alimentos para 6 bilhões de pessoas no mundo. E não há como garantir uma grande produção sem fertilizantes químicos. A existência dos orgânicos é importante para atender mercados que podem pagar por isso. Eles têm o seu espaço. Apenas não aceito a atuação de grupos extremistas que intervêm na política para bloquear os avanços da tecnologia.

Contudo, a agressão causada ao meio ambiente e o esgotamento de recursos naturais que a *Revolução Verde* provocou desperta não somente interesses, mas necessidade de uma reavaliação de seus padrões de produção. O desenvolvimento científico e tecnológico ocorreu com muita intensidade após a Revolução Industrial, mas com mais intensidade ainda após a Segunda Guerra Mundial. No sistema agrícola, a revisão de seus processos produtivos com a finalidade de atender a necessidade de alimentação de uma população mundial que triplicou em 50 anos, também busca soluções para a produção sustentável.

O surgimento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no setor agrícola como alternativa para a conciliação de grandes produções com o uso sustentável do meio ambiente representa a conformação dessa nova dinâmica tecnológica internacional, em uma economia ainda mais forte e diretamente enraizada na produção e uso do conhecimento (MARTINS, 2008, p. 5).

¹⁴ Entrevista à Revista Globo Rural. Acesso em 02/02/2010.

Inegável o aumento da produção que a tecnologia vem proporcionando aos meios produtivos primários e a concepção do progresso atrelado a tecnologia no campo, pós *Revolução Verde*. No entanto, a tecnologia não está ao alcance de todos, assim como o progresso. Pequenos agricultores muitas vezes ficam à margem dos benefícios da tecnologia, do mundo em desenvolvimento. Contudo, a evidência é clara: a necessidade de conciliar a tecnologia, já inevitável, com uma produção *mais* limpa, evitando os danos irreversíveis ao meio ambiente, já que, em se tratando de desenvolvimento, o meio ambiente parece ser o que sempre sai perdendo. Consequentemente os seres humanos.

1.5 Desenvolvimento Sustentável

Na busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento e a perpetuação da vida no planeta Terra, é que o desenvolvimento ganha um novo “desenho”: o *Desenvolvimento Sustentável (DS)*. Desenvolver e ser sustentável, eis o grande desafio, tanto dos governos, da população, quanto dos meios de produção. O termo desenvolvimento sustentável ganha destaque na década de 1990, “como um campo de reconhecimento da *crise ambiental* em escala planetária e como uma proposição para conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, p. 14).

O Relatório da UNESCO (1999) destaca alguns dos principais pontos de análises e reflexões dos problemas atuais da sociedade que devem ser considerados, ao pensar em *sustentabilidade* do planeta. Dentre as reflexões, dá-se destaque ao problema do aumento populacional, da pobreza, da degradação do meio ambiente e do próprio conceito de desenvolvimento, que atualmente sustenta-se basicamente no PIB, no aumento da produção e na geração de divisas ao país.

Não somente o aumento da população é uma preocupação, mas o aumento e continuidade da pobreza. “A pobreza é, em parte, resultado da tendência atual de crescimento da população e constitui, ao mesmo tempo, uma ameaça a dignidade humana e para o desenvolvimento sustentável” (Relatório da UNESCO, 1999, p. 24). A argumentação parte do princípio de que se as pessoas não têm as necessidades básicas atendidas, sua preocupação não estará na proteção do meio ambiente.

O próprio conceito de desenvolvimento, para pensar as ações de sustentabilidade, é importante em sua concepção. Hoje, a medida de desenvolvimento pauta-se no PIB do país,

no crescimento da produção, no aumento do consumo de bens e serviços, na balança de exportação favorável.

O desenvolvimento sustentável “é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *in* Relatório da UNESCO, 1999, p. 31). Neste contexto, existe a preocupação de se conscientizar no presente, sem perder de vista o futuro, sobre as consequências das ações humanas como benéficas ou maléficas ao que vem depois. “A sustentabilidade comporta a tarefa complexa de reconciliar e tomar decisões sobre reivindicações que se contradizem e de avançar para um desenvolvimento que seja ecologicamente racional” (UNESCO, 1999, p. 26).

Para Pedro Jacobi (1999) a problemática da sustentabilidade assumiu no final do século XX um papel central para discussões sobre a questão do desenvolvimento e nas suas relações entre a coerência do desenvolvimento global e o local. Diante de um quadro socioambiental da contemporaneidade, Jacobi (1999, p. 39) diz que “as ações dos humanos sobre o meio ambiente está causando impactos cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos” e por isso faz-se urgente o repensar das formas de desenvolvimento, respeitando as limitações naturais.

A ideia de sustentabilidade implica na prevalência da premissa de que é preciso estabelecer uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levam em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. Isto também implica em que uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e, muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento (JACOBI, 1999, p. 42).

O autor atribui à restrita consciência social sobre o modelo de desenvolvimento um obstáculo à sua sustentabilidade, o que se reflete nas instituições sociais, nos sistemas de informações e nos valores sociais. Constitui-se um desafio, a mudança de consciência social, revendo os conceitos sobre a utilização dos recursos naturais, estilos de vida e valores éticos, de responsabilidade socioambiental.

É no atual debate sobre a sustentabilidade que autores como Andréa Zhourri, Klemens Laschefski, Doralice Pereira e outros (2005), os quais discutem sobre a discrepância de sentidos, porque há a ideia de conciliar interesses econômicos, ecológicos e sociais,

desenvolvendo ações que mesmo assim, dêem o impulso ao crescimento econômico. Para eles, crê-se na ideia de gestão do diálogo para se chegar a um consenso com determinados segmentos sociais, ou populações locais, tendo-se a noção de que ações técnicas e administrativas possam resolver as questões ambientais e sociais, por meio de medidas compensatórias. Para os autores “os conflitos ambientais extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável” (p. 12).

Com o acontecimento da ECO-92¹⁵ no Rio de Janeiro, em junho de 1992, os discursos no Brasil se intensificaram e receberam uma conotação mais significativa da necessidade da ação sustentável para o desenvolvimento. Os movimentos ambientais no Brasil se inserem na rede internacional da luta ecológica. “A Rio 92 obriga os atores a se situarem num espaço multissetorial, levando sua reflexão e prática em direção ao desenvolvimento sustentável” (JACOBI, 2003, p.16). Há uma percepção efetiva de pensar as “relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado”.

Com o evento da ECO 92 inicia-se uma coesão entre grupos científicos, empresários, acadêmicos, agências governamentais, ONGs, no despertar de uma parceria em busca da preservação e uso sustentável da biodiversidade (JACOBI, 2003).

Mesmo com as diversas discussões, sustentabilidade e desenvolvimento parecem ser conceitos que não convergem na mesma direção. Pensar o desenvolvimento sustentável alude a noção de harmonia entre o conceito de progresso e de preservação, remetendo a necessidade da existência de um mecanismo homeostático.

A expressão “desenvolvimento sustentável”, apesar de ser difundida nas últimas décadas, já remonta ao início do século XX. “Desenvolvimento Sustentável alia o interesse pelo meio ambiente e pela proteção ambiental com obrigações às gerações humanas presentes e futuras” (LENZI, 2006, p. 49). De mãos dadas com outros conceitos, como o da teoria social ecológica e modernização ecológica, buscam alternativas para que o desenvolvimento econômico ocorra, minimizando os efeitos da degradação do meio ambiente, ou, como aborda Lenzi, “reconciliar atividades econômicas com as necessidades do sistema ecológico” (p. 49).

Nesse contexto, Carneiro (2005, p. 27) também salienta que: “A ideia de desenvolvimento sustentável considera necessário e possível compatibilizar o

¹⁵ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92 ou ECO 92, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro.

desenvolvimento econômico indefinido como a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos *recursos* e equilíbrios naturais”.

Contudo, há o problema de a expressão tornar-se “um clichê” (LÉLÉ, *in* LENZI, 2006, p. 90), porque é utilizada por todos, porém, sem uma definição exata do que realmente signifique, sendo, nas Ciências Sociais, uma expressão “crítica e cética”. Apesar de receber críticas de alguns autores sociais e pairar sobre o Desenvolvimento Sustentável uma certa dubiedade, Lash, Szerszynski e Wynne, citados por Lenzi (2006, p. 90) criticam o conceito, mas também vêm no termo a importância de ressaltar “questões como igualdade, justiça e direitos humanos, e também reconhecem que ele incentivou, em sua fase inicial, uma visão cultural e construtivista da relação entre ambiente e sociedade”.

De qualquer maneira Lenzi salienta que, mesmo havendo essa dubiedade sobre o desenvolvimento sustentável, os sociólogos não o criticam unicamente, vendo nele problemas e contradições, mas também reconhecendo sua importância por razões diversas. É um conceito contestável, mas importante na questão política e no contexto do desenvolvimento capitalista do mundo, em uma produção considerada, por muitos, insustentável.

Zhourri esclarece a dualidade existente entre natureza e desenvolvimento, argumentando que:

a natureza é entendida meramente como uma variável a ser *manejada, administrada, gerida*, na velha tradição racionalista burocrática e iluminista, de tal forma a não obstaculizar a concepção hegemônica de *desenvolvimento*. A natureza – como realidade externa à sociedade e às relações sociais - é então assimilada e equacionada apenas como *recurso* para a produção (2004, p. 212) [grifos da autora].

Além disso, buscando a legitimação de tal discurso, continua Zhourri, ONGs e movimentos ambientalistas, que, a princípio, tinham um discurso contra o desenvolvimento, uniram-se em parceria ao discurso do desenvolvimento sustentável. “O *ambientalismo de resultados* incorporou a *negociação* como palavra de ordem” (ZHOURRI, 2004, p. 212).

A perspectiva dos movimentos ambientais, em uma era de ações e efeitos globais, leva a questionamentos referentes à amplitude e resultados requeridos por tais movimentos. As tendências globais da humanidade, a reorganização das classes no contexto desta globalidade, a necessidade de produção em massa para atender a uma demanda crescente, e o despertar para movimentos socioambientais, instiga a analisar o contexto global em que se encontra inserido, considerando-se uma era de comunicação, de troca de informações, mas também de integralização de capitais, contudo que devem convergir para a sustentabilidade da vida.

Latouche (2009, p. 8) tece suas críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável, pois para ele o termo trata-se de um “pleonasma na definição” e de um “oximoro no conteúdo”. “Pleonasma, porque o desenvolvimento já é um *self-sustaining growth* (crescimento sustentável por si mesmo)” e “Oximoro, porque o desenvolvimento não é nem duradouro nem sustentável”.

O autor, mais que isso, vê os princípios da sustentabilidade – responsabilidade e precaução - violados pelos atores do desenvolvimento. Latouche é crítico ao afirmar que “O desenvolvimento é uma palavra tóxica, qualquer que seja o adjetivo com que o vistam” (p. 8 e 9). Não há, na sua concepção, a possibilidade de manter os padrões de desenvolvimento requeridos com as prerrogativas da sustentabilidade preconizadas.

Hervé Kempf, citado por Latouche (2009, p. 10) tece duras críticas às prerrogativas do *desenvolvimento sustentável*, o qual, para ele, tem a única função de “conservar os lucros e evitar a mudança de hábitos quase sem alterar o rumo”. Nada mais ingênuo do que pensar em “outro desenvolvimento”, mesmo que utilizando o adjetivo sustentável.

Jalcione Almeida (1997) discute, à luz das premissas de Carvalho (1991), que, mesmo que os mecanismos do desenvolvimento sustentável possam minimizar o impacto ambiental da produção e consumo, estas últimas encontram-se sob uma racionalidade econômica:

A concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais, inclusive aqueles de taxaço da poluição. Entretanto, esse direcionamento implica alguns questionamentos: esses mecanismos seriam realmente capazes de converter a lógica predatória do mercado em um freio à degradação ambiental? Quem assumiria as consequências sociais desses custos adicionais? Quem assume o preço da preservação ambiental? Persistindo a dinâmica atual, esse repasse de custos à sociedade não aumentaria os níveis de exclusão e desigualdade no acesso aos bens produtivos pelo “mercado verde”, especialmente às populações do Terceiro Mundo? Enfim, mesmo que “maquiado”, com o “rostro” de desenvolvimento sustentável, não permaneceria a lógica, essencialmente predatória, que promoveu em grande parte a atual crise social e ambiental? (ALMEIDA, 1997, p. 50).

Pensar em termos sustentáveis é um grande desafio que o mundo em desenvolvimento não demonstra características plausíveis de efetivar. Mais ainda, pensar em sustentabilidade, dizem os autores Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) no Brasil, uma sociedade tão diversa e desigual, requer uma revolução de eficiência e suficiência. Corroboradas com as questões de Carneiro (2005), sobre as orientações políticas do desenvolvimento – que são capitalistas – para torná-lo ecologicamente e socialmente sustentáveis.

A crítica de Carneiro (2005) à ideologia do desenvolvimento sustentável está justamente na incompatibilidade de seus benefícios com o seu discurso. Ou seja, enquanto a humanidade vive a ideologia do desenvolvimento, não há compatibilidade com a produção nem com os recursos naturais, requerendo, invariavelmente, chegar aos limites de sua disponibilidade, ou seja, o esgotamento dos recursos naturais em prol do desenvolvimento.

Vale ressaltar que os *bônus* do desenvolvimento econômico na atual sociedade vêm impregnados de *ônus* ambientais. Esta temática é coerentemente discutida por Anthony Giddens e Ulrich Beck nas concepções dos autores da Sociedade de Risco (SR) e discutidas por Cristiano Lenzi (2006). Lenzi destaca a convergência do trabalho dos autores nas questões ambientais, do surgimento de uma Sociedade de Riscos, ou seja, que socializa seus riscos, não seus bens, sendo os riscos ecológicos os mais simbólicos.

1.6 Integração entre desenvolvimento e meio ambiente: Modernização Ecológica

É interessante, ao se abrangerem as discussões sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, uma breve análise dos conceitos de Modernização Ecológica, discutida igualmente por Lenzi em sua obra *Sociologia Ambiental*. A Modernização Ecológica (ME), um tema surgido na década de 80, é resultado de amplas discussões e mudanças anteriores, visando a crítica dos “processos de tomada de decisão da política ambiental executadas na década de 1970” (2006, p. 54). Essas críticas partiram de conceitos e sentimentos ambíguos em relação às questões ambientais e de estudos e pesquisas que, por um lado, apontavam os limites do crescimento (citado por Lenzi, Meadows, 1972, com a obra *Limites do Crescimento*), o qual balizava maior necessidade de tecnologia e ciência e, por outro, trabalhos que mostravam a graça de ser pequeno, criticando o estilo da sociedade de consumo e das inovações tecnológicas.

Essa ambiguidade, somada a recessão econômica européia do período e a crescente profissionalização dos grupos ambientais, os quais mudaram a postura para que pudessem fortalecer sua posição política, mudou os rumos dos discursos dos movimentos ambientais, que passaram a buscar caminhos mais amenos para a conciliação do desenvolvimento e do meio ambiente, até porque a opinião pública também precisa ser conquistada para que o discurso tenha mais credibilidade. Dessa maneira, “tornou-se importante para o movimento ambiental ver a economia de mercado e a proteção ambiental como parceiros e não como inimigos” (LENZI, 2006, p. 55).

Assim, os discursos da Modernização Ecológica convergiram para a possibilidade de compatibilidade entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, afluindo, na atualidade, para o discurso do Desenvolvimento Sustentável. Recai, portanto, no discurso do crescimento econômico em perfeita harmonia com a proteção ambiental. São concepções que carecem de uma análise mais profunda, que em Lenzi (2006) reportando-se às pesquisas de Jacobs (1991) assinala alguns pontos essenciais nas relações das forças de mercado com o impacto ambiental. Assim, segundo o autor, os mecanismos para alocar recursos individuais e proporcionar ao mercado um aumento físico de produção já são questões de fortes embates sobre a compatibilidade apontada pela ME e DS. As decisões individuais, de pessoas e empresas, acontecem sem a preocupação com as consequências coletivas. “As forças de mercado se realizam a partir de milhões de decisões tomadas por indivíduos ou firmas que se encontram separadas uns dos outros” (LENZI, 2006, p. 65).

As argumentações de Lenzi mostram que o desenvolvimento econômico e o meio ambiente encontram seus principais entraves nas forças regulamentadoras do mercado, de produção e de uma suposta possibilidade que o próprio mercado venha a proteger o meio ambiente, o que esbarra numa das principais leis que regulamenta esse mercado, a da oferta e da demanda. O consumo impõe maior produção e maior produção pode levar a escassez, o que, da mesma maneira, não garante sua proteção. Ou seja, a exploração acaba sendo além dos limites da própria natureza.

Contudo, numa utópica abordagem sobre o DS, expõe-se como se ela pudesse de maneira impar, integrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente. Mais do que somente a abordagem ecológica, a sustentabilidade previa o harmonioso desenvolvimento de programas capazes de diminuir as desigualdades socioeconômicas, quando pessoas pudessem viver dos recursos naturais sem destruí-los, tirando da própria natureza seu sustento.

Pensar em uma integração entre desenvolvimento e meio ambiente requer mais do que pensar em termos de progresso material. Requer reverem-se os valores do progresso e se pensar em um estágio maior de bem-estar social. Reverter um processo em andamento, no qual se insere o mundo capitalista da atualidade, parece extremamente ilusório. Mas, pensar em manter padrões de status material e amadurecimento econômico e uma tecnologia de ciclos obsoletos menores, levará o planeta ao seu empobrecimento natural. Resta, então, pensar-se em um equilíbrio, que, frente às mazelas da política econômica mundial, parece cada vez mais distante.

2. O DESAFIO DE LEVAR O PROGRESSO À AMAZÔNIA MATOGROSSENSE

Na terceira década do século XX, a economia do mundo capitalista entrava em colapso. Como resultado da grande depressão econômica americana de 1929 e o início, em 1939, da Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 20 e 50, o mundo via-se envolto em grandes transformações e necessitava tomar decisões urgentes sobre seu futuro. No Brasil, a época é marcada por uma grande mudança no setor econômico, a exemplo do restante do mundo, quando o setor industrial, principalmente o ramo metalúrgico, inicia a era de predominância sobre o setor agrário brasileiro (IANNI, 1984; SERRA, 1984).

Inicia-se, então, um período de dominação do capital industrial sobre as velhas oligarquias agrárias, refletindo-se, essa hegemonia, na política, agora francamente favorável ao setor industrial, quando as decisões passam a ser tomadas em função de interesses do setor industrial, nacional ou internacional (IANNI, 1984).

O que acontecia no campo, enquanto o Brasil se industrializava, era a transformação dos meios de produção e a proletarianização do homem do campo. Até porque, após a libertação dos escravos no final do século XIX e da evolução protagonizada pela revolução industrial, o modo como o campo vinha sendo administrado não mais atenderia à “nova necessidade” ou demanda de uma transformação, tanto de consumo, quanto de mudanças culturais. Destaca Ianni (1984, p. 103) que “as formas tradicionais de organização, administração, manipulação dos fatores de produção, etc. revelaram-se insatisfatórias”.

José Arbex Jr. (2005, p. 33) diz que o Presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945 / 1951 - 1954) já anunciava seu projeto de uma “Marcha rumo ao oeste” que mais tarde foi impulsionada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) com a construção de Brasília no Centro Oeste e pelo seu plano de levar a “indústria para o campo”, ou seja, em sua plataforma de governo, “interiorizar o desenvolvimento [...] Com Vargas, pela primeira vez a Amazônia e demais regiões brasileiras seriam, nos anos seguintes, pensadas em termos de integração a um Estado Nacional”.

A Marcha para o Oeste, iniciada em 1938, buscava objetivar as preocupações da ocupação dos grandes espaços vazios da Amazônia, mas as maiores preocupações, além da ideológica e autoritária “unidade nacional e integração”, eram as questões de segurança interna. Naquela época, houve a tentativa de levar nordestinos para trabalhar com a borracha,

pois havia a intenção de projetar novamente o país no mercado internacional neste segmento (CASTRO et. al., 2002).

Dentro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que fora criado em 1953 pelo governo Vargas, o governo de JK implementou o I Plano Quinquenal (1955-1960). JK, desta maneira, inicia o plano desenvolvimentista “que marcaria a história brasileira nos anos 60” (ARBEX JR., 2005, p. 35).

Já no período militar, (1964 – 1985) os objetivos econômicos sustentavam-se na ideologia capitalista, pautada no binômio político de segurança e desenvolvimento. Para tal, o Estado ajustou sua política e estratégias de ações, buscando incrementar a economia interna. Atrair capital internacional foi uma de suas políticas, visando a modernização da economia brasileira, ocupando terras ainda não produtivas, estendendo a área brasileira explorada para cultura agrícola, dos quais os projetos agropecuários na Amazônia começam a despontar. Por outro lado, a mão-de-obra torna-se abundante, graças ao crescimento demográfico, e precisa ser direcionada, para não ampliar os problemas sociais. Complementando a política de crescimento, desenvolve-se a política de exportação, pois os níveis de consumo interno não eram expressivos, era necessário exportar, buscando a premissa primeira, de desenvolver economicamente o Brasil (TEIXEIRA, 2006).

Sob o escudo do lema *Integrar para não entregar*, o governo militar, que assume o poder com o golpe de 1964, intensifica a política de alargamento das fronteiras e a expansão agrícola, dentro de sua política desenvolvimentista incidente na segunda metade dos anos 50, culminando em 1966, com a instituição da Amazônia Legal e a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Contudo, enfatiza-se que para o desenvolvimento da região amazônica, a implantação de importantes malhas viárias que seriam os pontos de ligação entre as “áreas industrializadas e economicamente desenvolvidas” com a “grande fronteira de recursos do país” foram pontos essenciais para sua política de expansão (ARBEX JR., 2005, p. 35 e 36).

Após os anos 60, duas questões vieram à tona na política brasileira: a questão da terra e a segurança interna. Com os problemas sociais ocorridos no Nordeste¹⁶, aliados à questão

¹⁶ As Ligas Camponesas, fundadas em meados de 1940 pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, no Nordeste, veio com o propósito de lutar pelas questões agrárias brasileiras e contra os abusos dos latifúndios, ressaltando a necessidade da definição de novas políticas no âmbito agrário. Primeiramente no Nordeste, lutando por melhores condições de trabalho e direito nos Engenhos. No final dos anos 50, as Ligas começam a ganhar força e expandir sua organização, ocorrendo uma “intensa politização” dos movimentos dos trabalhadores rurais, preocupando-se também com a questão do acesso a terra. Já no início dos anos 60 a Liga veio se fragilizando e com o golpe militar de 1964, cujas lideranças foram presas ou foram exiladas, o movimento diminui os debates e atuação, mas marcou o início de uma nova história nas discussões, lutas e políticas agrárias do país (THIAGO SILVA, 2009).

agrária do sul do país, uma das saídas encontradas foi a abertura de terras da Amazônia para exploração da pecuária e agricultura. Iniciam-se os projetos de colonização das terras amazônicas (IANNI, 1984).

Transformada em fronteira de expansão de capital, a Amazônia foi o escape para resolução de problemas sociais, principalmente do Rio Grande do Sul e da região nordeste. O Rio Grande do Sul era um espaço de grandes lutas por reforma agrária e a transferência de colonos rio-grandenses para a Amazônia era a maneira mais fácil de resolver as questões de luta pela terra. Era a solução para evitar confrontos mais contundentes entre índios e posseiros e impedir a reforma fundiária no Estado (IANNI, 1984). O nordeste brasileiro era cenário da miséria humana, e, da mesma maneira, a transferência destas pessoas aliviaria as tensões locais e a provável consciência social dos governantes. E era, na visão dos governantes, “a solução mais cômoda para o governo nacional e as classes dominantes no Nordeste transferir para a Amazônia as populações *famintas, angustiadas, desassistidas, flageladas*” (IANNI, 1979, p. 48).

É da crise das relações das questões agrárias que surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A década de 70 foi assinalada pela expansão do agronegócio, uma das propostas da *Revolução Verde*, e a repressão militar provocou a quase extinção dos movimentos camponeses. Surge então o MST, cujo principal oponente é o agronegócio. Oficialmente, o MST foi fundado em janeiro de 1984, no Paraná, porém desde 1978 já aconteciam as primeiras reuniões e lutas na questão territorial (FERNANDES, 2008).

Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 4) explica a finalidade da luta do movimento:

Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. [...] Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

José Eli da Veiga (1991) retrata o papel do desenvolvimento agrícola nas sociedades capitalistas, do desempenho das mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que preconizaram a revolução na agricultura e que o autor considera ponto de partida para a agricultura moderna.

O modelo difundido pela *Revolução Verde*, na década de 60, deu suporte e amparou as estratégias adotadas pelo governo brasileiro para solucionar problemas internos no país, aliando tecnologia e expansão territorial agrícola. Sua ampliação encontrou campo fértil com

a abertura das fronteiras agrícolas na Amazônia, fomentando o agronegócio, o que, no modelo arcaico, não poderia ser concebido. Os novos projetos para a região revelaram-se mais ousados que a simples solução de um problema social pautado pela transferência e assentamento de colonos sem-terras vindos do sul e nordeste.

Em função da política de modernização da agricultura iniciada no sul do país, com o intuito de competir no mercado internacional, e a intenção do Estado de ampliar as áreas mecanizadas, é que havia a necessidade de readequar os espaços agrícolas das regiões sul e sudeste do país. No Rio Grande do Sul, a ocupação agrícola era predominantemente por minifúndios. Para mecanizar a região havia a necessidade de reagrupar esses pequenos lotes, por isso o Estado propôs a saída de milhares de famílias agricultoras, oferecendo terras nos estados de Mato Grosso e Rondônia. No Paraná o problema era a superprodução do café, e com uma oferta maior que a demanda, faziam os preços caírem no mercado internacional. Aproveitando-se de uma geada que atingiu muitos cafezais (década de 70), o Governo Federal exigiu a erradicação das plantações. Sem perspectivas locais, os pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores viram na “nova fronteira agrícola” uma alternativa aos problemas de produção do sul do país (BARROZO, 2008).

No contexto da ampliação das fronteiras agrícolas, o Mato Grosso recebe forte incentivo para sua “colonização”. Afinal, como retrata Ianni (1979, p. 48) “... sempre houve, na ideologia dos governantes, a idéia do *vazio demográfico*, *vazio econômico* ou a região a ser efetivamente ocupada pelo *poder nacional*” [grifos do autor].

Os incentivos e planos do Governo Federal eram fortemente apoiadas por farta propaganda divulgada no sul do país, apontando a região norte matogrossense como um local de terras férteis, com incentivos fiscais e financeiros do Estado. Somadas aos problemas vividos pelos colonos no sul, a migração para a região foi uma solução plausível.

Muitos programas compunham os planos de expansão da Amazônia, já no início da segunda metade do século XX, mas os programas mais expressivos tiveram início nos anos 70, quando a malha viária foi expandida na região, o que efetivamente provocou o seu povoamento. O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais planos estratégicos para a ocupação da Amazônia, em diversos períodos.

Quadro 1 – Planos Estratégicos para Ocupação da Amazônia

Ano	Plano	Objetivos
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém – Brasília (BR-010)	Implantar um eixo para ligar a Amazônia Oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR-364)	Implantar um eixo para ligar a porção meridional da Amazônia
1966	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Criada pela Lei nº 5.173, para planejar, coordenar, orientar, executar e promover a ação federal na Amazônia, supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.
1966	BASA – Banco da Amazônia S.A.	Fundado durante a II Guerra Mundial sobre o nome de Banco de Crédito da Borracha, por Getúlio Vargas, em 1966 o governo militar muda o nome para Banco da Amazônia S.A., ou BASA, tendo como objetivo promover o desenvolvimento na região Amazônica.
1967	Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1970	PIN – Plano de Integração Nacional	Interligar a Amazônia a outros centros do país, possibilitando o acesso aos mais importantes centros de desenvolvimento e o escoamento de sua produção. Implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.
1970	Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Realização da reforma agrária, manter o cadastro dos imóveis rurais do país, administrar as terras da união, executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	Polamazônia – Programa de Polos agropecuários e Agromineriais da Amazônia	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana. O programa foi até 1980. Os polos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) foram baseados em pontos focais setoriais, separados, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.
1980	Programa Polonoroeste	Em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso, com financiamento pelo Banco Mundial, criou um novo conceito para um desenvolvimento integrado orientado para a pobreza nas áreas rurais de zona pioneira. Os objetivos do programa pautavam-se na economia, demografia e social. Economia através da promoção da agricultura; o demográfico, evitando o êxodo rural para as metrópoles e encaminhando para a Amazônia; o social, aliviando as lutas por terra no sul e nordeste do país.

Fonte: IANNI (1979); SOUZA, (2004); OLIVEIRA (2005); PINTO (2006); TEIXEIRA (2006).

O primeiro plano, o SPVEA, criado pela Lei 1.806, de 06/01/1953, cria o conceito da Amazônia Legal, não somente por uma questão geográfica, mas por disposições políticas. A Amazônia Legal fica então delimitada nos estados do Maranhão (a oeste do meridiano 44°), Goiás (ao norte do paralelo 13° de latitude Sul, atual Tocantins) e Mato Grosso (ao norte do paralelo 16° de latitude Sul). A Constituição Federal de 1988 amplia ainda mais a região geográfica da Amazônia Legal, passando a ser composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Mato Grosso e parte do Maranhão, numa área aproximada de 5.000.000 Km² (TEIXEIRA, 2006).

Segundo informações do IBGE, dentre os biomas brasileiros, o bioma Amazônico ocupa 49,29% do território nacional.

Mapa 1 – Mapa dos Biomas Brasileiros



Fonte: IBGE (2004)

O Governo de Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967) impulsiona de maneira ímpar o desenvolvimento da Amazônia. Em trecho do discurso “A Indústria Brasileira e a Amazônia” do Presidente, em 1966, na Confederação Nacional da Indústria, transcrita por Castro et. al., (2002, p. 65), constata-se a preocupação do Estado em “povoar espaços vazios”:

a primeira preocupação do País em relação à Amazônia Brasileira, nela incluídas as vastidões do Planalto Central, tem de ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente

da nação, conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, no sentido de assegurar a conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios.

O PIN (Plano de Integração Nacional), que fora implantado pelo governo militar, tinha três importantes diretrizes. Primeiramente, a abertura de rodovias federais, dentre elas a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Esse sistema viário interligaria a Amazônia a outros centros do país, possibilitando o acesso a centros mais desenvolvidos e o escoamento de sua produção. Nas laterais das rodovias, em uma faixa de terra de 100km, deveria ocorrer o projeto de reforma agrária e de colonização, dando início as cidades; e, também, muito importante, o PIN previa a transferência de 30% dos recursos financeiros do abatimento de imposto de renda para os projetos de expansão da região (OLIVEIRA, 2005; IANNI, 1979).

A SUDAM e o BASA, através de incentivos fiscais e crédito subsidiado, ofereceram vantagens irrecusáveis para os empresários do Sul-Sudeste se instalarem na Amazônia. Centenas de empresas, atraídas pelos *incentivos fiscais*, pelas terras abundantes e de baixo custo, e pelo crédito farto e barato, apresentaram projetos à SUDAM, dos quais muitos foram aprovados (BARROZO, 2008, p. 20).

Assim, posseiros, colonos, fazendeiros, empresários dirigem-se para a região. Alguns, como os posseiros e colonos, levando na bagagem somente o sonho do pedaço de terra para produzir e muita coragem. Outros, fazendeiros e empresários, além dos sonhos, poder econômico, político e todo o apoio do Estado para a exploração da região.

Ianni (1984, p. 150) faz um relato de entrevista realizada em julho de 1976, quando conduzia uma pesquisa em Conceição do Araguaia e realizou uma visita ao gerente do Banco do Brasil. A transcrição de um pequeno trecho da entrevista, realizada quando a colonização das terras da Amazônia ainda estava em seu início, retrata a participação do Estado na política de expansão e conseqüente degradação do meio ambiente.

Se eu tiver uma grande extensão de terra com mata e queira desenvolver agricultura, pecuária, vocês emprestam o quê? Se você tiver o título da terra, nós emprestamos tudo. Foi essa a expressão que ele usou. Eu disse: tudo significa o quê? Respondeu: tudo significa tudo; emprestamos para você cortar a mata, queimar a mata e plantar os pastos; emprestamos para cercas e currais, comprar as rezes, iniciar a pecuária; emprestamos tudo. Isto significa que tudo e mais alguma coisa, porque frequentemente os juros são tão baixos que são negativos... Vocês sabem muito bem que o crédito agrícola é altamente generoso e, nesses casos, excepcionalmente generoso.

No ano de 1970, é criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O colono ou parceleiro que adquirisse os terrenos tinham até 20 anos para pagá-los. É bom enfatizar que era obrigação, de quem adquirisse terras, deixar 50% como reserva de mata, o que efetivamente não acontecia. Contudo, para quem adquirisse as terras muitos outros problemas vinham associados, como a distância de centros onde pudessem vender o excedente de sua produção, assistência médica, ou adquirirem terras que não eram férteis para a produção agrícola. E os colonos eram subordinados ao aparelho estatal, por meio do INCRA, e por intermédio do Banco do Brasil, que proporcionava ou não as benesses de crédito e empréstimos (IANNI, 1979).

Antonio Carlos Moraes (2003), citado por Mariana Pinto (2006) elucida que as questões políticas de expansão territorial da Amazônia não consideravam a já povoação por povos nativos. Continua Mariana Pinto enfatizando a perspectiva das terras como “riqueza a ser *conquistada e apropriada*” (p. 26) como se esse território já não possuísse habitantes. Na visão dos governantes, conforme indica o estudo da autora, além de ser um *vazio demográfico*, coberta por mata nativa, era o retrato do atraso brasileiro, onde o progresso ainda não havia chegado. Era necessário que a Amazônia se integrasse ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Para a Amazônia brasileira integrar-se ao progresso, era necessário, portanto, povoá-la, derrubar suas matas, plantar, gerar riquezas, o que Francisco Póvoas retrata quando diz que a crença era que “a riqueza se materializaria com a derrubada da mata e o cultivo de espécies habituais em outras regiões, paralelamente à substituição da cultura nativa” (PINTO, 2006, p. 26).

A colonização dirigida e a colonização espontânea estendem-se por toda a região amazônica. Ou levados por programas governamentais, ou seguindo o fluxo das colonizações particulares. Mesmo as colonizações privadas “o papel do Estado não é pequeno: primeiro trata-se de concessões de terras públicas feitas pela União a empresas de colonização; depois, todos os projetos para a criação dos centros de colonização devem ser submetidos e aprovados pelo INCRA” (SANTOS, 1993, p. 199).

Enfatizado por José Vicente Tavares dos Santos, nota-se que o principal objetivo das empresas de colonização é a comercialização das terras, que são divididas em lotes e vendidas, reproduzindo-se o poder do capital sobre as ações dirigidas de colonização no interior do país. As agências de colonização providenciavam a chegada, a vida social e o sistema agrícola dos colonos e os constrangiam de outras práticas que não as determinadas pelas colonizadoras e cooperativas, não podendo nem mesmo comercializar seus produtos se

não por intermédio destas, sendo os colonos “vigiados” pela política, ou por jagunços das colonizadoras. “[...] o controle social nas áreas de colonização tanto se fazia sobre os homens como sobre o espaço” (SANTOS, 1993, p. 205).

Ianni (1979) destaca que nos projetos agropecuários, havia muita carência de conhecimentos sobre o uso do ecossistema amazônico, e, além de tudo, o INCRA considerava a derrubada da floresta e o plantio de pasto como benfeitorias, que eram necessárias para que tivessem a posse legítima da terra. Os incentivos dos programas do Estado e o desconhecimento da área onde estavam atuando, deflagraram a própria destruição de parte do bioma amazônico.

Com o PIN, que previu a construção da BR-163, a colonização da Amazônia matogrossense deflagra a sua explosão demográfica. Claro que o custo ambiental das ações não pode unicamente ser medido em valores monetários, porque vidas humanas não têm medidas em valor. Em decorrência da maneira brutal de ocupação ocorrida na região, que provocou genocídios e expulsões dos homens das florestas (PICOLI, 2006), as lutas pela terra estendem-se até os dias de hoje. Dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT mostram o número de assassinatos ligados à questão agrária no Brasil. Os dados são mais recentes, a partir de 1997 e podem ser conferidos no Anexo C deste trabalho.

O *vazio demográfico* do norte matogrossense não era tão *vazio* assim, já que na área habitavam várias tribos indígenas, que precisavam desaparecer para a chegada dos colonos, que viam nos índios, além de uma ameaça a sua vida, a probabilidade de que as terras não fossem das colonizadoras, sendo fruto de grilagem. “Diante dessa imagem negativa, as colonizadoras tomavam todas as medidas para que não restasse nenhum traço de que ali existiam, ou mesmo existiram, povos indígenas” (SELUCHINESK, 2008, p. 30).

Os incentivos e propagandas das riquezas encontradas na Amazônia e desmistificada a marca de “inferno verde”¹⁷ até então atribuída a região, a migração, desejada pelos planos implantados pelo Estado, e com o apoio das colonizadoras privadas, efetivamente acontecem. Seluchinesk (2008) diz que um dos motivos para as migrações internas é a mecanização

¹⁷ Veja-se pelo prisma do Colonizador Enio Pipino, empresário, proprietário da Colonizadora Sinop, a prerrogativa atribuída à sua empresa, da desmistificação do “Inferno Verde” e dos desvios das “rotas de migração”. “Os portugueses foram sábios quando, pretendendo resguardar as nossas fronteiras, espalharam a notícia de que a Amazônia era um “inferno verde”, evitando assim que outros povos tomassem conta dela. Ela ficou intacta pelo mito de ser inabitável e impossível de ser ocupada. Mas fomos nós brasileiros que a ocupamos. Mato Grosso foi importante nesse processo e na marcha que começou partindo do portal da Amazônia para ocupar a Amazônia, conseguimos desviar as ondas de migrações que saíam de São Paulo e do sul, com outro rumo, que não era o da Amazônia, mas em direção do Paraguai e norte da Argentina, porque eles desconheciam a existência de uma Amazônia habitável. O mérito é portanto, da Sinop, de desviar essa rota de ocupação criando uma arrancada bem brasileira de pioneiros” (Trecho de entrevista concedida à Revista Contato, julho/1982, in TEIXEIRA, 2006, p. 45).

agrícola, constituindo-se em um dos fatores que incentivou a ocupação da Amazônia. Cita a autora que “As migrações internas ocorrem por elemento decisivo à economia e suas modificações, distribuições de recursos e maior oferta de emprego. Outras causas, como as naturais, as sociais e psicológicas, podem tornar-se muito importante quando associadas à questão econômica” (2008, p. 48). Complementa, no entanto, dizendo que, mesmo havendo justificativa aparente para a migração interna, a questão política é o fator decisivo para que ela ocorra.

A questão da migração relaciona-se também com a perspectiva de se encontrar, em outros locais, melhores condições de vida, atribuindo ao desenvolvimento econômico e crescimento demográfico da região a capacidade de atender essas perspectivas. A esse fato alia-se, principalmente, a questão econômica e atribui-se a concepção de progresso pessoal, por meio do trabalho, o atendimento de suas esperanças.

A abertura de novas fronteiras agrícolas na região amazônica, mas mais especificamente em Mato Grosso, aliviou também a migração para a região sul e sudeste, para a qual era direcionada até a década de 70. Como a política do Governo Federal era de industrializar o campo e os incentivos fiscais contribuía para a derrubada da madeira e posterior ocupação com pecuária ou agricultura, na década de 90 se descortina outra crise, a ambiental, por descumprimentos de leis e abusos cometidos em sua ocupação. Culmina também com a redução de incentivos fiscais e linhas de crédito.

Ocorre, nesse caso, um processo contrário de migração, quando muitos colonos retornaram aos seus estados de origem, tendo como motivos principais as regras para a exploração ambiental, a diminuição das linhas de crédito, o avanço da agropecuária e agricultura mecanizada em extensas faixas de terra, o plantio de soja e a falência dos modelos de pequena propriedade rural. Muitos colonos também abandonaram suas propriedades, ou as vendem a preços irrisórios, para se dedicarem ao garimpo (SELUCHINESK, 2008).

Como o sonho de melhorar de vida com o garimpo dificilmente se concretiza, após certo período de garimpagem, a região deixa atrás de si um rastro de miséria e desolação. E aos garimpeiros, muitos aventureiros na profissão, resta servir ao exército de reserva, de camponeses, operários do campo, ou se acrescentar aos cinturões de miséria das cidades maiores.

Assim, confirma-se o que diz José Vicente Tavares do Santos (1993) que a fronteira gera a exclusão social. Diz Santos, que nesse nomadismo, ou migração dos colonos brasileiros, houve uma produção social da exclusão, sendo esta uma das dimensões das colonizações.

José de Souza Martins (2009, p. 9), na introdução de seu livro *Fronteira, a Degradação do Outro nos Confins do Humano*, com propriedade diz que a fronteira é, “no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam *do lado de cá*, um cenário de intolerância, ambição e morte”. E assim, um mundo de esperanças e de lutas encontra nos espaços da fronteira, sua triste realidade, de um confronto entre o humano e o capital, onde os valores morais e os destinos de vidas humanas têm um preço definido.

Encontros de sociedades e culturas, de índios e civilizados, dos “pioneiros” e civilizadores com o selvagem, o desconhecido e o estorvo ao progresso. É um confronto do camponês, que “mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia” (MARTINS, 2009, p. 13)

A colonização dirigida no Mato Grosso esteve presente no último século. Castro et. al. (2002, p. 60) dizem que “Seu início data da necessidade de uma ocupação do território e fixação de fronteiras geográficas. Nos dias atuais, ela assume a função de propiciar, de fato, a expansão da fronteira agrícola do País”.

O centro-norte de Mato Grosso caracterizou-se principalmente pela formação de grandes latifúndios e projetos agroindustriais. Ao longo da BR-163, os centros urbanos eram construídos e davam apoio aos projetos de expansão territorial. “Nela se impuseram, de um lado, a lógica da articulação entre as empresas de colonização particulares e os colonos e, do outro, a expansão das empresas agropecuárias. Na transversal, a expansão da atividade madeireira” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Foi nesse processo de colonização que as empresas privadas tiveram papel de destaque na expansão das fronteiras agrícolas, pois receberam do próprio Estado a permissão para a comercialização de terras, concebendo o espaço num amplo campo de expansão do capital e da reprodução da colonialidade.

2.1 Uma rodovia para o progresso – O custo socioambiental da construção da BR-163

A construção da BR-163, desde seu início, foi um projeto muito polêmico. Estando entre um dos principais objetivos do Plano de Integração Nacional, o projeto previa a construção e pavimentação de 1.777 quilômetros, ligando a capital de Mato Grosso, Cuiabá, ao porto de Santarém, no Pará. A rodovia foi concretizada, porém a pavimentação, apesar de seus mais de 30 anos de espera, ainda está inconclusa.

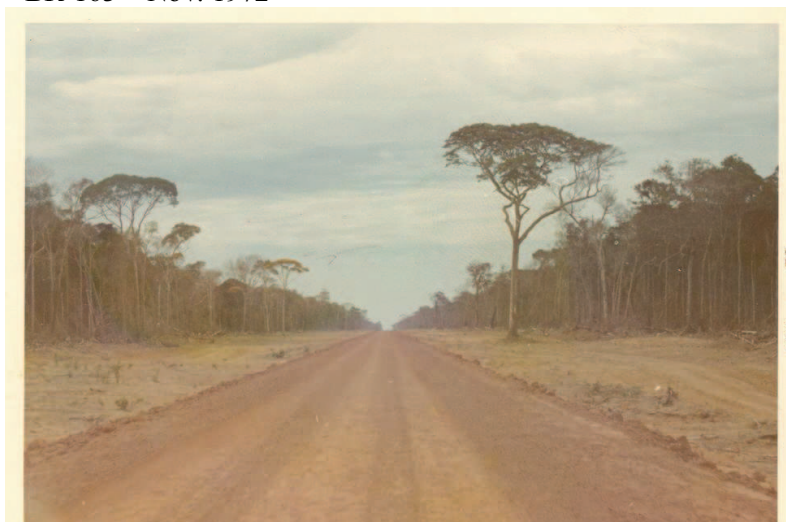
“A estrada é um polêmico projeto, que corta ao meio a Amazônia”, diz Alexandre Gavriloff, que na apresentação do livro *Amazônia Revelada, Os descaminhos ao longo da BR-163*, dá-se destaque ao título da apresentação: *De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos* (2005, p. 13 - 17). Representa a polêmica da construção da rodovia, da política brasileira ao inconcluso, dos conflitos entre brancos e indígenas, da dominância fundiária, do crime da madeira, da violenta exploração territorial, desrespeitando vidas e ambiente, sob o braço ausente do Estado, num trágico esboço do crime e da lei do mais forte.

As obras da construção da BR-163, iniciadas em 1971, ficaram sob a responsabilidade do Exército Brasileiro. Duas frentes de trabalho foram montadas: uma, que partiu do Posto Gil, aproximadamente 150 quilômetros da cidade de Cuiabá, rumando para o norte, estava sob o comando do Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC), e o outro, que desceria para o sul, partindo do interior do Pará para o Mato Grosso, sob o comando do Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC). As duas frentes se encontraram em 1976, após cinco anos do seu início, no sul do Pará, acima da Serra do Cachimbo (ARAÚJO, citado por SELUCHINESK, 2008).

A estrada, cortando a floresta, deixa atrás de si outro rastro: de destruição de vidas. As aldeias e reservas indígenas que foram cortadas pela BR-163, e os posseiros que já habitavam a região precisavam desaparecer para dar lugar aos projetos de colonização. E uma das soluções encontradas pelo Estado foi abrir a área para projetos de colonização privada, maneira mais rápida e fácil de organizar a colonização da região.

A exemplo da BR-364, rodovia construída para ligar o leste ao oeste, Cuiabá/MT a Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, uma obra aprovada em 1960 no Governo de JK, foi pavimentada em 1982, cruzando a BR-163, a pavimentação das rodovias ampliam o impacto ambiental, possibilitando a intensificação das áreas desmatadas em suas adjacências. A BR-364, que fora financiada pelo Banco Mundial, “logo se tornou o projeto mais constrangedor dessa instituição” (FEARNSIDE, 2005, p. 398), e devido a isso, diz Holden (1987), citado por Fearnside (2005), o próprio Banco Mundial cria o Departamento do Meio Ambiente, em 1987, para poder contornar graves problemas ambientais.

Foto 1 - BR-163 – Nov. 1972



Fonte: Colonizadora Sinop.

NOTA: Esta foto e as demais onde se lê "Fonte: Colonizadora Sinop", foram gentilmente doadas para a pesquisadora, em CD organizado pela própria Colonizadora, com acervo de mais de 300 imagens.

A pavimentação, inconclusa, fomenta a polêmica sobre o impacto ambiental da sua conclusão. “O preço da terra aumenta rapidamente quando uma estrada é pavimentada. Isso sustenta a motivação para desmatar a fim de assegurar as reivindicações de posse da terra, incluindo terras para propósitos especulativos” (FEARNSIDE, 2005, p. 399).

Foto 2 - Trechos da BR-163 na década de 80, na temporada de chuvas



Fonte: Colonizadora Sinop.

Não obstante, uma das maiores preocupação de sua conclusão é o alargamento das fronteiras de desmatamento. A pavimentação facilitaria a circulação de migrantes, transporte e construções de sedes, dando origens a novas cidades. No entanto, pode-se ponderar que o não acesso, ou a dificuldade de acesso às regiões recortadas pela BR-163 dificulta também a ação do Estado de sua função fiscalizadora, o que dá margem à impunidade na ocorrência de irregularidades na exploração ambiental. Joanoni Neto e Simões (2008, p. 46) confirmam a efetivação da finalidade da rodovia, como a principal via “de acesso aos futuros espaços de colonização no estado, facilitando a migração interestadual do tipo familiar que predominou no Mato Grosso”, nas décadas de 70 e 80.

O impacto ambiental da construção da BR-163 não se atém simplesmente a sua pavimentação, que obviamente, alargaria suas margens e destruiria as florestas limítrofes a ela. Muitos autores, incluindo Philip Fearnside e citados por ele como exemplo Alencar et. al. (2004), Arima et. al. (2002), Laurence et. al. (2002) discutem a ampliação deste impacto da extensão do desmatamento além das margens da BR.

[...] a pavimentação leva à rápida expansão de estradas “endógenas”, e a exploração madeireira e de desmatamento para distâncias substancialmente maiores... Isso estimula a procura dessas áreas por grileiros – ladrões de terra – que se apropriam ilegalmente delas e conseguem títulos legais frequentemente baseados em documentos falsificados e corrupção (FEARNSIDE, 2005, p. 399).

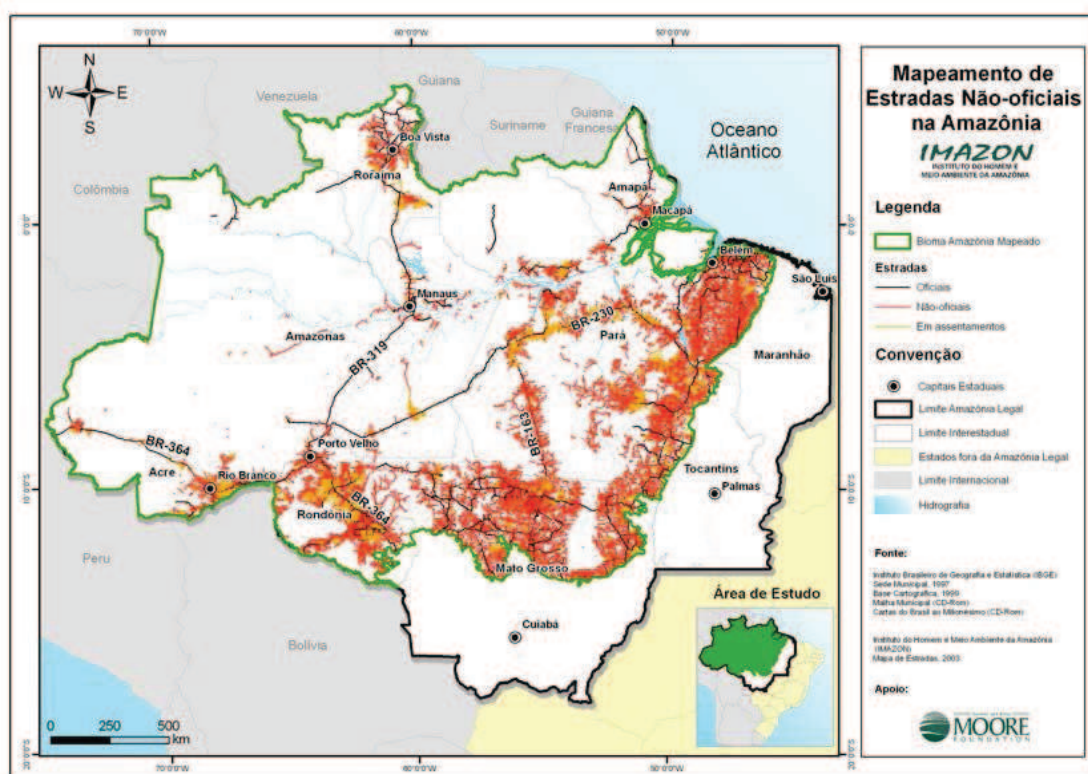
À construção da BR-163 é associado o aumento gigantesco do desmatamento. Sob a área de influência da rodovia, a ocupação da pecuária e da agricultura mecanizada tornou-se mais fácil. A possibilidade de escoamento da produção influenciou grandes projetos agropecuários, além do que, a própria extração e transporte da madeira ficaram facilitados. E do projeto de ocupação inicial que previa o PIN, que se estendia até 100km nas adjacências da BR, não se concretizou, indo além desses limites. A ocupação estendeu-se por floresta adentro, e a grilagem de terras não respeitou os limites da exploração.

Edison Antonio de Souza (2007, p. 51) aborda que, a partir da década de 70, a “configuração espacial da colonização do norte de Mato Grosso [...] desenvolve-se em uma rede urbana que se estende ao longo do eixo rodoviário da BR-163, provocando uma reterritorialização dos *novos e velhos espaços* com implicações políticas, econômicas e culturais” [grifos do autor].

Fearnside (2005) atribui à BR-163 um fenômeno específico: de “fronteira fora da lei”. Para ele, houve uma adaptação dos habitantes de suas adjacências às impunidades, às práticas

ilegais, principalmente ligadas a atividades econômicas e a grupos sociais. Mortes de pessoas que lutavam, ou tentavam lutar contra os desmandos de grupos com poder econômico, não são raros (o autor cita um exemplo, do assassinato de um “grileiro”, que denunciou outros grileiros e madeireiros no Pará, em 2004. Mas outros exemplos podem ser conferidos com os dados do Anexo C, que apresenta números dos assassinatos por questões agrárias no Brasil e na Amazônia, supracitado). Esses fatos fazem parte de uma malha gigantesca de corrupção, exploração e mortes que foi construído juntamente com as cidades e desenvolvimento econômico das laterais da BR-163.

Mapa 2 – Mapeamento de estradas não-oficiais na Amazônia



Fonte: IMAZON (<http://www.imazon.org.br/downloads/index.asp?categ=10>. Acesso em 10/05/2010)

NOTA: As imagens em vermelho representam as estradas não oficiais. Reforçando o que Fearnside aborda, a estrada principal – ver BR-163, BR-364 e outras -, possibilita a abertura de estradas endógenas, o que amplia o desmatamento.

A pavimentação da BR-163, para Fearnside (2005) pode mudar o traçado do atual “arco de desmatamento”, ou “arco de fogo” para um “W”. O arco de fogo se estende da rodovia Belém-Brasília pela divisa da floresta Amazônica e o cerrado, estendendo-se ao longo da rodovia BR-364, da Rondônia ao Acre. A região, cortada ao meio pela BR-163, iria até o

Rio Amazonas, sendo cortada por faixas de clima seco, o que facilita a expansão de fogo, podendo destruir em pouco tempo grandes áreas de floresta, que são ocupadas posteriormente para a agricultura ou pecuária.

Interessante destacar que a BR-163, desde sua concepção, foi sempre considerado um importante corredor de escoamento de produção, ou como um corredor econômico. A projeção, construção, pavimentação, ampliação sempre estiveram voltados para o crescimento econômico da região e não se ateuve a destruição atrelada a sua edificação. Exemplo complementar está no programa elaborado pelo Projeto *Avança Brasil* (PPA 2000 – 2003), constituindo-se em mais uma estratégia para integrar o setor produtivo da Amazônia ao resto do país e ao mercado internacional.

Anterior ao programa *Avança Brasil* ocorreu o Programa *Brasil em Ação*. Dentre suas ações, o programa tinha como objetivos a recuperação das estradas BR-364 e da BR-163; além de asfaltar a BR-174 (Manaus – Boa Vista).

Os investimentos previstos para o Programa *Avança Brasil* estavam concentrados na Amazônia Legal, objetivando implementar quatro corredores multimodais de transporte. O projeto previa a conexão dos territórios, tendo como principais eixos de integração hidrovias, e as duas rodovias, a BR-163 e a BR-174, que também integraria à Venezuela. Esses eixos atravessariam regiões ainda intactas e os impactos seriam enormes (THÉRY, 2005).

Em 2003, um Termo de Cooperação, firmado entre o Presidente do Brasil e os governadores dos oito estados da região Amazônica, dá início a um projeto para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento para a região, objetivando ações que minimizassem os impactos negativos sociais e ambientais da ocupação da região, sob influência da BR-163. Esse plano, chamado de PAS (Plano Amazônia Sustentável), dá as diretrizes para atingir os objetivos destacados, de uma Amazônia Sustentável, visando reduzir desigualdades regionais e implementar um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira (PAS, 2008).

O PAS delimita diretrizes e estratégias que deveriam ser implantadas por meio dos planos operacionais regionais. No caso da área da BR-163, o plano estratégico para implantação das diretrizes foi traçado pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163.

Antes do Plano da BR-163 Sustentável, que inseriu o asfaltamento da Rodovia Cuiabá-Santarém em uma estratégia de desenvolvimento da sua região de influência, as decisões sobre as obras jamais foram integradas a um processo abrangente de planejamento multissetorial para a região, do que resultou um padrão de intervenções autoritárias, com grande impacto

socioambiental, em que raramente as vocações econômicas e os interesses das populações locais foram considerados.

Em muitos casos, a mera expectativa de realização de grandes obras estimula a especulação fundiária, a grilagem de terras públicas, as migrações, a abertura de novas frentes de desmatamento e a ocupação desordenada do espaço. Assim, a recente decisão pelo asfaltamento desta rodovia culminou na elaboração do Plano BR-163 Sustentável, o qual contempla uma estratégia de desenvolvimento para a sua região de influência (PAS, 2008, p. 30).

O PAS desenvolveu diretrizes reguladas no desenvolvimento sustentável da Amazônia, com objetivo principal de respeitar o patrimônio natural, investindo em tecnologia e infraestrutura para que fosse possível desenvolver atividades econômicas para também viabilizar economicamente o povo que vive na Amazônia, mas com uso racional e sustentável dos recursos naturais. Dentre os principais compromissos assumidos pelo programa, destaca-se (PAS, 2008, p. 5 e 6):

- a) o compromisso em promover o desenvolvimento sustentável, valorizando diversidades socioculturais e reduzindo desigualdades regionais;
- b) combate ao desmatamento ilegal e preservação da biodiversidade e recursos naturais;
- c) buscar alternativas para recuperar áreas desmatadas, aumentando sua produtividade e recuperação florestal;
- d) implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico e acelerar a regularização fundiária;
- e) assegurar o direito das comunidades indígenas e tradicionais na região;
- f) proporcionar créditos e apoio para atividades produtivas sustentáveis;
- g) incentivo a pesquisa científica e inovação tecnológica;
- h) reestruturação do sistema multimodal de transportes;
- i) buscar soluções para minimizar os impactos socioambientais das obras de infraestrutura;
- j) garantir políticas públicas que dêem suporte ao desenvolvimento rural sustentável.

De maneira similar aos outros programas, o PAS nada mais visa que o desenvolvimento/crescimento econômico da região e integração de sua produção à economia nacional. Bem por isso, também, prevê como estratégias a adequação de infraestrutura logística, de maneira a poder dar suporte a toda produção ocorrida na região e possibilitar seu escoamento, o que exige um sistema de transporte eficiente, planejamento da construção e ampliação de rodovias, de ferrovias, de portos, aeroportos e hidrovias. Supostamente, toda

essa alteração e infraestrutura, sem impactos ao meio ambiente, trazendo benefícios sociais e econômicos à região.

O Plano BR-163 Sustentável, lançado oficialmente em 2006, parte da premissa básica do desenvolvimento sustentável, ou seja, que é possível conciliar o desenvolvimento regional com o uso sustentável e racional dos recursos naturais e se tornou um plano para a implantação das estratégias desenvolvidas pelo PAS. Este plano prevê o asfaltamento da rodovia seguindo um ordenamento do território, infraestrutura e atividades econômicas que propiciem a melhoria da qualidade de vida social.

O plano também prevê a integração com os planos de ações para controle do desmatamento na Amazônia Legal, destacando algumas ações (PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL, 2006):

a) *Ordenamento Fundiário e Territorial*. Mecanismos que visem eliminar ações de grileiros, regularização de terras públicas, operações montadas pela Polícia Federal para coibir grilagens de terras, assentamentos, realização do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona de influência da BR-163, criação de reservas florestais e unidades de conservação, entre outras;

b) *Monitoramento, Controle e Gestão Ambiental*. Instalações de bases do IBAMA em municípios estratégicos cortados pela BR-163; instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento (SIAD) no Centro Técnico Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), localizado em Belém, constituindo-se em mais um instrumento importante no combate ao desmatamento ilegal da área do Plano BR-163 Sustentável; instalação do Sistema de Detecção de Desmatamento (DETER) permitindo o monitoramento “quase instantâneo” do desmatamento em toda a região Amazônica; realização de operações integradas da Polícia Federal, do IBAMA e FUNAI.

c) *Fortalecimento da Segurança Pública*. Fortalecimento da presença da Polícia Federal e projetos para instalação de postos da Polícia Rodoviária Federal em pontos estratégicos

d) *Infra-Estrutura de Transportes e Energia*. Investimento para a manutenção das BR-163 e BR-230; ampliação de linhas de transmissão e ligação de energia a milhares de domicílios; licitação e construção de 120 Km de estradas em Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projetos de Assentamento – PA; construção de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos PA de Moju e Corta Corda para atendimento de duas mil famílias.

e) *Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis*. Aprovação da Lei nº 11.284 de março de 2006 sobre a Gestão de Florestas Públicas, prevendo a concessão para fins de

manejo florestal sustentável; criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, envolvendo uma área de 16 milhões de hectares; destinado 1,43 milhão de hectares de terras públicas federais compreendidas na ALAP do sudoeste do Pará para a consolidação e expansão da atividade agropecuária nos eixos da BR-163, BR-230 e rodovia Transgarimpeira, e de 2,06 milhões de hectares voltados para o garimpo e a mineração em geral; elaboração, pela ADA, do estudo “Arranjos Produtivos Locais da BR-163: Contribuições ao Planejamento Estratégico Territorial”, com o objetivo de identificar as principais cadeias produtivas e as vocações regionais.

f) Inclusão Social e Promoção da Cidadania. Atendimento do Programa Bolsa-Família; crédito de apoio e habitação para famílias, projetos de desenvolvimento sustentável; combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; programas educativos e atendimento a indígenas.

As reivindicações para a pavimentação da BR-163 são antigas. A perspectiva da população que vive em suas adjacências é de melhoria na qualidade de vida, tendo o acesso facilitado para o escoamento de sua produção, e do desenvolvimento local e regional. Tornou-se também para o Estado uma ação relevante e o programa PAS e o Plano BR-163 Sustentáveis trazem subsídios para que aconteçam ações de infraestrutura, em alguns casos básicos, aliando à tecnologia para minimizar os impactos ambientais.

2.2 O impacto ambiental do desenvolvimento na Amazônia Matogrossense

A necessidade de suprir a demanda de consumo da população intensificou e o sistema capitalista, de acumulação de capital e aumento de lucros, alargou suas fronteiras de atuação, pautando-se na política de desenvolvimento econômico, da exploração de recursos que estavam na natureza para “servir” ao homem e às suas necessidades, justificando a provável falta de comida para a população como um motivo para *destruir e poluir*.

O desenvolvimento da civilização industrial e das técnicas mais precisas de produção agroindustrial aliou o uso intenso de fertilizantes químicos e agrotóxicos às técnicas de industrialização com o uso de combustíveis fósseis, aumentando a acidez dos solos e provocando a destruição de biomas naturais, muitas vezes, de todo um ecossistema (Relatório da UNESCO, 1999).

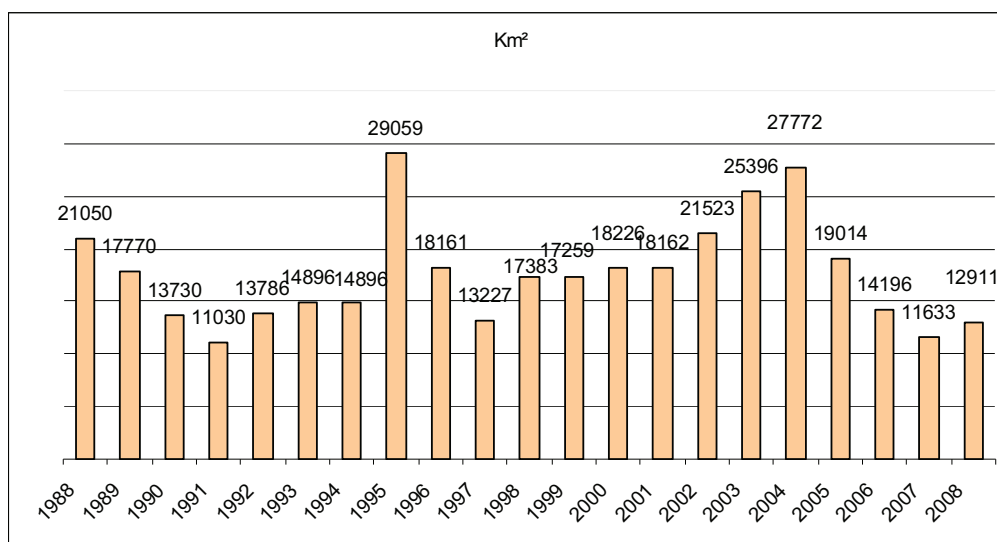
Na Amazônia Legal, a madeira, o gado e a agricultura foram os três segmentos responsáveis pela elevação do índice de desmatamento e da ocupação desordenada da região.

Girardi (2008) destaca dados do ISA (Instituto Socioambiental) abalizando que no estado de Mato Grosso, nos anos de 2003 e 2004, 31% do desmatamento ocorreu em áreas de reservas legais, quer dizer, totalmente “ilegais”. Porém, ressalta Girardi que os dados do ISA não refletem a total realidade, já que são dados somente de propriedades cadastradas no sistema estadual. Os dados demonstram, portanto, que as medidas sustentáveis da Amazônia Legal não são eficazes e que o estado continua a mercê da ilegalidade institucionalizada na região.

O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) monitora e acompanha os índices de desmatamento na Amazônia por meio dos satélites desde 1988, realizado pelo PRODES – Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal. A imagem dos satélites Landsat (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) tem uma margem de erro de aproximadamente 10% e permite acompanhar os focos principais de desflorestamento. Contudo, o acompanhamento é somente de corte raso, ou seja, quando há o corte total da floresta e em espaços maiores que 6,25 hectares.

Os dados do INPE que apontam o desmatamento anual em km² na Amazônia Legal estão consolidados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estimativas anuais desde 1988 até 2008 – Taxa de desmatamento anual em km²



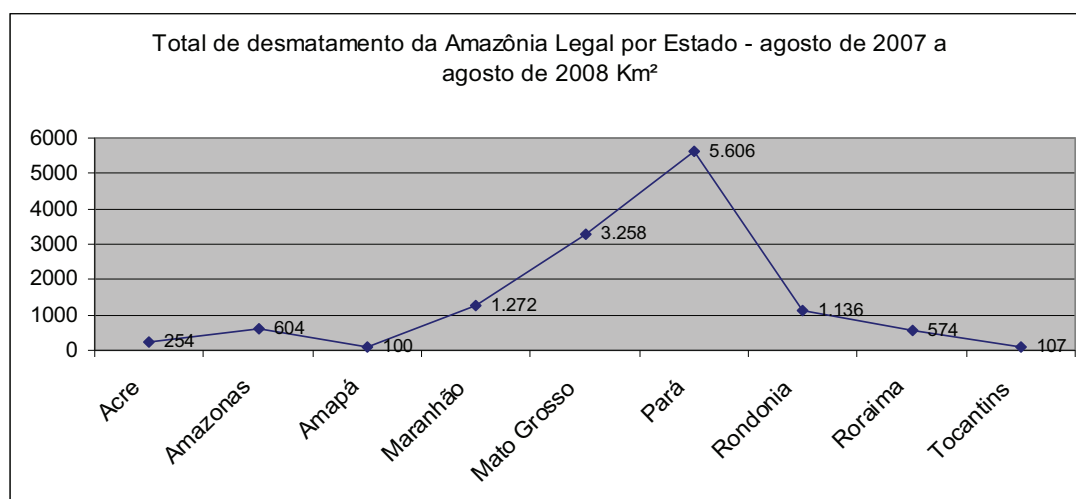
Fonte: Desenvolvido pela autora com base nos dados do INPE – Projeto PRODES.

NOTA: O ano de 1988 representa a média dos anos entre 1977 e 1988.

O ano de 1995 apresentou um índice maior de desmatamento e o ano de 2004, quando já haviam iniciado várias ações do Estado¹⁸ para reduzir drasticamente o desmatamento ilegal, ocorrendo nos anos subseqüentes progressivas reduções, com um pequeno crescimento do desmatamento novamente no ano de 2008.

Os totais de desmatamento da Amazônia Legal acompanhados pelo INPE em um ano de monitoramento, agosto de 2007 a agosto de 2008, somaram 12.911 km². Ao Mato Grosso coube 25% do total desmatado, superado apenas pelo Pará.

Gráfico 2 – Total de desmatamento da Amazônia Legal por estado – agosto de 2007 a agosto de 2008



Fonte: Desenvolvido pela autora com base nos dados do INPE – Projeto PRODES.

A abertura de novas vias de acesso e a concretização da BR-163 facilitou a ocupação do espaço norte matogrossense e amazônico. Com a construção de vilas e cidades e a melhoria nas condições de vida das pessoas que se instalavam na região, o número de famílias que buscavam a reconstrução de suas vidas e melhores condições financeiras aumentou, transformando as paisagens locais.

A intensificação da exploração resulta em danos maiores, já que requer a construção de mais estradas, o uso de equipamentos de extração maiores e, conseqüentemente, a abertura de pátios maiores. A derrubada de várias árvores grandes sem planejamento leva à abertura de grandes clareiras. As clareiras ficam ainda maiores durante o arraste, quando toras de até 25 metros são puxadas para os pátios [...]

¹⁸ Desde 2002 funciona o projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) controlado pelas Forças Armadas. A Polícia Federal, por meio da operação Arco de Fogo nos Estados da Rondônia, Mato Grosso e Pará, fiscaliza permanentemente as regiões onde ocorre o desmatamento. Outros projetos, como “Operação Guardiões da Floresta e fiscalizações permanentes do IBAMA e planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento tem contribuído para diminuir o desmatamento ilegal. (www.ipam.org.br, acesso em 06/11/2009).

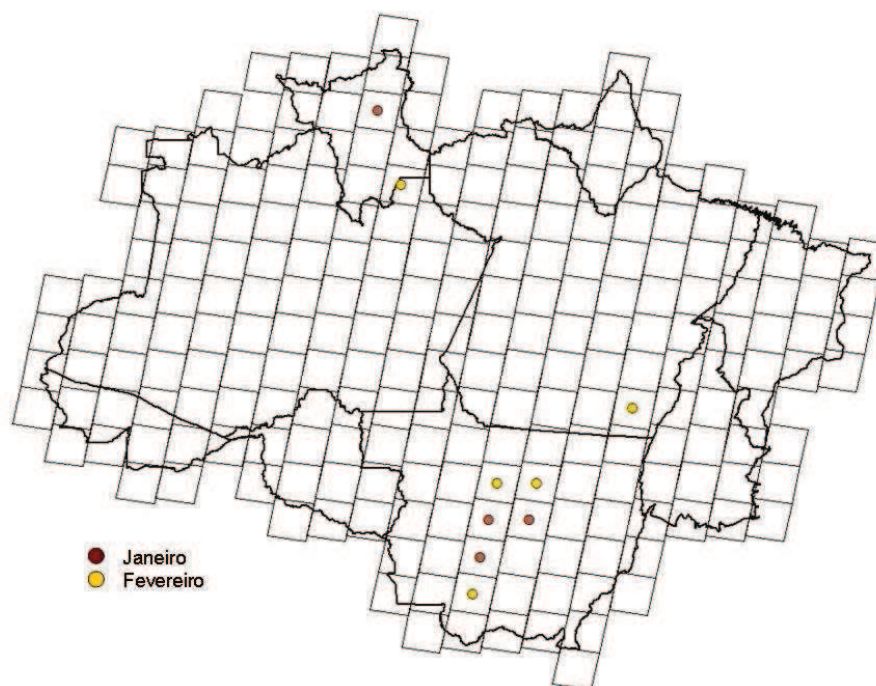
Os impactos secundários da exploração também são drásticos. A floresta explorada intensivamente é altamente suscetível a incêndios. A luz penetra no interior da floresta através das clareiras e seca a matéria orgânica morta (fólias, troncos e galhos), tornando-a combustível. Os incêndios florestais têm sido muito frequentes na Amazônia. O fogo usado para a limpeza de áreas desmatadas e pastagens escapa para áreas exploradas. Um primeiro incêndio florestal rasteiro pode matar 40% das árvores restantes. A morte destas árvores cria mais combustível (galhos e troncos caídos) que pode resultar em um incêndio devastador subsequente. Neste caso, mais de um século seria necessário para a recuperação da floresta original. (GREENPEACE, 2001, p. 2).

À medida que o tempo vai passando, as técnicas de devastação vão se aprimorando e acelerando! No início era o machado e foice, depois a motosserra, finalmente o correntão (dois tratores unidos por uma corrente grossa, uma distância entre 50 a 100 metros cada um, arrastam a corrente levando tudo a sua frente, arrancando às árvores pela raiz). Além dessa técnica, o desfolhante químico, passado de avião, tem seu efeito devastador. Ariovaldo Oliveira (2005) contabiliza a devastação: machado e foice, seis pessoas derrubam em seis a oito dias, um hectare de mata, de motosserra, apenas um homem faz isso em dois dias. O correntão tem seu efeito devastador expresso em números também: cinco pessoas em um dia derrubam de quarenta a cinquenta hectares de mata. Sem comparação, o desfolhante químico *destrói* cem hectares de floresta em apenas meio dia!

Apesar das várias ações e medidas adotadas para diminuir o desmatamento, os dados continuam alarmantes. Somente nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, 208,2 km² da Amazônia foram destruídas, considerando o corte raso e a degradação progressiva. No Mato Grosso se concentraram 69% das derrubadas, ou seja, 143,4 km² (INPE, 2010).

No mapa da Amazônia Legal, que mostra cenas TM/Landsat utilizadas para qualificação dos alertas de janeiro e fevereiro de 2010 (INPE), pode-se observar a concentração de incidência no estado de Mato Grosso, especialmente na região centro-norte.

Mapa 3 – Dados do DETER do desmatamento na Amazônia, janeiro e fevereiro de 2010



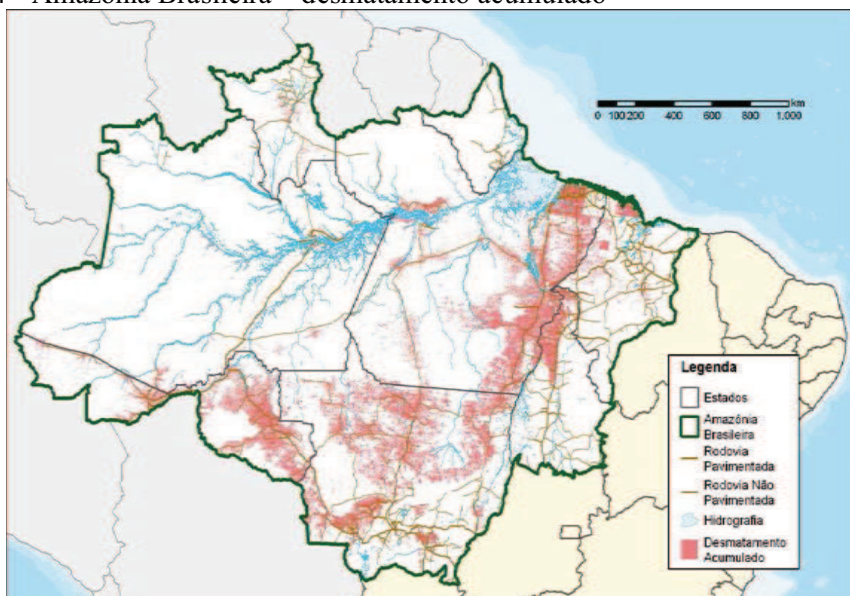
Fonte: INPE (2010, p. 9)

Observando o Mapa 3, acima, e os Mapas 4 e 5, a seguir representados, pode-se verificar a concentração do desmatamento acumulado na região norte de Mato Grosso. O desmatamento é expressivo em toda a extensão da Amazônia Legal dentro do estado. Mato Grosso, segundo dados do Sistema Prodes, consolidados pelo IPAM, detém a maior taxa de desmatamento acumulado: “até 2008, havia sido desmatada uma área total de 132.305 km², média de 6.300 km² por ano” (IPAM, 2009). Corroborando com o histórico de ocupação das terras da Amazônia matogrossense, entre 1992 e 2005, o estado apresentou as maiores taxas de desflorestamento, com uma média anual de 7.434 km², informa o Instituto.

O fato é que a Amazônia está rumando para um desenvolvimento insustentável. Estudos de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV) indicam que o local pode caminhar para um processo de savanização já que o solo amazônico é pobre em nutrientes. O que garante a exuberância vegetal da Amazônia é sua auto-sustentação. Sem a cobertura vegetal original, adicionada a sua deficiência nutricional, a regeneração da floresta é lenta. Além disso, o desmatamento causa outro fenômeno, que é redução da ocorrência de chuvas, mais um fator limitante para a regeneração florestal. E no norte de Mato Grosso, o estudo aponta um grau nulo de recuperação. A savanização acarretaria uma perda enorme ao bioma amazônico, sendo o estado de Mato Grosso com maiores possibilidades de ocorrência

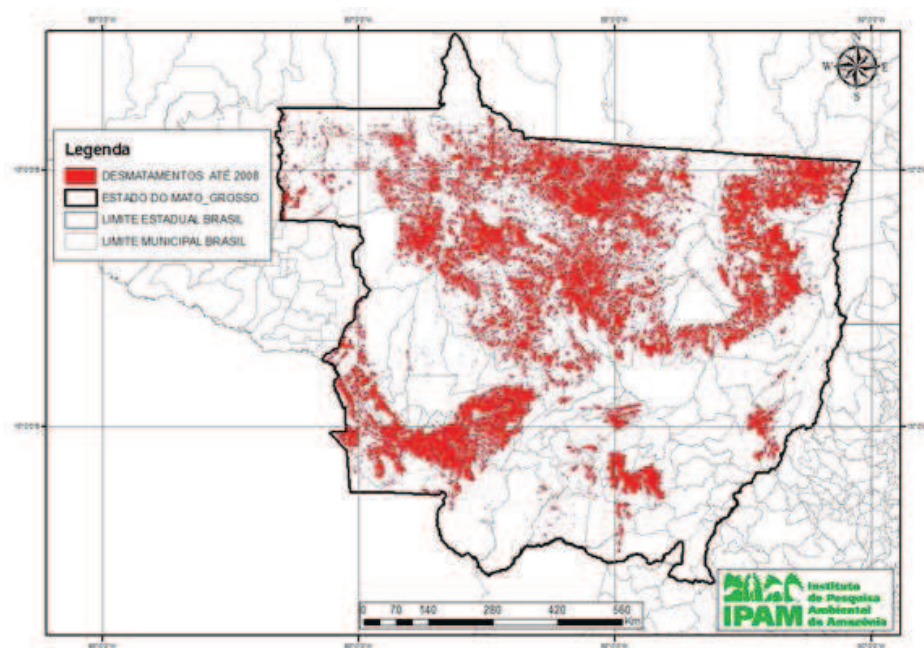
(SENNA, 2009). Estudos realizados pelo IPAM mostram que 50% das chuvas que caem na Amazônia são produzidas pela própria floresta. É um processo chamado de *evapotranspiração* e a redução das áreas de floresta comprovaria pesquisas da UFV, de que ocorreria redução de chuvas devido ao desflorestamento.

Mapa 4 - Amazônia Brasileira – desmatamento acumulado



FONTE: PAS - Plano Amazônia Sustentável (2008, p. 105).

Mapa 5 - Estado de Mato Grosso – desmatamento acumulado



Fonte: IPAM (2009, www.ipam.org.br, acesso em 11/05/2010)

A concentração do desmatamento, conforme se observa no mapa, tem maior incidência em porções norte e oeste do estado. No centro-norte, onde se localiza o município de Sinop, há uma grande incidência de desmatamento.

Vários fatores cooperaram para que os índices de desmatamento aumentem significativamente ao longo do tempo. Os incentivos fiscais e econômicos do Estado contribuíram grandemente para que a região expandisse economicamente e se integrasse ao sistema produtivo do país. Justamente atribuindo aos períodos econômicos e incentivos do Estado, é que estudos desenvolvidos por Fearnside (2005a, p. 115-116), mostram uma relação entre variações na taxa de desmatamento com fatores macroeconômicos, o que leva o autor a atribuir a grandes investidores a responsabilidade do desmatamento. “[...] a disponibilidade de capital e o índice de inflação, é uma indicação de que a maior parte desse desmatamento é realizado mais por aqueles que investem em fazendas médias e grandes de criação de gado, que por pequenos fazendeiros que usam a força de trabalho familiar”.

Outro fator que comprova as afirmações da responsabilidade do desmatamento está na área de maior concentração de desflorestamento, que coincidem com as áreas de maior concentração de latifúndios. O autor comprova suas afirmações com os números que apresenta, mostrando que no arco do desmatamento, estudos realizados em 1998, somente 25% das áreas desmatadas estavam em propriedades com extensão menor que 100 hectares. Portanto, as “estratégias como as que promovem a agrofloresta entre os pequenos fazendeiros são provavelmente ineficazes quando, na verdade, os pecuaristas latifundiários são os principais vilões” (2005a, p. 116).

O desenvolvimento de infraestruturas na região, tais como hidrovias, ferrovias e rodovias fazem aumentar o problema de desmatamento, não somente pelo aumento de áreas de plantações e criação de gado, mas pelos investimentos e explorações que acompanham a construção dessas vias de acesso e infraestrutura, passando por áreas de preservação, reservas indígenas, provocando o assoreamento de rios e eliminando nascentes.

Fearnside (2005a) destaca os principais impactos e problemas que o desmatamento na Amazônia traz como consequência; alguns, de difícil reversão ou sequer recuperação. A perda de produtividade é um dos problemas que o desmatamento acarreta, visto que desgasta o solo e sua produtividade, com o tempo, mesmo utilizando continuamente fertilizantes químicos, pode se tornar inviável. Outro fator totalmente negativo é o esgotamento dos recursos naturais para exploração do manejo sustentável e de exploração de produtos para laboratórios farmacêuticos e genéticos. Além disso, as funções da bacia hidrográfica podem ser perdidas, o escoamento das águas das chuvas fica prejudicada, desordenando os períodos de cheia e seca,

podendo provocar interrupções do fluxo dos cursos da água. Mais do que isso, os períodos de seca aumentam a propensão a incêndios, o que produz considerável quantidade de gases de efeito estufa.

Outro ponto é a perda da biodiversidade, o que também diminui as oportunidades de explorar economicamente a floresta sem exaurir com seus recursos, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis para populações que vivem na Amazônia, uma das prerrogativas do desenvolvimento sustentável.

Projeções realizadas pelo IPAM são preocupantes. Considerando-se o ritmo anual de desmatamento, dos atuais 18% da cobertura natural destruída, até 2050 os índices chegarão a 40% de destruição. E as quatro principais causas apontadas pelo IPAM são o crescimento da pecuária (70% das áreas desmatadas servem para pecuária), a extração da madeira (extraoficialmente calcula-se que 75% da extração da madeira na floresta seja ilegal); a agricultura familiar, que figura entre um dos fatores responsáveis pelo desmatamento e o agronegócio, sendo a soja o grão com maior expansão de plantio, principalmente no norte do estado.

A soja ocupa as áreas que antes eram destinadas às pastagens. O pecuarista então precisa derrubar mais florestas para conseguir mais pastos. E assim o ciclo não pára. Porém [...] não seriam necessários mais estragos ecológicos se a ocupação do solo acontecesse de maneira racional. [...] existem hoje 60 milhões de hectares desmatados na região amazônica, mas 1/3 dessa área, ou seja, 20 milhões de hectares, estão abandonados (MOUTINHO, 2009, palestra, www.portaldoagronegocio.com.br, acesso 13/05/2010).

O Plano BR-163 Sustentável (2006) destaca que a atividade econômica do eixo da BR-163 é o setor primário, predominantemente agricultura, com foco nas plantações de soja, milho, arroz e algodão, além da pecuária bovina e exploração da madeira. A indústria gira principalmente no beneficiamento da madeira e frigoríficos. O rebanho bovino, entre os anos de 1996 e 2006 triplicou e há previsões que duplique nos próximos anos, porém sem necessidade de ampliação de área de pastagens. A pecuária de médio e pequeno porte (suinocultura, avicultura) ainda está em expansão, principalmente no norte de Mato Grosso.

O IMEA – Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (2010) faz projeções bastante otimistas em relação a produção para os próximos 10 anos, prevendo um aumento de 60% na produção agrícola até 2020 e 99% para a produção de carnes (bovinas, suínas e aves). O incremento da produção agrícola, segundo o Instituto, se dará principalmente pelo aproveitamento de terras degradadas em novas áreas de produção. Para a pecuária, o que o instituto prevê é um aumento significativo da bovinocultura de corte. O que não deixa de ser uma preocupação, pois pode aumentar significativamente as áreas de desmate.

Não obstante a atual preocupação com os impactos ambientais da expansão territorial na região amazônica, parece inevitável que o capital e os ditames do sistema capitalista continuem a ditar regras e violar as normas. No entanto, uma das regras básicas sobre essa expansão é de que os recursos naturais são finitos e podem não ser renováveis, quando de seu esgotamento. Para que ocorra preservação, e o bem maior da humanidade, que são os recursos naturais, não seja exaurido, é necessária, além de todas as ações do Estado, consciência social das limitações do planeta, que pode ser atingida através da educação.

3. A HISTÓRIA DE SINOP - UMA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E ORGANIZADA

A história do processo de ocupação das terras localizadas ao norte do estado de Mato Grosso faz parte de um contexto histórico, de um momento da política de expansão econômica no Brasil, conforme abordagem dada na revisão bibliográfica da pesquisa, desvendando uma ação apresentada por Quijano (2005) de colonialidade, num contexto de globalidade.

A colonização do município de Sinop foi a última no modelo de colonização privada dirigida ocorrido no Brasil, informa o Diretor de Patrimônio da Colonizadora Sinop, Luis Otávio Loureiro de Carvalho. Sinop advém do acrônimo da Colonizadora SINOP, que significa Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná. A colonizadora adquiriu em 1970 uma área no norte do estado de Mato Grosso de aproximadamente 645 mil hectares, a qual denominou inicialmente de *Gleba Celeste*. Regidos pelo lema *Integrar para não Entregar*, do então Presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici, que intensificou a política de colonização e a migração para a região da Amazônia, foram desenvolvidos os principais planos que favoreceram a colonização de Sinop, dentre eles o PIN, do qual resultou a rodovia Cuiabá-Santarém, além dos incentivos para quem chegasse à região.

A Colonizadora Sinop foi fundada em 1954, quando os amigos e sócios Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho fundam a empresa no Paraná. Lá implantam várias cidades, como Terra Rica, Formosa do Oeste, Iporã, Ubitatã, Jesuítas, entre outras. Na década de 70, suas atenções voltam-se para o Mato Grosso, por uma área ocupada “somente” pela floresta Amazônica, que era o norte do estado. Após adquirirem a área, iniciam o projeto de ocupação, iniciando por onde hoje se encontra a cidade de Vera. Na Gleba Celeste fundam quatro cidades: Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia (SANTOS, 2007).

Luis Otávio Loureiro de Carvalho (entrevista, 2010) relata um pouco da história vivida por seu pai, João Pedro Moreira de Carvalho e a sua relação com a Colonizadora:

Entre vilas e cidades eles fizeram 10 lá no Paraná logo no pós-guerra. O mundo inteiro estava quebrado na época. Ele conheceu o Seu Enio em Presidente Venceslau, formaram sociedade, venderam uma área de terra do meu avô, que tinha lá, que era a única esperança da família na época, que estava aquela quebradeira geral. Nós somos originais de Bebedouro. Seu Enio original de Penápolis e se encontraram em Venceslau. Dando certo esse loteamento, com o *boom* do norte do Paraná, eles migraram para o Paraná. Lá tinha já a Companhia Melhoramentos, Companhia dos Ingleses,

muito rica, em Londrina, Maringá, Sianorte, entre outras. Eles estabeleceram em Maringá e começaram, por causa de ter dado certo o loteamento, começaram a entrar no ramo de fundação de cidades. Mas morando, e escritório sede, em Maringá. Em 1970, com o chamamento do Presidente Médice na época, *Integrar para não Entregar* que já existia aquela conversa de internacionalização da Amazônia [...], chamaram para integrar a Amazônia ao Brasil. Eles vieram em 70 prá cá, adquiriram as terras daqui e começaram a fazer a cidade de Vera, Sinop, Carmem e mais tarde, Claudia.

Um dos objetivos oficiais da colonização na região Amazônia era a reforma agrária, conforme os programas do Estado Nacional apontam. No entanto, estudos de autores como Octavi Ianni, José Vicente Tavares dos Santos, Edison de Souza, como se procurou apresentar no capítulo II, mostram que foi a colonização dirigida, ou uma contra-reforma agrária, que realmente ocorreu, desvendando uma colonização seletiva.

Para Ariovaldo Oliveira (2005, p. 98) a colonização da região reproduzia a ocorrida no Paraná e no Mato Grosso do Sul, como uma “versão moderna da colonização [...] capitalista”, destacando as cidades de Sinop e de Alta Floresta como “fruto de investimentos empresariais. Reprodução ampliada monopolista da produção da terra mercadoria”.

Os proprietários da Colonizadora Sinop, Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho ficaram conhecidos como o “Semeador de Cidades” e o “O Idealizador de Cidades” respectivamente. A eles Luiz Erardi F. Santos (2007, p. 26 e 28), historiador de Sinop dedica uma pequena homenagem “Semear cidades, ter sempre os olhos voltados para o futuro, enxergar além do tempo e realizar o sonho de milhares de famílias brasileiras foi o nobre destino que “Deus” traçou para Enio Pipino / João Pedro Moreira de Carvalho em sua passagem pela vida terrena”. Continua o autor: “Seu nome [referindo-se ao nome dos dois colonizadores] ficará perpetuado na história do desenvolvimento das cidades que semeou, especialmente na História de Sinop e na História da Colonização do Brasil do Século XX”.

Inicialmente o reconhecimento da área da então Gleba Celeste foi realizado por via aérea e fluvial. Os trabalhos iniciais, de reconhecimento e demarcação ocorreram em 1970, e mais tarde, em 1971, sobre a responsabilidade de Ulrich Grabert, topógrafo e Diretor da Colonizadora e por Carlos Benito Spadoni, agrimensor, que chefiaram as primeiras equipes de trabalho na região. Havia uma estrada, chamada de Rio Novo que se estendia até a fazenda Ubitatã, próximo ao Rio Tartaruga. Desse ponto em diante, até a Gleba Celeste foi necessário abrir “picadas” no meio da mata, numa extensão de 52 km até a atual cidade de Vera (SANTOS, 2007), que foi a primeira cidade da Gleba Celeste e que inicialmente serviu de ponto de apoio para as outras cidades, fornecendo alimentação e equipamentos. O traçado

inicial da BR-163 deveria passar por Vera e não por Sinop, como aconteceu. Vera tornou-se, nos primeiros anos de ocupação de Sinop, um importante ponto para adquirir mantimentos para as primeiras famílias que se instalavam no local. Os primeiros moradores do município lembram a importância da cidade e as dificuldades em determinadas épocas do ano: “... faltou comida uma época, porque no tempo da chuva não dava prá buscar na Vera, passou uns dias quase sem comer, é, essa luta” (OSMAR JORDAN, “Pioneiro”¹⁹, 2010).

Em abril de 1972 a colonizadora iniciou a abertura de “outra picada”, saindo de Vera ao local onde fora projetada a cidade de Sinop. Esse percurso demorou trinta dias para ser aberto, chegando onde atualmente encontra-se o viaduto da BR-163, em maio de 1972. “Essa picada deu origem à estrada Rosa e em seus 20 km finais para chegar a Sinop, logo depois viria a ser implantada a rodovia Cuiabá-Santarém” (SANTOS, 2007, p. 32).

Foto 3 – Estrada para Vera, em 1974

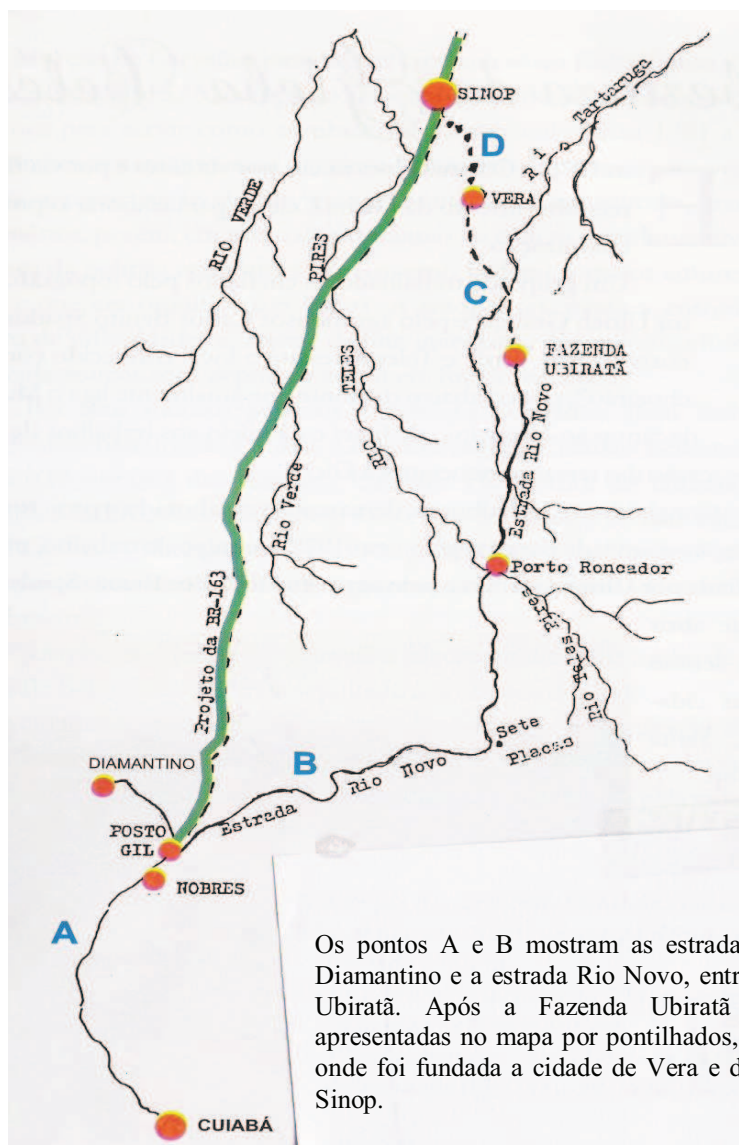


Fonte: Colonizadora Sinop

O mapa 6, a seguir representado, mostra o trajeto realizado pelo grupo de trabalhadores da colonizadora.

¹⁹ Ao buscar entrevistas com os primeiros moradores de Sinop, eles se autodenominam “pioneiros”, denominação que foi adotada durante o trabalho para designar os entrevistados pertencentes as primeiras famílias de moradores do município.

Mapa 6 – Mapa do trajeto para abertura de Sinop



Fonte: SANTOS (2007, p. 30).

Sob a chefia de Ulrich Grabert, a mata começa a ser derrubada para a instalação do acampamento, quando são chamados, pela colonizadora, trezentos homens, máquinas e equipamentos para que se inicie, então, a abertura de onde seria a área urbana e rural de Sinop. Como o acesso ao local era precário e difícil, a colonizadora providenciou o desmate de uma área para instalação do antigo aeroporto, que recebia aeronaves de pequeno e médio porte.

Foto 4 - Primeira abertura onde hoje é Sinop – 1972



Fonte: Colonizadora Sinop

A Gleba Celeste foi dividida em chácaras, lotes, comunidades (chamados de Centro de Convergência), setores e núcleos coloniais ou cidades, os centros urbanos com funções político-administrativas e de prestação de serviços. As chácaras eram unidades que não deveriam ultrapassar 10ha, de maneira que nas redondezas da cidade se formassem um cinturão verde e abastecesse a cidade com hortifrutigranjeiros. Os lotes rurais eram maiores, entre 10 e 300ha, onde deveriam ser os cultivos de culturas permanentes. Os lotes tinham acesso na parte da frente às estradas e nos fundos a rios, suas divisas (TEIXEIRA, 2006; SELUCHINESK, 2008).

O Projeto da Gleba Celeste seguiu os princípios definidos pelo INCRA²⁰, e Sinop caracterizou-se como o tipo *rurópolis*, já sendo projetada como ponto de apoio às outras cidades. As cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia eram as *agrópolis*.

A princípio a colonizadora abriu um quadrado, num total de dezoito quadras, que formariam a área urbana da cidade. A partir de junho de 1972 começam a chegar as primeiras famílias. O Sr. João Olímpio Pissinati Guerra, é, segundo a Colonizadora, o primeiro morador de Sinop, chegando em 1972, juntamente com outras famílias que vieram do Paraná, fixam residência às margens de um pequeno rio, que depois passou a se chamar Córrego Nilza. Já

²⁰ Conforme projetado pelo INCRA, a ocupação da Amazônia seguiria três tipos de urbanização. *Agrovila*: um pequeno centro rural onde os colonos poderiam morar. Deveria ter até 1.500 moradores e conter escola, posto de saúde, administração e armazém. *Agrópolis*: seria o centro urbano industrial, cultural e administrativo que englobaria de 8 a 12 *agrovilas*, 3.000 moradores e escola, cooperativa, atendimento médico, odontológico, agroindústrias, correios, telefone e hotel. *Rurópolis*: um núcleo urbano maior e mais diversificado, com serviços públicos e privado, num raio de 70 a 140 quilômetros de alcance e serviria de apoio as *agrovilas* e *agrópolis* (SELUCHINESK, 2008, citando IANNI, 1979).

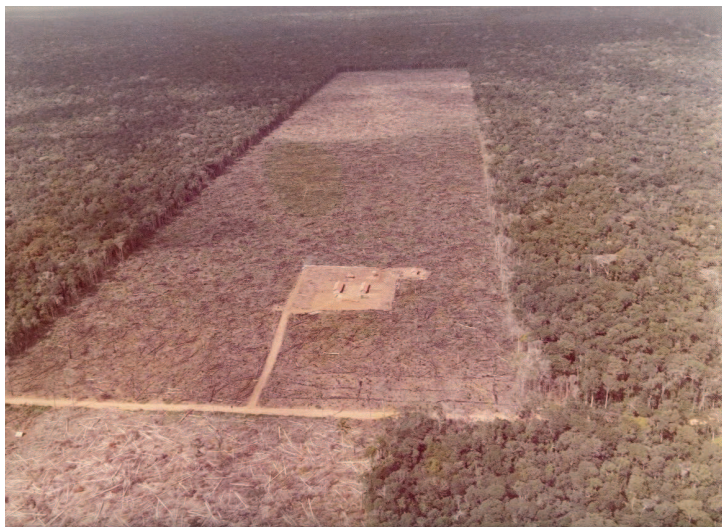
em 1972 se instalaram na cidade duas serrarias, do Sr. Osmar Jordan e do Sr. Lindolfo Trierweiller. “A segunda madeireira somos nós que tivemos e o Lindolfo Trierweiller, mas nós ficamos como primeiro porque a gente montou ali perto da cidade e trabalhava vendendo para a colonizadora no começo” (OSMAR JORDAN, entrevista, 2010).

José Joanucci (2010), pertencente às primeiras famílias de moradores de Sinop e pai da primeira criança nascida em Sinop, em outubro de 1973, lembra do projeto do *quadrado*: “O projeto era muito bonito, naquela época a quantidade de mato derrubado era da Av. Itaúba prá lá, da Figueiras prá cá e da Sibipirunas prá cima. Era o quadro que tinha aberto. O resto era mato. Tinha derrubado e queimado aquele quadro”.

Seu Osmar Jordan também lembra o quadro que retrata Sinop em seu início, destacando como era quando chegou, em setembro de 1972:

Estava aberto, estava queimado a área, não estava limpo, a Júlio Campos [Av. Central de Sinop] estava aberta, até no Bamerindus, prá lá não, era só uma estradinha. Na Igreja Santo Antonio e outra Avenida aqui, desse lado, era a Figueiras. Então esse quadro estava aberto, esse quadrinho ali, o resto era mato.

Foto 5 – Sinop em 1972



Fonte: Colonizadora Sinop

As primeiras famílias a chegarem a Sinop viviam em barracos de lona, até que suas casas fossem edificadas.

Nós chegamos aqui dia 02 de junho de 1973. Tinha pronta em Sinop, casas prontas, 3. [...] Nós chegamos de mudança aqui e procuramos um lugar para fazer um barraco [...] nós fizemos o nosso barraco, coberto de lona, até

construir a casa [...] E aí começou chegar gente em Sinop. [...] Eu me recordo uma vez que chegou uma família de Ponta Grossa, do Paraná. Veio com um casal de velhos, eles chegaram e era só mata. Chegou um senhor e falou prá eles: *Ih, o que vocês vem fazer aqui, aqui vocês vão morrer tudo de malária*. O casal de velhos se desesperou e vamos voltar, vamos voltar. Então o homem, eu me recordo até hoje, era um fenemê, ele fez um preço pra vir e não sabia que era tão longe e prá voltar ele queria o dobro do valor. O que aconteceu? Eles pegaram tudo, gado, galinha, mantimentos que tinham trazido e foram vendendo tudo [...] para reunir o dinheiro prá dar pro homem prá levar ele de volta porque a mulher caiu em prantos, chorava, quando falava que ia morrer tudo de malária aqui. A fama era tão ruim em Sinop na época. Eu nunca desanimei, porque eu achava assim, quem comprou terra, alguém que comprou viria. Se aquele vender, vem um outro, alguém tem que vir cuidar (JOSÉ JOANUCCI, “Pioneiro”, 2010).

As primeiras construções eram feitas de madeira e no terreno da casa era construído o banheiro, casinha geralmente na parte de trás da casa e o poço, com, em média, dois metros de profundidade, pois o lençol freático, na época, era superficial. Não existia energia elétrica, as casas eram iluminadas por lampiões a gás ou querosene. Alguns comércios possuíam motor para produção de energia, era o caso da Colonizadora, que possuía um motor de médio porte, que era ligado a noite até as 22 horas, e às vezes, durante o dia, para funcionar o rádio amador, único meio de comunicação existente na época (SANTOS, 2007).

O historiador Luiz Erardi Santos também relata que foi em 1979 que a SANEMAT (Serviço de Água e Saneamento do Estado) perfura o primeiro poço artesiano e em 1979, a CEMAT instala os primeiros motores a diesel, atendendo comércios, residências e algumas madeiras. A precariedade era intensa e era comum ficarem dias sem energia elétrica. As dificuldades para as pessoas se estendiam em todos os períodos do ano, pois na seca, devido às ruas não serem pavimentadas, a poeira era intensa e na época da chuva, provocava verdadeiros lagos na cidade, a ponto das pessoas colocarem *pranchas* de suas casas até a rua, pois os terrenos ficavam totalmente alagados.

Com os incentivos fornecidos pelo Estado, colonos, investidores, empresários e projetos capitalistas chegavam à região, interessados em suas riquezas e visualizando a expansão econômica, como a madeira e o desenvolvimento de agricultura e pecuária.

Os primeiros migrantes, colonos, buscavam em Sinop terras produtivas para o plantio do café, conforme propaganda veiculada pela Colonizadora no Paraná. O historiador, Prof. Luiz Erardi Santos (entrevista, 2010) relata que:

O grande trunfo da Colonizadora lá no sul, a propaganda aqui da Gleba Celeste, era o café. Eles pegavam fotos bonitas de cafezais lá de Maringá mesmo, e mostravam: *Olha o café lá de Sinop*. Não tinha nada aqui, quase nada. E aqui mesmo em Sinop, onde está o pátio da prefeitura hoje, ali era uma Chácara de café do Seu Germínio, fizeram uma chácara como se fosse

uma fazenda experimental. Mas eles adubaram a terra prá danar, é lógico que nasceu um café lindo ali. O pessoal que vinha ver ficava encantado.

Instalada numa região de transição do cerrado para a Floresta Amazônica, não têm todas as espécies do bioma da Amazônia, mas a região expandiu-se economicamente através do extrativismo vegetal (madeira), inclusive muitas serrarias foram implantadas com recursos financeiros do SUDAM.

Segundo informações fornecidas pela Colonizadora: “O projeto de Colonização da Gleba Celeste foi considerado pela SUDAM como de interesse nacional, portaria de número 5.197 (de 19.12.1973), e Resolução de número 1.829 (de 11.03.1974). Emancipado pelo INCRA pela portaria número 75 (de 09.04.1981)”.

Os primeiros moradores da região eram oriundos, principalmente, dos três estados do Sul e inicialmente enfrentaram inúmeras dificuldades, como falta de atendimento médico, malária, distância de regiões maiores e dos parentes que deixaram no sul, dificuldade de deslocamento, dificuldade de comercializar os produtos que começaram a produzir, grandes frustrações, períodos extensos de chuva, desconhecimento do clima e técnicas de plantio. E uma das principais promessas, que era de vias de acesso para o escoamento da produção agrícola, em péssimas condições.

Para quem chegou já na década de 80, as coisas, apesar de melhor estruturadas, ainda eram difíceis:

Vindo, a gente passou na rodoviária e isso aqui era um brejo puro. Horrível a cidade. Era época de chuva, tudo alagado, tudo difícil [...] Tudo isso era muito oneroso e era difícil acreditar o que era e o que está hoje. Não tinha perspectiva nem uma, aparentemente. [...] As pessoas diziam que eu era uma louca. Um lugar que tem onça, tem índio, essa era a visão na época [...] o deslocamento, a acessibilidade mesmo era, água, era pontes caídas na época da chuva e na época da seca uma poeira medonha (Relato da Prof^a FÁTIMA IOCCA, bióloga, entrevista, 2010, ao passar pela primeira vez em Sinop em 1980, quando ia a passeio para Alta Floresta).

Contudo, era o sonho e a possibilidade de melhores condições de vida que motivou muitas famílias a abandonarem suas vidas no sul para se “aventurarem” em meio a floresta Amazônica.

O espaço que nós tínhamos no Paraná era 2 alqueires de terra. Prá gente crescer na vida tinha que sair, não tinha como crescer nesse espaço. Então viemos para o Mato Grosso. Existia uma propaganda na televisão, da colonizadora. Televisão não, rádio, na época não existia televisão. *Onde a bússola indica norte existe a Gleba Celeste. Colonizadora Sinop, Maringá.* Aí meu pai foi prá Maringá, com meu irmão e eu já vim direto prá cá. Então é nossa história (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

As propagandas divulgadas no sul não apresentavam a real situação da região, pois mostravam uma área próspera, com grandes possibilidades, terras férteis e frondosas árvores, região de floresta abundante em tudo. Não apresentavam aos colonos o outro lado, as dificuldades, a distância, a diferença de clima e um solo, que em duas ou três colheitas, estaria esgotado. Apresentava-se aos colonos do Paraná um clima propício para o plantio do café, em uma época em que os colonos haviam sentido os efeitos de fortes geadas no sul. Relata Shafer, citado por Souza (2004, p. 132-133):

[...] o clima é bom, mas não se explica ou mostra que chove durante meio ano e que durante a outra metade do ano a seca toma conta da região e que, em consequência das fortes chuvas, a única via de acesso à região, a BR-163, se torna intransitável; que, durante a época da seca, as plantações sofrem, inclusive o café e os pastos para os animais; que as doenças não são as mesmas encontradas no sul, sobretudo a malária; que a lavoura branca em geral não produz o equivalente à do sul, exceção feita ao arroz, mandioca e alguns tipos de frutas.

Souza (2004, p. 18) faz menção aos programas de divulgação realizados no sul, buscando colonos para trabalharem em terras matogrossenses. A divulgação foi amplamente realizada principalmente na região oeste dos três estados sulistas, os incentivos e mobilizações eram realizados para trazer pessoas ao Mato Grosso, projetando “o mito da *terra boa que tudo produz*”. Terra que ainda carecia de mão de obra do trabalhador do campo.

Nos relatos dos primeiros moradores, a angústia do início, a dúvida do futuro e a esperança de dias melhores.

Na hora, quando você chega aqui dá impacto. Você roda 500 quilômetros, você não vê nada, era só mato [...] Pensava, eu com 18 anos, ia imaginando, rodar no meio do mato, isso nunca mais esquece [...] Na minha cabeça eu não queria estar no meio do mato, eu queria estudar [...] Aí quando eu vi que meu pai me levou no mato, você dá aquele nó na cabeça, meu Deus! Mas eu não conseguia visualizar um futuro na época. Se dissesse que via é mentira. Fiquei três meses trabalhando numa serraria, mas pensava, *Meu Deus, isso não é prá mim não*. [...] não tinha mais estrada, o exército trazia comida prá gente, era muito sofrido [...] então aquela esperança de um futuro melhor foi diminuindo (OLÁVIO REINEHR, Presidente da ACES de Sinop, 2010).

A construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) realmente efetivou o desenvolvimento de cidades e regiões no norte matogrossense. Contudo, sem o seu asfaltamento, por inúmeras vezes faltaram produtos de necessidades básicas para a população residente no município, conforme relato de seus primeiros moradores. Santos (2007, p. 15) destaca que:

O movimento crescente de veículos, principalmente de caminhões [...] deixaram a rodovia em péssimas condições, principalmente na época das chuvas, quando praticamente ficava intransitável, ocasionando o isolamento e a falta de alimentos e combustíveis na região, como ocorreu no final de 1979 e início de 1980, quando o Governo Federal foi obrigado a socorrer a população por via aérea para atenuar o quadro desolador então existente, várias vezes aviões da FAB – Força Aérea Brasileira pousaram no antigo aeroporto de Sinop com produtos de primeira necessidade para atender seus habitantes.

Foto 6 – BR-163 - 1973 – Movimento de caminhões



Fonte: Colonizadora Sinop

NOTA: O movimento de caminhões é intenso, o que, em época de chuva, deixa trechos da BR intransitáveis, principalmente para carros pequenos. Ao redor, mata e alagamentos.

Foto 7 – BR-163 - 1973 - Precariedade



Fonte: Colonizadora Sinop

Após dois anos da abertura da cidade, em 1974, Sinop é oficialmente fundada. Fazia parte então do município de Chapada dos Guimarães, na época o maior município do mundo. Em um domingo, dia 14 de setembro de 1974, acontece a solenidade de fundação da cidade. A solenidade contou também com desfile comemorativo, inauguração das três primeiras salas de aula da Escola Nilza de Oliveira Pipino, do posto de Correios e do posto da Superintendência de Combate a Malária – SUCAM. Esteve presente o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis (SANTOS, 2007).

Foto 8 e 9 – Almoço de inauguração da cidade, em 14 de setembro de 1974



Fonte: Colonizadora Sinop.

Foto 10 – Aspectos de Sinop, em 1976



Fonte: Colonizadora Sinop.

NOTA: As primeiras casas já edificadas, com quadras bem demarcadas. Observa-se a densa floresta ao redor de onde se encontra a zona urbana.

Pouco mais de cinco anos após sua fundação, em 17 de dezembro de 1979, por meio da Lei Estadual nº 4.156/79, foi criado o município de Sinop, com uma área geográfica de 48.678 km². O município foi administrado por Osvaldo de Paula, pertencente a família dos primeiros moradores de Sinop, nomeado pelo Governador para administrar nos anos de 1980, 1981 e 1983, até as eleições para prefeito (*op. cit.*).

Foto 11 – Aspectos de Sinop, em 1979



Fonte: Colonizadora Sinop.

Em 1982 tem início o asfaltamento da BR-163 e em 1984 o trecho de Sinop ao Posto Gil, numa extensão de 340 km é inaugurado pelo então Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, o qual tinha especial amizade com o Colonizador Enio Pipino e realizou à Sinop quatro visitas, durante o seu mandato. O colonizador tinha grande prestígio junto ao Governo Federal, o que trouxe benesses ao projeto de colonização de Enio Pipino, por meio de auxílios financeiros. Destaca Picoli (2006, p. 64) que “Enio Pipino [...] tinha uma relação muito próxima com o poder, sendo amigo pessoal do então presidente da República, o general João Batista Figueiredo”.

Em uma de suas primeiras visitas a região, em 1980, Sinop recebe o Presidente que veio verificar o projeto de colonização do amigo, e conseqüentemente, dar ao projeto maior credibilidade. A partir de então, “foi facilitada a estrutura para a nova cidade, com energia elétrica, bancos, serviços telefônicos, rádio e TV, além da implantação de uma usina de álcool” (PICOLI, 2006, p. 64).

Foto 12 – Visita do Presidente João Batista Figueiredo à Sinop, em 1984



Fonte: Colonizadora Sinop

NOTA: Foto de visita do Presidente João Batista Figueiredo à Sinop na inauguração do asfalto, em 1984. Ao lado, o Colonizador Enio Pipino.

O asfaltamento da BR-163 trouxe novo ânimo para as pessoas que viviam na região que começaram a ter outra expectativa de vida. As coisas começaram a melhorar.

Veio o asfalto, aí eu disse: começou melhorar. As coisas começaram a se mexer. Começou mudar. Dali prá frente foi rápido 87, 88, 89. Eu comecei imaginar, bom, nós estamos num eixo de uma estrada, aí você tem que estar

encostado nela, por questões de logística. Aí realmente a gente começou a pensar, ver uma luz no fim. Já começou lavoura, arroz, quase não dava nada, mas essa região de Sorriso, começou a crescer, Lucas. Com a lavoura começou a mudar, devagarzinho. Mas em 90, 95, começou rápido, cada vez mais rápido. Aí você via que tinha futuro aqui no Mato Grosso (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

A percepção se concretiza, já que Sinop, às margens da BR-163 tornou-se ponto de referência regional dentre as quatro cidades projetadas na Gleba Celeste. Passagem obrigatória por quem utiliza vias terrestres para outras cidades do norte do estado de Mato Grosso e para cidades do sul do Pará.

Lylia Galetti afirma que a

civilização e progresso eram sinônimos de colonização, investimento de capital, homens de espírito empreendedor e população disciplinada para o trabalho. Essas noções passariam a compor uma percepção moderna do *Eldorado* que se afirmaria cada vez mais na mentalidade de nossos dirigentes (citado por SOUZA, 2004, p. 25).

Nos relatos dos primeiros moradores, são recorrentes as histórias de dificuldades, a carência na área de saúde, alimentação, moradia, educação e transporte. São fases difíceis que se avivam quando se solicita à lembrança. A emoção, muitas vezes, não consegue ser contida. As lembranças, por muitos momentos durante as entrevistas, levam as pessoas a fixarem o olhar num ponto imaginário, como que tentando lembrar de momentos tão onerosos para suas vidas, e que estão se esvaindo nas facilidades da atualidade.

Regina Beatriz Guimarães Neto (1986, p.71) consegue retratar tal assertiva em sua afirmação, de que:

As lembranças dos *tempos difíceis* começam a se perder no fundo da memória. O suporte material das lembranças não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações, substitui a paisagem que ali haviam encontrado. A *nova terra* não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor do progresso.

As pessoas, ao chegarem, não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora e aos vizinhos, os quais se tornaram “os parentes”, nos momentos mais difíceis. Lembra D. Elfi Jordan, esposa de Seu Osmar Jordan (entrevista, 2010) que,

quando já tinha uma estrutura, era muito bom, quando tinha o mercado já era mais fácil, as amizades [...] As vezes vinha uma mudança e ia embora duas, três. Mas isso depois de um ano, ou dois que a gente estava aqui. Mas a gente sabia que tinha uma mudança todo mundo ia lá prá ajudar, era muito bom.

Oficialmente, as lembranças escritas, registradas, são as das vitórias, das alegrias, das conquistas. Os órgãos públicos, a colonizadora, os empresários, por meio de seus veículos de comunicação enalteciam o trabalho, a coragem, o progresso, buscando sempre minimizar os problemas enfrentados pelas famílias, as mortes, as lutas, a grilagem, o imenso impacto ambiental provocado pela busca do progresso.

As lembranças de união, de coletividade, onde todos se ajudavam, onde todos eram próximos e tinham solidariedade em suas ações. Sentimento e ações que pareceram se esvaecer com o tempo, juntamente com o advento do progresso.

[...] as pessoas que vieram para cá, os primeiros, na época era tudo tão difícil. Quando eu vim já era mais fácil, já tinha uma estrutura mais razoável. Mas mesmo assim os amigos da gente eram os vizinhos, os parentes da gente eram os vizinhos, porque você veio sozinho, a maioria veio prá cá para fazer o pé de meia, veio tentar criar uma independência, as vezes deixaram família, deixaram tudo lá para tentar buscar e isso fez com que a população se unisse muito. Sinop é uma cidade muito receptiva, muito calorosa assim como ser humano, eu acho que é uma cidade que é diferente das outras (NEVALDIR GRAF, 2010, Secretário da Indústria, Comércio, Turismo e Mineração de Sinop. Nevaldir chegou em Sinop em 1986).

Esse sentimento de solidariedade é comum em todas as pessoas que vieram nos primeiros anos, na primeira década e meia de colonização de Sinop. Luis Otávio Loureiro de Carvalho (2010), que chegou à cidade em 1978 lembra o que sentiu do povo e retrata o sentimento atual em suas palavras:

Senti muita solidariedade do povo. O problema de um era problema de todos. Se eu tiver que fazer uma comparação, eu gostava da parte humana de Sinop muito mais antes do que o hoje, do que o agora. Nós éramos mais unidos, éramos mais solidários. Nunca ficava ninguém a beira do caminho, na estrada, literalmente atolado. A gente ia atrás com os tratores, puxava, acontecia. Então você via um povo de garra, batalhador. Era muito bom.

As pessoas realmente expressam em suas palavras, feições, gestos, um ar de saudosismo, de um tempo difícil, de lutas e vitórias, mas de muito trabalho. Aliás, trabalho parece ser um “mote” para quem ajudou a edificar uma cidade no meio de um vazio humano, cercado por águas e florestas. As lembranças dos tempos difíceis existem, mas o orgulho, o sentimento de dever cumprido, da “conquista” apazigua os problemas e sobressai-se nas lembranças.

Sinop passou por diversas fases difíceis. Muitos momentos aqui que houve desespero, as pessoas queriam ir embora, muitos foram [...] Fomos crescendo junto com a cidade. No ano de 81 casei. Construí uma família, 4 filhos. Isso tudo, na verdade, foi um grande desafio. Ao longo do tempo a

gente foi aprendendo que Sinop era um local bom (ROGÉRIO RODRIGUES, 2010, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / Membro do Sindicato dos Produtores Rurais).

Guimarães Neto (1986, p. 72) ressalta que: “O crescimento da cidade leva ao *desaparecimento* da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do Progresso”.

Foto 13 - Vista aérea de Sinop, em 2009



Fonte: <http://citybrazil.uol.com.br/mt/sinop/galeriafotos.php>. Enviada por Valmiro em 01/03/2009. Acesso em 10/07/2010.

Sinop atualmente, após diversos desmembramentos que deram origem a novos municípios, possui uma extensão territorial de 3.194,34 km². Está a uma altitude de 384 metros e possui um clima tropical, quente-úmido, com temperatura média de 28°C. A densidade demográfica do município é de 26,54 hab./km² (a média no Brasil é de 22,11 hab./km²). O IDH da cidade, comparado a parâmetros brasileiros é elevado, encontrando-se em 0,807 (a média do IDH do Brasil é de 0,792). O PIB do município total é de R\$ 1.357.702.000,00 e o PIB *per capita* é de R\$ 12.837,00, enquanto o PIB *per capita* do Brasil gira em torno de R\$ 15.240,00. O índice de GINI²¹ do município é de 0,43, um índice alto,

²¹ O índice de GINI varia numa escala 0 a 1. Quanto menor o índice, maior a igualdade de renda. Ou seja, o índice ideal é o mais próximo de 0. Em uma situação em que todos os habitantes tivessem a mesma renda, o índice seria igual a 0. No extremo oposto, se apenas um morador detivesse toda a renda da cidade e seus conterrâneos não tivessem nada, o índice seria igual a 1.

mas não em comparação ao Brasil: 54,4, demonstrando a alta concentração de renda do país (IBGE, 2007, 2009; Prefeitura Municipal de Sinop, 2010)²².

Integrante do Bioma Amazônico, o município encontra-se em uma área de transição do cerrado para a floresta Amazônica. Em vista da riqueza de madeira de lei para exploração, o município teve grande parte de desmatamento acumulado nos 20 primeiros anos de sua colonização. O município está assentado sobre a Bacia do Rio Teles Pires, na unidade geomorfológica do Planalto dos Parecis.

O município é banhado por vários rios e riachos que fazem parte da Bacia Amazônica. O principal rio que banha Sinop é o Rio Teles Pires. Outros rios que banham o Município são: Kaiaby, Azul, Preto, Curupy e Roquete (Prefeitura Municipal de Sinop, 2008).

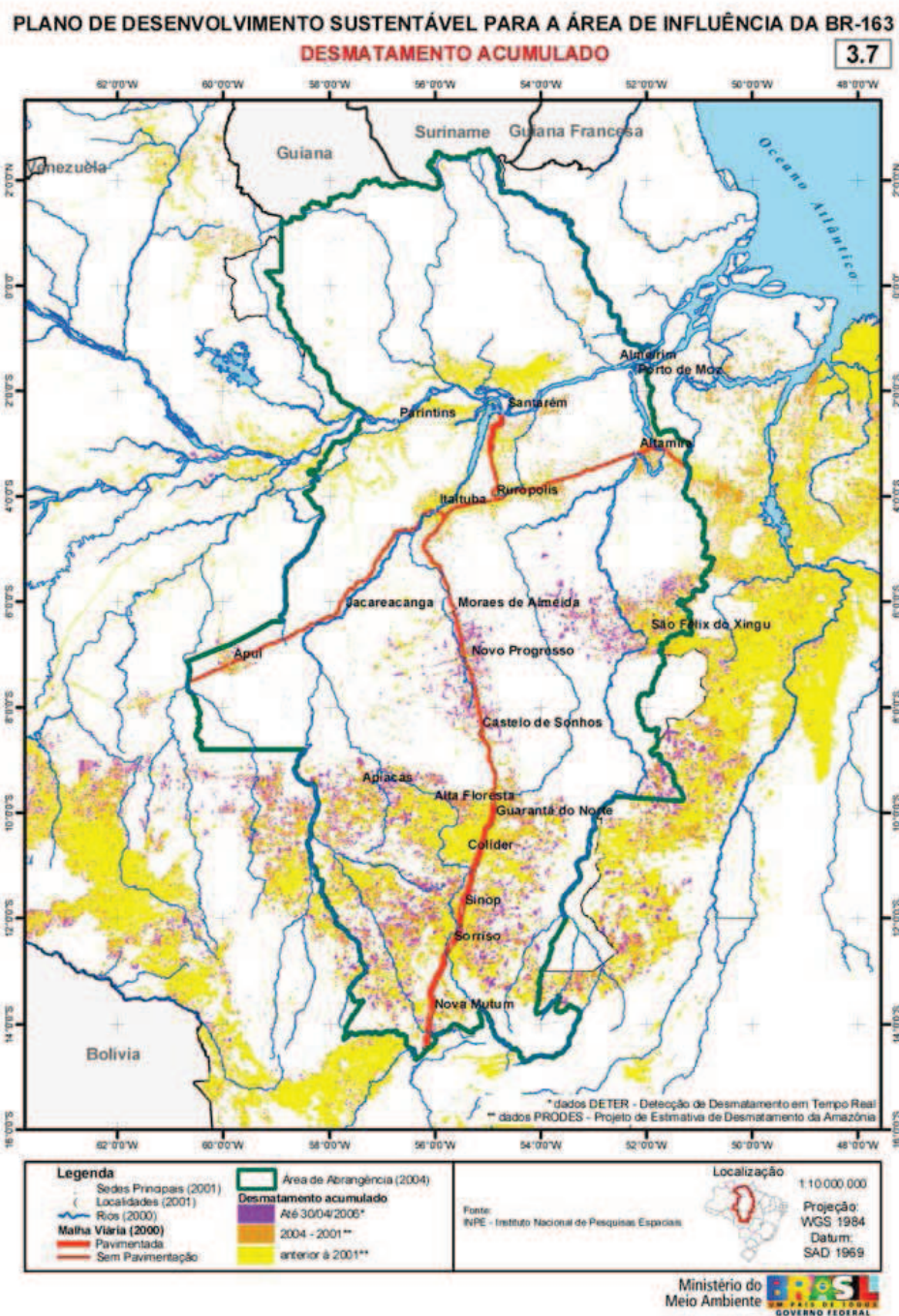
O tipo de solo predominante é o latossolo vermelho-amarelo, que engloba solos minerais, que variam de profundos a muito profundos, bem a excessivamente drenados, bastante permeáveis, muito porosos. Apresentam avançado estágio de intemperismo e processo intensivo de lixiviação, resultando na predominância de minerais de argila, baixa quantidade de minerais pouco resistentes ao intemperismo e com baixa reserva de elementos nutritivos para as plantas (TEIXEIRA, 2006, p. 34).

Dentre sua rica flora, destacam-se o angelim, mescla, cedro, itaúba, peroba, cambará, que geram madeira de boa qualidade, exploradas comercial e industrialmente. A fauna também é variada e rica, com espécies típicas da região Amazônica: antas, pacas, veados, capivaras, onças, macacos, araras, tucanos, papagaios, garças, mutuns, curiós, etc. Na fauna aquática encontram-se várias espécies de peixe: tucunaré, matrinhã, pintado, traíra, dourado, bicuda, piraíba (maior peixe da região), entre outras espécies. Tanto a fauna quanto a flora são espécies em processo contínuo de diminuição, ao mesmo tempo em que avançam as edificações e propriedades agrícolas e pecuárias.

O Mapa 7 a seguir, da área de influência da BR-163, mostra que o maior desmatamento no município ocorreu até o ano de 2001 (no mapa representado pela cor amarela), mas continuou ocorrendo na primeira década do século XXI (representado no mapa pelas cores laranja e roxo). Com esse processo de devastação para ocupação territorial, provocou um dos maiores índices de desmatamento da região Amazônia – 63% da cobertura vegetal original de Sinop foram devastadas.

²² Índices e números aproximados, pois os dados da Prefeitura Municipal e do IBGE não coincidem. Exemplo específico da área do município. Segundo IBGE, a extensão territorial adotada para este trabalho, o município tem uma extensão territorial de 3.194km², ao passo que a Prefeitura Municipal informa uma extensão territorial de 3.985,52km².

Mapa 7 – Desmatamento acumulado na região de influência da BR-163 – Sinop/MT



FONTE: Plano BR-163 Sustentável (2006, p. 172)

Observa-se também no mapa que a área de maior incidência de desmatamento, até o ano de 2001 está justamente nas margens da parte pavimentada da BR-163, até a divisa com o

Pará, no município de Alta Floresta. No espaço onde a BR ainda não é pavimentada, existe algumas regiões com índices de desmatamento que aumentaram nos períodos de 2004 e 2005, o que confirmam as análises dos autores supracitados na revisão da literatura, de que a pavimentação da BR-163 aumentará sobremaneira o desmatamento em suas proximidades.

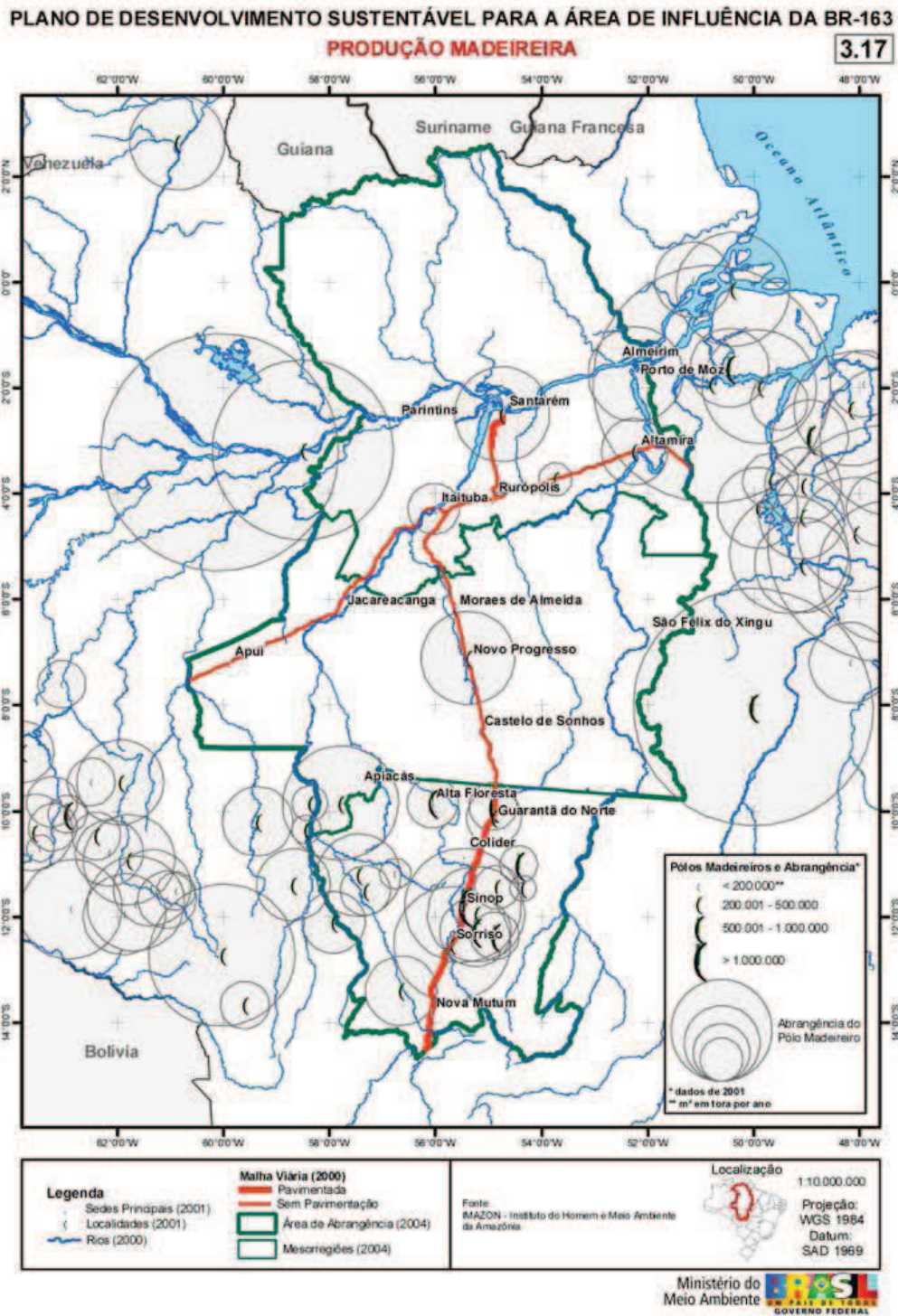
Em Sinop, o desmatamento ocorreu, em grande parte, pela ocupação predatória da área e pela atividade econômica das madeiras, principal fonte de economia em seus primeiros anos, diante de fracassos de tentativas de cultivo agrícola. A atividade madeireira, sem um projeto de manejo ou um plano de utilização dos recursos florestais, provocava a derrubada de grandes áreas de terra e dela aproveitando somente a madeira considerada madura, a tora que tinha valor de mercado. O Mapa 8 apresenta locais de concentração de produção madeireira na área de influência da BR-163, e Sinop apresenta uma das maiores concentrações da atividade. O mapa apresenta dados até 2001 e estes mostram que o município tinha uma das maiores concentrações de desmatamento, atingindo 1.000.000 de m³ de toras por ano.

O cultivo da madeira, por meio de uma exploração predatória não é o único problema resultando impacto ambiental, mas outros que vinham associados a sua prática, principalmente a queima de resíduos. A atividade deixava a cidade em uma verdadeira penumbra por vários meses do ano, principalmente em meses de seca, quando o clima propiciava as queimadas. Os dados se confirmam pela própria percepção das pessoas que aqui chegavam e viviam no município.

Quando eu cheguei aqui em 98, na BR praticamente eram só madeiras e naquela época ainda era permitido queimar os resíduos. Então era madeira, pó de serra e fumaça. Era só isso que tinha aqui na cidade. Então a gente não sabia onde era o pátio de uma, onde começavam as outras, porque era tudo junto, era na verdade uma bagunça. Talvez só os proprietários de seus terrenos que soubessem onde ia o seu terreno e onde começava o do vizinho (JACKSON MEDEIROS, 2010, Analista Ambiental da SEMA).

O impacto do desmatamento traz grandes perdas para toda a biodiversidade e da possibilidade de agregar outros valores, outros tipos de atividades econômicas sobre a floresta, como a exploração da sua própria biodiversidade sem ser a madeira, sem derrubar a mata, já que a floresta Amazônica é extremamente rica em recursos naturais, conseqüentemente de possibilidades econômicas extrativistas, sem ser sua destruição. Ou seja, o desmatamento também reduz as oportunidades econômicas.

Mapa 8 – Concentração de produção madeireira na área de influência da BR-163 – Sinop/MT



FONTE: Plano BR-163 Sustentável (2006, p. 182).

A atividade madeireira está num contínuo processo de revisão de suas práticas, buscando mudar a própria visão que a sociedade tem da atividade. Impulsionados pelo mercado, Estado e sociedade, percebe-se o setor preocupado com sua “sustentabilidade”. Ou seja, a sustentabilidade da atividade econômica depende da sustentabilidade do meio ambiente, e para o setor, pode ser conciliado por meio da prática do manejo florestal, onde são empregadas técnicas para a exploração da madeira, que só pode ser colhida se cumprir com as determinações da SEMA, como diâmetro mínimo das árvores, protegendo árvores menores que serão colhidas no futuro e deixar árvores adultas para promover a reprodução.

A Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município de Sinop está desenvolvendo um Plano Ambiental, segundo informações do Secretário Rogério Rodrigues (2010, entrevista) que entrará em pauta de discussões em meados do ano 2010, o qual prevê a discussão com todos os setores da sociedade, abrangendo setores comerciais, industriais, produtivos agrícolas, tratamento de resíduos, arborização da cidade, reflorestamento de beiras de rios e córregos, recuperação de nascentes, objetivando tornar a cidade e suas atividades econômicas mais sustentáveis. O plano prevê um planejamento para 10 anos, e depois de concluído, deverá passar pela câmara de vereadores e tornar-se um Projeto de Lei.

O presente capítulo trouxe uma revisão dos principais dados históricos de ocupação e transformações do município de Sinop. Uma história inserida num processo de transformações econômicas estrategicamente traçadas pelo poder político e econômico do Estado, operacionalizadas pelas ações da colonização privada e dirigida no município.

A ocupação das terras da região norte matogrossense, na Amazônia Legal, após a década de 1970 mudou drasticamente o cenário regional. O que aconteceu em Sinop, e em dezenas de municípios do norte do estado de Mato Grosso, foi uma ocupação que ocorreu de maneira predatória. Os incentivos para a ocupação do município negligenciaram os recursos naturais, que foram utilizados indiscriminadamente para o sucesso do empreendimento e para que o progresso chegasse à “selva Amazônica”.

Informações mais precisas e abrangentes sobre os aspectos de transformações econômicas e sociais estão apresentados no capítulo IV, no item 4.8 *Transformações socioeconômicas do município de Sinop/MT - 1979 a 2009*, o qual traça a trajetória e transformações econômicas e sociais do município.

4 SINOP: PONTOS DE VISTA DIVERSOS

O estudo de caso realizado em Sinop teve como finalidade principal a compreensão da percepção dos atores sociais sobre as variáveis progresso e impacto ambiental no município, no período compreendido entre 1979 a 2009. Para a concretização dessa categoria de investigação, contou-se com a colaboração de atores-chave, que concederam entrevistas e permitiram que o diálogo entre pesquisadora e pesquisado fosse gravado, o que possibilitou posterior transcrição sem a perda de dados essenciais para a análise dos resultados. Alguns atores sociais, por participarem do processo de colonização e presenciarem e/ou participarem da dinâmica das transformações ocorridas no espaço territorial, demonstraram ter um envolvimento maior com esse processo, deixando transparecer esses sentimentos de ligação durante as entrevistas. Em outros casos, atores menos envolvidos sentimentalmente com as transformações do município, o que permitia uma percepção menos romântica, mas, no entanto, com visões mais gerais de um contexto micro, inserido num processo global de transformações.

Os temas progresso e impacto ambiental são recorrentes nas manifestações. Por meio da revisão bibliográfica foram obtidos parâmetros para a análise dos dados em relação a teorias pré-concebidas e a percepção dos atores-chave. Dois temas extremamente relevantes na história de Sinop, pois todo o processo de colonização e políticas públicas foi pautado pela égide do progresso e em consequentes impactos aos ricos recursos naturais do município.

Dentre os entrevistados, não houve resistência para responder questões propostas durante as entrevistas e expressarem suas percepções em relação ao assunto. As entrevistas transcorreram naturalmente e o fato de estarem sendo gravadas não inibiu os respondentes nas arguições sobre os questionamentos propostos.

O quadro a seguir apresenta o perfil dos entrevistados e permite um olhar geral sobre os atores, suas funções, escolaridade e tempo de residência no município. Nem todos os atores-chave pré-selecionados puderam ser entrevistados, por isso a análise dos dados também se fundamentou em entrevistas concedidas a meios de comunicação locais e reportagens que tivessem relações com as variáveis do trabalho.

Quadro 2 – Identificação dos atores-chave da pesquisa

Órgão/Entidade	Função	Escolaridade	Tempo de residência em Sinop
Nevaldir Graf Prefeitura	Secretário da Indústria, Comércio, Turismo e Mineração	Ensino Médio	24 anos
Jackson Medeiros - SEMA - Secretaria do Meio Ambiente	Analista Ambiental	Superior Engenharia Florestal	12 anos
Gastão José Casasús Vasconcelos - Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Presidente	Superior Educação Física	13 anos
Luis Otávio Loureiro de Carvalho - Colonizadora Sinop	Diretor de Patrimônio	Superior Administração	32 anos
Edison Antonio de Souza UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso	Professor	Doutor em História Social	20 anos
João Flávio Veloso e Silva EMBRAPA	Chefe Geral de Mato Grosso	Doutor em Fitossanidade	9 meses
Fátima Aparecida da Silva Iocca - UNEMAT / ONG ECODAN - Ecologia e Desenvolvimento do Norte de MT	- Professora - Membro do Conselho Técnico Científico	Doutora em Ecologia	18 anos
Rogério Rodrigues - Prefeitura e Sindicato dos Produtores Rurais	- Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Membro do Sindicato dos Produtores Rurais	Ensino Médio	31 anos
Osmar Jordan /Elfi Jordan “Pioneiro” - Proprietário da primeira madeireira instalada em Sinop	Tem imóveis e vive de aluguéis	3ª série do Ensino Fundamental	38 anos
Padre Eudes Pedrolo - Paróquia São Camilo de Lellis	Padre	Superior Teologia, Filosofia e Psicologia	33 anos (em períodos intercalados)
José Joanucci Neto “Pioneiro”	Aposentado	4ª série do Ensino Fundamental	37 anos
Luiz Erardi F. Santos Prefeitura - Casa da Cultura - Patrimônio Histórico	Historiador	Superior - História	27 anos
Eder Cordeiro Pessine - <i>SITICOM</i> - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário da Região Norte do Estado de Mato Grosso.	Presidente	Ensino Médio	23 anos
Lindomar Ferreira Guida Associação do Bairro Boa Esperança	Presidente	Ensino Fundamental	16 anos
Olávio Reinehr - ACES - Associação Comercial e Empresarial de Sinop	Presidente	Ensino Médio	32 anos
Terezinha S. Hainzenreder Escola Estadual	Professora Aposentada	Superior	28 anos
Nilson Alves de Oliveira Associação do Bairro Parque das Araras / Prefeitura	- Presidente - Guarda Municipal	Ensino Médio	26 anos
Alessandro Arantes IBAMA	Jornalista Ambiental	Biólogo e Mestre em Administração	7 anos
Maiawe Kayaby - Tribo Kayabi - CASAI - Casa do Índio de Sinop	Índio tradutor e auxiliar de enfermagem na CASAI	Alfabetizado, mas sem escolaridade	4 anos - retornou

Fonte: Pesquisa da autora (2010)

Das dezenove pessoas entrevistadas, dez são originárias do sul do país: uma do Rio Grande do Sul, três de Santa Catarina e seis do Paraná. Quatro são do centro-oeste: uma de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, três de Mato Grosso, Cuiabá, Alta Floresta e região Teles Pires. Quatro são da região Sudeste: duas de São Paulo e duas de Minas Gerais, mas morando um período na região sul. Somente uma é originária do Norte, Tocantins, passando por um período em Peixoto de Azevedo, no garimpo. Encerrado o período do garimpo, Sinop foi a escolha para “mudar de vida”.

4.1 Sinop, “uma terra de oportunidades”

Inicialmente, a entrevista buscava relatos da história de vida dos entrevistados, levando-os a contarem um pouco da sua história e da opção por Sinop para morar, das expectativas e os motivos que os trouxeram para o município. Em todos os casos de pessoas com maior tempo de residência no município, a opção pela cidade foi em busca de melhores condições de vida, de progredir pessoalmente e conquistar sua independência econômica, vendo nas potencialidades do novo município a probabilidade de realizar esses sonhos e objetivos. Em alguns casos, de começar uma nova vida, visto que viam as possibilidades de seu local de origem se esgotar frente à atividade econômica que desenvolviam, principalmente a agrícola. Mas o município, ainda incipiente, não foi palco somente do desenvolvimento de atividades agrícolas. Todas as áreas se faziam carentes e a mão de obra especializada, em outras áreas de atividade, encontravam amplas opções de crescimento.

Quando cheguei em Sinop me impressionou, que fez com que eu viesse prá cá, a quantidade de casas que existiam aqui, pelas colônias, tudo telhado novo, por onde olhava tinha telhado novo e eu na época estava pensando em criar uma independência [...] E aí vendo essa oportunidade aqui, como aqui tinham umas lojas, bem modestas eu vi uma oportunidade de iniciar na área moveleira, uma loja, com independência própria. Isso fez com que eu criasse a coragem com a família e vim para cá. [...] O que me atraiu foi justamente isso, a gente ver, passar na rodoviária e ver assim um monte de gente de ônibus, aquelas malas no chão, as pessoas não traziam nada de mudança, porque o custo na época era muito caro e o pessoal vinha com o dinheiro no bolso e vinha prá cá para começar de novo (NEVALDIR GRAF, 2010, Secretário da Indústria, Comércio, Turismo e Mineração de Sinop, entrevista).

A perspectiva de um futuro promissor, amparados na força do trabalho e na vontade de recomeçar, ou simplesmente de começar a vida em uma frente de expansão dava ânimo às pessoas que chegavam e forças para continuar, apesar das adversidades e problemas locais,

das distâncias, do clima diferente, da saudade e da difícil tarefa de adaptação. No entanto, o esforço é recompensado quando as conquistas se concretizam e as adversidades se amenizam. Os tempos difíceis são parte de uma memória, quiçá remota, encobertas pelas vitórias e conquistas. Existe a troca de sentimentos iniciais, de insegurança, dos medos e descrença para um premente saudosismo, orgulho, amizade, gratidão, aliada a novas esperanças, que iam se renovando com as facilidades que o município ia incorporando ao seu dia a dia.

Eu morava em Porto Alegre [...] vim trabalhar na rede pública de educação. [...] eu estava desempregado. Eu era um intelectual desempregado em Porto Alegre. Meu pai já morava aqui e ele me ligou e disse: *Olha, aqui ta tendo muita oportunidade de trabalho*. Realmente eu vim e dali 3 meses teve o concurso da rede estadual, eu fiz, passei [...] tinha muita opção de trabalho e acabei ficando, enfrentando alguns desafios. Às vezes, a gente ficou mais por teimoso, enfrentando alguns desafios de distância, cultura, enfim, mas graças a Deus foi uma teimosia importante e hoje estamos contentes pelas conquistas que tivemos e estamos tendo (EDISON DE SOUZA, Professor, 2010, entrevista).

Existe, por parte de muitos entrevistados, a expressão de sentimentos de ligação com local que escolheram para construir suas vidas. Um local que aprenderam a gostar, a considerar responsável pelas suas conquistas, possibilidades remotas de encontrar em outros locais. Visto como um espaço de convívio caloroso, com poucas disputas e diferenças sociais amenizadas pela visão de quem “conquistou seu espaço”, com muito trabalho e suor, quando comparados a outros espaços norte matogrossense ou mesmo integrantes da Amazônia Legal. Que faz com que mantenha no local “a perspectiva de melhoria de vida, de desenvolvimento, de melhor condição de vida tanto econômica, quanto social, quanto humana” (GASTÃO VASCONCELOS, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, 2010, entrevista).

Essa percepção de que o município lhes proporcionou algo difícil de ser alcançado em outro local faz parte também de um processo bem elaborado e disseminado pelo poder público e pela colonizadora, para que as pessoas se mantivessem e investissem no município. Slogans como *Sinop, terra de toda gente! Sinop, Cidade Futuro! Sinop, a marca do trabalho! Aqui o Brasil não pára!* Integram-se ao imaginário das pessoas, que se concebem como merecedoras, por seu trabalho e esforço, mas também afortunados pelo que o município lhes proporcionou.

O que eu mais gosto em Sinop é o que Sinop me deu, que eu não canso de falar para meus amigos [...] de lutar [...] acreditar. O que eu mais gosto em Sinop foi o que Sinop tem me dado até hoje que foi a possibilidade de morar aqui com uma estrutura que dificilmente eu mudo daqui, porque Sinop me acolheu, então o acolhimento que Sinop me deu é aquilo que faz eu gostar de Sinop. Me deu todas as oportunidades de crescer.

(LINDOMAR GUIDA, Presidente da Associação do Bairro Boa Esperança, 2010, entrevista).

A percepção de algumas pessoas é de que o sucesso em Sinop depende única e exclusivamente dela mesma, pois o município dá todas as possibilidades de “progresso” pessoal, o que não aconteceria em outro local, devido às próprias limitações pessoais:

Eu não acredito, assim, que a gente tenha um estudo pra chegar em outra cidade e conseguir um trabalho até da maneira que eu tenho hoje aqui. Eu não acho, né. Então, eu acredito que daí a gente tinha que ralar um pouco mais (NILSON ALVES DE OLIVEIRA, Presidente do Bairro Parque das Araras e Guarda Municipal, 2010, entrevista).

Enfrentar os momentos difíceis e superar juntamente com a cidade faz as pessoas terem uma forte relação e laços de ligação com o local, pois se percebem como vitoriosos e responsáveis também pelas conquistas do município.

Sinop passou por diversas fases difíceis. Muitos momentos aqui que houve desespero, as pessoas queriam ir embora, muitos foram. Mas como aí meu pai um ano depois já chegou aqui, minha mãe e minha família, e ele era uma pessoa que amava Sinop. Sabe, isso nos incentivou sempre a ter Sinop no coração. E fomos aí crescendo junto com a cidade [...] Na verdade, ao longo do tempo a gente foi aprendendo que Sinop era um local bom [...] a gente chegou a conclusão que estamos no melhor lugar da Amazônia²³ (ROGÉRIO RODRIGUES, 2010, entrevista).

Existe a comparação, em vários momentos das entrevistas, com outros locais da Amazônia, com cidades vizinhas e até comparações com outras regiões do país, em termos de crescimento, cultura, empregabilidade, oportunidades, clima, processo de colonização, divisão de renda, infraestrutura da cidade, serviços, laços de amizade. A cidade, por ser ponto de apoio nos serviços, cidade polo de uma mesorregião de 30 municípios, recebe diariamente pessoas de outros municípios que buscam serviços públicos, saúde, educação e serviços financeiros (bancos).

Além de ser percebida como uma “terra de oportunidades” é um local em que as pessoas aprenderam a encontrar prazer em viver. Seu povo é considerado “diferenciado”, lutador, admirado por seus próprios moradores pela “vontade de trabalhar do povo, um povo guerreiro, um povo que quer construir grande. O povo daqui é um povo que pensa grande” (JOSÉ JOANUCCI, 2010, entrevista).

²³ O Sindicato dos Produtores Rurais, do qual o entrevistado é membro, organizou várias expedições para os 9 Estados da Amazônia, conhecendo *in loco* todos os espaços, as oportunidades, os problemas. Daí vem a conclusão de que, dentre todos esses locais, Sinop é o melhor para viver e investir.

Prá mim foi uma vitória. Meu coração hoje é de Sinop, eu sou paranaense, mas me considero matogrossense porque eu vim prá cá eu não tinha 25 anos e hoje eu tenho, já vou fazer 63. Então eu gastei minha vida aqui, construí minha vida aqui. Sinop é minha vida. A família está criada, todos estão colocados. Hoje eu vivo de aluguel, eu tenho um bom aluguel, dá prá eu viver. Por nossa conta, não precisa depender de governo. Mas alegra o coração da gente, a luta. Vale à pena lutar (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

As comparações com o “espírito guerreiro” do povo são as mesmas comparações dos “desbravadores”, das pessoas que não têm medo do trabalho, que nele encontram o prazer das conquistas e das transformações, refletidas no desenvolvimento do local. Sinop é uma “cidade próspera, que cresce em todos os sentidos, enfim, uma cidade da qual se tem orgulho de morar [...] quando saio dela, fico ansiosa pra voltar” (TEREZINHA S. HAINZENREDER, professora aposentada, 2010, entrevista). E por isso, ouvir pessoas falarem mal ou reclamarem do município não agrada a quem ajudou a construir um pedacinho de espaço ideal para viver.

Apesar de toda transformação ter seu bônus, alguns ônus acompanham o que, para muitos, é inevitável ao progresso: a violência, a degradação ambiental, o egoísmo das pessoas, o individualismo, a falta de solidariedade, a violência do trânsito. São retóricos nas entrevistas, visto como transformações negativas por qual a cidade passou, perdendo sua essência priori de uma grande família. A beleza de uma cidade projetada para ser exemplo e qualidade de vida não conseguiu evitar as ondas negativas trazidas pelo progresso que começaram a se formar nos arrabaldes da cidade, tais como a pobreza, violência, falta de infraestrutura e saneamento básico. O poder público, na visão dos entrevistados, não consegue acompanhar o crescimento do município com saúde, educação, saneamento adequado, pois o município cresce mais que a capacidade de gerir mudanças de seus administradores.

4.2 A colonização

Uma “colonização pacífica e adequada!” Essa é a visão para a maioria dos entrevistados do processo de colonização do município de Sinop. Embasados no lema *Integrar para não entregar*, chamamento do então Governo Federal Militar, a resposta foi um projeto bem elaborado e conduzido pelas pessoas que formaram a frente pioneira para o município. Outra época, outras concepções de ocupação de espaço. A colonização de Sinop é motivo de orgulho para as pessoas que ajudaram a construir e para as pessoas que a habitaram em fases posteriores ao seu desbravamento.

O processo de colonização de Sinop deu-se de maneira dirigida e organizada, sob a responsabilidade de uma empresa privada, visando, principalmente, a comercialização de terras. Dessa maneira, as tentativas para trazer as pessoas para habitar e para mantê-las no espaço têm uma forte conotação no imaginário das pessoas.

O elogio ao “espírito bandeirante” exalta a imagem que ora corre da silhueta do forte desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas, para a dignificante estampa do *brasileiro nato* que, conquistando território – a marcha para oeste -, deu ao Brasil sua maior riqueza, ou seja, o alargamento das suas fronteiras [grifos da autora] (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 74).

Mais do que a simples admiração pelos “pioneiros”, há certo fascínio pela coragem e capacidade que essas pessoas tiveram de enfrentar mais do que necessidades, privações, mas a imensidão do *inferno verde*, do desconhecido e que até então habitava o imaginário das pessoas.

Pensa na coragem desse povo, prá vim fazer o que vieram fazer aqui. Hoje até olhando as fotos, a gente se emociona até de ver o peito que as pessoas tiveram na época de vir aqui e fazer isso acontecer. Mas a colonização, acho que da forma que foi organizada foi uma das melhores possíveis. Está aí o resultado. Da forma como foi colonizada, da forma como Sinop é ainda (NEVALDIR GRAF, entrevista, 2010).

A percepção sobre a colonização não é exatamente que esta foi uma maneira certa ou errada, mas vista, pelos entrevistados, como uma maneira adequada, devido à época, as situações, as exigências diferenciadas e ao próprio incentivo do Estado. Um processo que se deu naturalmente, dentro de um espaço temporal e geográfico, conduzido por pessoas visionárias, em um tempo que as limitações eram muitas e a descrença num futuro promissor era ainda maior.

Houve uma convergência de necessidades e demandas: de um lado, terras para produção, de outro, homens buscando um novo pedaço de chão e possibilidades de materializar sonhos. Nesse encontro, entra a figura do colonizador, o qual, em Sinop, tem especial destaque para os primeiros moradores e para os outros que vieram e socializam suas histórias.

A história de colonização de Sinop é uma história de muita luta, diz Osmar Jordan (2010, entrevista) e que saiu vitoriosa devido a “persistência do Ênio Pipino. Ele fez de tudo para segurar o povo aqui”. Compartilhada da mesma maneira por outro “pioneiro”, José

Joanucci (2010, entrevista) que via em Ênio Pipino uma figura carismática, que não media esforços para ajudar as pessoas que chegavam ao local:

Quanto a isso aí, a Colonizadora Sinop, o Ênio Pipino, ele ajudou muito as pessoas. A pessoa chegava aqui ele doava um terreno e ele ia lá com o trator limpar o terreno. Comigo mesmo aconteceu. Eu ganhei um terreno aqui em Sinop, na Av. Júlio Campos, onde eu construí a minha casa, ao lado da casa do meu pai. A colonizadora Sinop, o Ênio Pipino mesmo contribuiu muito, foi uma pessoa chave, porque se não fosse o Ênio Pipino talvez essa região não tivesse o êxito que teve. A Colonizadora fez o papel dela, politicamente também. Sinop foi uma cidade privilegiada.

Essas percepções deixam transparecer sentimentos que passam por gerações e por novos moradores, que além da admiração, expõe sua curiosidade em saber como conseguiram vencer tantas adversidades, sendo hoje considerados os *heróis da Amazônia*. O colonizador é a figura central, tem o destaque, como um líder carismático, amparado pelo Estado. No Governo Militar, essa figura era evidenciado pelo desbravador, de homens corajosos capazes de enfrentar o desconhecido e que fossem predestinados a se tornarem heróis da Pátria. Claro, além dessas características, a capacidade administrativa para gerir o espaço sob sua responsabilidade, realizando as divisões das terras, utilizando de habilidades, força quando necessário, e ter capital para dar a contrapartida à Federação, quitando seus financiamentos (SELUCHINESK, 2008).

Até porque se tem muita curiosidade, de perguntar pras pessoas como eles faziam uma casa dentro de uma lagoa, né? Sinop era uma lagoa, né, é o que a gente vê nas fotos, nos vídeos, o que eles falam, que a primeira empresa que montaram aqui de alimentos, que é a empresa Machado, o povo tinha que andar na pontinha para entrar. Então eu acho assim, sei lá, eu não tive essa oportunidade de conversar com essas pessoas, mas eu considero essas pessoas como uns heróis, eles são os heróis da Amazônia, que desenvolveram a cidade e isso tudo (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

Por vezes, um processo comparado com outros desenvolvidos pelo INCRA, como comparativos de desigualdade e fracasso para os projetos do Estado, considerados falhos, onde as pessoas eram “jogadas lá, maltratadas, sem documentos, sem assistência, sem condições” (ROGÉRIO RODRIGUES, 2010, entrevista), o que não aconteceu no projeto desenvolvido em Sinop, pela Colonizadora, bem conduzido, adequado e proporcionando toda a assistência aos seus moradores.

No conjunto de uma sociedade capitalista, a acumulação de bens vem à priori. Karl Marx destacava que ter o controle dos espaços territoriais é uma das condições prioritárias para que se estabeleça a sociedade capitalista. Controle este que dá a posse privada da terra e dessa maneira, possibilita desenvolver o mercado de trabalho (CASTRO et. al., 2002).

Ênio Pipino não concebia o processo de colonização desenvolvido por sua empresa como excessivamente capitalista. Em sua visão, havia a prioridade ao social, em desenvolver pequenas áreas de agricultura e não concentrar muita quantidade de terra nas mãos de poucos proprietários, ação desenvolvida em outras áreas da Amazônia:

Não é capitalista quando vende “no varejo” pequenas e médias propriedades. Acho, apenas, que as grandes fazendas de gado que captam incentivos fiscais usam pouca mão-de-obra em vastas extensões territoriais. Penso que deveria se associar a colonização a esses projetos agropecuários essencialmente. O Incra e a Sudam devem olhar com mais atenção esse tipo de projeto na Amazônia que só fala em pecuária e não em material humano (Trecho de entrevista de Ênio Pipino, concedida à Revista Contato, julho/1982, in TEIXEIRA, 2006, p. 57).

O processo de colonização em si, de uma maneira predatória em relação aos recursos naturais é respaldado também pela própria dinâmica do contexto e da época. Uma dinâmica econômica, segundo Celso Furtado (1982), que exigiria do país esforços, sacrifícios e exploração, tanto de uma parcela da população, quanto de recursos naturais de vastas áreas territoriais.

Quando da implantação da cidade, da inauguração da cidade, em 74, era o ano que estava sendo criado, inaugurado o Primeiro Instituto de Pesquisa Ambiental no Brasil, o INPE. Era muito recente. Como é que vamos falar, os colonizadores, os desbravadores fizeram errado. Não dá para fazer essas coisas porque tem que analisar dentro de um contexto histórico. Ninguém falava em preservar, falava-se em expandir as fronteiras agrícolas, ocupar, *Integrar para não entregar*. Enfim, toda uma situação política envolvida, econômica também, então era outros tempos. Eu diria que não uma questão de visão ambiental, mas uma questão de sobrevivência (FÁTIMA IOCCA, Bióloga, 2010, entrevista).

A participação do processo de colonização, expansão de área, estava perfeitamente inserido na exigência, na dinâmica do país. Não se falava em preservação. A ordem era outra: de progresso, de expansão territorial, de industrializar o campo e de tornar terras improdutivas em produtivas.

A degradação do meio natural, que em outras partes gera o freio malthusiano ou exige esforço acumulativo e progresso técnico para contornar a barreira dos rendimentos decrescentes, é compensada pela expansão do espaço econômico. Daí que nada nos ajude tanto a entender a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro – seu dinamismo e tendência a excluir a maioria da população de seus benefícios – quanto o estudo da forma como o homem se relaciona com o meio físico; com efeito: o ecossistema – concebido como abrangendo o meio natural e o contexto sócio-cultural – opera no Brasil com custos consideráveis que a visão corrente do desenvolvimento econômico exclui (FURTADO, 1982, p. 23).

Sob a percepção social, a colonização particular desenvolvida em Sinop foi um projeto de sucesso, bem conduzido e organizado. Passível de falhas, de excessos e de algumas críticas, mas não desmerecendo o grande valor social das ações dos colonizadores e “pioneiros” do município. Apoiados pela política governamental, a Colonizadora soube manter, controlar e organizar a chegada e a permanência das pessoas no local, sendo propagadora de várias ações para alavancar a economia do município, construindo estradas, cooperativas, trazendo empresas e infraestrutura básica para seus moradores.

Sob essa perspectiva, Ênio Pipino é considerado um sonhador, um plantador de cidades, um visionário. Alguém que acreditava no *progresso* da região quando muitos não acreditavam, quando entravam em descrédito e em desespero. “Olhando para o passado, há toda uma história de realizações, de pioneirismo, de coragem e de afirmações da gente que somou com Ênio Pipino e que testemunha hoje, um quadro que o Grupo Sinop fez nesse tempo na área que tinha para colonizar” (MINETTO, citado por SELUCHINESK, 2008, p. 114).

Essa percepção é questionada por poucos, e que para algumas pessoas que acompanharam o processo inicial de ocupação territorial, é resultado da falta de percepção social sobre as verdadeiras ideologias da colonização privada em Sinop:

os que não percebiam iam na ideologia de que era um herói realmente, que era uma pessoa dotada de um espírito altruísta muito grande que vinha lá para salvar as pessoas, que tirava pessoas da fome do norte, sul do país para trazê-los ao eldorado, na verdade não era nada disso... Não era nada disso. Tirava-se as pessoas de um celeiro, dum lugar que tinha uma produção fantástica: como é o Paraná, o norte, o noroeste, o sudoeste do Paraná, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina; com uma propaganda muito bem engendrada, muito bem feita, levava-se, vendia-se pedaços de terra para essas pessoas em Sinop, e quando lá chegavam e tentavam empregar os mesmos métodos de cultivo do sul, a decepção era terrível, porque lá a terra sem adubo não dava nada, absolutamente nada [...]. Então era feito era um engodo muito grande (JOSÉ ROVERI, professor de Matemática, entrevista concedida a JANICE CASSIA LANDO, 2002, p. 142).

Uma colonização que ainda não terminou, para alguns atores-sociais: “São três colonizações diferentes. Colonização de fazer a cidade, colonização de começar a cidade e agora a colonização de desenvolver a cidade” (EDER CORDEIRO PESSINE, Presidente do SITICOM, 2010, entrevista).

Para Ênio Pipino (1982, entrevista Revista Contato, julho/1982, *in* TEIXEIRA, 2006, p. 59) Sinop foi uma de suas últimas realizações como colonizador “Quero ficar como um homem que passou e deixou alguma coisa importante”.

4.3 Meio ambiente e natureza

Conceber o que é o meio ambiente, por muitas vezes, não é tarefa fácil. Em muitos momentos, os conceitos são visualizados com a prática, o dia a dia, o que acontece em seu entorno. Houve, no decorrer das entrevistas, especial destaque e preocupação em revelar as percepções ambientais, visto que o tema exposto inicialmente apontava o foco na questão do progresso e impacto ambiental. Não um tema que expunha tensão, mas visualizações e pontos de vista por ocasiões complementares, por ocasiões divergentes. “O meio ambiente é tudo que está a nossa volta. Tudo que compõe o planeta Terra. A natureza é o meio ambiente natural” (TEREZINHA S. HAINZENREDER, 2010, entrevista).

Meio ambiente hoje é uma das situações que tem que ser vivida dentro do município de Sinop, e a nível mundial. Até porque nós sabemos que tudo o que se faz que prejudica hoje a questão ambiental, traz transtorno maior para o ser humano (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

Há a preocupação de associar os impactos ambientais, o meio ambiente, a natureza e os seres humanos. Existe a noção de colocar o ser humano como parte do meio ambiente, não sendo este concebido apenas como um mero expectador, e sim como agente ativo das modificações ambientais, parte de um contexto maior e que é responsável pelas transformações. Bem por isso, como um ser interligado as questões da “teia da vida”, é que sofre diretamente as consequências de ações negativas à natureza.

Frijof Capra (2006, p. 1) diz que “Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente”. No livro *A Teia da Vida*, apresenta uma noção clara da ampla relação dos organismos vivos em complexos sistemas interligados, onde faz uma abordagem científica da vida, onde organismos, sistemas sociais e ecossistemas são considerados problemas

sistêmicos, quer dizer interligados e interdependentes. Para Capra, não há como resolver os problemas globais quando as percepções desses problemas estão totalmente com focos errôneos, em problemas isolados e sem interligação; quer dizer, a questão é uma séria “crise de percepção”.

Meio ambiente é tudo. É onde a gente vive, é uma coisa assim, o planeta. Onde a gente vive, quando fala a gente, o homem em geral, então é tudo uma coisa ligada a outra. As vezes você não consegue fazer uma ligação mas sempre se for ver a fundo existe essas interrelações. Então é o planeta, é o local que a gente está (JACKSON MEDEIROS, 2010, entrevista).

Existe uma relação mais ampla, em algumas concepções, do que é meio ambiente. Mais do um espaço de convivência pacífica, o meio ambiente tornou-se um tema de diversos conflitos de percepções, valores e usos. Henri Acselrad (2005, p. 7) diz que o “Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados”. Por vezes, como recursos naturais para suprir necessidades primárias humanas, por outras, como fonte inesgotável de suprimentos, e por vezes como amplas possibilidades de investimentos empresariais. Ou seja, Acselrad discute a visão do meio ambiente pelos seres humanos como um espaço comum de recursos, no entanto, “exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico”.

O meio ambiente é um espaço existente no universo e que tem suas peculiaridades aonde o homem deveria se adaptar, conviver com o meio ambiente de maneira harmoniosa, usufruir do meio ambiente sem denegri-lo. São várias coisas que prá mim é o meio ambiente. Existe o meio ambiente em relação ao espaço geográfico, florestal, na cidade, em sua casa. Não somente o meio ambiente em relação a árvores, água, rios. Algo que nos foi concedido que devemos trabalhar em harmonia com ele (GASTÃO VASCONCELOS, 2010, entrevista).

Há a percepção de interação com a natureza, mas também de dominação. O ser humano é capaz de exercer sobre a natureza o seu poder de exploração, e por isso que contabiliza tanta destruição. No entanto, há uma aproximação dos problemas naturais, de clima, de catástrofes, excesso ou escassez de chuva com a agressão causada pelo processo de ocupação territorial da Amazônia. Existe essa concepção, pois as pessoas que vivem no local por mais tempo sentem a diferença climática, o que atribuem, não totalmente, mas como um motivo que colabora com tais mudanças, ao processo de devastação da floresta.

As diferenciações climáticas são as mais perceptíveis para as pessoas, que encontram principalmente, nas estações de chuva, definidas antigamente, para uma desestruturação climática atual.

Havia duas estações bem definidas, época de chuva e época de seca. O próprio clima era um clima, entre aspas, mas estruturado, definido. Não era essa mudança climática que nós temos hoje, devido a tantas outras coisas também, que vem agredindo o nosso planeta. Era 6 meses de chuva e 6 de seca. Tínhamos aquela do caju que eles falam, que era uma chuvinha em julho, tapava o pó somente (Pe. EUDES PEDROLO, 2010, entrevista).

Existe certa reavaliação de que frente aos rumos da humanidade, de progresso, desenvolvimento de novas e diferentes tecnologias, da necessidade de maior produção de alimentos devido a um número maior de população, há um real confronto com o meio ambiente, que até então eram levados de maneiras paralelas. Visto como um espaço que estava a serviço do homem para uma nova relação de reciprocidade, de uma reorientação de como os seres humanos devem se relacionar e usufruir da natureza.

O pouco que a gente entende é aquilo que a aprendeu lá na roça, cultivando, carpindo, tentando proteger, não usando agrotóxico, que eles falam, é sendo mais natural. Tudo na enxada que nem diz o outro. A gente não tinha condições pra fazer tanta devastação assim. Mas eu acredito que agora já passou da hora de preservar não é, então até que a gente fala, não jogar lixo ali, tem um jogando lixo a gente vai lá e fala, mesmo achando ruim, a gente sempre está cobrando, que agora é hora de proteger mesmo, incentivar as criança [...] não querer destruir no futuro. Então acho que meio ambiente aqui pra gente, pra mim, é hora de proteger, de cuidar desses animais, e também os nossos políticos fazerem a parte deles (NILSON ALVES DE OLIVEIRA, 2010, entrevista).

A percepção ambiental perpassa a ideia de uso somente. Existe a noção e percepção de cuidado, da interdependência e de mudança de postura frente às atitudes adotadas até então. Há uma clara percepção de que agressões foram feitas, e que são necessárias mudanças urgentes na maneira de usufruir dos recursos naturais. A temática meio ambiente recai sobre as percepções de preservação.

Meio ambiente é o local onde a gente vive. E por questão da colonização e tal, ai a gente teve muitos problemas, muita devastação. Existiu e existe ainda. Pensamentos hoje que acontece na cidade é o de retomar, criar um novo meio ambiente, plantio de árvores, conservando os rios, resgatando as nascentes. Então o meio ambiente seria isso prá mim, uma forma de tornar melhor esse local prá tornar um ambiente melhor (EDER CORDEIRO PESSINE, 2010, entrevista).

A questão meio ambiente vincula inevitavelmente a questão da degradação ambiental e do desenvolvimento regional. Uma região que cresceu sob a extração dos recursos naturais, e que aos poucos define nova vocação econômica, a prestação de serviços e o agronegócio, mas que ao mesmo tempo, não pode parar. Mas não sob a mesma concepção de derrubar para expandir, mas agregar à produção tecnologia, com o suporte do Estado, que deve ser o mentor:

Não tem onde segurar mais e a tendência é cada vez mais crescer. E não precisa derrubar mais nem uma árvore, muito pelo contrário, nós precisamos ter essa consciência de preservar. Porque nosso espaço físico, a área está muito grande. Agora tem que trabalhar tecnologia, aproveitar esse espaço físico, aproveitar o máximo, e preservar a natureza. Não adianta querer derrubar, isso chega até a doer quando eu vejo uma área desmatada. É muito ruim isso. Acho que é um crime, mas acho que aquilo tem que vir pelos governos (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

Nas percepções ambientais que balizam entre produção, acumulação de riquezas e recursos naturais, o que se evidencia é a dependência humana da natureza e de seus recursos, e a necessidade de encontrar o equilíbrio entre a produção de bens e a utilização dos recursos da natureza. Na era tecnológica, a percepção de que o caminho para a harmonia da natureza e seres humanos está na capacidade criativa da humanidade de utilizar recursos tecnológicos para garantir a produção e continuar a usufruir dos recursos, dos quais se depende para viver. Por isso, harmonizar a natureza com o homem faz parte de um complexo sistema do meio ambiente necessário para sua sobrevivência.

4.4 Progresso e Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crimes foram seus assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma estória: o desenvolvimento não deu certo (SACHS, 2000, p. 11).

A concepção de Esquilo, no século V (a.C.) sobre o progresso conduzia ao bem estar humano. Progresso era designativo de *progresso humano*, o homem adquirindo conhecimento estava progredindo, caso contrário, não haveria progresso (NISBET, 1985), como apresentado no Capítulo I.

O conceito de progresso de Esquilo tem nas concepções atuais convergências e divergências em função, principalmente, dos atuais conceitos de desenvolvimento, dois termos popularizados, confusos, e parte do imaginário das pessoas como um fator primordial

para melhorar de vida economicamente e poder desfrutar das benesses proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Gustavo Esteva (2000, p. 70), em sua abordagem sobre os propósitos do desenvolvimento reporta-se a Declaração de Cocoyoc²⁴, de 1974, a qual defende que “o propósito do desenvolvimento não deveria ser o desenvolvimento de coisas, mas sim o desenvolvimento do ser humano”. A satisfação das necessidades básicas, ou mesmo, o que prejudique essa satisfação, é, segundo a declaração, “uma imitação grotesca da noção de desenvolvimento”.

Progresso, em seu sentido priori, perde sua principal essência para se fundir aos conceitos de desenvolvimento, numa perspectiva de crescimento econômico. As percepções dos atores sociais entre progresso e desenvolvimento são por vezes distintas, por vezes confusas, por vezes iguais. Há uma distinção, ocasionalmente, entre desenvolvimento e crescimento, e não entre desenvolvimento e progresso. O desenvolvimento é concebido como algo ordenado, planejado, que faz com que o município *desenvolva* de maneira homogênea, e não *crezca* desordenadamente.

Falar em progresso remete ao contexto de Sinop. Sinop, a cidade do progresso, a cidade do futuro. Pautou-se sobre essa lógica, desde seus primórdios. Mídia, Colonizadora, Prefeitura, um conjunto de esforços anunciando o quão poderia ser feliz o povo de Sinop, progredindo juntamente com o município.

Já nos seus primeiros anos de ocupação, a apologia ao progresso do local e as possibilidades de enriquecimento em um município tão promissor era sensível na mídia falada e escrita:

Ali, no Norte de Mato Grosso, onde há cinco anos só havia mata, hoje plantam-se café, pimenta, arroz, e muito mais. E planta-se muito: naquela região que era um zero econômico, surgiu um município que hoje é o nono do Estado em arrecadação... Sinop é uma cidade jovem, mas nervosa, com sede de riquezas, com serrarias, caminhões repletos de toras, homens fortes e ambiciosos, e o cenário de fronteira... Mas a fronteira como sinônimo de limite: lugar distante que se busca para subir na vida... Chegar a Sinop é uma surpresa: a floresta está sendo vencida, não destruída, e se constrói um outro mundo... ‘Jamais – concluía Ênio Pipino - se poderá ver, neste final de século, uma perspectiva de movimentação humana como se está intensificando nestes brasis, que ainda desconhecemos’ (Jornal da Tarde. A

²⁴ Declaração de Cocoyoc, de 1974, é um documento resultante de reunião do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP e da Conferência das Nações Unidas, sobre as discussões de comércio e desenvolvimento, onde se discutiu questões relacionadas a explosão demográfica, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido ao elevado nível de consumo, desperdício e poluição (COSTA LIMA, 1997).

fronteira, onde o tempo não conta. Edição de 9 de maio de 1981, citado por GUIMARÃES NETO, 1986, p. 147).

A mídia enfatiza o progresso da cidade, fazendo descrições de suas conquistas, difundindo a ideia de crescimento econômico.

Sinop: a invejável estrutura da maior cidade do Norte de Mato Grosso

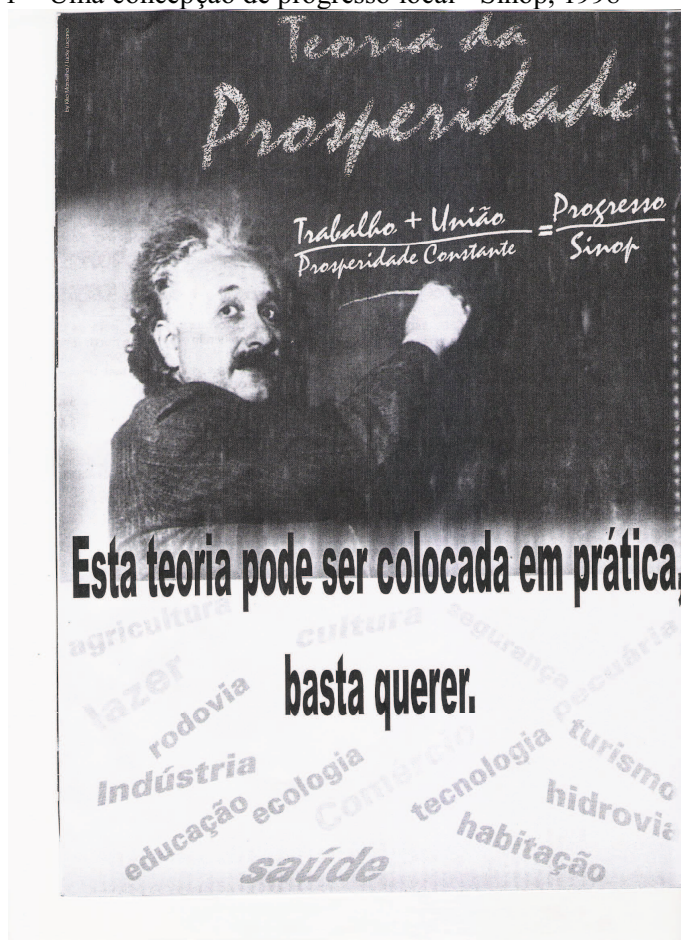
Uma cidade que não para de crescer, a mais famosa cidade do nortão de Mato Grosso, distante a 500 km da capital Cuiabá, cidade polo, muito verde, com uma estrutura muito bem preparada, comércio forte, mais de 1400 indústrias, referência em medicina no Mato Grosso, promotora da 2ª maior Feira Agropecuária do Estado, 09 faculdades e Universidades, aeroporto com capacidade de pouso para aeronaves de grande porte ligando a cidade ao restante do país, um povo hospitaleiro, trabalhador com um sorriso estampado no rosto que vem cativando cada vez mais a todos os visitantes que vem de todas as partes do País, para aqui iniciarem seus negócios, conseguir um bom emprego, ou expandir suas empresas situadas em outras regiões do País. Quase 120 mil habitantes e o crescimento é diário, novos moradores, novas empresas, investidores, empreendedores, além de muitos turistas, chegam na cidade todos os dias, enfim, não é a toa que ela é conhecida como a “Capital do Nortão” (REVISTA NOTÍCIA, mar/2010, p. 6 e 7).

O progresso tem conotação com o ato de construir, alterar paisagens, produzir, crescer, incrementar diariamente. “Sinop cresce diariamente”, é basicamente um clichê, que retrata a percepção das pessoas no que se constitui o progresso do município. E essa vontade de crescer, de fazer com que a cidade se desenvolva faz com que a sociedade se envolva e se projete como parte de um processo de crescimento.

A média de crescimento de 10% ao ano faz as pessoas correrem para não serem engolidas pelos avanços [...] não basta ter talento e habilidade, ficar sentado esperando o sucesso e o reconhecimento chegarem. *Sinop é uma cidade que te empurra!* [grifos da revista] (Entrevista com GILMAR FLORES, o Joanelha, campeão nacional de *Freestyle*, morador de Sinop, Revista Colonizadora Sinop, dez/2009, p. 24).

Ao longo das administrações municipais, das campanhas publicitárias da colonizadora, da mídia falada e escrita do município, o retrato de uma história de *vitórias*, apresentando a face do progresso e de suas benesses à sociedade, como algo homogêneo, ao alcance de todos.

Figura 1 – Uma concepção de progresso local - Sinop, 1998



Fonte: REVISTA SINOP (1998)

Quando se diz “Cidade Futuro”, os visionários são os primeiros a propor interpretação e não é de espantar a fertilidade da imaginação deles ao vislumbrar uma cena ‘a la Blade Runner’: uma sociedade saturada de bens de consumo, sofrendo de regressão psíquica e patologias de comunicação a capital volátil demarcando novas fronteiras geopolíticas, minoria hi-tech vivendo em domos, etc.; sobremaneira não é preciso de ficção, basta perguntar a um sinopense e a resposta é súbita: Cidade Futuro? É aqui! (REVISTA SINOP, 1998, p. 9).

A Colonizadora, de maneira especial, sempre contribuiu para que o progresso fosse parte do imaginário e objetivo das pessoas, como sinônimos de vitórias a partir do trabalho individual e de esforços coletivos para que houvesse construção e melhorias constantes, basicamente em termos de infraestrutura. Propagandas, publicidade, discursos, sempre enaltecendo a potencialidade do progresso local e a atuação da empresa como responsável, ou co-responsável pelas grandes conquistas. Desde os princípios da colonização, observa-se a

persistência em enaltecer o crescimento econômico e demográfico como sinônimo do progresso local.

Um processo fruto da concentração capitalista, diz Picoli (2006), onde a colonizadora, que atuava em nome do Estado, fazia crescer o domínio político e econômico de suas ações, tornando a cidade de Sinop um celeiro de desenvolvimento capitalista, concentrando indústrias, principalmente madeireira, um comércio forte e um crescente polo de serviços.

Foto 14 – Outdoor da Colonizadora em frente ao aeroporto



Fonte: A autora (junho de 2010).

As administrações públicas, por meio de *slogans* adotados nas gestões, por propagandas veiculadas na mídia, *outdoors*, revistas, buscaram transmitir à população a perspectiva de um município que progride com a força do trabalho, projetando a esperança de um futuro promissor.

A edição especial da Revista Sinop 13 anos, de 1992, em matéria de capa destacava a pujança do município de Sinop, “A Metrópole do Nortão”, e dedicou especial evidência ao Prefeito Adenir Alves Barbosa, em título de matéria chamado “O homem do progresso”, sendo o prefeito considerado, pela revista, o homem que colocou o município no “caminho do progresso e do desenvolvimento” (1992, p. 6). O Prefeito, médico de formação, destaca que administrar o município como se fosse uma empresa é a atitude para o sucesso.

Progresso! *Sinop não é mais aquela*. Com um governo sério, dinâmico e competente, Sinop se transforma num canteiro de obras, atrai novos investimentos e firma-se como a capital do Nortão [...] Da noite para o dia, Sinop se transformou num canteiro de obras, os investimentos começaram a chegar e o município passou a viver em tempo de progresso.

Esse progresso deu ânimo ao município. Vendo que o poder público investia, a população também começou a realizar seus projetos (REVISTA SINOP, 1992, p. 09).

A edição da revista empregou com ênfase, em todo o seu contexto, “trabalho, determinação e progresso”, exemplos e receitas para o progresso e sucesso: “Determinação” (p. 04); “Trabalho de formiga” (p. 17); “Tributa no Progresso” (p. 22); “Aula de futuro” (p. 33).

Quadro 3 – Slogans adotados pelos prefeitos em seus mandatos

<i>Prefeitos</i>	<i>Mandato</i>	<i>Slogan</i>
Geraldinho Dal Maso	1983 a 1988	<i>Sinop é um dever, estamos cumprindo!</i>
Adenir Alves Barbosa	1989 a 1992	*
Antonio Contini	1993 a 1996	<i>A marca do trabalho!</i>
Adenir Alves Barbosa	1997 a 2000	<i>A caminho do Terceiro Milênio!</i>
Nilso Leitão	2001 – 2004 2005 – 2008	<i>Terra de toda gente!</i>
Juarez Costa	2009 – 2012	<i>Sinop tem!</i>

* Não se encontrou fonte de registro.

Fonte: Pesquisa da autora (2010)

Um município que respira progresso. Essa é uma concepção priori. Um município que cresce mais que a maioria dos municípios do país, que ofereceu oportunidades de crescimento para seus “pioneiros”, que por vezes, não tinham a mesma crença de progresso local que os seus colonizadores:

Nunca passou, se isso tivesse passado por essa cabecinha aqui. Ênio Pipino tava dando de graça lote pros “pioneiros”, eu ganhei quatro lotes de presente no centro. Eu peguei duas avenidas, Júlio Campos com Sibipirunas, é muito asfalto, é muita calçada e eu me vi doido prá pagar, eu vendi dois lotes nos fundos e construí na avenida. Mas eu teria pegado mais lote se eu tivesse pensado. É que a gente foi criado naquelas cidadezinhas do Paraná, que não cresce, fica sempre a mesma coisa (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

Regina Beatriz Guimarães Neto (1986, p. 3) relaciona a questão de *outra história*, que é a história do colonizador que aparece e *rouba* a história dos colonos, dos primeiros

moradores, e traz à cena o progresso das cidades fundadas pelas colonizadoras. Neste caso, o que suprime dessa história é a “memória do trabalho”. Dessa maneira, diz a autora, havia uma homogeneização dos tempos da chegada, pois todos estariam unidos num mesmo objetivo, trabalhando e participando da construção do lugar. “As dificuldades dos colonos em reter na memória os tempos da chegada, fundava-se na realidade do novo lugar em que tudo evocava o momento presente, expulsando a história do sofrimento, ficando as marcas do progresso”.

Por outro lado, há a percepção de um progresso *às avessas*, de um *ônus* que vem juntamente com o que se concebe como progresso. Violência, aumento de índices de usuários de drogas, educação e saúde em crise, trânsito problemático. Ou seja, há algumas concepções do que “deveria” se constituir o progresso, mas se funde com os problemas de crescimento e desenvolvimento, já que ocorrem desordenadamente e como pondera Guimarães Neto, não homogeneamente.

A gente tem aquela utopia, que você vai conseguir com o tempo, com isso vem embutido uma melhor qualidade de vida. Melhor qualidade de vida significa melhor qualidade ambiental, melhor qualidade na saúde, na educação. Só que quando a gente vê hoje o progresso é totalmente ao contrário. Piora tudo na realidade. Piora segurança, piora educação, piora saúde, transporte nem se fala. Infelizmente é isso. A gente tem a ideia de que progresso seja melhoria como um todo, não que a cidade só cresceu em habitantes, mas da época que eu cheguei aqui, a cidade cresceu, mas ao invés de melhorar, os problemas aumentam (JACKSON MEDEIROS, 2010, entrevista).

Assim, existe uma tendência da concepção dos atores-chave que os termos progresso e desenvolvimento são atividades análogas e convergentes. Desenvolvimento e progresso caminham juntos. Mas também algumas concepções de progresso partem da sua essência priori, mas confusas em relação aos meios e finalidades, convergindo para a questão de desenvolvimento econômico e tecnológico. De quebra, crescimento econômico.

Vejo o progresso como se fosse a possibilidade de crescimento humano [...] Se a cidade cresce, como eu vou desenvolver? Então precisa ter progresso mesmo. Precisa chegar novas tecnologias, novas infraestruturas, ter condições de educação, condições de saúde. Então, só vai chegar nisso aí quando progredir. Não há desenvolvimento sem progresso. Tem que ter o progresso para poder desenvolver. Não adianta ser uma cidade parada em 1990 querendo implantar uma tecnologia de 2010. O crescimento das pessoas está ligado a isso, novas oportunidades, novas chances, novos planos [...]

Para você ter uma ideia a população hoje está tão contente com o que ela tem na cidade que chegou uma lanchonete, estive em Curitiba faz dois anos,

uma lanchonete que é o “x” da coisa, e agora tem uma aqui na cidade. O pessoal está demorando um pouco prá acostumar com a ideia, (SubWay), são novidades, já tem a Giraffas, ela é mais uma, não é “A Lanchonete”, é mais uma! A concorrência entre elas já mostra o quanto a cidade desenvolveu (EDER CORDEIRO PESSINE, entrevista, 2010).

O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde 1990 vem apresentando um novo aspecto para definir o desenvolvimento de uma população, e estes pressupostos não considera somente a dimensão econômica, mas o desenvolvimento das dimensões sociais, culturais e políticas e que tem influência na qualidade de vida das pessoas. Bem por isso foi criado o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que segundo seus idealizadores, Mahbub ul Hag e Amartya Sen, é um contraponto ao PIB, índice que considera somente a questão econômica do desenvolvimento. O IDH considera para seus índices o PIB, incrementado com a longevidade e a educação.

Há também a percepção de progresso idealizado em relação a questão de melhorias que proporcionem as pessoas qualidade de vida: “Então eu acho que progresso tem a ver com qualidade de vida e tem muito para ser feito [em Sinop] e está no momento para ser feito, ainda está no tamanho que dá para se pensar em progresso com qualidade de vida” (JOÃO FLÁVIO VELOSO E SILVA, pesquisador do EMBRAPA, 2010, entrevista).

São estas questões que pairam sobre os temas progresso e desenvolvimento no município de Sinop. O município economicamente cresce a índices similares ao da China, aproximadamente 10% a.a. e demograficamente apresentou de 2000 a 2009, um índice de crescimento de aproximadamente 7% a.a. Esses índices remetem a sociedade à percepção de alterações diárias no município, em serviços de infraestrutura, no aumento do número de construções civis, em novas empresas que chegam ao município, no aumento da malha viária e asfaltamento de vias, que ocorrem anualmente.

Esse crescimento de Sinop, nos aspectos demográfico e econômico, desperta em seus moradores certo orgulho e vibração ao repassar esses fatos. “Sinop é uma cidade que se renova a cada dia. Posso ir a Santa Carmem [distante 30km] e voltar que sempre percebo uma particularidade nova na cidade. Isto é apaixonante!”. Diz o atleta Joanhina, conhecido nacionalmente pelos títulos conquistados no *Freestyle Motocross* (Revista Colonizadora Sinop, 2009, p. 25). O atleta é um caso típico de expressão de amor a cidade, quando em suas apresentações pelo Brasil e pelo mundo, leva e faz questão de mostrar o nome de Sinop, tanto que é chamado de *Garoto Propaganda* da cidade.

Essa expressão de ícones locais, em meios de divulgação, faz também que as pessoas sintam-se orgulhosas de fazerem parte desta sociedade, pujante e progressista, em meio a tantas dificuldades, vitoriosa e atualmente destaque nacional. A concepção de progresso encontra-se atrelada à produção, conquistas, expansão de áreas, números expressivos e índices maiores que a média nacional.

Ninguém tem o progresso, ninguém tem as produções que nós temos aqui, de progresso com sustentabilidade, sustentabilidade social e ambiental. É uma região nova, com um potencial muito grande, que sem dúvida, ao longo de todos os problemas, de agora em diante vai conduzir esse progresso de uma forma que o mundo não vai mais ter o que falar do Mato Grosso, principalmente dessa grande Sinop, dessa região aqui (ROGÉRIO RODRIGUES, 2010, entrevista).

Apesar que ainda sou uma criança dentro de Sinop, mas a gente que chegou em 94, já acompanhamos um crescimento que ao longo desses 16, 17 anos, as vezes você chega até parar e não acreditar. Principalmente dentro do Boa Esperança quando nós chegamos só tinha o Jardim do Sol, era uma rua. Depois foi o loteamento Campo Verde, depois o loteamento Porto Seguro, no qual hoje esses três loteamentos são Boa Esperança. Então, vamos dizer, dentro dessa situação, Boa Esperança não tinha um colégio, não tinha uma creche, então a gente tem hoje (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

Contraditoriamente, apesar de todas as conquistas, o crescimento demográfico e econômico e das alterações ocorridas nas paisagens, Sinop não é considerada pela maioria das pessoas uma “cidade desenvolvida”. É sim, considerada, a exemplo do Brasil, uma cidade “em desenvolvimento”. Mais que isso, em um grande desenvolvimento, um grande e expressivo canteiro de obras dentro de um contexto estadual e nacional. Uma cidade que cresceu bastante, mas que tem muito para desenvolver, ainda muito para ser feito. “Não temos um metro quadrado de esgoto” (ALESSANDRO DE OLIVEIRA ARANTES, Jornalista Ambiental, IBAMA, 2010, entrevista). Alessandro, que chegou em Sinop em 2003 e, conforme relato, sentiu forte impacto pela dinamicidade e alvoroço que vivia o município à época, segundo ele, “em polvorosa”, quando não havia lugar para morar, tal dificuldade em locação, devido a alta demanda, o que se apresenta como um cenário totalmente diferente da sua região de origem, interior de Minas Gerais, com um ritmo de economia bem mais lento. Sinop vivia um auge esplendoroso e que aos poucos foi se firmando.

O processo de desenvolvimento que a cidade ainda vive, com índices de crescimento maiores que a média nacional deve-se principalmente pela sua recente ocupação, mas ainda com dúvidas, pois segundo os entrevistados, com uma vocação econômica oscilante. O fato de o município ainda não ter se firmado em sua vocação econômica, passando pelos passos

distintos da ocupação territorial por que passou a maioria das cidades colonizadas no Brasil desde seu descobrimento, com a primeira atividade sendo a extrativista, depois a agricultura e atualmente, firmando-se como prestadora de serviços faz com que as pessoas ainda tenham dúvidas sobre sua vocação e a firmeza de sua economia.

Outro fator preponderante nas questões é que para os atores sociais, quando uma localidade progride, toda a população se favorece, o que vem acontecendo em Sinop, na percepção de muitos entrevistados. Esse desenvolvimento traz à população benefícios na geração de empregos, na maior arrecadação para o município, o que reverte em mais infraestrutura para todos. Sinop é apontada pelos atores sociais com um diferencial de cidades vizinhas e próximas, por esta não apresentar grandes disparidades socioeconômicas, a exemplo de Lucas do Rio Verde e Sorriso. A visão de uma cidade com uma vocação para o progresso “homogêneo”, com qualidade.

Não é uma unanimidade de ideal de progresso aceita por todos, como algo ao alcance de todos. É o que defende o professor Edison:

A gente sabe muito bem qual é a ideologia política da burguesia. Progresso prá eles, uma meia dúzia, os detentores do poder. Os outros são os outros. Nesse caso no Mato Grosso, teoricamente é para todos. No discurso é para todos, mas em termos práticos não é bem assim. [...] Aqui é capitalismo, capitalismo não é prá todos. O capitalismo se fundamenta na exploração e na acumulação. Então não é bem assim. Agora para as pessoas ingênuas, eles acham que é para todos e as coisas não são de graças, não são assim, tudo tem seu preço, seu custo (EDISON DE SOUZA, 2010, entrevista).

Para quem conhece o município com maior abrangência, não vê a mesma homogeneidade em seu desenvolvimento, apesar de considerar complicado acompanhar o desenvolvimento que se dá no município, atendendo todas as suas demandas.

Há um desenvolvimento acelerado. Mas aí também tem que tirar algumas coisas boas. Sinop tem uma relativa qualidade de vida, espaço verde legal, acesso aos bens de consumo, serviços. Não tem saúde pública, um hospital, mas aí tem o particular. Quer dizer, é uma cidade que se vê que ela foi voltada para uma classe mais favorecida. Então você vê que as massas não estão favorecidas em Sinop. E também a velocidade que as mudanças vieram, não culpo só o poder público. Um crescimento desses é difícil dar conta. Eu ando muito por causa das minhas pesquisas e vejo coisas, não existia isso aqui e já está tendo. Como é que pode? É um verdadeiro canteiro de obras, está explodindo. Em todas as dimensões está expandido. Algumas com requinte, já com uma estrutura (FÁTIMA IOCCA, 2010, entrevista).

Dá-se destaque também a instalação, em 2009, da sede da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Mato Grosso, citado por muitos atores sociais como um presente para a cidade e um reconhecimento de seu potencial, capacidade e progresso. A pesquisa associada à agricultura e pecuária é vista como alavancadora para a economia local e como base para firmar a vocação da cidade na prestação de serviços, associadas às instituições de ensino, mudando o próprio perfil social com pesquisa e educação.

Ao mesmo tempo em que existe a concepção de progresso como crescimento econômico, e que justamente o município se desenvolveu nessa lógica, há uma questão importante que surgiu em vários momentos das entrevistas, em relação à educação. Por ter o município se desenvolvido sobre, principalmente, o uso de recursos naturais e ser um local procurado como uma possibilidade de “enriquecimento” rápido, a educação - esta num contexto escolar e também de respeito para com outras pessoas e meio ambiente - é motivo de insatisfação. Há uma facilidade em manipular a população por parte de poucas pessoas dominantes porque esta não está educada a ser crítica, fazer parte da “massa pensante”, conforme relatos. A “massa pensante” do município é pouca. Por isso, a visão de que instituições de ensino superior e a instalação da sede do EMBRAPA agregam outros valores à sociedade, ligados a conhecimento, informação, valorização do ser humano e desenvolvimento de senso crítico, fatores que contribuem para o progresso humano.

Na percepção dos atores sociais, além da educação, falta ao município consciência de uma referência material nos aspectos referentes à cultural, dois componentes que, quando manipulados acriticamente, contribuem para o ato de dominação humana. Incentivos a programas culturais, educacionais que proporcionam à sociedade aspectos para a construção humana individual e coletiva. A falta de referência cultural e educação:

[...] é cruel para uma sociedade. Não se constrói aqui um museu histórico, porque não querem. Porque as pessoas acham que elas são as donas da história, elas são as donas da verdade [...] Por que se alimentam disso para se elegerem, é um ato de dominação. Então veja bem, isso tem reflexo na sociedade. Venderam uma ideia falsa chamada “Tempo é dinheiro”. Então as pessoas correm, correm o tempo todo [...] então se reflete numa falta de educação muito grande, que tem impacto nos acidentes, que se reflete numa questão muito séria, Sinop é só comércio. Você quer uma cidade mais poluída de faixa do que Sinop? Ou seja, há uma poluição visual, porque aqui o capitalismo é cru, ele é terrível, isso tem reflexo na mentalidade que as pessoas começam a levar a vida como se fosse só dinheiro, por mais que a lógica neoliberal apresente que a felicidade seja só dinheiro, gastar, gastar [...] não é bem assim que é a vida. Isso tem provocado frustrações, depressões e assim por diante [...] Então essas questões, não querendo generalizar, mas que tem maior destaque é a falta de educação. Nós temos uma carência de bibliotecas, nós temos uma carência de teatros, nós temos

uma falta de uma lei cultural nesse município, nós não temos um museu, temos uma casa da cultura, que já é algum passo, mas nós temos uma pobreza na ordem cultural, espiritual, é por isso que aqui as religiões nadam de braçada, por que isso provoca um vazio e vão lá se libertar, encontrar solução [...] mas o que me deixa intrigado é isso, é um verdadeiro desrespeito pelo ambiente, e fato está aí nas dengues, não é por acaso isso (EDISON DE SOUZA, 2010, entrevista).

O progresso, na percepção do índio Maiawe Kayaby (2010, entrevista) trouxe para a região grandes e significativas transformações, não somente no espaço territorial, nas novas tecnologias que fazem parte da vida dos povos brancos e indígenas, mas provocou transformações sociais, na vida e nos hábitos das pessoas. Os hábitos do povo indígena, de sua tribo, principalmente, a Kayabi, mudaram e uma de suas preocupações é a perda da cultura, da língua, dos rituais e mesmo da medicina indígena. Sua tribo não tem mais Pajé, ou os que têm “são novos” e não possuem “os conhecimentos suficientes” para promover a cura. A preocupação está, para o índio, em reconquistar um pedaço de terra para eles e “tentar” retomar a cultura com sua tribo.

O jovem vê as coisas, acho que não é só índio, né? Eu aprendi, conheci na época a cidade em 78, e vocês também eram diferentes. Eu hoje vejo as coisas totalmente diferentes. Então, índio ta copiando, ta vendo propaganda bonita na televisão, e acha que aquilo é bom, e aí vai. Então é isso que eu falei, se nós não segurar essas coisas, quando é amanhã não tem mais índio não. Então é isso, essas coisas que aparecem muito na propaganda, então dominam muito fácil. Ai o pessoal vai trabalhar, tem as coisas prontas, arroz no pacote prá comprar, tem carne no mercado muito fácil de comprar. Até alguns lugares tem o arroz pronto e só esquentar e comer. Então depois fala isso, aquilo, isso dá doença, mas porque não proibiu o cara fazer antes? Então, aí onde estão as coisas erradas.

Uma visão de que o progresso veio para mudar os objetivos das pessoas, de tirá-las de um envolvimento comunitário, da promoção de um desenvolvimento social para o desenvolvimento pessoal econômico, com o próprio acúmulo de bens. Alessandro Arantes (2010, entrevista) diz que o “Desenvolvimento é algo que incomoda definitivamente, porque está tendo a conotação de desenvolvimento econômico-financeiro e realmente não deveria, porque mesmo quando se fala em desenvolvimento social, que tem na mídia, o que está por trás é desenvolvimento econômico”.

A percepção de um desenvolvimento que não prima pelo social e que, de certa forma, tolhe a liberdade de escolha, já que a imposição do sistema é de ditar as regras de hábitos de

consumo e de convivência. Na percepção de Alessandro Arantes, o progresso atual está totalmente ligado a progressão material.

Diz-se que trouxe progresso para a região. Não sei se trouxe progresso. Trouxe um jeito de viver diferente, um jeito de ocupar diferente o que se tinha e um jeito de usar os recursos. Não vamos entrar na questão da degradação, mas dizer que os colonizadores vieram prá cá e trouxeram progresso para a região, depende. Se no ponto de vista de geração de emprego e renda por área, ok, trouxe, mas se analisar no ponto de vista da degradação ambiental, de respeito e manutenção de povos nativos, o progresso não ajudou em nada.

A questão paira entre conseguir desenvolver economicamente e em transformar esse crescimento em desenvolvimento social. Caso contrário, o município não possui nem progresso, nem desenvolvimento, mas sim, uma forma capitalista de se apropriar e utilizar uma determinada área no país, moderada pelo crescimento econômico e acúmulo de bens.

Sobremaneira, o progresso, para algumas pessoas, chegou à região em função, principalmente, da tecnologia. Sem os benefícios da tecnologia, que proporcionou a mecanização agrícola, as sementes geneticamente modificadas, que proporcionou aumento no índice de produtividade agrícola, por meio da biotecnologia, os insumos agrícolas, os remédios desenvolvidos para o rebanho bovino, todos esses são fatores que contribuíram para o desenvolvimento local e que, caso contrário, não teria sido possível, mesmo com a força do trabalho e luta das pessoas para vencerem as adversidades. Fato esse relacionado aos próprios fracassos das primeiras culturas agrícolas no município e a frustração das colheitas, até que fossem adotados os recursos proporcionados pela tecnologia. A expansão do agronegócio, a ocupação de extensas áreas de terra, com o amparo tecnológico, mecanizadas, projeta as possibilidades de desenvolvimento econômico, que são visualizados como riqueza e progresso.

4.5 Ações e Leis Governamentais

Na primeira década de 2000, várias ações conduzidas pelo Estado foram iniciadas em áreas da Amazônia Legal e que tiveram forte influência na minimização da dinâmica do desmatamento no município de Sinop. Um destes projetos, o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) opera desde 2002 e é controlado pelas Forças Armadas. É um programa audaz, mas não comparado a necessidade de cuidar do patrimônio natural da região. É composto pelo que há de mais moderno em telecomunicações, radares, sensores e aeronaves. Conta com o

apoio de 6 satélites e 25 radares. Foram montados três centros de Vigilância Regional (Manaus, Belém e Porto Velho), mais 200 estações de monitoramento ambiental, 70 estações meteorológicas e várias aviões modernos para monitoramento aéreo.

As ações que visam diminuir o desmatamento têm todo o apoio nos projetos de monitoramento da região, via satélite. O INPE, desde 1988 tem demonstrado as taxas anuais de desmatamento na Amazônia com imagens regulares monitoradas por satélite. Os programas de apoio são o DETER (Sistema de Detecção de Áreas Desflorestadas em Tempo Real) a partir de 2004, e o PRODES (Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia), a partir de 2002. O DETER acompanha o desmatamento em tempo real e realiza imagens de dois em dois dias. Faz o levantamento rápido e funciona como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. O PRODES mede o desmatamento em estágio final, corte raso, realizado em intervalos de 16 ou 26 dias, apresentando imagens precisas de geo-referenciamento de desflorestamento.

O IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) pondera que as taxas de desmatamento na Amazônia vêm diminuindo graças as ações desenvolvidas, por meio de regulamentações, mas com o auxílio freqüente da fiscalização da Polícia Federal. As regulamentações citadas pelo IPAM são 6321/07, da Portaria 28/08 do MMA (Ministério do Meio Ambiente), da Instrução Normativa 44/08 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Resolução 3545/08 do Banco Central e da Instrução Normativa 001/02 do MMA. Essas ações resultaram nas ações:

Operação Guardiões da Floresta (Ibama); fiscalização da cadeia de fornecedores e de indústrias agropecuárias no bioma Amazônia (Ibama); ações civis públicas e penais sobre os 150 maiores casos de desmatamento entre os anos de 2005 e 2007 em Porto Velho, Cuiabá e Belém (Ibama); Operação Arco de Fogo (Polícia Federal); cancelamento de Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIRs) das propriedades que não se recadastrarem em 36 municípios da Amazônia Legal (Incrá); voo sobre a mata com aviões equipados com radar infravermelho (Força Aérea Brasileira); planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento (MMA e estados); Programa Amazônia, projeto de fortalecimento da gestão florestal (MMA, BNDES e estados); fundo para proteção e conservação da Amazônia (BNDES); avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia; proposta de um novo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (IPAM, 2009, www.ipam.org.br, acesso 22/05/2010).

Em Sinop, as ações do Estado têm provocado muita polêmica e mudança na própria dinâmica econômica do município. A Polícia Federal, por meio de suas operações, vem tentando impor o cumprimento das leis e dissipar redes de corrupção e irregularidades

ambientais. A primeira ação representativa comandada pela PF no município de Sinop ocorreu em 2005.

Operação Curupira – junho de 2005

Uma das mais polêmicas e maiores operações da PF no estado de Mato Grosso até então, visto que visava principalmente eliminar fraudes e pagamentos de propina com envolvimento dos servidores do IBAMA. Em todo o estado foram expedidos 130 mandatos de prisão, sendo a maioria deles para servidores do IBAMA.

Em Sinop aconteceram 17 (dezesete) prisões, entre servidores públicos federais (IBAMA), despachantes e madeireiros, acusados de fraudes, crimes ambientais, pagamento de propina, venda de documentos falsos para transporte de madeira (ATPFs), aprovação de projetos irregulares e extração de madeira em áreas proibidas, representando uma gigantesca rede de corrupção na Amazônia. Dados da Polícia Federal tentavam fazer com que a população visualizasse o tamanho da devastação, transformando os 43 mil hectares devastados em 52 mil campos de futebol ou 66 mil caminhões em fila em uma distância aproximada de 2.380 km, e um rombo de R\$ 890 milhões.

Sobre a Operação Curupira e seu desenrolar, Denise Gomes de Moura (2006, p. 6 e 7) relata:

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), subordinado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente), suspeitava de fraudes na sua gerência executiva do município de Sinop, no Mato Grosso. Com o objetivo de apurar possíveis irregularidades, iniciou uma investigação em setembro de 2003 naquela gerência. Após a instalação de processo administrativo disciplinar e com o desenvolvimento das apurações, o Instituto não apenas confirmou as suspeitas, como percebeu que os desmandos eram maiores, mais abrangentes e graves.

[...] em agosto de 2004, cria-se dentro do Ibama, um grupo de trabalho para apurar irregularidades em toda a estrutura do Instituto no estado de Mato Grosso. No mês seguinte, assustado com a magnitude da rede de fraudadores, o IBAMA pede ajuda ao Ministério da Justiça. Só então, as investigações passam a ter âmbito federal [...].

Ao perceber que a rede de fraudadores extrapolava os limites do IBAMA, as investigações avançaram para o órgão de meio ambiente do estado, a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso) e atingiram madeireiros, seus procuradores, os despachantes, e proprietários de empresas reflorestadoras. As investigações prosseguiram em sigilo. Até que, poucos dias após a divulgação anual dos índices de desmatamento da Amazônia, que causou escândalo mundial pelas proporções, como se fosse uma resposta do Governo Federal, para mostrar que apesar de ter perdido em floresta, em um ano, o equivalente a um estado de Alagoas em extensão, 26.140 quilômetros quadrados, o Estado estava agindo, divulgou-se a Operação Curupira.

Econômica e socialmente, a princípio, o município sentiu os efeitos das ações, principalmente os trabalhadores das indústrias madeireiras, maiores vítimas do desemprego causado pelo fechamento de madeireiras que atuavam na ilegalidade, além de que, naturalmente, pelos excessos cometidos, as áreas de extrativismo vegetal haviam se reduzido significativamente, havendo poucas áreas ainda a serem exploradas.

O desemprego ocasionado pelas operações governamentais tem seu berço na própria “ausência do Estado na região”, defende o *Greenpeace*, em seu site. Uma ausência que deixou o município desenvolver sua economia num modelo equivocado de extrativismo vegetal, de altos índices de ilegalidade, total irresponsabilidade com o meio natural e falta de informações suficientes sobre seu uso. É o que mostra a ONG ao entrevistar, na periferia de Sinop, a gari Marisa Cruz:

A funcionária municipal vive em um casebre de dois cômodos e é, hoje, a única responsável pela manutenção de uma família de oito pessoas. Seu marido e o filho estão desempregados, devido à crise que se instalou na região depois da interrupção dos trabalhos de mais de uma centena de madeireiras pela Operação Curupira [...] Se o Estado houvesse chegado antes, ordenado o acesso aos recursos e estimulado as práticas de manejo que garantissem a sustentabilidade das atividades no decorrer do tempo, dentro das normas legais, isso não aconteceria. Os empregos gerados poderiam durar para sempre e os empresários teriam seu investimento garantido. E dona Marisa não estaria tão angustiada (www.greenpeace.org.br, 2005, acesso em 04/06/2010).

A população do município se mobilizou em apoio às indústrias madeireiras que tiveram suas atividades econômicas canceladas pelas ações da Polícia Federal, causando o desemprego de milhares de trabalhadores. Os trabalhadores, incentivados pelos próprios empresários e sindicatos, reagiram às ações com manifestações públicas. A imprensa noticiou largamente as operações e foram organizados seminários e debates sobre a questão.

A crise no setor madeireiro de Mato Grosso, precipitada pela Operação Curupira, foi muita agravada devido à suspensão das ATPF's. Foram demitidos cerca de 14 mil pessoas na região Norte e, boa parte delas, ainda não foram contratadas [...] A crise econômica mudou a paisagem das cidades. A crise social se agravou. A iniciativa privada perdeu sua capacidade de contribuir para a absorção de mão de obra e o desemprego, repentinamente, passou a ser o principal drama coletivo das cidades do Nortão (NORTÃO, 2007, p. 11)

Foto 15 – Manifestação de trabalhadores em 2005, com panelaço



Fonte: www.sonoticias.com.br, acesso em 04/06/2010

Nota: O “panelaço” foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário da Região Norte do estado de Mato Grosso – SITICOM, em frente a sede do IBAMA em Sinop, em defesa dos direitos de trabalho das madeireiras e contra a morosidade do IBAMA, em liberar planos de manejo. A Operação Curupira provocou o fechamento de centenas de madeireiras e o desemprego de milhares de trabalhadores. Outras manifestações também foram realizadas, tais como passeatas pela cidade, com apoio dos comerciantes, que fecharam suas portas nos dias das manifestações e fechamento da BR-163 pelos caminhoneiros.

Denise Gomes de Moura (2006), que desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre a Operação Curupira e analisou o discurso das mídias sobre o caso, salienta que tanto as mídias ambientais, quanto comerciais trataram a operação a partir de uma visão policial, com envolvimento político e também sob uma perspectiva econômica. No entanto, para a autora, os jornalistas ao noticiarem sobre a operação, não o fizeram sob uma perspectiva de prejuízos causados ao meio ambiente e conseqüentemente, aos seres humanos, que perdeu em biodiversidade. Faltou aos noticiários da mídia embasamento técnico e científico sobre o que realmente aconteceu ao meio ambiente

Operação Guilhotina – Julho de 2007

A Operação Guilhotina, em consonância com as operações anteriores da Polícia Federal e órgãos governamentais ligados ao meio ambiente, agiu no estado de Mato Grosso e em São Paulo. O objetivo da operação foi coibir as fraudes e a atividade ilegal na exploração e comércio de madeira, o que totalizou 101 madeireiras apontadas como participantes no esquema de fraudes, num valor de R\$ 58 milhões, equivalendo a 81 mil m³ de madeira.

As sentenças de prisão expedidas totalizaram 75 para todo o estado, em 19 municípios, dentre engenheiros florestais, madeireiros, proprietários rurais e funcionários da SEMA, acusados de formação de quadrilha, falsidade ideológica e crimes contra a administração ambiental. Em Sinop foram expedidos 27 mandatos de prisão, dentre eles Jackson Medeiros, Analista Ambiental da SEMA, que em entrevista para o presente trabalho argumenta:

As operações [...] ao meu ver, era muita mídia, muita demonstração de força para pouco resultado. Se você for ver, nestas operações aí o que virou realmente, quem foi processado e condenado eu ainda não sei de nem um que já foi condenado nestas ações. Então, são coisas muito fantasiosas, sempre buscando mídia. Então era aquele foguetório danado, uma mídia danada em cima das pessoas, sofrendo constrangimento, tratadas como bandidos e no fim não era nada daquilo que falavam. [...] Então é complicado pra gente que trabalha no setor. A gente trabalha sobre pressão, sempre com aquele medo que amanhã ou depois tenha alguém aqui querendo te prender porque a situação ficou muito instável. Então, o funcionário hoje da SEMA, não tem aquele respaldo legal, tipo assim, se existe alguma suspeita, uma determinada conduta sobre determinado funcionário prá isso tem a sindicância, se a sindicância constata alguma irregularidade, é aberto um processo administrativo. E isso aí com ampla defesa do funcionário. Se ocorrer, provar que é culpado, aí que é aberto o processo sindical pela conduta que ele teve, aí que ele vai responder seja criminalmente, civilmente, qualquer forma. Só que isso está sendo feito ao contrário, prende para depois ver se é culpado ou se não é (JACKSON MEDEIROS, 2010, entrevista).

Operação Jurupari – Maio de 2010

A operação Jurupari foi deflagrada no dia 21 de maio de 2010. A operação, fruto de uma investigação da Polícia Federal há dois anos, resulta em 91 mandatos de prisão no Mato Grosso, entre funcionários da SEMA, fazendeiros, funcionários públicos, engenheiros florestais e madeireiros, dos quais 68 mandatos foram cumpridos.

Em Sinop concentra-se um grande contingente dos mandados: 14 pessoas. A Operação Jurupari, mais uma das diversas ações da Polícia Federal, tenta controlar os crimes ambientais. Esta operação visava, principalmente, o controle do avanço do desmatamento em reservas indígenas e federais. Ocorreu em conjunto em dezenas de cidades do norte do estado, tendo uma das bases em Sinop, onde se localiza o Presídio Ferrugem, para onde os presos foram levados. As fraudes, segundo informações, chegaram a 900 milhões de reais. As principais acusações envolvem:

- 1) Planos de manejo (para extração de madeira) fraudulentos. Há um projeto liberado pela própria SEMA para extração de madeira de áreas que não existem árvores, mas são

utilizados para esquentar madeira tirada de reservas legais, como no caso do Parque Nacional do Xingu.

2) Fraudes na concessão de licenciamentos e autorização de desmatamentos até no interior de áreas protegidas;

3) Disponibilidade de créditos florestais fictícios, e que permitem o desmatamento e retirada ilegal de madeira, de áreas não documentadas (terras públicas, terras indígenas, assentamentos do INCRA, unidades de conservação);

4) Transporte, processamento e comercialização destes produtos florestais pelas serrarias e madeireiras, as quais recebem o produto “esquentado” com documentação fraudulenta, abastecendo e incentivando, portando, todo o esquema (informações sobre a Operação Jurupari contidas no site www.correiodonoroste.com.br/sem-categoria/policia-federal-realiza-operacao-e-prende-14-pessoas-em-mt, acesso 22/05/2010).

No dia 27 de maio, todas as 68 pessoas que haviam sido detidas na operação Jurupari foram liberadas. Sob alegações de pouca consistência nas denúncias, de irregularidades nas prisões, de falta de provas, as pessoas foram liberadas sob aplausos de familiares e população.

As operações da Polícia Federal em Mato Grosso vêm acompanhadas de muitas críticas. As operações são consideradas violentas, arrogantes e com muita divulgação e exposição dos envolvidos na mídia. Outro fator de crítica são os resultados de tais ações, considerados medíocres, pois as pessoas são presas, mas não recebem sanções mais graves e segundo a percepção de muitos atores sociais, não pune quem realmente deve ser punido.

Isso é vergonhoso. Prá nós “pioneiros” o que aconteceu. Porque nós fomos incentivados prá ocupar prá não entregar. Nós fomos incentivados com direito a abrir 80% da propriedade. Essa era a lei, 80% com 20% de mata em pé. Depois isso foi mudado. Eu não sou contra mudar, mas que mudasse a partir daquele momento, mas não querer castigar o povo do outro momento, que tinha o direito dele que era de abrir 80%. Na época não se falava em deixar mata na beira d’água. Isso nem existia. Isso não passava pela cabeça nem do governo. Agora hoje quer mudar, quer obrigar a pessoa a parar de plantar? Isso está errado, completamente errado. Eu acho que agora em diante vamos cuidar, porque a gente percebeu que não dá assim, né. Mas na época, porque a própria Colonizadora vendeu até na beira do Teles Pires? Porque não deixou 5km sem vender? Agora vende e você paga e não pode ocupar? Então é um absurdo, eu não concordo com isso, mas fazer o que? A nossa força, somos impotentes, ali nós não conseguimos nada (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

A opinião da maioria dos entrevistados é que não houve redução no desmatamento. O que aconteceu foi a redução das áreas de exploração ou quase sua extinção, por isso o

desmatamento diminuiu, mas o que se percebe é a continuidade da destruição da floresta. Outro fator relevante nas percepções dos atores sociais é a impunidade. Mesmo ocorrendo prisões, muita divulgação na mídia, há pouca efetividade. Mas a crítica maior e mais sobressalente é a maneira como são conduzidas tais operações e as consequências destas para o município.

A “crise” de 2005, reproduzida em muitos momentos das entrevistas, abalou as estruturas da economia e colocou em xeque a hegemonia do progresso local. Uma crise com um rosto estampado: do agricultor e do empresário madeireiro, *potências em crise*. Uma classe em crise, mas com voz e representantes em todas as instâncias governamentais, reclamando seus direitos, defendendo suas posses e alardeando os impactos para a sociedade que a falta de incentivos do Estado causaria, provocando mobilizações e aclamação de apoio da sociedade.

Foi um golpe para a economia local, e na percepção de Luis Otávio Loureiro de Carvalho (2010, entrevista), Presidente da Associação Comercial – ACES na época, do dia para a noite a cidade tinha oito mil desempregados na rua, o que foi um “baque econômico violento”. As ações pararam a cidade, que entrou em depressão, mas vencida pelo espírito pós-aventureiro do sinopense, um espírito de superação, fazendo-a “ressurgir das cinzas”. Fato esse atribuído também a vocação da cidade, de prestação de serviços. “Isso é que cria independência e todas as outras cidades a nossa volta passam a depender dela”.

O outro lado, a face mais oculta, menos visível na mídia: a do trabalhador, do operário das madeireiras. A classe trabalhadora que realmente sentiu as consequências das operações governamentais, já que os madeireiros, segundo opiniões, ou mudaram de atividade, dedicando-se a atividades agrícolas ou partiram para outras áreas dar continuidade à exploração (Pará, principalmente). Ao trabalhador, pouco restou. Por vezes, nem mesmo a indenização das empresas madeireiras, que alegaram não ter condições de pagar o devido. E estes, sem profissão, escolaridade ou outra atividade remunerada, mais uma vez, ficaram à margem da sociedade, sujeitos a própria sorte e com uma visão diferenciada da situação.

As vezes o que acontecia, no passado, só se passava a mão na cabeça, fazia manifestozinho ali, já juntava meia dúzia de pessoas, aqueles coitados trabalhadores! Eu não ia, eu sempre fui contra, os patrões “vocês tão liberados. Vocês podem ir no manifesto pra engrossa o caldo lá”. Eu não vou! Eu sabia que estava errado, eles só querem desmatar, salário bom pra funcionário nunca pagaram, a gente recebia salário mingado, e de repente, eles só ganhando dinheiro e a gente né, se pelo menos partisse o bolo, mas não partia (NILSON ALVES DE OLIVEIRA, 2010, entrevista. Nilson, em 2005 era funcionário de madeireira).

Eu falo em questão de uma parte da sociedade que foi prejudicada com operações, não foi todas as pessoas, até porque eu dependia dessa parte. Na época eu mexia com questão de madeira, mexia com palanque, lasca, que é aproveitamento da madeira. A lasca é aquela madeira que está jogada, não serve para ir para serraria e então você vai lá e faz a lasca, né. E através da questão dessas operações, fui obrigado a parar. Tinha duas opções, parava ou parava (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

A primeira percepção é de que houve um “atendimento” ao chamamento do próprio governo para ocupar a região e que este vem demonstrando inaptidão para lidar com a questão do desmatamento na Amazônia, punindo indiscriminadamente. Há consciência de que devem ser adotadas atitudes para que mude a relação das pessoas com o extrativismo vegetal, dos agricultores e dos madeireiros. Mas as operações desenvolvidas pelo Estado, através do uso da força, da exposição de pessoas a nível nacional são consideradas excessos e uma maneira de mostrar ao “mundo” que algo está sendo realizado para conter o desmatamento, mas na prática, as atitudes geram poucos resultados.

O relato do Analista Ambiental da Sema, Jackson Medeiros, detido durante a Operação Guilhotina em 2007 traz um esboço da falta de efetividade das operações:

Não teve sindicância, não teve processo administrativo. Eu saí de lá num sábado, cheguei aqui na segunda e pedi “E aí? vou ficar afastado?” “Não, você pode trabalhar normal”. Nem os dias que eu fiquei preso, achei que eles iam descontar do meu salário até hoje ninguém fala nada. Simplesmente esqueceu. O colega ainda foi indiciado, está respondendo processo, já está no final. Eu nem indiciado fui. Só que isso ninguém sabe. Eles viram que eu fui preso, sai algemado. Só que você não tem nada com isso pouca gente sabe, só as pessoas que estão perto de você. A mídia, a imprensa, ninguém veio me perguntar o que aconteceu depois (JACKSON MEDEIROS, 2010, entrevista).

Mesmo para as pessoas que consideram as ações necessárias, pois havia excessos e algo deveria ser feito para conter o avanço do desmatamento, ponderam sobre a própria trajetória de transformações do município, da maneira como aconteceu e pela falta do Estado realizar um trabalho de conscientização de preservação e de manejo sustentável. Houve falta de orientação em todo o processo de ocupação e dúvidas sobre as leis vigentes, e a própria corrupção dos órgãos ambientais conduziu a um processo excessivo de destruição da floresta.

Deveria ter feito antes, acordado antes. Demorou demais. Lembra se você ouviu falar, nos primeiros tempos a gente ouvia aqui, Mato Grosso é um elefante adormecido e esse elefante acordou. Só que ele acordou desorientado. Sem um rumo. Então ele foi prá onde a tromba dele levou. E aí aconteceu todo esse desmatamento, aconteceu tudo isso aí. Falta de uma organização (JOSÉ JOANUCCI, 2010, entrevista).

Essa falta de organização e orientação que deveria ter partido do Estado, quando do seu processo de ocupação, é um dos motivos que levaram a região a cometer seus excessos. Mesmo havendo as leis, o Estado não cobrava, não multava e nem exigia que as leis fossem cumpridas. Por isso, motivados pelo impulso capitalista de acúmulo, pela falta de orientação e ausência do Estado, as pessoas “atropelaram” as leis, que segundo percepções, são confusas e partem de cima para baixo, de pessoas que não conhecem a realidade, não vivem as situações vividas pelos agricultores, madeireiros, empresários e pessoas que habitam a Amazônia.

Os próprios órgãos ambientais de controle e fiscalização não trabalham em consonância e não têm clareza das leis a serem aplicadas, tanto que há casos em que há licenciamento para exploração expedido pela SEMA e posterior multa aplicada pelo IBAMA. A SEMA reconhece como tipologia florestal a mata de transição, ou ecótonos, onde a reserva legal é de 50%, no cerrado 35% e na floresta Amazônica 80%, conforme Legislação Estadual Lei Nº 08/95 – Artigo 65, o que não é reconhecido pelo IBAMA, que iguala os percentuais para 80% de reserva, dentro dos limites da Amazônia Legal (NORTÃO, seminário, 2007).

Outro fator preponderante é de que, apesar dos excessos, se hoje Sinop e região tem o que tem, cresceu econômica e demograficamente, se deve as pessoas que vieram para trazer o progresso à Amazônia:

Se hoje nós temos o que temos aqui, deve-se a esses que chegaram aqui no começo e derrubaram. Então se tivesse o mato que estava aqui nós não estaríamos aqui [...] porque antes de mim vieram aqueles que abriram, limpavam e construíram. Criaram condições pra gente chegar aqui. Eu acho que a gente tem que ser realista com as coisas, e não, ah, porque vieram aqui, acabaram com tudo, derrubaram e tal. Então o que faltou na verdade foi uma política ambiental do governo na época para que não houvesse essa degradação como houve aqui, não só em Sinop, mas em toda a região, terras abandonadas, terras degradadas, rios secando, porque tiraram a mata toda, porque acabaram com a mata ao redor dos rios [...] Quando foram acordar, em razão de pressões, principalmente internacionais, aí é que a nossa região, praticamente já tinha muito pouca coisa daquela cobertura vegetal que havia inicialmente, já havia sido destruído. Mas o que faltou realmente foi o controle. Controle mais sério do governo federal [...] hoje, o que em Sinop preocupa muita gente, não sei, tomara que o poder público esteja fazendo corretamente, mas as vezes a gente vê, a coleta do lixo hospitalar, é um problema seriíssimo em questão do meio ambiente [...] não venha agredir o solo, de repente o lençol freático, é uma questão que tem a ver com progresso (LUIZ ERARDI SANTOS, historiador, 2010, entrevista).

Uma visão compartilhada por muitos atores sociais, que também associam a expansão do território agrícola à solução para o país em suprir um problema social, que é a produção de alimentos. “Se essa região de Nobres prá cá não tivesse produzindo hoje no nosso Brasil, nós

não estávamos passando fome? O brasileiro não estava passando fome? [...] Então não pode considerar nós aqui como bandido” (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

Uma das maiores críticas recai sobre a falta de orientação de como manter o progresso e não agredir o meio ambiente. “As operações para o município foram péssimas. É péssimo até porque eles não ensinaram as pessoas a andar. Eles não ensinaram as pessoas a caminhar no sentido do progresso. Eles vieram, barraram e não voltaram para dar o incentivo” (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

Para o Padre Eudes Pedrolo (entrevista, 2010), as intervenções freqüentes da Polícia Federal no município, com projeção nacional e internacional é uma vergonha, porque demonstra o lado compulsivo do ser humano de ter e ter mais. Demonstra falta de ética e perda de uma moralidade que foi tomada pela compulsão de acumular e conseguir sempre mais materialmente²⁵.

O lado positivo, conforme Alessandro Arantes (2010, entrevista) é que tais operações, mesmo não trazendo benefícios para a região, provocaram certa moralização, um freio na corrupção nos órgãos ambientais governamentais.

Em relação à questão sobre a aplicabilidade da lei que limita o desmatamento de 20% da área para utilização, deixando 80% como reserva, há muito descrédito sobre sua aplicabilidade e restrição a certas regiões. Os atores sociais percebem a lei como aplicável em regiões ainda não desmatadas, ou seja, para Sinop, não deveria mais ser aplicada, pois é praticamente impossível reconstituir 80% da floresta do que já foi desmatado. Outro fator preponderante, principalmente para os primeiros moradores, é das prerrogativas da lei quando Sinop foi projetada e das leis que mudaram durante esse processo, porém não foram adequadamente conduzidas.

Não adianta cobrar de quem está em cima da área de ele não derrubar. Quem tem condições, quem tem tecnologia, dar o suporte são os governos. Só os governos, aí isso muda. Hoje se você precisa do meio ambiente prá sobreviver, tem que ser pago, porque não adianta eu ter uma área, por exemplo de 500 alqueires, ah, não pode derrubar. É fácil falar. É fácil vir aqui e ditar as leis. Mas e o que está ali, porque eu tenho que pagar imposto, tenho que manter essa área, o que eu ganho com isso? E ele quer ganhar, ele já derrubou lá, ele precisa de ar puro, vamos falar a nível de mundo. E eu aqui, o que estou ganhando com isso? O próprio Brasil, o que ganha com isso pra manter. É bonito falar, é bonito, legal, todo mundo sabe, é questão de consciência hoje, tem essa consciência. Acho que assim é geral hoje. Mas quem vive disso? (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

²⁵ O Padre Eudes critica o modo compulsivo em acumular capital que as pessoas vivem, a ponto de ser necessária intervenção de uma força controladora e punitiva, no caso a Polícia Federal, para controlar a ação predadora do homem sobre a natureza.

Segundo a percepção social, o que deve ser realizado é uma análise mais criteriosa de áreas que podem ou não ser aproveitadas para outras atividades econômicas, como agricultura, pecuária ou exploração de minérios. O problema é a padronização das leis na Amazônia Legal, que é diversificada e composta de vários biomas e não deveria ser unificada pelas leis. “O governo tem que fazer o papel dele, ele não está fazendo. Ele cria e joga aí. Aí ficam os trabalhadores encarados como bandidos. Vem o exército lá de cima, com espingarda, tudo que é lado, não é assim. Está tudo errado” (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

A crítica em relação ao código Florestal são suas inúmeras alterações, emendas, medidas provisórias e a incapacidade do Estado de gerir adequadamente essas alterações. O Código Florestal Brasileiro foi instituído pela Lei Federal Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, anterior ao processo de ocupação do norte matogrossense e a redação do Novo Código Florestal foi aprovado no Congresso Nacional no dia 06 de julho de 2010 e deverá entrar em votação ainda em 2010. O artigo específico que limita a utilização das áreas florestais no antigo Código Florestal foi alterado em 2001. Sua versão original previa a preservação de 50% da área florestal na Amazônia Legal, respeitando os limites das matas ciliares.

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001) (Regulamento)

I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

A proposta do novo Código Florestal Brasileiro é de manter a área de preservação vegetal em 80% na Amazônia Legal, descontentando os ruralistas, mas anistiando quem desmatou até 2008, descontentando ambientalistas.

Para o pesquisador e chefe geral do EMBRAPA em Mato Grosso, João Flávio Veloso e Silva (2010, entrevista), o EMBRAPA veio para trabalhar com pequenos, médios e grandes agricultores dentro da legalidade e a função do instituto é gerar tecnologia para que se trabalhe na legalidade. Além da exploração agrícola, há a possibilidade para exercer outros tipos de exploração comercial em áreas de floresta, como a castanha, por exemplo. No entanto, a lei, segundo Veloso e Silva:

engessa algumas propriedades, alguns municípios de alguma forma [...] é uma legislação que é bastante restritiva, todos os países que nos criticam

não tem legislação com essa contagem [...] na verdade o Brasil hoje é bastante criticado por uma questão basicamente de comércio. Nós estamos tomando alguns mercados de países que dominavam esse mercado, por assim dizer. Na verdade, por trás da briga ambiental há também uma briga de mercado [...] Eu não sei se nessa região o ideal seria 80%. Têm várias interpretações, áreas que foram abertas anteriormente a determinado período poderiam ficar em 50%. Eu acho que isso aí tudo tem que ser discutido. Sem muita paixão. A nossa função é gerar tecnologia para mesmo numa situação que tem que preservar 80%, o agricultor possa viabilizar economicamente sua área.

Outro fator importante, ressaltado pelos atores sociais é que, dependendo do tamanho da área a ser explorada, não é viável economicamente para o agricultor a exploração de somente 20% de sua área. Pequenas propriedades, por exemplo, como os projetos de assentamento, não seriam suficientes para viabilizar uma família economicamente.

Hoje nós não temos opções normais, simples, que viabilizem o pequeno produtor trabalhar com 10 hectares aqui no norte de Mato Grosso, onde a logística é extremamente difícil e que seja uma coisa de escala, é bastante complicado. Então tudo isso aí tem que ser pesado. Porque é preciso que esse produtor também tenha um empreendimento viável, além de ambiental, social e econômico senão ele não persiste no local (JOÃO FLÁVIO VELOSO E SILVA, 2010, entrevista).

Há uma mobilização de segmentos representativos da agricultura e pecuária, como o Sindicato dos Produtores Rurais, para “provar” que a região de Sinop não deve receber o mesmo tratamento da lei ambiental que o restante da Amazônia. Esses órgãos, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, desenvolvem um projeto chamado de Centro Norte MT Sustentável, composto por 19 municípios da região considerada área de transição, para receber lei de exploração específica e ser tratada diferentemente do restante da Amazônia Legal. Segundo o Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop, Rogério Rodrigues (2010, entrevista):

Essa lei vigente nessa região não é justa, tem que ser alterada [...] Então, a gente está exatamente aqui nessa função como secretário para somar junto com o Sindicato dos Produtores Rurais, outras entidades pra essa região ter uma lei vigente diferente das regiões que ainda não foram abertas; essa região que tem que permanecer do jeito que está, que as pessoas já estão aqui hoje. Então essas são algumas linhas fundamentais do nosso trabalho e eu diria assim que essa região tem um potencial muito grande que não pode ficar da forma que está [o potencial referido pelo Secretário é em relação a produção agrícola].

Duas questões são pertinentes nas percepções dos atores sociais: uma, da acumulação de riquezas, uma característica da sociedade capitalista e prerrogativa para alguns atores sociais, como essencial na sociedade moderna. Deter grandes propriedades de terra, acumular e expandir suas fronteiras agrícolas, como benefício “não” individual, mas social, de geração de riquezas para o país, empregos e produção de alimentos para não permitir que a humanidade “passe fome”. Continuam a existir terras para produção, mudando apenas o discurso. Se antes se regularizava em “Terras sem homens para homens sem terra”, hoje se pauta no direito da posse! Ou seja, se é proprietário de tal propriedade, deve ter o direito do uso. Se esse direito lhe é coibido, então deve receber para isso. O direito da exploração vinculado ao discurso da sustentabilidade.

A outra se refere a proprietários de pequenas áreas de terra, de assentados, da agricultura de subsistência, do contingente de agricultores que vivem em pequenas áreas e que precisam subsistir, segundo a lei, em 20% de suas propriedades. No entanto, propriedades totalmente degradadas, sem possibilidades de desenvolver outras atividades econômicas de exploração além da agricultura, inviabilizam economicamente a permanência desses agricultores na terra.

Uma questão de ética e moral (Pe. EUDES PEDROLO), uma questão de ganância (GASTÃO VASCONCELOS), ou questão de lei, política e economia?

Existe na verdade na cabeça de cada um, é a ganância. A falta de consciência, é a busca de dinheiro desenfreado a qualquer custo. Eu tive a oportunidade de viajar com uma pessoa e ele dizia, na viagem, que ele colhe tantas sacas de soja por ano, mas ele falou que ele não precisava. Que dessa quantidade, ele precisava apenas de 10% para ele ter um salário mensal tranquilo. Daria para viver, com casa boa, com carro, viajar com a esposa, com o filho. Mas está relacionado à questão da ganância [grifos meus] (GASTÃO VASCONCELOS, 2010, entrevista).

A ampliação de áreas de desmatamento e utilização das terras para produção agrícola em percentagens maiores que determinadas por lei são assuntos bastante polêmicos. A concordância em preservar é absoluta, a quantidade desta reserva para preservação é discutível e a dicotomia do progresso e da ampliação de áreas de produção são sensíveis, visto que há uma percepção, pela maioria dos entrevistados, da necessidade de ampliação de níveis de produtividade para poder abastecer a população mundial. O que, para alguns, há áreas cultiváveis suficientes, só que estão mal aproveitadas.

Outra questão relevante e que se destaca durante o discurso dos entrevistados é em relação ao efetivo cumprimento das áreas de reserva florestal, áreas que poderiam “ser

menores”, mas efetivamente respeitadas seus limites. Áreas essas que deveriam ser intocáveis, mas que, pela própria convivência dos órgãos responsáveis pela sua fiscalização, são depredadas.

4.6 Utilização dos recursos naturais em Sinop e impacto ambiental

O uso adequado dos recursos naturais para o desenvolvimento do município é motivo de divergências. Um dos fatores de divergência encontra nas leis e incentivos governamentais seus maiores pilares. O desenvolvimento do município deu-se porque havia recursos disponíveis para serem explorados e houve incentivos governamentais para que isso acontecesse.

Na percepção das pessoas, e na lógica do desenvolvimento local, inseridos num contexto nacional, de fortes incentivos governamentais para expansão de áreas agrícolas e abertura da floresta Amazônica, o processo se deu de maneira natural, não havendo outras possibilidades para acontecer.

A percepção de que a dinâmica de ocupação, alterações, usos de espaços naturais é uma problemática de um contexto amplo, de um sistema capitalista e que encontra na natureza a reprodução de suas riquezas, é perceptível por meio de suas falas, e que Sinop somente reproduziu o que aconteceu e acontece no mundo.

Outra concepção latente são as circunstâncias em que a cidade fora fundada, em um período em que o Estado e os meios de comunicação faziam apologia ao progresso. Não se fazia um trabalho de conscientização sobre a necessidade de preservação.

Os recursos naturais mais abundantes da região eram a madeira, e esta foi utilizada, fazendo o aproveitamento do mínimo de sua capacidade. “Não foram nem 20% aproveitados. Foram jogados no lixo. Literalmente” (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

Pode parecer interessante para o madeireiro extrair a madeira larga e esquecer do resto. Mas com isso ele está deixando de aproveitar 90% dos recursos disponíveis em sua área. Comercialmente a madeira não representa nem 10% do potencial produtivo de uma floresta (ARANTES, 2004, p. 23).

Os recursos oferecidos pela densa Floresta Amazônica vão além da simples tora para comercialização da madeira. Estão em cipós, sementes, frutos, caules, essências, recursos desconsiderados quando a mão forte do império capitalista quer o uso da terra para utilização agropecuária.

A abundância provocava o desperdício. De certa maneira, corroborada totalmente pelo Estado, que cobrava impostos maiores de pessoas que tinham áreas com floresta em pé. O incentivo inicial do Estado era para que a agricultura se desenvolvesse. Então, quem tivesse áreas de terra com mata preferia colocar fogo e deixar a terra nua, do que pagar maiores impostos ao Estado.

O desmatamento era indiscriminado em certas áreas, chegaram a derrubar mata aqui para não plantar nada, pra não produzir nada, simplesmente por derrubar a mata. E o próprio governo, mais uma vez, é o culpado porque aqui tem, a gente tem relatos de fazendeiros que derrubavam a mata porque era mais barato prá ele ter a terra nua do que a terra com a cobertura vegetal em cima (LUIZ ERARDI SANTOS, 2010, entrevista).

Existe a inevitável comparação dos fatores que se repetem em Sinop com as questões que acontecem no Brasil e no mundo. A percepção de que o mundo destruiu suas reservas, o sul do país igualmente (a Mata Atlântica basicamente desapareceu no Brasil, restando apenas 7% de sua cobertura original). São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul são citados pela sua extensa devastação e poluição. Também os Estados Unidos e Europa, sob a alegação que estes países não deveriam cobrar nada do Brasil, já que eliminaram suas reservas naturais e, para alguns entrevistados, deveriam pagar ao Brasil para que mantivesse sua mata em pé. Além disso, as pessoas que adquiriram área com floresta deveriam ter o direito de propriedade e uso dela, e se essa pessoa tem a obrigação de manter a mata em pé, então também deve receber por isso. Na Amazônia, os “estragos” ambientais são menores que em outras regiões e países.

Se você olhar bem, nós temos menos impacto do que outras cidades aí, até do sul do Brasil, que tinham também um meio ambiente quase exclusivos deles, Mata Atlântica, São Paulo degradou muito, Rio de Janeiro acabou, Paraná tem só um pouquinho. Então a gente acabou fazendo menos estragos que eles. A floresta, da forma que foi feita e a forma que é feito o manejo para você extrair a madeira, ela é totalmente ecológica. Empresas aqui que têm áreas que divide em talhões e ela trabalha em um ano em cada talhão, até ela voltar no primeiro, já se passaram 20 anos, já tem árvores adultas novamente. É um ciclo que dá condições da floresta se renovar (EDER CORDEIRO PESSINE, 2010, entrevista).

Sinop não tem áreas de mineração, a exemplo de Peixoto de Azevedo e outras cidades próximas. Por isso, os recursos naturais lembrados e citados é basicamente a madeira. Às águas, até pela sua abundância na região, são pouco lembradas. No entanto, dentro da própria cidade de Sinop nascentes foram eliminadas para dar lugar a edificações.

Segundo informações da Prefeitura de Sinop, citados no Plano Municipal de Educação (2008), há preservação de 03 reservas florestais na área urbana, os quais visavam acima de tudo a preservação de nascentes e matas ciliares em seu entorno: Reserva Florestal Ribeirão Nilza no setor sul da cidade, Reserva Florestal Córrego Iva no setor Norte e Reserva Florestal Córrego Marlene no setor oeste da cidade.

O Córrego Nilza, fonte de abastecimento para as primeiras famílias em Sinop, é um retrato do descaso dos órgãos públicos com o patrimônio ambiental. O córrego está localizado na Reserva Florestal Ribeirão Nilza e em 2009, o IBAMA embargou áreas de reserva e multou a Prefeitura por seus abusos nas imediações do córrego, que eram utilizados para despejo de entulhos, restos de construção e até de lixo hospitalar. Outros crimes ambientais são provocados pela própria prefeitura: derrubada de mata ciliar, remoção de camada de húmus, contaminação das águas de nascentes, pondo em risco a existência do córrego, que deságua do Rio Teles Pires. Além desses crimes ambientais, cita-se erosão do canal de drenagem de águas pluviais com despejo no Córrego Nilza, disposição de lixo ao longo da estrada que delimita a reserva onde está o córrego, represamento do leito, assoreamento para utilização pela prefeitura de uma bica de água para lavar caminhões, brita, supressão da quase totalidade da cobertura vegetal da reserva, depósito de sucata da prefeitura, rejeitos da indústria madeireira e extração de cascalho (Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. www.amazonia.org.br, acesso em 26/05/2010).

O historiador Luiz Erardi (entrevista, 2010) relata o descaso com esses recursos naturais:

Nós tivemos alguns casos de reservas florestais que realmente teve um problema sério, no caso da reserva florestal que está o CEPROTEC [...] Eu cheguei a conhecer aquela reserva ali e tinha um lago muito bonito no meio, inclusive tinha uma bica d'água que a prefeitura na época pegava água para molhar as ruas. Hoje não existe mais nada. Não houve cuidado, mais uma vez o poder público. Inclusive tinha um córrego, não lembro mais o nome, nasce aqui em cima perto do CEPROTEC e ali era uma área bem maior vegetal. Ai começaram a desbastar nas laterais, sobrou uma moita só, uma coisinha no meio, e ali várias vezes pegou fogo, pegou ou botaram fogo, de forma até proposital. Então aquela vegetação que havia ali infelizmente acabou. Não houve o cuidado com a preservação. Porque no projeto inicial para Sinop, houve uma preocupação da Colonizadora com a questão ambiental na época. Ela deixou três grandes reservas, e aquela do Parque Florestal, graças a Deus que mantiveram conservada.

O historiador e professor Edison de Souza (entrevista, 2010) também dá destaque ao descaso com que são tratadas as reservas em Sinop: “Estão loteando a cabeceira do Parque Florestal, na minha opinião isso aqui não agüenta 10, 15 anos. Ou seca, ou vai virar um

grande esgoto. Vão ali e comprovem. Como todas as reservas de Sinop, lotearam a cabeceira, pela ganância capitalista”.

Foto 16 – Vista aérea do Parque Florestal



Fonte: Colonizadora Sinop

A Reserva Florestal Córrego Marlene, também denominada de R-7, desde 1998 está sob a responsabilidade da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, de Sinop, a qual deve administrar e recuperar a área. Na reserva encontram-se nascentes de água e por onde passa o córrego Marlene. Esse córrego sofreu muito as consequências negativas das ações de urbanização da cidade. Basicamente toda a mata ciliar do córrego foi destruída e recebe a água pluvial do centro e de bairros, o que provoca um acúmulo de lixo e de contaminação de suas águas. Um projeto conjunto da Prefeitura com a UNEMAT vem buscando a sua recuperação, que prevê cercar a área, recompor recursos naturais, recuperar a vegetação do local, a nascente e a mata ciliar, com a produção de mudas nativas e transplantes, para a recomposição da flora e recuperação da área. Também pretende-se transformá-lo num parque para lazer, com trilhas, e em seu entorno, com ações já realizadas em 2010 pela Prefeitura, a construção de pistas de caminhadas e academias ao ar livre.

Foto 17 – Córrego Marlene



Fonte: A autora (abril de 2010)

NOTA: Observa-se que não há mais mata ciliar e as cercas das casas encostam-se ao córrego.

Um processo trazido pelo progresso, e que para muitos atores, não há como apontar responsáveis únicos, nem como dentro de um contexto, destacar maiores responsabilidades. A responsabilidade maior está no sistema, está na própria dinâmica de mudanças mundiais e que cabe a todos, sua parcela de responsabilidade.

O que levou esse desmatamento foram as circunstâncias econômicas e sociais. Essa questão de quem foi o grande responsável, muitas vezes esse grande culpado está em São Paulo, está em Chicago e às vezes a gente cobra, vamos colocar, o mais visível. Não tínhamos, até pouco tempo atrás, uma política ambiental de zoneamento. [...] *O grande culpado disso somos nós, somos todos nós.* Não há individualmente culpados desse processo. Eu acho que nos falta a prática [...] são coisas que acontecem muito, apesar de falarmos, temos a oratória, mas não temos a prática das ações [*grifos meus*] (JOÃO FLÁVIO VELOSO E SILVA, 2010, entrevista).

Acho que cada um tem sua parcela de responsabilidade [...] O explorador, o empresário também tem, porque ele sabia o que ele estava fazendo [...] O órgão, os empresários, o próprio mercado, a Europa, os Estados Unidos, o Brasil, o sul do país, que usa muita madeira, São Paulo. Então todos eles sabiam, mas precisavam da madeira [...] Então, cada um, cada segmento, tem sua parcela de culpa (JACKSON MEDEIROS, 2010, entrevista).

Serge Latouche (2009, p. XIV) estudando a questão ambiental no plano teórico, nos possibilita pensar, neste caso específico de Sinop, que mesmo cúmplices deste processo, nossa responsabilidade se vincula ao fato de sermos integrantes da megamáquina capitalista: “Denunciar o *frenesi das atividades humanas* ou o desgoverno do motor do progresso não supre a ausência de análise da megamáquina tecnoeconômica capitalista e mercantil, da qual

talvez sejamos de fato as engrenagens cúmplices, mas com certeza não as molas propulsoras” [grifos do autor].

Destacam-se duas questões sobressalentes na percepção dos entrevistados em relação a maiores responsabilidades sobre o desmatamento na região: do próprio Estado, por meio de sua política de expansão agrícola e posterior inércia frente aos excessos, e a expansão do agronegócio. A atividade madeireira, principal atividade econômica no município por trinta anos e que efetivou a dinâmica de expansão do município não é apontada como responsável pelo desmatamento e impacto ambiental regional.

Então se disser assim quem é o maior responsável, o madeireiro não, ele tira a madeira, então o que ele deixa, ele deixa um rastro no meio da mata que aquele rastro se o madeireiro não for lá, daqui três anos você não acha mais, se não passa mais nem a pé, porque cria novamente um mato fino, mas cria. E hoje o que tira mata mesmo é o agricultor, é o que planta (LINDOMAR GUIDA, 2010, entrevista).

Mesmo co-responsabilizando o Estado pela intensa devastação ocorrida na região, o setor agropecuário, na percepção dos atores sociais, é o maior responsável pelo desmatamento. O setor, no entanto, se julga penalizado em excesso e sem apoio das autoridades, um setor que produz a maior riqueza no estado e que, se em crise, toda economia do estado também é penalizada.

Na percepção do representante dos produtores rurais de Sinop, Antônio Galvan, é necessário definir qual é a área degradada que existe na região e o que é uma “área degradada”. Para o representante dos produtores, o setor é responsável pelo progresso na região, mas penalizado por leis e regulamentos que não são claros. O Presidente dos Produtores Rurais de Sinop diz que as formas que a situação ambiental estão colocadas atualmente, para o produtor, são absurdas e que se tornarem mais rígidas, inviabilizarão a produção agrícola.

Como pode ter percebido, o nosso comércio de Sinop, 2005, 2006 com a crise da madeira da Curupira, a crise do arroz, depois a crise da soja, os comércios pararam [...] então eu acho que deve existir um empenho maior, porque o comércio, os empregos da cidade dependem do campo. Se o campo estiver bem, tivermos renda, automaticamente a gente investe no local [...] Se você não tratar ela [a agricultura] com a dignidade que ela precisa, ela pode escassear o alimento amanhã. Então não é o produtor rural só que está nessa *roleta russa*, é a sociedade, é o ser humano (ANTONIO GALVAN, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Sinop. Entrevista no Programa Cláudio Alves Sem Censura, em 27/02/2010).

O impacto é percebido pelos atores sociais não somente na diminuição significativa de áreas com cobertura florestal, mas no dia a dia das pessoas, no meio urbano, e resultado da própria falta de consciência ecológica das pessoas sobre suas responsabilidades. Um fator atribuído, muitas vezes, a questão educacional. Uma percepção que não se atém ao desmatamento, mas às atitudes diárias de cada pessoa. A pressão maior da responsabilidade do impacto ambiental recai sobre o setor agrícola, como um dos maiores responsáveis pelo desmatamento. Mas deve ser visto com cautela, segundo a percepção de alguns atores sociais, que vêem o impacto ambiental provocado pelas atividades urbanas mais significativas que o da agricultura e pecuária. O lixo produzido pelas mesmas pessoas que criticam o desmatamento, o inseticida para matar o inseto dentro de casa, o uso excessivo de energia elétrica, o consumismo instituído como estilo de vida são atitudes individuais que efetivamente causam o impacto maior ao meio ambiente e que está ficando nas “costas” do produtor rural.

Esses dias eu estava viajando com meu filho prá Sorriso, ele é técnico das máquinas de xerocar, ele jogando o copinho do sorvete fora. Eu falei: *Mas meu filho, você não tem a sacolinha aqui dentro. Não, não tenho pai.* Aí eu digo: *Mas como você joga isso fora? Não pode. Deixa a sacolinha dentro, lá em casa você joga fora.* Só caprichar. Eu vejo, o cara pega e tira o papelzinho da bala e joga ali no meio. Depois, que coisa feia no meio da grama isso ali. Eu não agüento ver isso. Eu fico catando lixo todo dia aí (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

Existe a revisão dos conceitos sobre a percepção ambiental das pessoas. As mudanças climáticas, especialmente, citados como as principais percepções do impacto do desmatamento e a preocupação no esgotamento dos recursos naturais. Um dos “pioneiros” da cidade, Ascânio Batista de Carvalho, apesar de todo o orgulho que sente ao retratar a história e luta de construção da cidade, diz que: “Olhando para trás você pode até chorar pelas barbaridades que cometíamos” referindo-se a irresponsabilidade que os recursos naturais foram tratados, ao colonizar o município (Revista Colonizara Sinop, 2009, p. 12).

Essa insensatez pode ser abalizada nas simples palavras do índio Maiawe Kayaby (2010, entrevista), que se espanta ao falar da irresponsabilidade na utilização dos recursos naturais como se fossem reservas infinitas, mesmo conhecedores que são finitas: “Mas eu acho que prá ele não parar de trabalhar com a madeira, ele poderia ter pensado antes. Porque como ele iria fazer, porque só vai desmatando, vai desmatando e não repõe prá que futuramente ele pode ter de novo, ele só quer acabar, destruir. E depois que acabou?”

Maiawe Kayaby dá destaque também ao que, para ele, foi um dos maiores impactos trazidos pelo progresso à região, lembrando dos locais habitados especificamente por sua tribo Kayabi, antes de serem transferidos para o Parque Nacional do Xingu, em 1963. Os Kayabis habitavam às margens do Rio Teles Pires.

O que nós deixamos prá trás não tem mais nada. Já fiz uma pesquisa do rio lá de Sorriso até estrada que vai prá Alta Floresta, prá saída prá Nova Canaã. Não tem mais nada, nada, nada. Só soja e gado. Até na beira do rio. Os peixes que tinham aqui também não têm mais nada.

Uma responsabilidade atribuída a um processo vivido, no contexto do sistema capitalista. Quando a responsabilidade não é atribuída ao sistema especificamente, a devastação da cobertura florestal é atribuída aos projetos agropecuários, isentando o setor madeireiro do impacto maior:

Os empresários do setor madeireiro não objetivam destruir as matas, pois precisamos das florestas para sempre, do contrário, não existiremos no futuro. Quem devasta são os projetos ligados a empresas agropecuárias. Em muitos casos, os madeireiros fazem a coleta das árvores para aproveitamento das madeiras, pois os projetos agropecuários, independentes da coleta ou não, fazem a abertura com o objetivo maior de implantar a agropecuária (PERTILE, citado por PICOLI, 2006, p. 168).

Um impacto, que mesmo não concebendo como tal, é refletido no discurso de alguns atores sociais, que não vêem a exaustão da flora e a destruição da fauna, nem o ar carregado de fumaça provocado pelas queimadas, como impacto ambiental. A exploração da madeira e a destruição de 63% da floresta que cobria originalmente o município vêm associadas também a uma extensa eliminação da fauna original, que por vezes é questionado quanto à diversidade existente no local, justificando-se que na área de transição em que está o município, a biodiversidade não é “muito rica”, devendo o espaço ser aproveitado para outras finalidades, ou seja, a exploração agrícola.

Um aproveitamento com plantio, com grãos, com uma produção [...] Nós não temos como desperdiçar um potencial desses, um potencial muito grande, na beira do asfalto, com energia na frente, um armazém do lado, as pessoas aptas ali a produzir e aquilo ali permanecer ali sem nem um objetivo. Então, se quer conduzir de uma maneira correta o meio ambiente, não tem necessidade daquela vegetação naquele lugar que está. Então nós entendemos que essa região precisa continuar produzindo, de forma sustentável, de forma correta. O limite existe no meio ambiente, a gente sabe até onde a gente pode, até onde a gente não pode, onde deve voltar atrás e fazer, o que a gente deve avançar daqui prá frente. Então, essa região aqui a gente defende sem dúvida nem uma que tem que continuar produzindo de forma correta (ROGÉRIO RODRIGUES, 2010, entrevista).

Quais são os limites para a produção e quais são as formas corretas, num contexto onde o sistema dita as regras e há poucos limites para a acumulação de bens? Impacto ambiental, conforme a Resolução do CONAMA nº 001/86, é qualquer alteração que ocorra no meio ambiente, resultante das atividades humanas e que afetem aos seres humanos. O impacto ambiental devido à expansão do agronegócio e da expansão urbana em Sinop pode ser facilmente mensurado quando se avaliam as percentagens de destruição de cobertura vegetal e destruição da fauna e também, na apresentação dos números “econômicos”, cifras gigantescas resultantes de produção, que são compatíveis com a destruição da natureza. No entanto, estes não são contabilizados como perdas ambientais, mas sim como perdas econômicas.

O crescimento populacional e econômico de Sinop veio acompanhado de um intenso impacto em ambientes naturais, tanto nos espaços rurais, quanto urbanos. Alterações da paisagem natural podem ser as mais aparentes, no entanto a alteração da qualidade das águas e do ar, o assoreamento dos rios, a eliminação de nascentes, a perda da quantidade da fauna, a poluição do ar e a proliferação de doenças transmitidas por problemas ambientais - a dengue – o lixo em ruas, valas de escoamento de água e córregos que cortam a cidade, são menos lembrados e percebidos como impacto ambiental.

Foto 18 – Poluição ambiental – fumaça provocada por queimadas



Fonte: A Autora (22 de maio de 2010, às 9 horas, na Av. Ênio Pipino)

NOTA: No período de seca, as queimadas são proibidas. Mesmo assim, em determinados dias, a cidade fica totalmente encoberta pela fumaça. Ações do IBAMA, Polícia Federal, Secretaria do Meio Ambiente vem trazendo resultados e diminuindo sensivelmente a prática no município, que segundo relatos, até o ano de 2005, ficava numa penumbra total, sendo necessário que os veículos dirigissem com os faróis ligados, mesmo durante o dia.

Foto 19 – Poluição ambiental – lixo nas valas de escoamento de água da chuva no centro de Sinop



Fonte: A Autora (março de 2010)

NOTA: Sinop tem um sistema de escoamento de água por extensas valas abertas por toda a cidade. Por ter um relevo plano, por muitos anos sofria alagamentos durante a temporada de chuva. As valas, constantemente são “alargadas” e desembocam nos córregos da cidade.

É importante mencionar que a pavimentação da BR-163 não foi citada, pelos entrevistados, como possível impacto ambiental. A pavimentação e a construção de outras vias de escoamento da produção são vitais para que a região desenvolva, bem por isso, a pavimentação não pode ser concebida como um entrave. O problema logístico vivido pela região norte matogrossense, em razão da dimensão territorial do estado, sempre foi uma das maiores reclamações, principalmente do setor produtivo e exportador, que precisa transportar a safra para portos do sul e norte do país. Motivo esse que aumenta o desafio para pensar em desenvolvimento sustentável na Amazônia matogrossense.

4.7 Desenvolvimento Sustentável

Pedro Jacobi (1999, p. 40) destaca que “o desenvolvimento e o bem estar humanos requerem um equilíbrio dinâmico entre populações, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva”. Para o autor, a dimensão do desenvolvimento sustentável abarca “o cálculo econômico, o aspecto biofísico e o componente sociopolítico, enquanto referências para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalente” (p. 41).

No entanto, para Jacobi, para que a ideia de sustentabilidade tenha resultados, é necessário que ocorra uma readequação nos limites de crescimento, uma educação social de práticas ecológicas e o despertar de uma consciência ética. Esse repensar e conduzir a sociedade para valores de sustentabilidade requerem atenção as dimensões culturais, a revisão das relações de poder existentes e o reconhecimento dos limites naturais.

Em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje as formas de *desenvolvimento sustentado*, para “nosso futuro comum”, segundo a prescrição da Comissão Brundtland [...] na interpretação oficial, o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada [grifos do autor] (ESTEVA, 2000, p. 72).

A questão conceitual do desenvolvimento sustentável é perceptível nas respostas das pessoas. Existe a compreensão da definição do que seja o modelo do desenvolvimento sustentável, conformado corretamente com os privilégios da sustentabilidade econômica. Crescer economicamente em “parceria” com o meio ambiente. Essa parceria, ou seja, usufruir o que a natureza oferece para a produção, sem diminuir o ritmo, mas preservando seus recursos, buscando a manutenção para sociedades futuras. Um termo utilizado muitas vezes como “crescer com sustentabilidade”.

Nas prerrogativas da conceituação do termo desenvolvimento sustentável, a percepção dos atores sociais é de uma adesão perfeita para manter o ritmo de crescimento e diminuir os impactos ambientais. Outra questão relevante em analogia ao desenvolvimento sustentável é a relação com a preservação florestal. Sendo pertencente a uma área da Amazônia Legal, é perfeitamente plausível que esta seja a noção mais prática e perto da realidade. Projetos de manejo sustentável são, para muitos atores sociais, uma solução concebível de desenvolvimento sustentável. Mesmo ocorrendo impacto ambiental, o que não é descartado nas ações de desenvolvimento, mas são minimizados e facilmente recuperados. O desenvolvimento sustentável significa, então, a capacidade de manter ganhos econômicos, mas sem exaurir os recursos naturais.

A capacidade de reaproveitamento de resíduos são consideradas ações ambientalmente corretas e promotoras do desenvolvimento sustentável. Há a comparação com o desperdício efetivado no decorrer do processo de exploração da madeira no município com o aproveitamento realizado pelas empresas atualmente, consideradas verdadeiras usinas de processamento de “lixo” das madeiras, anteriormente descartadas ou queimadas. A reciclagem, não somente da madeira, são consideradas ações de desenvolvimento sustentável,

pois atendem a uma necessidade do ambiente, evitando o descarte e o acúmulo de lixo não degradável, são economicamente rentáveis e socialmente corretos, pois promovem empregos e geração de renda.

O Sindicato dos Madeireiros da Região Norte de Mato Grosso – SINDUSMAD lançou em 2009 o projeto *Floresta em Pé: Com Manejo é Possível!* Para os representantes do Sindicato, que utilizam o termo *manejo sustentado*, se baseia no tripé: “socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável” (SINDUSMAD, 2009, p. 5). Existe, na percepção do Sindicato, a preocupação dos empresários madeireiros com o meio ambiente, complementando que a preocupação está na manutenção da sua atividade, o que somente é viável com a exploração sustentável. Uma exploração que veio mudando ao longo dos anos em razão, principalmente, das cobranças da sociedade em razão da destruição causada pelo setor. Para o setor madeireiro, não há material mais ecologicamente correto que a madeira de manejo, que em função de suas várias utilidades, também é biodegradável, não poluente ao meio ambiente, é natural, renovável e orgânico. Além disso, o setor conclama a sociedade a refletir para sanar opiniões equivocadas em suas interpretações, revendo o papel do madeireiro, que utilizando-se de técnicas *sustentáveis*, está ajudando a salvar a floresta.

Alguns atores sociais relacionam a percepção do que é o desenvolvimento sustentável, com oportunidades, maior igualdade e qualidade de vida social.

A sustentabilidade está relacionada com um tripé. Sustentabilidade é quando você faz uma junção economicamente, ambientalmente e socialmente. A sustentabilidade está relacionada com essas três coisas: econômico, ambiental e social. Ambiental no sentido que hoje eu usufruo dessa terra mas eu tenho que pensar que eu tenho meus descendentes, que também podem usufruir dela. Economicamente, que ao usufruir dessa questão ambiental você tenha condições de sobreviver com dignidade. E que haja aí, que todos tenham a oportunidade econômica. E na questão social, quando você está bem economicamente, está bem espiritualmente, você consegue conviver socialmente bem, é o fato de você não depender se lá no atendimento público ser atendido na área da saúde. Ou que tenha condições do poder público oferecer melhores condições de saúde. Que a pessoa tenha oportunidades (GASTÃO VASCONCELOS, 2010, entrevista).

Outra questão levantada pelos atores sociais é que desenvolvimento sustentável é uma palavra da “moda” e que, de certa maneira, está corrompida pelos discursos ambientalistas e desenvolvimentistas. E discurso cai como uma palavra chave em vários momentos das entrevistas com os atores sociais, que criticam os excessos de discursos e a falta de prática, ações que tragam soluções para resolução de problemas ambientais e sociais.

Mais uma vez as ações do Estado aparecem como modelos e responsáveis pelas mudanças. Políticas adequadas, organização e acompanhamento para que se efetivem realmente ações concretas e o discurso saia da oratória.

As vezes a gente se sente um lixo. Lembro o ano passado veio o pessoal do ministério aqui, as palestras foram um show. Eu vi e pensei: *Agora vai acontecer as coisas*. Mas sumiu, ninguém fala mais. Como o governo iria investir em mudas, como usar a tecnologia, como produzir aqui. Tecnologia em lavoura, pequeno agricultor. Até 3hectares, 5hectares. Então veio com essa palestra e eu fui três dias assistindo e voltei assim: *É o sonho da gente!* Mas morreu. Só discurso! Acho que tem que parar de falar, tem que ser na prática (OLÁVIO REINEHR, 2010, entrevista).

A questão de conciliar o desenvolvimento com o meio ambiente é possível na visão social, mas não é tarefa pertinente somente ao produtor rural. O produtor está inserido num contexto global e em um sistema de mercado que exige produtividade, principalmente das pessoas que vivem em zonas urbanas e que não estão conscientemente preparados para “pagar uma conta” do preço da sustentabilidade. Os problemas ambientais recaem sobre o produtor rural, mas a zona urbana é coadjuvante em todas essas ações de agressões aos recursos naturais, já que exigem comodidade, praticidade e não estão conscientes para as práticas ambientais. Isso se estende a própria comercialização de produtos orgânicos, sem agrotóxicos, para um mercado restritivo, e no caso de Sinop, longe de grandes centros urbanos, inviabilizando a produção devido aos problemas logísticos, em fazer o produto chegar a mercados compradores. Em suma, há um discurso e um método não praticável no Brasil.

O produtor também tem que ter uma rotatividade econômica, senão ele não consegue pagar a conta do ambiente sozinho. O urbano tem que dividir esse custo. O povo urbano quer coisas práticas, coisas simples e usar todo tipo energeticamente falando, como é agora, extremamente demandante. Nós, por exemplo, o ano passado você gastava menos energia do que esse ano. Todo ano você vai comprando coisinhas e nós vamos gastando mais energia. E energia é dinheiro, energia é ou petróleo, ou hidroelétrica. Então a práxis é uma coisa confrontosa. É uma grande dificuldade de conciliar progresso com desenvolvimento sustentável do ponto de vista rural e mesmo do urbano. Talvez no rural seja até mais fácil. A pessoa está mais dentro do ambiente, mais próxima da natureza. O povo urbano ele fica fora, ele não se percebe dentro do ambiente, está em um outro espaço, outro local (JOÃO FLÁVIO VELOSO E SILVA, 2010, entrevista).

A prática do desenvolvimento sustentável perpassa a visão do meio rural e dos impactos causados à natureza pelo desmatamento da Amazônia. Há a concepção de uma cobrança dos centros urbanos, “de pessoas urbanas” com o meio rural das quais não

participam, não realizam e não praticam. “Tem muita coisa que precisa ter cuidado aí. Meio ambiente também é cuidar do lixo, cuidar dessas questões, tem que trabalhar tudo isso aí” (OSMAR JORDAN, 2010, entrevista).

Para o professor Edison de Souza (2010, entrevista) a sustentabilidade tem vários pontos de vista e parâmetros. Para os fazendeiros, a sustentabilidade é do setor produtivo, requerendo terra aberta em abundância e legalizada, para dessa maneira usufruir dos financiamentos públicos. A sustentabilidade é para o produtor e seus descendentes. Agora, por outro lado, na visão dos ambientalistas, o desenvolvimento sustentável requer uma melhor divisão de renda e o cuidado com o meio ambiente, do qual se depende invariavelmente. É nesta questão que paira os grandes debates e desafios, de combinar o desenvolvimento, o crescimento com a sustentabilidade.

Em contrapartida a percepção de conciliação do desenvolvimento com o meio ambiente, por meio da promoção de um “desenvolvimento sustentável”, o biólogo Alessandro Arantes (2010, entrevista) mostra certo ceticismo em sua prática e em suas prerrogativas:

Na verdade [...] não existe desenvolvimento sustentável. Porque o desenvolvimento implica em utilização de recursos naturais, é a matéria prima que está disponível, e isso se dá desde os primórdios da humanidade. Isso que o ambiente oferece para o nosso bem estar. E se acentuando cada vez mais, agora com a típica sociedade capitalista no mundo. A gente vai utilizando os recursos naturais para gerar aquilo que consideramos importante. Se a gente parte da utilização de recursos naturais, que parece não ter outra forma, então quanto mais desenvolver, nessa prerrogativa do momento, que é da acumulação, que é aumentar a qualidade, entre aspas, porque é a quantidade de consumo, não há como ter desenvolvimento sustentável. Penso que toda forma de desenvolvimento ela é insustentável. Não quero ser fatalista, acho que ainda temos a inteligência suficiente para poder questionar o modelo e com certeza já vão surgindo, e já tem modelos alternativos, pessoas pensando em formas diferentes de viver, de conviver e de se relacionar, que são menos degradantes.

A percepção do desenvolvimento sustentável, descrita pela expressão da maioria dos entrevistados, é de conciliação plausível entre meio ambiente, exploração de recursos naturais e desenvolvimento, diga-se, crescimento econômico em ritmos e perspectivas maiores, amparados principalmente pelo desenvolvimento de tecnologias. Relevante também destacar que o sistema ditado pelo mercado tem duas convergências, na percepção dos atores sociais: uma de cobrança para a produção em modelos sustentáveis, de governos, entidades e da própria sociedade. Outro é de cobrança para produção em escalas maiores e de melhor qualidade, esse de um mercado capital, o que exige ampliação de áreas e desenvolvimento de tecnologias que dêem suporte a capacidade de produção e aumento de produtividade.

Complementando, a percepção de que grandes centros e países desenvolvidos cobram postura, atitudes e ações de produção primária não condizente com a prática dos mesmos que cobram. Em suma, cobram, mas não fazem.

A percepção de uma teoria romântica em confronto com a dificuldade da prática. É um desafio lançado pela percepção social. Luiz da Rosa Garcia Netto (2000) discorre sobre essa percepção onde, para ele, há um parâmetro que oscila entre uma profunda mudança de comportamento e mentalidade e que venham a convergir para atitudes que considerem o planeta um bem comum e de outro lado, a prática, que é própria imposição ditada pelo sistema vigente, e que assim se mantêm pelos próprios interesses do sistema em manter um mercado propulsor da modernidade, do discurso capitalista e do descaso com as questões sociais.

4.8 Transformações socioeconômicas do município de Sinop/MT - 1979 a 2009

O presente item apresenta o perfil socioeconômico do município. O município esboça três atividades econômicas principais: agricultura, indústria extrativista de madeira e prestação de serviços, caracterizando-se como cidade polo em prestação de serviços. Primeiramente, a agricultura. As primeiras atividades econômicas foram plantações de café, arroz, pimenta e mandioca. Concomitante a atividade agrícola, porém pouco expressivo em termos econômicos no início, o desenvolvimento da atividade madeireira, que na década de 1980 adquiriu valor e tornou-se, por longos anos, sua principal atividade econômica. Em consonâncias com as outras atividades econômicas, a prestação de serviços, firmando-se, finalmente, como cidade polo em serviços públicos e privados no norte do estado.

4.8.1 A agricultura

A primeira atividade econômica desenvolvida no município foi o plantio de café e foi para esta atividade que muitos colonos do Paraná migraram para a região. O estado do Paraná passou por um inverno rigoroso e as geadas afetaram os cafezais, o que desmotivou vários agricultores de lá a continuarem com a atividade. É o caso da família do Seu José Joanucci, que relata: “Deu geada muito grande no Paraná e meus pais se desgostaram muito e tiveram a sorte de o pessoal da Colonizadora oferecerem terra, senão teriam ido para o Paraguai”. A família oriunda de Astorga, no Paraná, influenciada pela propaganda da Colonizadora, a exemplo de outras famílias, veio para o município para se dedicarem ao plantio de café.

Corroborando as palavras de Seu Joanucci a política do Estado, de aproveitar a geada ocorrida no Paraná e transferir colonos para a região Amazônica, resolvendo dois problemas: de superprodução de café no Paraná, os quais faziam os preços despencarem no mercado internacional, e de ocupação na Amazônia, além de resolver as questões agrárias do sul do país.

A Bandeira de Sinop retrata as primeiras atividades econômicas do município, destacando em cada uma das suas laterais um ramo de café e um ramo de arroz, representando as primeiras riquezas produzidas no município. Os agricultores também se dedicaram a culturas do guaraná, cacau, pimenta do reino e seringa.

Foto 20 – Plantação de café em Sinop



Fonte: Colonizadora Sinop

Em entrevista à Revista Contato, em 1982 (*in* TEIXEIRA, 2006, p. 53) o Colonizador Ênio Pipino apresenta a extensão da produção de café no município: “Quatro milhões e meio de pés produzindo há quatro anos, a razão de 35 a 40 sacos por mil pés, uma produção boa, considerando-se que não podemos usar adubo, pelo custo elevado, do contrário estaríamos produzindo 70 sacos”.

A chamada Fazenda Experimental do café influenciou muitos agricultores a se dedicarem à cultura. Um espaço com um café altamente adubado, bonito e acima de tudo, em um local que não geava. Mas os problemas de adaptação, tanto do local, como do clima

apareceram logo nas primeiras safras, mesmo na fazenda experimental, que em pouco tempo foi abandonada, devido à baixa produtividade.

Então, a Colonizadora usou o café como trunfo para atrair os colonizadores aqui, os colonos, e eles vieram com o propósito inicialmente, e isso eu falo com propriedade porque eu tenho depoimento deles, eles vieram prá plantar café. Vieram prá plantar café e ao mesmo tempo arroz. E aí o Seu Braz, o Osvaldo, os Pissinati, então eles vieram com esse propósito. Eles vieram para plantar café, só que aí, Seu Braz foi o que plantou o primeiro cafezal, eu tenho o depoimento dele, então abriu o sítio daqui chamado “As Portas do Céu” e ali ele plantou os primeiros cafezais de Sinop. Mas o café não vingou [...] Então eles plantavam o café e quando tinha alguma coisinha em cima, mas quem tirou a mata acabou aquela terra da mata, acabou também a terra. Na época não se falava em calcário, não se falava em nada. Plantaram o café e deu no que deu, não deu certo. Tentaram o café de várias qualidades e frustrou. O plantio do café levou nos primeiros tempos à frustração. Alguns aí começaram a se dedicar ao comércio, no caso do seu Paulo, o Seu Braz virou carpinteiro. Então passaram a se dedicar ao comércio e às construções. Alguns abandonaram, voltaram lá pro sul. Trocaram o lote que eles tinham aqui no sítio pelo frete da mudança de volta (LUIZ ERARDI SANTOS, 2010, entrevista).

Por intermédio de Enio Pipino, o Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli, em 1978, visita Sinop e dá início ao programa do calcário, produto utilizado para corrigir a acidez da terra, dessa maneira aumentando os índices de produtividade da região (SANTOS, 2007).

Em 1975 o Governo do Brasil lança o programa Pró-Álcool (Programa Nacional do Álcool), visando incentivar a utilização do combustível em substituição aos combustíveis derivados do Petróleo. Em função desse programa, em 1979, a Colonizadora inicia a construção da SINOP AGROQUÍMICA S/A, com recursos federais, e lança no município o programa de plantio de mandioca. A Agroquímica foi inaugurada em 13 de dezembro de 1981, tinha capacidade para produzir 150 mil litros de álcool carburante por dia, o que correspondia a um consumo diário de 850 toneladas de matéria-prima, a mandioca. O projeto da Agroquímica, de extração do álcool da mandioca era um projeto inédito no Brasil e possuía tecnologia alemã.

Na gleba Celeste observamos e nos preocupou o aparecimento de farinhas domésticas, e não havia mercado. Numa das reuniões da cooperativa, onde manifestávamos as nossas ilusões e desilusões, falamos disso e um padre alemão sugeriu a fabricação de álcool de mandioca, com experiência na Alemanha, que fabrica álcool de batata, beterraba e cereais. Por que não de mandioca? Toda a experiência brasileira desde o descobrimento é baseada na cana-de-açúcar. A sugestão interessou-nos e começamos a esboçar os primeiros ensaios para uma usina de álcool de mandioca, industrial e de uso comum. Quando já estávamos adiantados com o projeto de uma usina de 20 mil litros de álcool, fomos sacudidos com a

crise do petróleo, e a criação do Proálcool, uma corajosa ação governamental, diante da vulnerabilidade do Brasil, que nos deixava como nus, diante da realidade mundial. Fomos convidados para uma discussão junto à Comissão Nacional do Álcool, sobre o que sabíamos do álcool de mandioca, ocasião em que recebemos o apelo do governo, através do ministro das Minas e Energia, argumentando que se tínhamos tanta coragem para desenvolver um projeto de colonização na Amazônia, poderíamos também desenvolver um projeto corajoso de uma usina de grande porte para abastecer todo o norte de Mato Grosso, que depende do abastecimento de Paulínia, perto de Campinas. Não seria viável um projeto de colonização que não fosse alicerçado economicamente – no caso de uma crise maior do petróleo – na produção de um combustível na própria região de nossa influência. Por isso é que surgiu a Sinop Agroquímica, reinvestimento do que se obteve na colonização, e reconhecida na Sudam por sua importância ao desenvolvimento (ÊNIO PIPINO, Revista Contato, julho/1982, *in* TEIXEIRA, 2006, p. 49-50).

Para o historiador Luiz Erardi Santos (2010, entrevista), a usina foi outro problema do processo de colonização de Sinop. Um alto investimento realizado pela Colonizadora e investidores, trazendo tecnologia alemã, sem um adequado planejamento de culturas: “plantar 10 mil pés de mandioca é uma coisa, aí plantar 20 mil pés de mandioca é outra história”.

Iniciaram-se as plantações de mandioca, mas como relata Osmar Jordan (2010, entrevista) “A mandioca dava. Só que prá tirar a mandioca o agricultor financiava era um ano e meio e pagava juro prá colher. Diferente da soja que daí 4 meses já tem retorno. Então não deu por causa disso. Então nisso o povo sofreu muito”.

Juntamente com o plantio da mandioca, a devastação da região foi intensa. No relato de Luiz Erardi, tem-se uma noção da dimensão do impacto:

Essa região onde desce lá para o aeroporto, praticamente do aeroporto prá lá era chamada a região do mandiocal. Ali era mato puro. Eu cheguei a ver derrubarem tudo, devastaram tudo prá plantar mandioca. E depois não deu certo, aquela área ficou abandonada muitos anos. Até chegar lá no Rio Teles Pires. Hoje você só vê soja. Mas até na beira do rio lá, foi uma devastação violenta que fizeram. Tiraram a mata prá plantar mandioca, mas não deu certo.

O historiador complementa abordando as diferentes tentativas da Usina: da mandioca, passou para a batata-doce e por fim para o sorgo. O sorgo vinha de várias regiões, como de Lucas do Rio Verde, Tapurah, Nova Mutum, mas também não deu certo. Os agricultores, por não terem incentivos, pararam a produção, e sem matéria-prima para produzirem o álcool, a usina, em 1992, paralisa definitivamente suas atividades.

As relações da Colonizadora com os produtores de mandioca têm alguns pontos para reflexão: o cultivo da mandioca exige grande quantidade de mão de obra, geralmente

representado pelo colono e sua família, sua colheita é manual e é uma lavoura, mesmo temporária, que se faz uma vez a cada dois anos, além de que a terra precisa de descanso ou rotatividade de cultivo. Em Sinop, na época da chuva, o cultivo se tornava muito difícil e os prejuízos sempre eram assumidos pelo agricultor. Além desses fatores, os danos feitos no produto durante o transporte também eram por conta do agricultor, que recebia pelo produto “na porta da usina”. Ou seja, a Agroquímica transferia todas as condições problemáticas do cultivo da mandioca para o agricultor, que viu seu fardo muito pesado para carregar sozinho, já que estava na mão da Colonizadora para a comercialização do produto (OLIVEIRA, UFSC, s/d).

Dessa maneira, são as atividades de lavouras temporárias, com ciclos reduzidos, que começam a se tornar mais rentáveis. O desenvolvimento da agropecuária, por meio das atividades do cultivo de arroz, soja, milho, sorgo e bovinocultura de carne e leite começam a ter maior expressividade no final da década de 1980 e início de 1990. Em meados da década de 1980, após a pavimentação da rodovia BR-163, o cultivo das lavouras temporárias começa a renovar as esperanças dos agricultores, que viam o sucesso de municípios vizinhos com o cultivo, principalmente da soja. Na década de 1990 a produção agrícola se consolida graças ao desenvolvimento de pesquisas que possibilitaram gerar tecnologia para aumentar a produtividade do setor em um solo ácido, pouco produtivo e empobrecido após a retirada da cobertura vegetal original.

Com a cultura produtiva agrícola incrementada, representantes de grandes indústrias do agronegócio se instalam no município: Bunge Alimentos (escritório), Cargil Agrícola (escritório e armazém) e Basf (representante).

Quadro 4 – Evolução das lavouras temporárias em Sinop

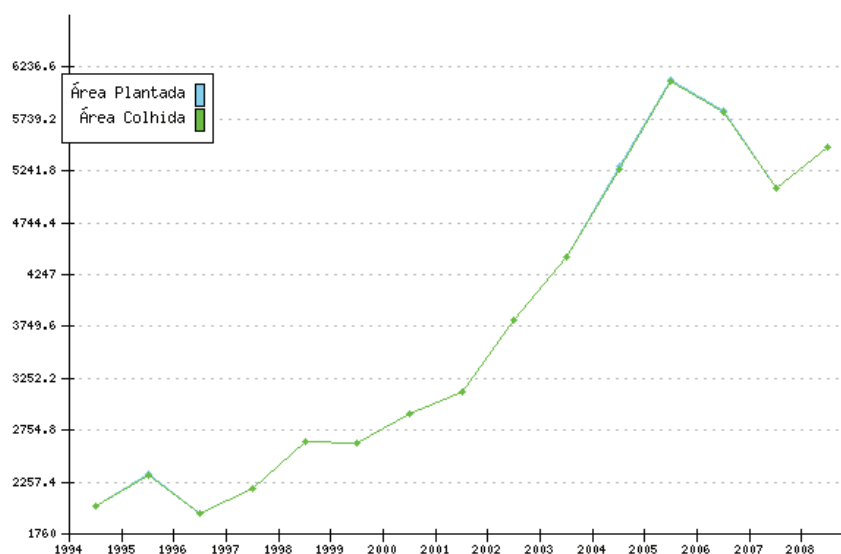
Principais produtos	Quantidade produzida		Valor da Produção (mil Reais)		Área Plantada (hectare)	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005
Soja (grão/ton)	20.128	375.417	4.227	125.014	8.000	130.326
Arroz (casca/ton)	12.096	132.711	2.177	37.093	3.500	44.217
Milho (grão/ton)	15.470	75.255	1.238	13.696	5.300	24.985
Algodão (caroço/ton)	-	1.356	-	3.390	-	411
Feijão (grão/ton)	-	592	-	829	-	300
Girassol (grão/ton)	-	120	-	96	-	100
Abacaxi (mil frutos)	300	-	225	-	15	-
Cana de açúcar (ton)	1.050	-	20	-	70	-
Mandioca (ton)	1.500	-	300	-	150	-
Melancia (ton)	80	-	160	-	40	-
Total	50.624	585.451	8.347	180.118	17.075	200.339

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (*apud* Fundação Brasil – Governo do Estado de Mato Grosso, 2007, p. 54).

Os dados apresentados no quadro 4 mostram um crescimento, em oito anos, considerando o período de 1997 a 2005, de 1.056,5% na quantidade produzida nas lavouras temporárias, de 2.057,9% em valores de produção e 1.073,3% de ampliação na área plantada. A produção da soja teve o acréscimo mais representativo, aumentando 1.625% na área plantada.

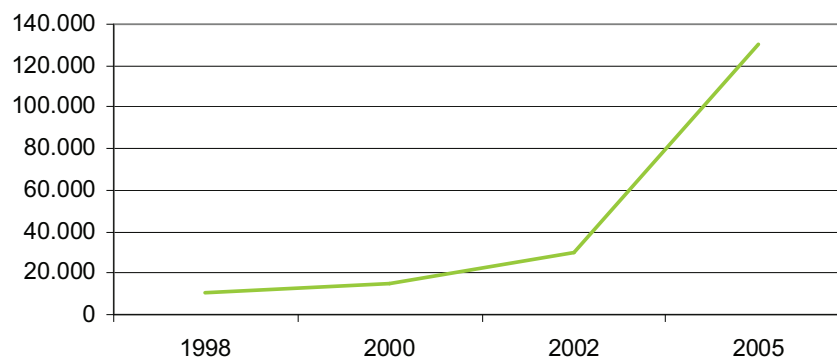
A produção de soja, cultura mais expressiva de grãos no município em termos quantitativos, acompanha sistematicamente a evolução da produção do estado de Mato Grosso, conforme se observa nos gráficos 3 e 4:

Gráfico 3 – Área plantada (em hectares/mil) de soja em Mato Grosso



Fonte: http://www.cisoja.com.br/index.php?p=producao_valores. Acesso em 14/06/2010

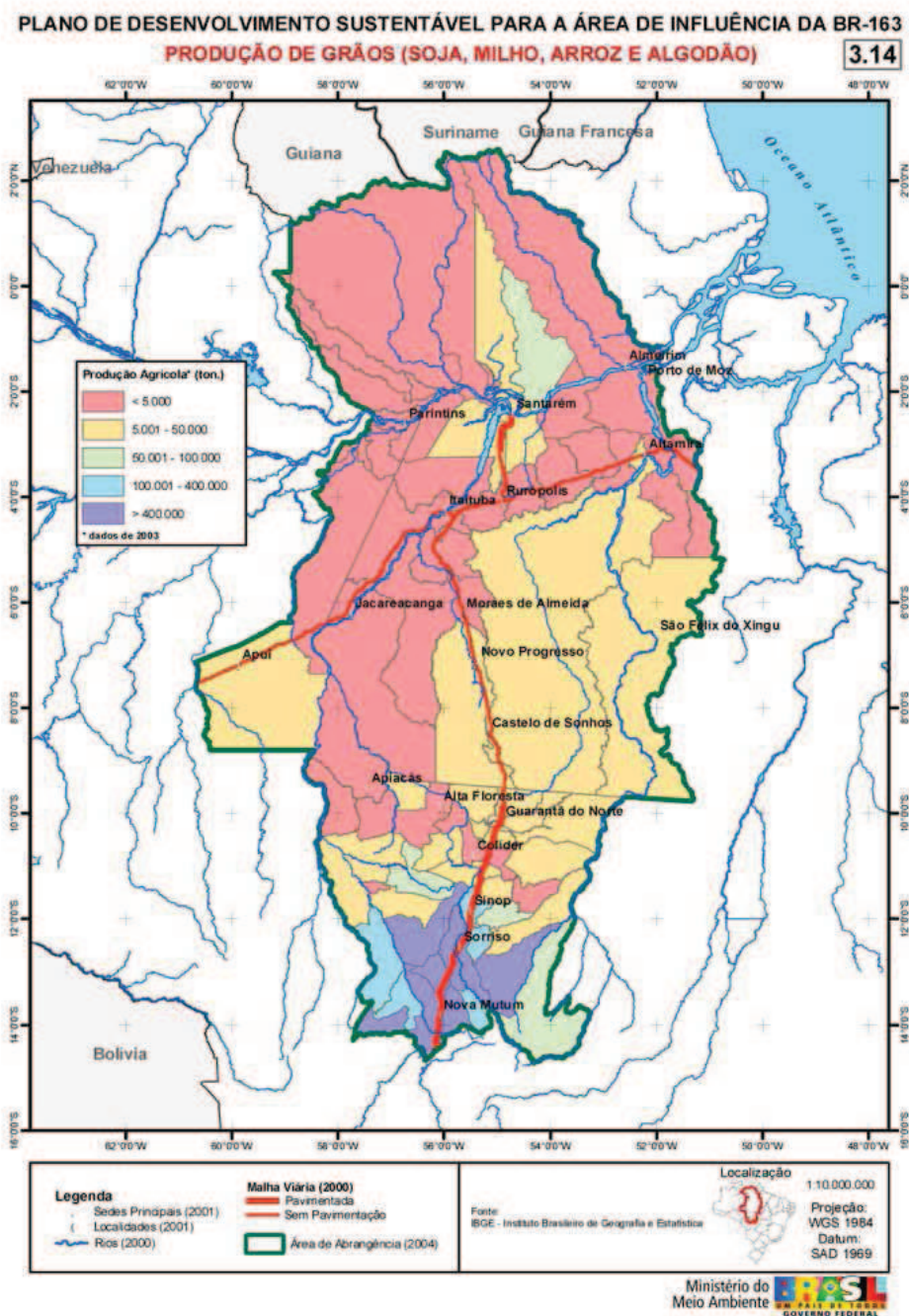
Gráfico 4 - Área plantada (em hectares/mil) de soja em Sinop/MT



Fonte: Adaptado pela autora. Revista Sinop Especial (2002); Prefeitura de Sinop (2010).

Observando-se o Mapa 9, pode-se perceber que Sinop desponta entre os maiores produtores agrícola da área de influência da BR-163, com uma produção anual entre 100 a 400 mil toneladas.

Mapa 9 – Produção agrícola na área de influência da BR-163.

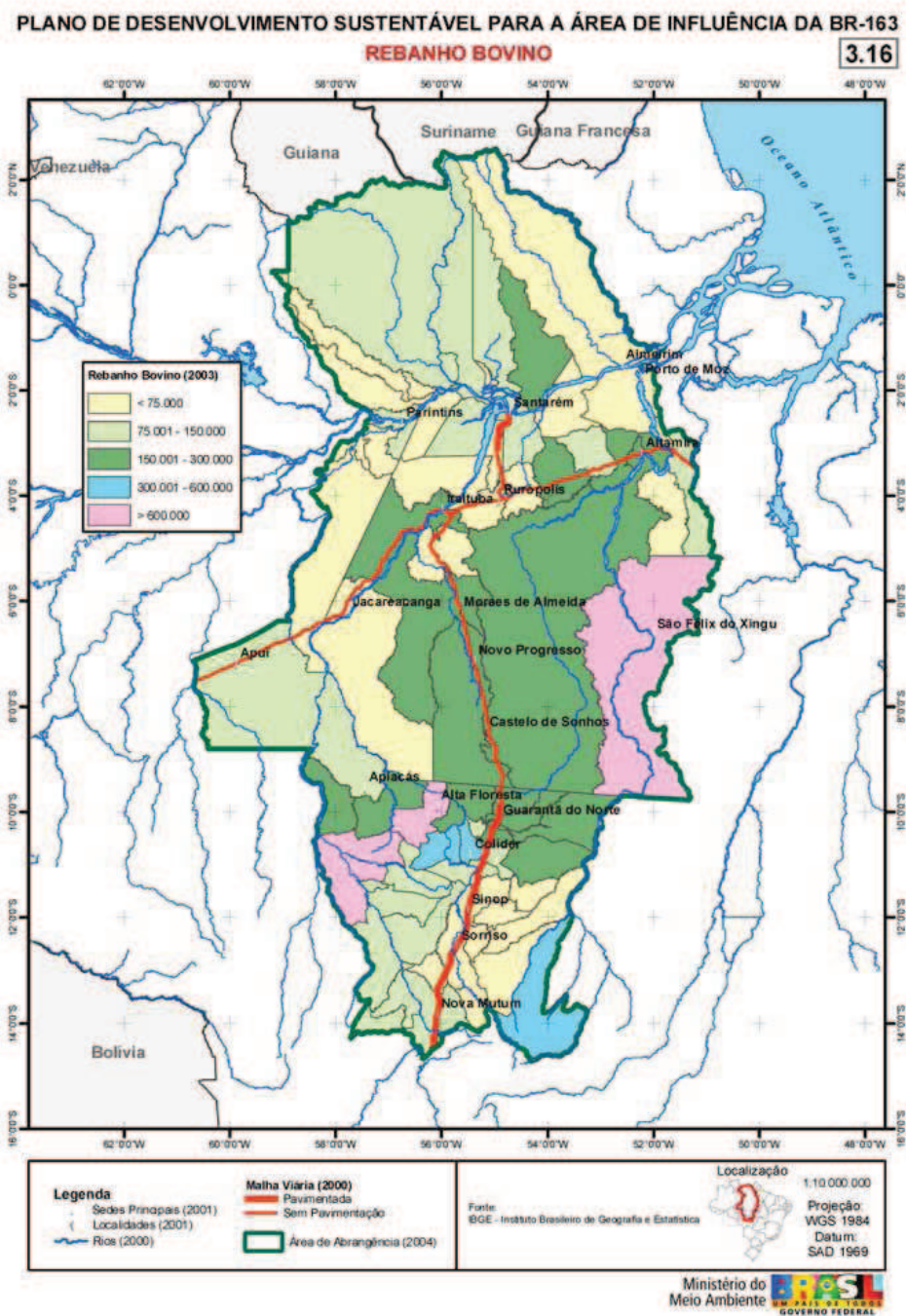


FONTE: Plano BR-163 Sustentável (2006, p. 179).

A pecuária em Sinop não tem a expressividade de municípios vizinhos ou do estado de Mato Grosso. A criação de gado bovino e suíno em Sinop tem oscilado após a década de

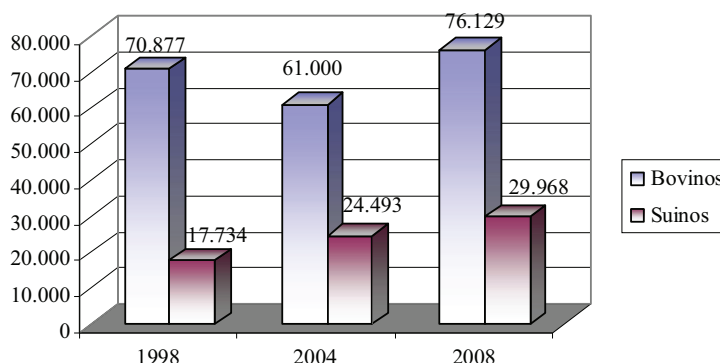
1990. Conforme se observa no Mapa 10, dos municípios sob influência da BR-163, está entre os menores produtores pecuaristas.

Mapa 10 – Rebanho Bovino na área de influência da BR-163



FONTE: Plano BR-163 Sustentável (2006, p. 181)

Gráfico 5 – Rebanho bovino e suíno – 1998 a 2008



Fonte: Adaptado de Fundação Brasil – Governo do Estado de Mato Grosso, 2007.

A redução no rebanho bovino, entre os anos de 2002 a 2006, é reflexo da crise por que passou o setor, o que fez com que os pecuaristas reduzissem investimentos, abatessem suas matrizes e vendessem seu rebanho. Após o ano de 2006 observa-se o incremento progressivo no setor.

O setor agropecuário responde, no município, por 11% do PIB, segundo dados do IBGE (2007).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (2010), as agroindústrias instaladas no município são:

Quadro 5 – Agroindústrias em Sinop - 2010

Atividade	Quantidade
Frigoríficos bovinos	05
Frigoríficos suínos	02
Curtumes	02
Beneficiamento de polpa de frutas	01
Beneficiamento de Castanha do Pará	01
Beneficiamento de Algodão	03
Beneficiamento de Arroz	04
Torrefação de café	02
Guaraná em pó	01
Fábrica de rações	01
Laticínios	01
Envasamento de cereais, condimentos alimentícios e polpas de frutas	01

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (2010)

A perspectiva é que o setor agrícola e pecuário transforme a matéria-prima ainda no município, diversificando as atividades econômicas e agregando valor aos produtos cultivados. A conclusão da pavimentação do asfalto da BR-163 gera expectativas de que indústrias de transformação se instalem no município, em razão das ampliações de possibilidades de logística no escoamento de seus produtos.

4.8.2 Indústria madeireira

A indústria madeireira caracterizou-se, por quase 30 anos, como a principal fonte econômica no município. Na década de 1970 apenas pequenas serrarias atuavam no município, extraindo madeira que eram utilizadas nas construções das próprias casas e comércios do local. Com os incentivos fiscais e financeiros da SUDAM, no final de 1970 e início da década de 1980, a atividade se intensifica. Contudo, a distância de centros maiores e as péssimas condições das estradas em determinados períodos do ano dificultavam o desempenho do setor. Com o asfaltamento da BR-163, em 1984, o setor tem grande impulso e município passa a compor um dos maiores parques industrial madeireiro do país, se constituindo até a primeira metade da década de 2000, como a sua mais importante atividade econômica.

A extração da madeira, até para o processo inicial da agricultura, era o primeiro ganho econômico do agricultor. Derrubar a mata e vender a madeira de lei, a madeira que na época era aproveitada economicamente. O que restava era colocado fogo para deixar a terra limpa para a agricultura. Para o pequeno agricultor, que na maioria das vezes não conseguia financiamento bancário por ainda não ter quitado e adquirido o título de propriedade, para subsidiar sua produção, era necessário capital próprio, o que era viabilizado com a venda da mata para serrarias ou venda de parte de sua terra (OLIVEIRA, UFSC, s/d).

O potencial econômico da Floresta Amazônica é imenso, contudo, a principal atividade econômica desenvolvida no município foi a extração da madeira de lei. A extensa área de florestas tropicais no Brasil faz do país um fornecedor potencial de madeira de florestas originais, cobiçadas pelo mundo.

Foto 21 – Atividades madeireiras em Sinop – 1979



Fonte: Colonizadora Sinop

Veríssimo et. al., citados por Marco Lentini, Adalberto Veríssimo e Leonardo Sobral (2005) separam a Amazônia em quatro fronteiras madeireiras, que são classificadas segundo as tipologias florestais, a idade da fronteira e as condições de acesso (fluvial ou terrestre):

Fronteiras antigas: possuem mais de 30 anos de exploração e onde se encontram as melhores condições de infraestrutura. Estão mais ao sul e leste da Amazônia.

Fronteiras intermediárias: possuem entre 10 a 30 anos de exploração.

Fronteiras novas: com menos de 10 anos, estão principalmente no Oeste do Pará, Noroeste do Mato Grosso e Sudeste do Amazonas.

Estuarina: caracterizam-se pela exploração esporádica, porém intensificada nos últimos 40 anos.

Sinop caracteriza-se pela fronteira antiga, já com mais de 30 anos de exploração. Conforme a SEMA, o município explora aproximadamente 35 espécies de madeira. Durante muito tempo, havia somente o aproveitamento da tora, sendo todo o restante da madeira descartada em lixões ou queimadas no próprio pátio da madeireira. Atualmente, todos os resíduos são comercializados para aproveitamento como combustível, fabricação de brinquedos, compensados e outras utilizações.

Ernani Lúcio de Souza (1999, citado por SOUZA, 2004, p. 175) comenta que:

O setor industrial madeireiro sinopense, que se responsabiliza pelo aproveitamento da matéria-prima extraída da floresta, tem demonstrado que a ocupação do norte matogrossense criou condições, não somente para a produção de cereais, como também para a exploração e industrialização da

madeira, que nos últimos anos – a partir de 1983 – vem se tornando o produto de principal comercialização.

Para Ernani Souza, o setor madeireiro não teve uma organização industrial adequada no município, faltando ao setor um planejamento estruturado. A falta de um planejamento inicial levou ao esgotamento dos recursos em grandes áreas, mas não cabe ao madeireiro somente a responsabilidade por essa falha, já que não houve por parte das políticas públicas o estabelecimento de políticas industriais, científicas e tecnológicas para o setor. Faltou ao setor projetos que viabilizassem as indústrias extrativistas não somente o trabalho de coleta, mas a capacidade de agregar valor aos produtos, complementando a cadeia produtiva e a geração de emprego e renda.

O problema da expansão madeireira é a falta de projetos que visem sua sustentabilidade. O corte realizado de maneira rasa somente viabiliza o aproveitamento da terra para agricultura ou pecuária, não viabilizando o manejo da floresta para outras atividades extrativistas. Devido às freqüentes intervenções federais e a cobrança de uma atividade menos agressiva ao meio ambiente, é que o discurso do setor reflete a preocupação com sua continuidade.

A indústria madeireira tem sido, há muito, acusada de ser a grande vilã da Floresta Amazônica. A opinião pública mundial vem sendo continuamente alimentada com informações, tanto falsos quanto distorcidos da realidade. Exploram boa fé, boas intenções e falta de conhecimento. Criam e propagam tragédias, propositadamente dramatizadas, para induzi-la e conduzi-la a reações emocionais. Mas a união do setor desta região que tem holofotes mundiais voltados a ela, não deixa o progresso parar e, cada vez mais, vamos nos unir e envidar esforços para o foco “sustentabilidade” (PINTO, José Eduardo, Presidente do SINDUSMAD, 2010, p. 2).

Para o presidente do Sindicato dos Madeireiros, a técnica empregada “antigamente” derrubava toda a mata, o que impedia a recomposição natural da floresta. As técnicas atuais, de plano de manejo propõem a sustentabilidade do negócio, onde a árvore madura é retirada e a floresta se recompõe, possibilitando após 35 anos, nova retirada de árvores. Os planos de manejo são, para o Sindusmad, a única maneira de preservar a floresta e manter em atividade as madeireiras regionais.

Já no final da década de 90, início do ano 2000, as reservas florestais do município apresentavam sinais de esgotamento (SOUZA, 2004). As técnicas de extração da madeira, de maneira predatória e obsoleta indicavam que a exploração teria um tempo muito curto. Na percepção dos empresários do ramo madeireiro, a falta de orientação adequada fez com que a

extração viesse, ao longo do tempo, ocorrendo de maneira predatória, mas que com o uso de tecnologia e novas técnicas de exploração, por meio de planos de manejo, podem reverter o quadro e mudar a visão que a sociedade formou do setor ao longo dos anos.

Para Fiorelo Picoli (2006, p. 158) o setor madeireiro somente representa o protótipo do sistema capitalista de acumulação por meio do extrativismo vegetal. Segundo o autor, “os recursos aplicados na nova frente de expansão de capitais são a oportunidade de expandir o capital já existente” e que no final, o objetivo se atém a “agregar valor para efetuar nova acumulação”.

A degradação florestal não ocorre por falta de planejamento, ela é arquitetada de forma consciente e racional dentro das metas estabelecidas pelo modo de produção capitalista. A extração e o processamento das toras estão associadas ao desperdício e à falta de respeito com a natureza, mas dentro das estratégias de expansão e da acumulação. Isso foi possível ao longo dos tempos, e ainda é praticável na região graças à incompetência, à conivência e à omissão por parte do Estado brasileiro, pois este torna essa prática realizável em toda a região amazônica (PICOLI, 2006, p. 167).

Sinop chegou a ter o maior parque industrial do setor madeireiro do país. Em 1999, das 805 indústrias instaladas no município, 549 eram da indústria madeireira e moveleira, o que representava 68% das indústrias (SEPLAN, Anuário Estatístico MT/2000, citado pelo Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, 2002). Em 2007, das 1.349 indústrias instaladas no município, somente 176 eram indústrias madeireiras, serrarias e exportadoras de madeira e derivados e 60 marcenarias (Prefeitura de Sinop, 2009), o que demonstra que as políticas do Estado, visando a redução da exploração irregular da floresta e a escassez dos recursos foram reguladoras da atividade e do mercado.

Entre os anos de 2006 a 2010, o município de Sinop liderou a venda de madeiras no estado de Mato Grosso, responsável por 14,48% do total das negociações do setor. Esses dados são indicados pelo Índice de Participação Municipal no Comércio de Produtos da Madeira, relatório disponibilizado pela SEMA (2010) e compreende o período entre 3/2/2006 à 7/6/2010, analisados por meio da Guia Florestal GF3 no estado de Mato Grosso. Salienta-se que o volume indicado é somente de madeira legal, de reservas florestais nativas ou de reflorestamentos. Muita madeira é coletada e vendida na própria cidade, sem contudo passar por qualquer fiscalização ou controle, sem emissão de notas fiscais ou guia florestal. Neste período foram comercializados R\$ 6.878.162.606,02 bilhões em madeira em todo o Mato Grosso, cabendo à Sinop R\$ 995,6 milhões, dos quais 608,5 milhões (61,12%) foram vendidos a outros estados, R\$ 267,9 milhões (26,91%) foram para exportação e R\$ 119,2

milhões (11,97%) foram comercializados dentro do município. O relatório da SEMA também mostra que a madeira mais vendida no período foi o Cedrinho, seguido, respectivamente, pelo Ipê, Jatobá, Itaúba, Garapeira, Cambará, Amescla, Angelim Pedra e Camaru.

A indústria madeireira, setor que vem na frente em vários espaços de fronteira agrícola da Amazônia, abrindo o lugar para as frentes de expansão, requer uma revisão coerente de suas práticas e políticas de exploração. Para que a atividade seja autosustentável, políticas de reflorestamento, pesquisas e tecnologia são aliados para que o próprio setor seja responsável pela conservação da biodiversidade da floresta e do desenvolvimento de atividades que promovam o desenvolvimento sustentável; não apenas de seus negócios, mas dos recursos naturais e das pessoas.

4.8.3 Educação

Em 1973 os primeiros moradores, preocupados com a educação de seus filhos, constroem, com material doado pela Colonizadora, a primeira sala de aula. Uma sala de madeira, sem forro e sem assoalho serviu para que em 05 de setembro de 1973, 21 crianças iniciassem suas aulas, sendo a primeira professora Terezinha Vandresen Pissinati Guerra. Em julho de 1974 a Colonizadora constrói mais três salas de aula e em 1976, o prédio é ampliado e passa a seis salas de aula. Até 1976 a escola funcionava como extensão de uma Escola Estadual de Vera, quando em outubro deste ano, é criada oficialmente a primeira escola de Sinop, a Escola Estadual de 1º Grau “Nilza de Oliveira Pipino” (SANTOS, 2007).

A primeira professora do município, Terezinha Vandresen Pissinati Guerra relata as dificuldades que foram os primeiros tempos para a educação em Sinop (entrevista concedida a JANICE CASSIA LANDO, 2002, p. 117).

Não tinha piso, era aquela terra pura lá dentro. Aí não tinha carteira, aí os homens mesmos pegaram tábuas dessa madeira, champanhe, pesada. Fizeram carteiras, daquelas de sentar em dois [...] Uma sala só, com quatro turmas. Era difícil, meu deus do céu... Não foi fácil, não... Aí continuou até o final do ano... Aí a irmã falou: Nós vamos fazer um tipo... dum peneirão [...] Vamos dar aula até o final do ano e vamos fazer um provão, quem passar vai pra sala seguinte, ano que vem; quem reprovar vai fazer de novo.

Em 1977 ocorre a primeira formatura de 25 alunos do Ensino Fundamental em Sinop. Em 1978 é aprovado pelo Decreto nº 1.301, de 31 de março, a criação dos cursos secundários de Magistério e Contabilidade, na Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino. Em 1980 ocorre a primeira formatura do Ensino Médio de Sinop. Em 1982 é inaugurada a segunda escola

estadual, a Escola Estadual de 1º Grau Enio Pipino. E em 1984 a terceira, Escola Estadual “Olimpio João Pissinati Guerra”. O município iniciou a expansão da educação na área rural, construindo as primeiras escolas em 1981 (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2008).

Já em 1980 iniciam atividades duas escolas particulares no município de Sinop, de Ensino Infantil e Fundamental. Em 1990 a UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso instala um Polo Regional, denominado de PROGRAMA UNESTADO, para formar professores do Ensino Fundamental e Médio. Em 1994 é realizado o primeiro vestibular para os cursos de Geografia, Educação Física e Ciências Contábeis, turmas especiais. Em 1990 também tem início o Núcleo de Ensino Superior de Sinop, ensino superior Estadual, iniciando com os cursos de Pedagogia, Matemática e Letras e em 1993 é instalada em Sinop a UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso (SANTOS, 2007).

Quadro 6 – Censo escolar de Sinop – Educação básica

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Particular	Total
1997	4.537	6.501	*	11.038
1998	4.962	6.682	*	11.644
1999	6.436	9.921	2.931	19.288
2000	7.482	10.289	3.031	20.802
2001	8.804	10.869	3.262	22.935
2002	10.780	10.989	3.824	25.593
2003	10.457	13.925	3.436	27.818
2004	12.178	14.307	3.455	29.940
2005	12.910	13.602	3.705	30.217
2006	13.536	13.284	3.604	30.424
2007	11.534	12.798	3.318	27.650
2008	11.432	12.442	3.178	27.052
2009	12.489	10.995	3.382	26.866

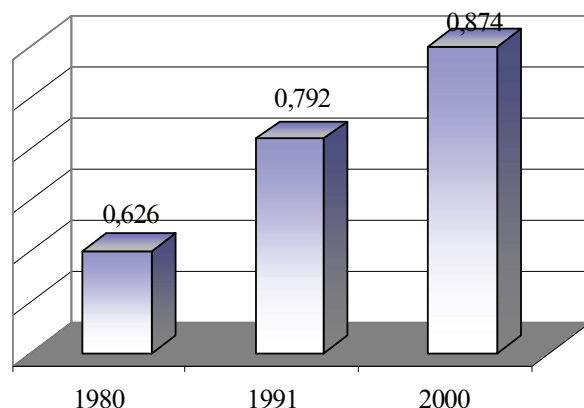
* Não há censo.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2010)

NOTA: O número de alunos considerados no quadro é da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio regulares. Não estão contabilizados alunos de cursos técnicos e educação de adultos.

Segundo dados do Plano Municipal de Educação (2008), a taxa de alfabetização do município é de 92,50% e o Índice de Educação, de 0,874. O IDH – Educação no município cresceu em 20 anos, de 1980 a 2000, 39,6%, conforme se observa nos índices do gráfico 6:

Gráfico 6 – Crescimento do IDH – Educação – 1980 – 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (*apud* Fundação Brasil – Governo do Estado de Mato Grosso, 2007, p. 28).

As instituições de nível superior têm sido para o município de Sinop e região, um dos motivos de considerar a cidade como polo de serviços, principalmente educacional. Em 2010, o município conta com 8 instituições de nível superior, sendo 4 destas com cursos presenciais, em 5 campi. Duas instituições de nível superior são públicas, a UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) e a UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). As instituições contabilizam a oferta de 60 cursos de nível superior. O crescimento da oferta de instituições e cursos deu-se na última década.

Quadro 7 – Número de alunos em cursos superiores em Sinop - 1999 – 2009

Ano	Número de alunos
1999	1.198
2002	1.944
2003	2.562
2004	3.317
2005	3.787
2006	4.261
2007	5.718
2009	7.484

Fonte: Prefeitura de Sinop (2010); Revista Notícia (2010).

Sinop é repetidamente citada como polo de serviços, principalmente polo educacional. Para muitos entrevistados, só com a educação é possível fazer uma região desenvolver

verdadeiramente e é na educação que muitos veem o futuro do município, um referencial do setor no norte do estado. Universidades, faculdades, centros de ensino técnico foram referenciados como a indústria limpa, e motor propulsor para trazer outros serviços que permitem o desenvolvimento do município, como hospitais, clínicas, saúde, odontólogos e serviços especializados. Investir na educação e saúde, que são direitos básicos ao cidadão, o restante, como que naturalmente, vem, pela força do que muitos consideram primordial para o progresso: o trabalho.

4.8.4 Meios de Comunicação

O quadro 8 apresenta a história dos meios de comunicação falada e escrita em Sinop.

Quadro 8 – História dos meios de comunicação em Sinop

Ano	Meio de Comunicação	Histórico
1979	Jornal	Entra em circulação o primeiro jornal, mantido pela Colonizadora, “O Sinopeano”. A edição era mensal e registrou em suas páginas vários fatos históricos da cidade. Encerra sua circulação em 1985. Em 1980 entra em circulação a “Folha do Norte”, mas encerrou em 1982.
1981	Telefone	Instalação de cabines telefônicas em alguns pontos da cidade. No mesmo ano também são instalados os primeiros telefones comerciais e residenciais.
1981	Rádio	Instalação da primeira emissora de rádio, a rádio Nacional F-M. Retransmitia a programação da Rádio Nacional de Brasília Em 1988 a rádio é privatizada e passa a se chamar Rádio Meridional FM.
1981	Televisão	Juntamente com a emissora de rádio, foi instalada a primeira emissora de televisão, TV Nacional de Sinop, no canal 8, mantida pelo Governo Federal. A programação era de 3 horas diárias e chegavam com atraso. Em 1985 o canal passa a transmitir a programação da Rede Manchete e em 1988 a concessão e equipamentos são transferidos para o atual Grupo da TV Capital.

Fonte: SANTOS (2007)

Em razão do desenvolvimento econômico do município, os meios de comunicação da imprensa falada e escrita ampliaram sua atuação e expandiram seus negócios. Outras emissoras de rádio e televisão se instalaram no município, que atualmente possui 04 (quatro) emissoras de televisão, 04 (quatro) emissoras de rádio e 10 (dez) edições de jornais impressos

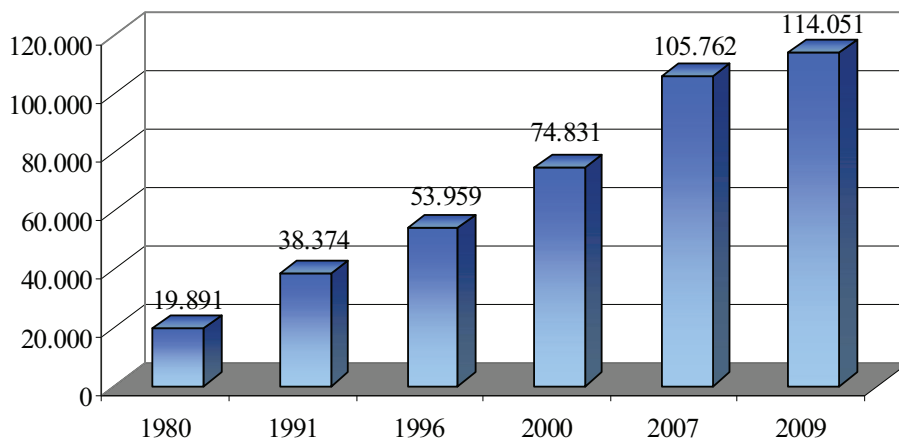
e *on line*. As atuais emissoras de televisão são: Band Sinop (repetidora da Rede Bandeirantes); TV Centro América (repetidora da Globo), TV Cidade (repetidora do SBT) e TV Capital (repetidora da Record). Possui 05 (cinco) emissoras de rádio: Rádio Band AM550, Rádio Celeste, Rádio Comunidade, Rádio Capital do Norte, Rádio Meridional FM. Possui em circulação 03 (três) jornais impressos e 07 (sete) *web* jornais.

4.8.5 Crescimento demográfico e econômico

O crescimento demográfico do município ocorreu de maneira bastante acentuada. Foi um crescimento predominantemente influenciado devido à alta migração para a região. A primeira criança nascida na cidade foi Luciana Joanuci, filha do “pioneiro” José Joanucci, em 19 de outubro de 1973. O crescimento demográfico nos 38 anos de existência e 31 anos de emancipação política mostram uma linearidade anual, ou seja, uma taxa de crescimento em média de 8% a 11% anuais, com um desaceleramento na primeira década de 2000, porém ainda em índices consideráveis de aproximadamente 5% ao ano, o que gera nos moradores a perspectiva que em 10 anos o município atinja uma população aproximada de 250 mil habitantes e seja, em breve, a capital de um novo estado, sonho antigo dos moradores de Sinop.

O crescimento demográfico acontece devido a perspectiva do crescimento econômico. Com a estabilização econômica e a definição das diversas áreas do processo produtivo, é basicamente natural que ocorra também a estabilização do crescimento populacional, este fluindo de maneira mais natural, pois as possibilidades deixam de ser amplas, tendendo a diminuir o ritmo de crescimento demográfico (Informativo Populacional e Econômico de Mato Grosso, 2008).

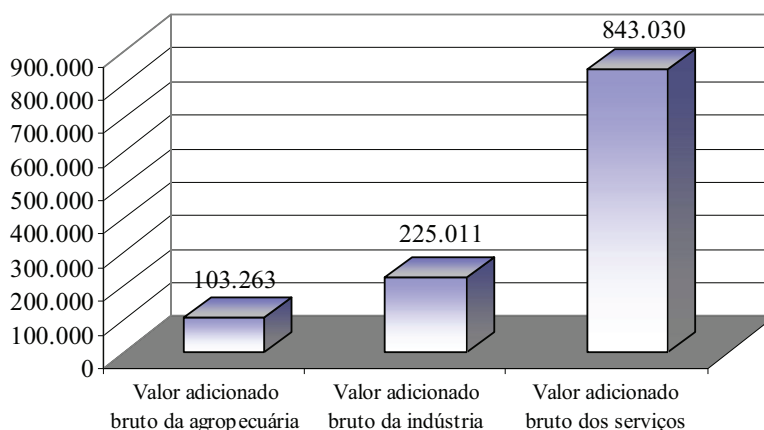
Gráfico 7 – Crescimento demográfico de Sinop/MT



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, disponíveis no site: www.ibge.gov.br/cidadesat, acesso em 03/04/2010; e Fundação Brasil – Governo do Estado de Mato Grosso (2007).

Os dados do PIB do município mostram a consolidação da economia de Sinop na prestação de serviços. A agricultura está em expansão e as agroindústrias, visando agregar valor aos produtos regionais são fonte de expectativas para a continuidade do progresso local. O setor madeireiro entrou em declínio e as indústrias que atuam na extração florestal buscam alternativas por meio de projetos de manejo e de reflorestamento. O valor do PIB de Sinop em 2007 mostra que 71,97% são da prestação de serviços.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto de Sinop - 2007



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, disponíveis no site: www.ibge.gov.br/cidadesat, acesso em 15/02/2010.

Quadro 9 – Crescimento do número de empresas em Sinop – 2000 a 2008

DESCRIÇÃO	ATÉ 2000	ATÉ 2008	CRESCIMENTO %
Indústrias	843	1.401	66,2%
Comércio Varejista	1.545	3.197	106,93%
Comércio Atacadista	140	392	180%
Serviços	2.299	5.243	128,06%
Total de empresas	4.827	10.233	112%

Fonte: Prefeitura de Sinop (2010)

Sinop, em termos industriais, possui o quarto maior parque industrial do estado. Em 2005, registrou um valor adicionado na indústria de Mato Grosso de R\$ 261.460 milhões, sendo o quarto maior valor do estado. No mesmo ano de 2005, as indústrias que tinham o maior valor adicionado no município eram: 1º) produtos de madeira; 2º) produtos alimentícios e de bebidas; 3º) fabricação de produtos minerais não metálicos. Dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) mostraram que esses segmentos foram responsáveis por 88% do total de 5.904 pessoas ocupadas no setor industrial no município. O município também mantém o quarto maior centro de serviços do estado. As principais atividades são: comércio, com participação de 26,71%, seguido da administração pública, com 22,96%, e dos aluguéis, com 19,56%. Os dados da RAIS, nesse setor, no ano de 2005, registraram um total de 21.206 empregados, o que representa 65,27% do total das pessoas ocupadas no emprego formal do município, sendo 51% no comércio e 16,32% na administração pública (Informativo Populacional e Econômico de Mato Grosso, 2008).

O presente capítulo apresentou a percepção dos atores sociais sobre o progresso e dos consequentes impactos ambientais ocorridos no município devido ao processo de colonização e das principais transformações socioeconômicas que acompanharam a sua ocupação. Das histórias e relações com Sinop, buscou-se primeiramente entender os motivos que levaram as pessoas a escolherem Sinop para morar. A perspectiva de um futuro promissor, de progredir juntamente com o município foi o que levou os atores sociais a optarem pelo local. Uma terra de oportunidades, de promessas de sucesso financeiro pessoal e de melhor qualidade de vida, resultado de uma colonização dirigida e bem sucedida, na opinião dos atores sociais e esperança, acima de tudo, de oportunidade para todos, ou progresso “para todos”.

No entanto, um progresso que gerou um grande ônus ambiental e colocou o município, não só nas melhores posições nacionais em termos de crescimento econômico, mas liderando o *ranking* do desmatamento na Amazônia em vários momentos de sua história. Posição essa que provoca na sociedade a revisão de suas práticas, suas posições e percepções sobre o meio em que vivem e o meio em que querem viver. A pesquisa apresentou que há a

percepção ambiental nos atores-chave pesquisados, mas ainda não há formação coerente entre percepção ambiental, não totalmente elaborada, e o progresso; e este, em muitos momentos, justifica quaisquer excessos ambientais.

Para que a percepção ambiental dos atores sociais seja o reflexo de uma qualidade ambiental efetivamente assumida, é necessário que haja mais que revisões de práticas econômicas ditas sustentáveis. É necessário, acima de tudo, o entendimento da “teia da vida” que o ser humano está inserido e que este, invariavelmente, depende dos recursos naturais para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência o projeto de colonização e desenvolvimento do município de Sinop, a edificação da cidade, a atividade de exploração madeireira, a expansão das atividades do agronegócio e a conseqüente degradação do meio ambiente, o presente trabalho buscou compreender a percepção de atores-chave, nas esferas pública e privada, em relação ao impacto ambiental provocado pelas ações de ocupação territorial e desenvolvimento econômico no município.

Viver em uma cidade que tem um dos mais expressivos índices de crescimento econômico e demográfico do Brasil tem uma forte conotação para os atores sociais, traduzido no “orgulho do progresso local!” Progresso estabelecido como parâmetro para referenciar-se a Sinop, sinônimo de futuro promissor, resultado de muito trabalho, de lutas, frustrações e vitórias. Progresso traduzido em números que crescem anualmente na economia, no aumento da população, em edificações, na infraestrutura da cidade, nas atividades produtivas do agronegócio e na percepção dos serviços como “vocaçãõ econômica” da cidade. Uma história de muitas histórias. Uma história inserida no contexto estratégico e econômico do Brasil e que é considerado, pelos atores sociais, um dos mais bem sucedidos empreendimentos de colonização privada do país.

Um projeto audaz, ambicioso, que previa o desbravamento da selva amazônica, dos seus mitos, seus segredos, mas também de suas riquezas, com a promessa de um futuro esplendoroso. Uma promessa de progresso ilimitado, que subjugou um dos mais importantes fatores da produção: a natureza! Permanece um embate antigo entre homem e natureza, no qual, um é o provedor natural de riquezas, enquanto o outro usufrui o máximo do que a outra parte pode lhe proporcionar. O limite é somente sua escassez. Na velha e máxima teoria do lucro, o homem deflagra a destruição da natureza.

Nada teria seria possível, no entanto, sem o que, na Amazônia matogrossense, deflagrou a explosão desenvolvimentista: primeiramente, a construção e posterior pavimentação da BR-163 e, em seguida, a adoção e o desenvolvimento de alta tecnologia na produção agrícola. Sob o escudo da Revolução Verde, a tecnologia em equipamentos, sementes, insumos, adubos, na década de 70, marcada pela apologia ao desenvolvimento, complementa a expansão na Amazônia matogrossense, sob a égide do progresso e do

capitalismo. Insere-se o espaço na esfera do mundo globalizado, um sistema global de acumulação, e, em Sinop, da apologia da terra-mercadoria.

Os primeiros moradores de Sinop chegaram com o sonho de encontrar, no local, terras férteis para desenvolver a agricultura. Em meio à mata fechada, das primeiras clareiras e plantações, também vieram as primeiras e intensas frustrações. Da promessa de terras férteis, de educação para os filhos, de estradas e possibilidades de escoamento da produção, para uma imensidão verde, dificuldades, insucesso e promessas fracassadas. Para muitos, restavam poucas possibilidades: ou o retorno à terra de origem, ou lutar para vencer as adversidades. Acreditar no sucesso do empreendimento local era difícil; mas acreditava-se na mão forte do colonizador, de suas relações e influências junto ao Estado e na confiança de que não seriam abandonados. Além da crença no colonizador, a crença no trabalho para vencer as dificuldades e na perspectiva da vitória foi fundamental.

Dificuldades, vocação empreendedora, superação e vitórias: contextos dominados nas conquistas realizadas. Em meio à mata amazônica, surge Sinop, “rumo ao progresso, rumo ao futuro”. Mas, antes, era necessário vencer as adversidades, e uma delas era a própria floresta. Surgem as serrarias, primeira atividade econômica rentável que o município visualiza como solução para o sucesso do projeto. As tentativas da colonizadora de implantar a agricultura são frustradas. A floresta dá a solução: a madeira. No entanto, outro problema surge: a logística. Para onde escoar a produção, de onde trazer produtos manufaturados? Tudo é caro, tudo é difícil. Era necessário que o projeto do Estado, de pavimentar a rodovia BR-163, fosse realizado, senão, o fracasso do projeto de colonização seria inevitável. E a BR, que liga o sul ao norte do país, é finalmente pavimentada em 1984, conferindo ao município a investida que almejava.

A atividade madeireira ganha impulso, abre caminho para outras atividades econômicas. Paralelamente, com apoio tecnológico, vem se firmando o agronegócio. A soja é a cultura preferida dos agricultores. Cultura temporária, prazo reduzido entre plantação e colheita, alta tecnologia, alta rentabilidade, financiamentos fáceis. O sonho começa a se concretizar e Sinop a se firmar como um polo no norte do estado de Mato Grosso.

O cenário de desolação, abandono, distância, começa a mudar. Juntamente com a pavimentação da rodovia BR-163, mudam os sonhos e as esperanças. Muda o cenário local: cresce a migração, intensificam-se e se diversificam as atividades econômicas, a educação, a movimentação, a cidade, enfim, a projeção dos sonhos ganha consistência. É possível urbanizar a floresta!

Os “pioneiros” vieram para o município atendendo ao chamamento do próprio Estado Nacional. Em suas percepções, são heróis, venceram a difícil tarefa de ocupar a Amazônia. Cumpriram sua missão: ocuparam, venceram as adversidades, derrubaram a floresta, plantaram, produziram, edificaram cidades e integraram a Amazônia ao país, ao sistema produtivo e econômico, provocaram a alteração da paisagem e contribuíram para o progresso da nação.

O crescimento econômico e demográfico do município é motivo de orgulho para seus moradores, que o percebem ainda com um intenso potencial desenvolvimentista. Considerado, pelos atores sociais, um município que “respira o progresso”, não é considerado, no entanto, desenvolvido, mas sim, em desenvolvimento. Falta infraestrutura básica, saúde, educação. A tecnologia, apesar de ser fonte de desenvolvimento e produtividade, não está disponível para todos. As diferenças socioeconômicas são perturbadoras e a estrutura da cidade beneficia quem tem poder aquisitivo. Como não há desenvolvimento pleno quando não há atendimento das necessidades básicas da população, o município ainda tem muito a se desenvolver. Existe a percepção de que o progresso não deva se restringir apenas ao desenvolvimento econômico da região, mas também ao desenvolvimento humano e social, amparado na sustentabilidade ambiental. Ou seja, proporcionando qualidade de vida à sociedade.

O grande ônus desse desenvolvimento ficou com a natureza. O caráter predatório em que se deu a ocupação do espaço não é negligenciado pelos atores sociais. Mas a questão, para os atores sociais, perdura: quem poderá julgar o certo e o errado ocorridos no passado, se o contexto histórico e a dinâmica da ocupação territorial não eram as do presente? Não existem dúvidas sobre os excessos cometidos em relação ao uso dos recursos naturais e aos povos nativos que ocupavam a região. Mas, as justificativas se pautam no contexto histórico e nos incentivos governamentais. Se existe um responsável, esse é o sistema de produção, traduzido nas ações do próprio Estado brasileiro.

O Estado, na percepção social, é o maior responsável pela dinâmica de devastação florestal da Amazônia matogrossense. Primeiramente, pelos incentivos para se ocuparem os *espaços vazios*; depois, por financiar essas ocupações, e, por último, por não marcar sua presença forte no controle da ocupação do espaço, organizando, fiscalizando e punindo os excessos.

Nas agressões ao meio ambiente, além do Estado e do sistema capitalista vigente, a responsabilidade recai principalmente sobre a expansão do agronegócio, como o setor que concretizou o desflorestamento. O agronegócio retira praticamente toda a cobertura florestal

de sobre a terra, destrói nascentes e ocupa inclusive as margens dos rios com plantações e gado, queima a cobertura vegetal e polui o ar, o solo e águas com herbicidas e pesticidas. Mas não é uma responsabilidade que ele pode arcar sozinho, já que o sistema mudou. É todo um conjunto histórico de fatores, em termos tecnológicos, demográficos e de demandas do mercado consumidor, que mudaram nos últimos 40 anos, após a ocupação das terras norte matogrossenses.

O setor madeireiro, apesar de ser o grande responsável pelos altos índices de exploração florestal e desmatamento no município, quando os atores-chave são questionados sobre maiores responsabilidades, não é apontado como responsável. Apesar de a eliminação da cobertura vegetal, a agressão ao solo, o assoreamento dos rios serem provocados pelo desmatamento, é atrás do madeireiro que vem a plantação de soja, principal produto do agronegócio no município.

O agronegócio é percebido, pela maioria dos atores sociais, como “o grande vilão” do meio ambiente, pois atua de forma violenta contra a natureza, destruindo tudo o que possa atrapalhar a atividade agrícola e pecuária. Um setor que se defende expondo números que mostram sua importância para a economia nacional e para a alimentação do Brasil e do mundo.

A fama de “destruidores da Amazônia”, “devastadores da floresta”, não é um título aceito pelos empresários agrícolas de Sinop. Tampouco pelos “pioneiros”, fazendeiros, madeireiros, que não querem assumir o ônus do desmatamento da Amazônia sozinhos. Para um estado que se destaca na produção de grãos no país e no mundo, o que exigem é discussão. Não aceitam as leis impostas da maneira que estão, nem a mesma aplicabilidade da lei do restante do bioma amazônico, por entenderem que o município pertence a uma área de transição entre cerrado e floresta amazônica, e deveria ser aplicada a lei de 50% de abertura florestal.

Não existe, na percepção dos atores sociais, a possibilidade de se diminuir, ou mesmo, estagnar o ritmo de crescimento econômico do município. O que existem são perspectivas de continuidade do desenvolvimento econômico, mas conciliando as técnicas agropecuárias e extrativistas com a preservação do meio ambiente, através do uso da tecnologia. O desenvolvimento sustentável, aliando tecnologia, sociedade, meio ambiente e economia é o pilar para que se mantenha o ritmo de desenvolvimento e não se ampliem as agressões ao meio ambiente.

Destaca-se a expectativa de agregar valor aos produtos locais para se manter o ritmo de crescimento que o município “merece”. Agregar à cadeia de valor do agronegócio e da

madeira a transformação da matéria-prima no próprio município, o que, na perspectiva social, aumentaria o número de empregos e geraria mais renda para o município. Para isso, o importante canal de distribuição e logística do estado tem de oferecer condições viáveis para o escoamento da produção: a BR-163. É nela que os sonhos, nas décadas de 70, 80 e 90, foram depositados e é na sua total pavimentação, que no terceiro milênio, tem-se a expectativa de manter o ritmo de crescimento regional.

A expectativa depositada na finalização das obras da pavimentação da BR-163 é de um desenvolvimento local superior aos parâmetros atuais. Expectativa de industrialização, processamento de produtos no próprio município, atração de capitais de outros locais, ampliação das atividades do agronegócio em terras já desmatadas. Ao mesmo tempo em que se pressupõe a preocupação com os impactos ambientais do progresso, este não pode parar e o meio ambiente não pode ser um entrave ao desenvolvimento da região.

Nas prerrogativas do desenvolvimento sustentável o discurso evoca um “progresso sustentável”, ou “crescer com sustentabilidade”. Respeito ao meio ambiente, recuperando áreas degradadas, arborizando a cidade, protegendo nascentes e rios, pensando num destino adequado para o lixo urbano. Ações que possam contribuir com o meio ambiente e que confirmem ao município a credibilidade que perdeu com as políticas do Estado, por meio das ações da polícia federal e órgãos ambientais.

Em uma região em que a exploração florestal ainda é intensa, a sustentabilidade do desenvolvimento do setor se apoia na possibilidade do manejo florestal. O impacto não é negligenciando, mas amenizado, oferecendo à natureza a possibilidade de regeneração.

A utilização dos recursos florestais com outras atividades econômicas, que não seja a exploração da madeira, tem duas percepções bem distintas: primeiramente, que no município de Sinop as reservas florestais que ainda restam não são compatíveis com atividade de exploração que não seja a madeira, a ponto de permitir a viabilidade econômica do empreendimento. Sob outra percepção, de que a exploração unicamente da madeira é resultado de falta de planejamento para a adequada exploração florestal e que há, sim, possibilidades de se explorar a floresta de forma economicamente viável, por meio da coleta de frutos, cascas, folhas, cipós, turismo e outras alternativas, sem sua depredação.

A percepção de que o desenvolvimento sustentável é a solução viável para se manter o ritmo de crescimento não é uma percepção unânime, já que há questionamentos sobre as finalidades efetivas de suas premissas. Mesmo porque, na velocidade das mudanças espaciais e territoriais e na dinâmica do consumismo moderno, na velocidade em que a exploração da

natureza é realizada, manter um desenvolvimento ambientalmente sustentável é um grande desafio.

Por outro lado, os índices do impacto ambiental causado pelo desmatamento no município são questionados quando comparados aos índices de desmatamento da região sul, por exemplo, ou mesmo da Europa ou Estados Unidos. O fato do município ainda manter áreas verdes, para determinados atores sociais, lhe confere o direito de exploração. A posse da terra dá o direito à exploração ou à gratificação por deixar a floresta em pé.

No entanto, para alguns atores sociais, a percepção é de que as comparações não justificam as ações. Mesmo inseridos num contexto de apropriação dos bens naturais para gerar riquezas, os excessos cometidos e a exploração da natureza, a ampliação das áreas produtivas, para agricultura ou pecuária, tem a conotação de ganância em excesso. Não aconteceria se houvesse um mínimo de consciência e respeito pela natureza e pelas pessoas.

Há a percepção de uma intensa modificação no município, não somente em suas paisagens, mas na própria dinâmica social e na maneira de utilização dos recursos naturais. Um dos grandes problemas ambientais, especificamente para quem mora na zona urbana do município, eram as intensas queimadas de áreas de floresta e de resíduos da madeira, o que fazia a cidade ficar encoberta, nos meses de seca, geralmente de junho a agosto, por uma imensa cortina de fumaça. Cenas menos comuns na atualidade, o que faz a população se perceber em um ambiente melhor para viver. A diminuição no ritmo da exploração da madeira, a utilização racional da madeira coletada e a consciência de que o município já não depende economicamente de tal atividade, também são indicadores que geram alívio para os atores sociais. Encontrar uma vocação econômica que não seja unicamente a exploração da madeira feita de maneira irracional, faz com que as pessoas sintam-se mais seguras quanto ao desenvolvimento econômico do município e da população e mais próximas do ambiente natural, melhorando, também, a imagem externa do município.

Há, também, a percepção de que o impacto ambiental é um problema de educação, falta de consciência ambiental, para que o crescimento econômico não se sobreponha ao meio ambiente. Na percepção dos atores sociais, acredita-se ser possível progredir de forma sustentável, a questão reside na educação, no respeito ao que a natureza oferece. É um momento de intensa reflexão e revisão dos conceitos de produção e do usufruto florestal, resultado de campanhas, ações da polícia federal, programas de conscientização ambiental, palestras e seminários sobre o tema.

As próprias crises que ocorreram no município, devido a operações policiais e à crise da agricultura, constituíram incentivos para que fossem buscadas alternativas que

viabilizassem economicamente o município, até porque a agricultura de produção em grande escala gera poucos empregos. No agronegócio, as pessoas são substituídas pela tecnologia, por máquinas cada vez mais modernas e por profissionais altamente qualificados, profissionais graduados, veterinários, agrônomos, engenheiros, administradores rurais, com ênfase em planejamento, em logística, marketing, comércio exterior, gestão ambiental e tecnologia da informação. A agricultura de grãos trabalha com alta tecnologia e pouca mão-de-obra; a maximização dos lucros propõe, também, a redução no emprego de mão-de-obra.

Escrever sobre a percepção social do impacto ambiental e do progresso, dentro de uma dinâmica de transformação espacial, cultural e social, é um grande desafio. Desafio maior é entender, no contexto social atual, como os atores sociais se percebem dentro desse sistema. Primeiramente, é necessário entender a dimensão que é, para os atores sociais, o impacto ambiental e o quão valorado é o progresso local. Perceber a valoração do progresso tornou-se algo relativamente fácil, quando comparado à dimensão do impacto ambiental do mesmo progresso.

Falar de meio ambiente, mais do que simples definições, evoca todo o contexto da dinâmica de alterações e ocupação do espaço. A preocupação com o meio ambiente destaca-se pela percepção de reações da natureza e das mudanças atribuídas às ações do homem.

Discorrer sobre o desenvolvimento local, para os atores sociais, é mais gratificante e ameniza o impacto ambiental do progresso, do desmatamento e destruição de recursos naturais. É uma espécie de compensação: as agressões foram feitas, a destruição é basicamente irreversível, mas o desenvolvimento trazido à Amazônia matogrossense é histórico, memorável e resultado de muito trabalho. Apesar de haver demonstrações contínuas de preocupação com os impactos ambientais do progresso, é o desenvolvimento econômico e demográfico do município que dá ao discurso maior ênfase e prazer. Os abusos foram cometidos, até pela conivência do Estado, corrupção dos órgãos públicos e da própria falta de ética e caráter dos políticos. Mas são fatores que não encobrem, para os atores sociais, o heroísmo do desenvolvimento trazido à região.

A proposta de um desenvolvimento sustentável para a região é amplamente aceita e compatível com ações que prezem o meio ambiente, claramente enfatizadas como ações futuras. Os impactos causados no passado devem fazer parte do passado e devem-se buscar soluções viáveis de desenvolvimento no futuro. O Estado, apontado como o “vilão” do meio ambiente no passado, é apontado como o “vilão” para o desenvolvimento econômico da região no presente, com suas leis e cobranças mais duras e com a morosidade na pavimentação da BR-163, via para o progresso local.

É no progresso contínuo que está a percepção de Sinop no futuro. Rememorando reflexões de Seluchinsk (2008), a Amazônia matogrossense já foi colonizada. O que deve ser dimensionado, para o futuro, é a conciliação da sustentabilidade ambiental com a sustentabilidade social. A pesquisa mostra que, na percepção social, o combate à depredação natural, por meio de medidas e leis ambientais não pode ser tomado isoladamente, por um grupo de pessoas que não conhecem a realidade local, e, principalmente, a dinâmica da ocupação do espaço. As mudanças nas leis, primeiramente, devem ser discutidas e após a discussão, deve-se educar o povo para as ações corretas. A maneira como os processos estão se dando no Mato Grosso é considerada ditatorial, com imposição de valores e leis.

A questão fundamental é que a natureza, os recursos naturais, a própria sociedade e o relacionamento entre meios de produção, trabalho e recursos naturais somente são reconsiderados quando regidos por leis punitivas, que freiam a ação predadora do homem, ou por fortes reações da própria natureza às ações do homem sobre o meio ambiente natural. No município de Sinop, as ações predadoras contra a natureza foram revistas porque houve controle e esse controle gerou ônus financeiros aos exploradores. A percepção de ações predatórias dos recursos naturais ocorre, infelizmente, sob o braço forte da lei, e de ônus financeiro. O ônus ambiental somente foi percebido quando houve a cobrança da lei ou quando os recursos se tornaram escassos. Mesmo assim, ainda há a percepção, por alguns atores sociais, de que ainda existe muito a ser explorado na natureza e de que esses bens, ou florestais, ou de terras produtivas, ou de águas, devem ser explorados para gerar riqueza material, sob o pretexto da produção de alimento para “o mundo”.

Faz-se necessário, em face da realidade atual, considerar o fato de que a Amazônia matogrossense já está ocupada. O retrocesso torna-se impossível. É por meio de ações conscientes e da educação que o cenário de devastação pode se tornar um cenário de preservação dos recursos naturais. Progresso e sustentabilidade do meio ambiente são compatíveis? Para os atores sociais de Sinop, sim. Para a natureza, só o tempo poderá responder.

Enfim, para compreender os processos de transformações sociais, ambientais e econômicas que ocorrem no município e região, os quais estão inseridos no contexto de um *Sistema-Mundo*, é necessário que haja continuidade em estudos e pesquisas. As pesquisas sociais realizadas na região ainda são incipientes e há um longo caminho a ser percorrido. Entender que a dinâmica das transformações espaciais, econômicas e sociais não são fenômenos isolados, mas pertencentes e interligados à dinâmica do *Sistema-Mundo* e deve estar envolvida em reflexões que conduzam ao entendimento das transformações locais. Ou

seja, este estudo respondeu a uma questão de pesquisa, mas abriu possibilidades para muitas outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.
2. ALMEIDA, Jalcione. *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*. In: Almeida, J. e Navarro, Z. (orgs.): *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997, p.33-55.
3. ALTIERI, Miguel A. *Biotecnologia Agrícola*. Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas. Porto Alegre: EMATER, 2002.
4. AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA. *Sinop: Ibama embarga reserva e multa prefeitura em R\$ 150 mil*. www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=316887, acesso em 26/05/2010.
5. ARANTES, Alessandro. *Nossos bosques têm mais vida*. Entrevista. In: Revista Capital. *Sinop: Como tudo começou*. Edição Especial. 5.ed. Ano II, Dez./2004, Sinop/MT, p. 22-25.
6. ARBEX JR., José. *Terra Sem Povo, Crime sem Castigo*. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada*. Os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.
7. ARIENTI, Wagner Leão, FILOMENO, Felipe Amin. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.
8. BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.
9. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
10. BARROZO, João Carlos. *Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro Oeste*. In: BARROZO, João Carlos (org.) *Mato Grosso. Do Sonho à Utopia da Terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
11. BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
12. BELL, Daniel. *Las Contradicciones Culturales del Capitalismo*. Alianza, Madri, 1992. p. 45-89.
13. BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico*. A dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.
14. _____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
15. BORLAUG, Norman. Entrevista. *A segunda onda. O pai da Revolução Verde atribui às novas tecnologias o papel da reinvenção da agricultura*. Revista Globo Rural. <http://revistagloborural.globo.com>. Acesso 02/02/2010.
16. CAPRA, Frijoj. *A teia da vida*. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

17. CASTRO, Sueli Pereira et al. *A colonização oficial em Mato Grosso “a nata e a borra da sociedade”*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
18. CARNEIRO, Eder Jurandir. *Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. In ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D. B. (organizadores). *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos sociambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
19. _____. *Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (mesorregião Campo das Vertentes)*. UFSJ - XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).
20. _____. *Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos*. Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez. 2005, p. 35 – 46.
21. CASTELLO, Lineu. *A Percepção em Análises Ambientais*. In: Rio, V. & Oliveira, L. (orgs). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos, EDUFSCar, 1996.
22. CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Assassinatos*. www.cptnac.com.br. Acesso em 07/11/2009.
23. CÓDIGO FLORESTAL. *Lei Federal Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965*.
24. CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986. Conselho Nacional do Meio Ambiente – IBAMA.
25. COSTA LIMA, Gustavo F. da. *O Debate da Sustentabilidade na Sociedade Insustentável*. Revista Eletrônica "Política e Trabalho", Set/1997, <http://www.cefetsp.br/edu/eso/debatesustentabilidade.html>, acesso em 31/05/2010.
26. ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In. SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
27. FEARNSIDE, Philip M. *Carga pesada. O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia*. p. 397 – 424. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada. Os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
28. _____. *Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências*. MEGADIVERSIDADE. Volume 1, Nº 1, Julho/2005b, p. 113-123.
29. FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST e as reformas agrárias do Brasil*. Debates – O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. Ano IX, Nº 24, out/2008. p. 73-85. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>. Acesso em 07/11/2009.
30. FRAGAPANI, Gelio. *Amazônia, a grande coibiça internacional*. Brasília: Thesaurus, 2000.
31. FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1976.
32. FÓRUM REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Cidade Pólo Sinop*. Cuiabá (MT), março de 2002. Disponível em www.anu.seplan.mt.gov.br/html/forum/sinop.pdf. Acesso em 20/05/2010.
33. FUNDAÇÃO BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Município em Números - Sinop*. 2007. www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/, acesso em 14/06/2010. .

34. GARCIA NETTO, Luiz da Rosa. *Organização de dados e informações com vistas a elaboração de estratégias para o desenvolvimento do centro-norte matogrossense*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2000.
35. GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Site www4.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm. Acesso em 16/09/2009.
36. GAVRILOFF, Alexandre. *De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos*. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada*. Os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.
37. GREENPEACE. *A exploração de madeira na Amazônia: a ilegalidade e a destruição ainda predominam*. Relatório Técnico. Set./2001. Disponível em http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/techrep_planos_manejo.pdf. Acesso em 06/11/2009.
38. _____. *Ausência do Estado é que causa desemprego e miséria*. http://www.greenpeace.org.br/tour2005_br163/blog_1108.php. Ago/2005. Acesso em 04/06/2010.
39. GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso*. Publicado em: *Revista da ANPOLL*. São Paulo: , v.19, p.151 - 184, 2005.
40. GRUPO SINOP. *História de Sinop*. Colonizadora Sinop S/A. www.gruposinop.com.br. Acesso em 08/04/2009.
41. _____. *Joaninha. Garoto Propaganda*. Revista Colonizadora Sinop. Edição 02. Dez/2009. p. 22-25.
42. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.
43. HELLER, Agnes. *Existencialismo, alienação, pós-modernismo: movimentos culturais como veículos de mudança nos padrões do cotidiano*. p. 193-208. In. HELLER, Agnes, FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
44. HENRIQUES, Fernando Santos. *A Revolução Verde e a biologia molecular*. Revista de Ciências Agrárias. Ago/2009, p. 245 - 254
45. IANNI, Octavio. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
46. _____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
47. _____. *Teorias da Globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
48. IBAMA. *Planos de preservação ambiental tentam barrar desmatamento da Amazônia*. 21/05/2005. Site <http://360graus.terra.com.br/ecologia/default.asp?did=13310&action=news>. Acesso 03/04/2009.
49. IBGE. *Indicadores*. www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_200902comentarios.pdf. Acesso em 29/08/2009.
50. _____. *Contagem da população*. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem 2007. Acesso em 03/04/2009.

51. _____. *IBGE divulga as contas regionais 2007*. http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1497&id_pagina=1.nov./2009. Acesso em 15/05/2010.
52. _____. *Mapas*. www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm. Acesso em 05/09/2009.
53. _____. *Mapas de Biomas e de Vegetação*, 2004. www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169. Acesso em 30/04/2010.
54. _____. *Em 2008, PIB cresceu 5,1% e chegou a R\$ 2,9 trilhões*. 10 de março de 2009. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1330&id_pagina=1. Acesso em 17/05/2010.
55. _____. *Cidades*. www.ibge.gov.br/cidadesat. 2007. Acesso em 15/02/2010.
56. IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. *Mapas*. <http://www.imazon.org.br/downloads/index.asp?categ=10>. Acesso em 10/05/2010.
57. IMEA - INSTITUTO MATO GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. *Projeções para a produção agropecuária em Mato Grosso*. Março/2010. <http://www.imea.com.br/>. Cuiabá, 2010.
58. INFORME RURAL MATO GROSSO. *Supremacia na Produção*. Disponível em: <http://informemt.blogspot.com/2008/07/no-brasil-oito-dos-dez-maiores.html>.
59. INFORMATIVO POPULACIONAL E ECONÔMICO DE MATO GROSSO – 2008. Governo do Estado de Mato Grosso - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Cuiabá: SEPLAN, 2008.
60. INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Projeto PRODES. Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite*. <http://www.obt.inpe.br/prodes/r2008>. Acesso em 30/09/2009.
61. _____. *Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal para o ano de 2008*. <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em 19/01/2010.
62. _____. *Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites*. Avaliação Bimestral do Deter – Janeiro/Fevereiro de 2010 -http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2159. Acesso em 24/04/2010.
63. IPAM - INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA. *Governo Expõe ações para combater desmatamento*. 15/07/2009. <http://www.ipam.org.br/mais/noticiasitem/id/91>. Acesso em 06/11/2009 e em 22/05/2010.
64. _____. *Plano Estadual de Prevenção Controle dos Desmatamentos do Mato Grosso*. 15/10/2009. <http://www.ipam.org.br/revista/-p-Plano-Estadual-de-Prevencao-Controlde-dos-Desmatamentos-do-Mato-Grosso-p-/149>, acesso em 11/05/2010.
65. JOANONI NETO, Vitale, SIMÕES, Tânia Regina. *A BR-163 e o movimento migratório para o estado de Mato Grosso*. In: JOANONI NETO, Vitale et. al. *Da Esperança do El Dorado à Degradação do Humano*. Cadernos de Graduação – ICHS/UFMT, N. 1. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 45 a 56.
66. JACOBI, Pedro. *Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade*. Revista Saúde e Sociedade. vol.8, no.1, ISSN 0104-1290. São Paulo: USP, p. 31-48, Fev. 1999.

67. _____. *Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas*. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.
68. LATOUCHE, Serge. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
69. LANDO, Janice Cássia. *O ensino de Matemática em Sinop nos anos de 1973 a 1979: Uma História Oral Temática*. Monografia Especialização em Matemática. UNEMAT, Sinop: 2002.
70. LENZI, Cristiano Luis. *Sociologia Ambiental*. Riscos e sustentabilidade na modernidade. Bauru: ANPOCS/EDUSC, 2006.
71. LENTINI, Marco, VERÍSSIMO, Adalberto, SOBRAL, Leonardo. *Fatos florestais da Amazônia 2003*. Belém: IMAZON, 2003.
72. LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. *Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento*. In BELLUZZO, L. G e COUTINHO, R. (organizadores). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Ensaios sobre a crise. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
73. MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. A degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
74. MARTINS, Aline Regina Alves. *Transgenia: conhecimento estratégico numa globalização desigual*. III Seminário Internacional Organizações E Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas. 11 a 14/11/2008. Porto Alegre: PUCRS, 2008
75. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
76. MOUTINHO, Paulo. *Impactos do desmatamento na Amazônia*. 19/06/2009. Palestra. [www.portaldogronegocio.com.br /conteudo.php?id=6267](http://www.portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=6267). Acesso em 13/05/2010.
77. MOURA, Denise Gomes de. *Mídia e corrupção: a Operação Curupira na Amazônia*. Dissertação de Mestrado – Política e Gestão Ambiental: UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – DF, dezembro/2006.
78. MUTTI, Regina, CAREGNATO, Rita. *Pesquisa Qualitativa: Análise do Discurso versus Análise do Conteúdo*. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, 2006. Out-Dez; 15(4): 679-684.
79. NEPA. Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental. Faculdade Brasileira. UNIVIX. Vitória-Es. *O Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Avaliação do Perfil de Cidadania Ambiental de Estudantes Universitários*. Pesquisadores: Mônica da Silva Ramos, Roosevelt S. Fernandes, Paulo Henrique do Amaral, Stefania Vaccaro e Valdir José de Sousa.
80. NISBET, Robert. *Historia da Idéia de Progresso*. Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1985.
81. NORTÃO. *Dificuldades, Desafios e Soluções*. Seminário. Realização: Prefeitura de Sinop, Assembléia Legislativa de Mato Grosso e Governo de Mato Grosso, 2007.
82. OLIVEIRA, Edenis César de. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico: A Sustentabilidade como Modelo Alternativo*. II Fórum Ambiental da Alta Paulista. ISSN 1980-0827. São Paulo: ANAP, 2006.

83. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização*. p. 67 – 183. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada*. Os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.
84. OLIVEIRA, Marília L. Peluso. *O projeto de colonização particular da Gleba Celeste na Fronteira Agrícola*. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12700/11872>. s/d. Acesso em 30/06/2010.
85. PAS – *Plano Amazônia Sustentável*. Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília/Presidência da República: MMA, 2008.
86. PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, Trecho Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável)*. Casa Civil da Presidência da República. Junho/2006. Acessível em <http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivosPDF/BR163.pdf>
87. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura de Sinop. Sinop/MT, 2008.
88. PREFEITURA DE SINOP. *Dados sobre a evolução do município de Sinop*. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Sinop/MT, 2010.
89. PICOLI, Fiorelo. *O capital e a Devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
90. PINTO, Mariana Oliveira. *Entre o sonho e a realidade: desafios da política ambiental na Amazônia*. Brasília: UnB, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.
91. PINTO, José Eduardo. *Cumprindo Metas*. Palavra do presidente. Informativo SINDUSMAD, Ano 2, Edição 16, Fev/2010.
92. PROGRAMA CLÁUDIO ALVES SEM CENSURA. Entrevista com Antônio Galvan. Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Sinop. Transmitida dia 27/02/2010, pela TV Cidade, emissora da SBT.
93. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2007/2008. *Combater as alterações climáticas*. Solidariedade Humana num mundo dividido. IPAD. Coimbra/Portugal.
94. REVISTA CAPITAL. *A crise do Império. O outro lado da crise*. Edição 8, Ano III, set/2005, p. 10 - 13.
95. REVISTA NOTÍCIA. *Sinop: a invejável estrutura da maior cidade do Norte de Mato Grosso*. Edição 093, Ano XIII, Mar/2010, p. 6 – 19.
96. REVISTA SINOP. *13 anos. A metrópole do nortão*. Edição Especial. Sinop/Set/1992.
97. REVISTA SINOP. *O Futuro é agora*. Criarte Comunicação. Sinop: 1998.
98. REVISTA SINOP Especial. *Campo Fértil para investir*. Edição Especial. Sinop: 2002.
99. SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
100. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos, exclusão e luta*. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

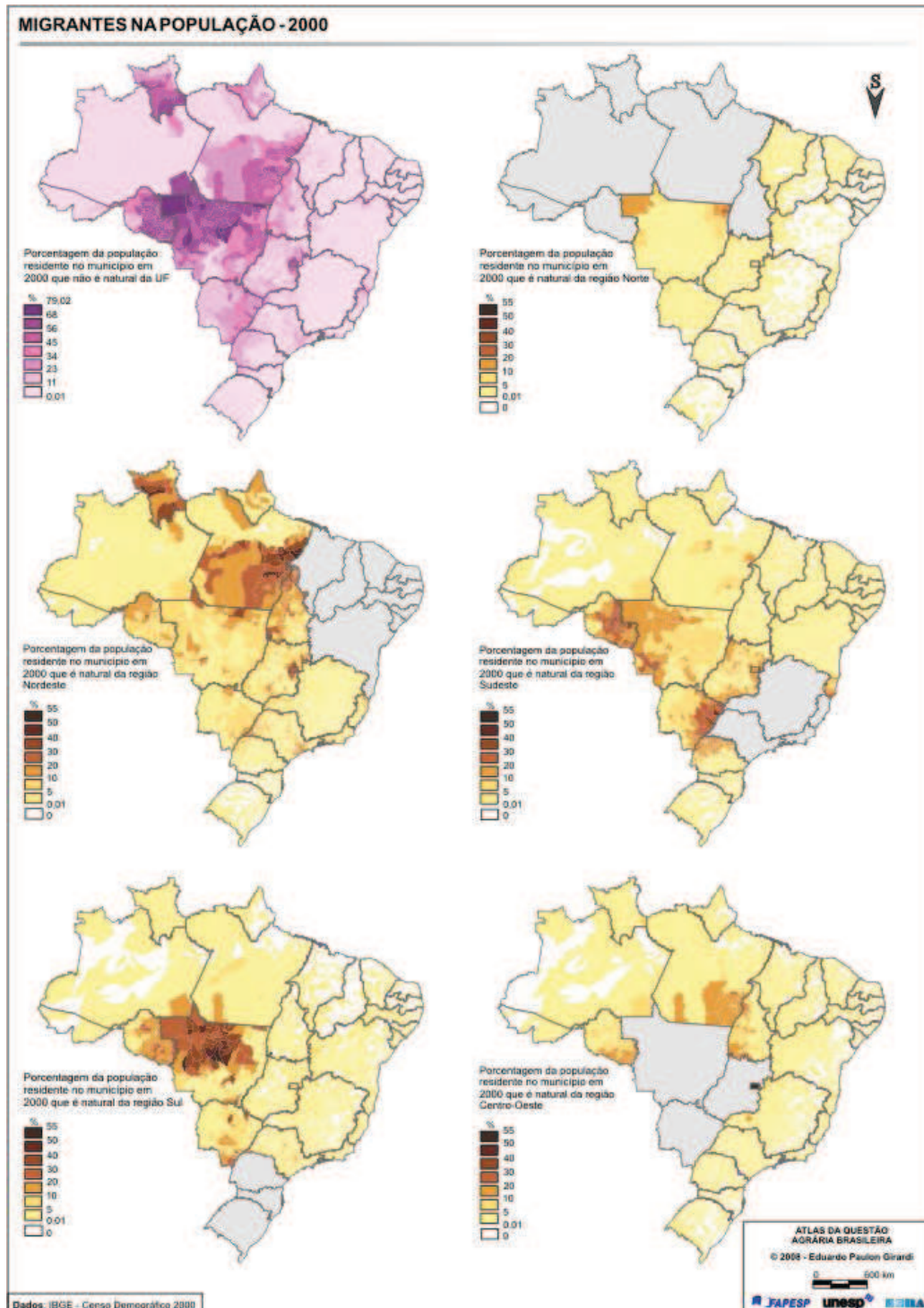
101. SANTOS, Luiz Erardi. *Raízes da História de Sinop*. Grafitec: Sinop, 2007.
102. SCHEWE, Charles D., SMITH, Reuben M. *Marketing: conceitos, casos e aplicações*. São Paulo: Makron Books, 1982.
103. SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. *De Heróis a Vilões: Imagem e Auto-Imagem dos Colonos da Amazônia Matogrossense*. Brasília: UnB, 2008. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.
104. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – SEDTUR. *Mato Grosso*. <http://www.sedtur.mt.gov.br>. Acesso em 13/09/2009.
105. SEMA. *Índice de Participação Municipal no Comércio de Produtos da Madeira*. http://www.sema.mt.gov.br/relatoriosccsema/gf3_comercio_de_produtos_da_madeira_municipi_o.pdf. Acesso em 15/06/2010.
106. SENNA, Mônica Carneiro Alves. *Desmatamento Irreversível? Áreas desmatadas da floresta amazônica no Mato Grosso podem não se regenerar e virar savanas*. Ciência Hoje On-line. Entrevista, 26 mar. 2009. <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/ecologia-e-meio-ambiente/desmatamento-irreversivel/>. Acesso em 12/05/2010.
107. SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. In BELLUZZO, L. G e COUTINHO, R. (organizadores). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Ensaios sobre a crise. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
108. SILVA, Thiago Moreira Melo e. *A presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: XIX ENGA, 2009, p. 1-29.
109. SINGER, Paul. *A crise do “Milagre”*. Interpretação Crítica da Economia Brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
110. SINDUSMAD. *Floresta em Pé: Com Manejo é Possível!* Informativo. Ano II. Edição 13. Out/2009.
111. SOUSA, Ivo Carneiro de. *Colonialismo, economia-mundo e globalização: trajetórias e debates historiográficos*. In GONÇALVES, António Custódio (Org.). *Globalização e Contextos Locais na África Subsariana. Papers of V Colóquio Internacional "Globalização e Contextos Locais na África Subsariana"*, 2002, FLUP - Porto.
112. SOUZA, Edison Antônio de. *A questão ambiental no contexto regional: desafios e perspectivas*. Palestra: II Ciclo de Palestras - As organizações do Terceiro Milênio e a Gestão Ambiental Responsável. UNEMAT, Sinop/MT, 13 a 17/out/2008.
113. _____. *Sinop: História, imagens e relatos*. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.
114. _____. *As cidades do Agronegócio: uma reflexão sobre as transformações rurais e urbanas na Fronteira Norte Mato Grossense*. In JOANONI NETO, V. (Org.). *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*. Cuiabá: EdUFMT, VI Seminário do ICHS, 2007.
115. TEIXEIRA, Luciana. *A colonização no norte do Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

116. THÉRY, Hervé. *Situações da Amazônia no Brasil e no continente*. Estud. av. vol.19 no.53. São Paulo Jan./Abr. 2005.
117. TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2007.
118. UNESCO. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Brasília: Ed. IBAMA, 1999. www. <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf>. Acesso em 25/06/2009.
119. VEIGA, José Eli da. *O Desenvolvimento Agrícola*. Uma visão histórica. São Paulo: HUCITEC, 1991.
120. VIOLA, Eduardo. *A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998*. XXI International Congress of Latin American Studies Association, Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon. Chicago, USA, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>. Acesso em 06/11/2009.
121. WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. From Immanuel Wallerstein, The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1976, p. 229-233.
122. WALLERSTEIN, Immanuel. *Wallerstein desfaz a "ilusão do progresso"*. Entrevista ao jornalista Márcio Senne de Moraes da Folha de São Paulo em 10/02/2002. Disponível <http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/eua/eua06.htm>. Acesso em 24/04/2010.
123. ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental, desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
124. www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf. Acesso em 1º/04/2010.
125. www1.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/saude/1983/saude1983aeb_31.pdf. Acesso em 1º/04/2010.
126. www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1950/populacao1950aeb_02.pdf. Acesso em 1º/04/2010.
127. www.administradores.com.br. *Obsolescência. Entenda o que é e como funciona o motor do consumismo*. Acesso em 06/06/2010.
128. www.correiodonoroste.com.br/sem-categoria/policia-federal-realiza-operacao-e-prende-14-pessoas-em-mt. Acesso em 22/05/2010.

ANEXO A

ANEXO B

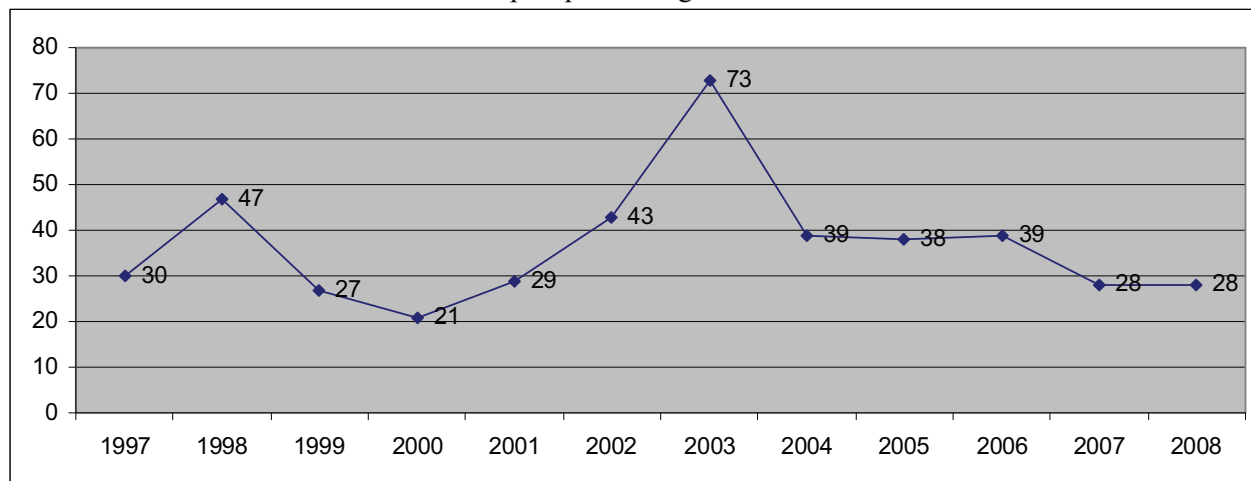
Migração no Brasil até o ano 2000.



Fonte: GIRARDI, 2008, p. 172 (www4.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm).

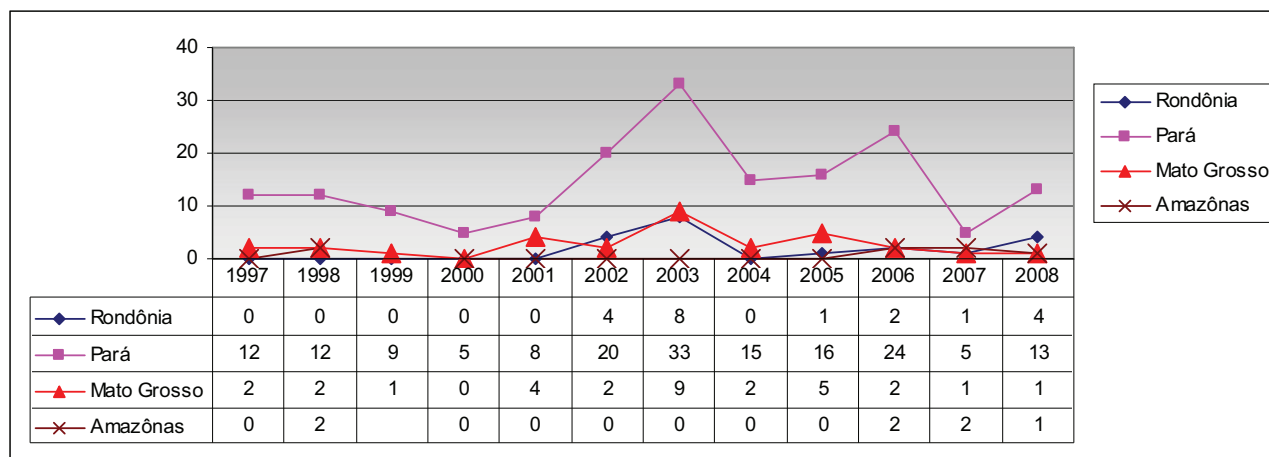
ANEXO C

Número de assassinatos no Brasil por questões agrárias – 1997 - 2008



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CPT – Comissão Pastoral da Terra, do site www.cptnac.com.br. Acesso em 07/11/2009

Número de assassinatos na Amazônia Legal por questões agrárias – 1997 - 2008



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CPT – Comissão Pastoral da Terra, do site www.cptnac.com.br. Acesso em 07/11/2009

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista:

Nome do Entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

Instituição/empresa/órgão onde atua?

Função:

Conte um pouco de sua história:

Há quanto tempo mora em Sinop?

Estado/cidade de origem:

O que fazia antes de vir à Sinop/ou atividade dos pais?

Motivo da mudança à Sinop?

Porque escolheu Sinop para morar/trabalhar?

Como era o município quando chegou?

O que você pensa de Sinop?

O que mais gosta de Sinop?

O que menos gosta de Sinop?

O que você pensa sobre o processo de colonização de Sinop?

O que você entende por meio ambiente? E por natureza?

Qual sua opinião sobre o uso dos recursos naturais em Sinop e região?

Qual sua opinião sobre o desmatamento para expansão agrícola e pecuária?

Quem, em sua opinião, é o maior responsável pelo desmatamento no município de Sinop?

O que você pensa sobre a Lei Federal 4.771/65 e a Medida Provisória 2166-67/01 que permite o desmatamento de apenas 20% de uma propriedade na Amazônia Legal para utilização?

O que você pensa sobre as ações do governo – Polícia Federal (Curupira, Guilhotina, Arco de Fogo) e outras ações ocorridas no município de Sinop para conter o desmatamento?

O que você entende por progresso? E por desenvolvimento?

Você considera Sinop uma cidade desenvolvida?

Quem se favorece quando uma região desenvolve?

O que você entende por desenvolvimento sustentável?

Em sua opinião, é possível conciliar progresso e meio ambiente? É possível progredir sem agressão ao meio ambiente?

Como você vê Sinop no futuro? Quais são suas expectativas em relação ao município?